

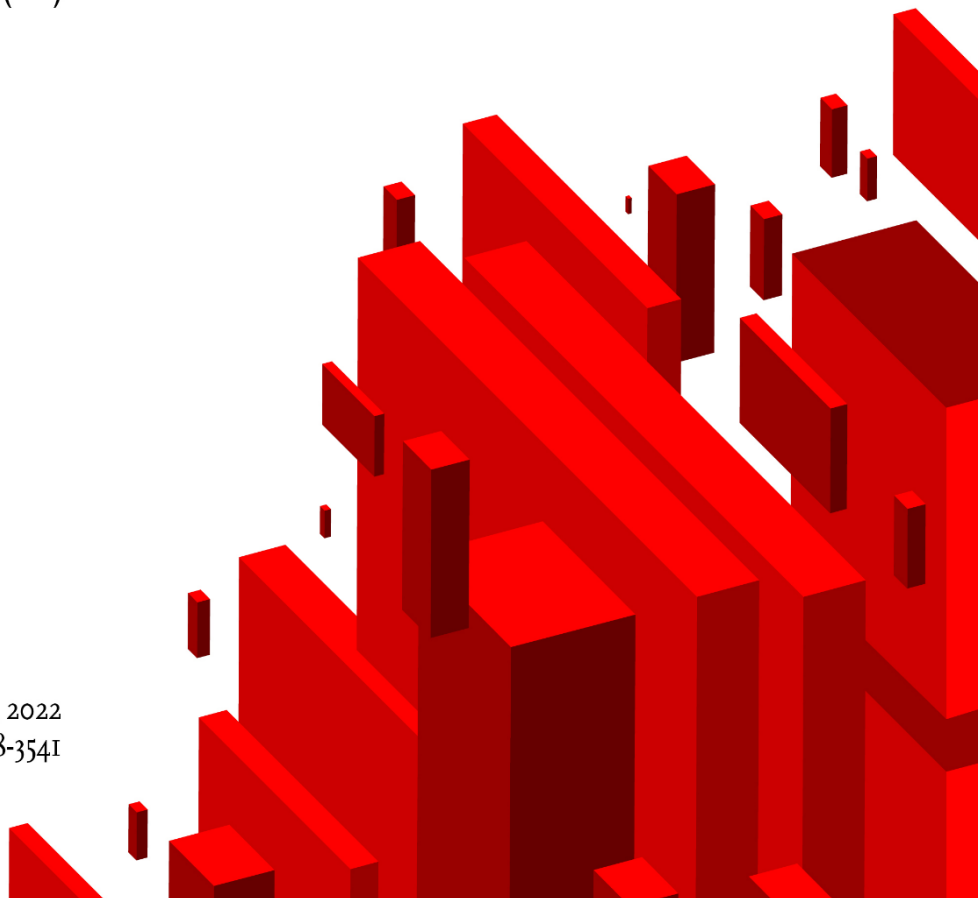
**EDIÇÃO
ESPECIAL:**



**Trabalhos
Destakes do X
Seminário Discente
do PPGS-UFRGS**

Panoramas sociológicos entre conhecimentos,
práticas e pesquisas: o que queremos?
a que(m) serve nosso conhecimento?

v. 9, n. 2, 2022
issn: 2358-3541



REVISTA CONTRAPONTO

Revista discente semestral do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da UFRGS

ISSN 2358-3541

PORTO ALEGRE – RS

UFRGS

2022

EXPEDIENTE

Volume 9, n.2 , dez, 2022 Porto Alegre,
PPGS-UFRGS

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitor: Carlos André Bulhões Mendes
Vice-Reitora: Patrícia Helena Lucas Pranke

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves Vice-
Diretor: Alex Niche Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenadora: Letícia Maria Schabbach
Coordenador-Substituto: Guilherme
Francisco Waterloo Radomsky



Conselho Editorial

André Luis Pereira
Ângela Camana
Anselmo Chizenga
Camila Dellagnese Prates
Cíndia Brustolin
Felipe Vargas Fernando de Gonçalves
Julio Souto Salom
Lizandro Lui
Marcelo Seráfico
Marcielle Vasconcellos
Matheus Mazzilli
Thays Wolfarth Mossi
Pâmela Marconatto Marques



Equipe Editorial

Editoria-Chefe
Daniela Damion

Editoria-Executiva
Maria Adriana
Ana Paula Ranzi
Júlia Menin
Leonardo Van Leeuwen
Vitor Martins Ferreira

Edição Especial

Organização

Ana Ranzi
Daniela Damion
Júlia Menin
Vitor Martins Ferreira

Editoração

Daniela Damion
Projeto Gráfico
Rafael Boccardi

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
-------------------	---

Daniela Damion

Artigos

A Geografia Das Ocupações Criativas No Brasil: Um Quadro Das Potencialidades Brasileiras.....	6
---	---

Giovana Mendes de Oliveira, Ojana Vitoria Barcelos, Beier Rehbein, Michel da Silva Knuth

Alimentos En La Modernidad Y Discursos De Lo Posible: Una Mirada Decolonial En Torno A La Alimentación Y La Preservación De La Biodiversidad Nativa.....	24
--	----

Guadalupe Anaya

Disputas Públicas Acerca Da Qualidade Dos Alimentos No Brasil: Estudo De Caso A Partir Da Teoria Ator-Rede.....	40
---	----

Vitória Giovana Duarte

Estratégias Institucionais Para O Mercado Agropecuário Na Metade Sul.....	60
---	----

Pâmela Kenne

Juventude E Desemprego: Percepções A Partir Do Contexto Neoliberal.....	77
---	----

Gabriel Ulbricht Ferreira

O Diálogo Entre Teoria E Política Na Trajetória Dos Intelectuais Negros Brasileiros: Um Estudo A Partir Das/Os Docentes Ligados Ao Neab/Ufscar.....	98
---	----

Patrícia Amorim Weber, Pâmela Barbosa Martins

O Estado É Branco? Seletividade No Acesso À Terra No Brasil.....	115
--	-----

Natália Fiuza da Silva, Daniel Luis da Rosa, Maria Luiza Fritsch Eloy, Marina Costa Stringhini

Os Supridores, De José Falero: Uma Radiografia Das Violências No Brasil Contemporâneo.....	132
--	-----

Ramiro Valdez

Pagode Da 27: Em Busca Da Política Na Periferia.....	152
--	-----

Nicolau Musa

“Respeita A Polícia”: A Violência Policial Como Uma Manifestação Da Violência Contra Mulheres No Brasil.....	172
--	-----

Daiane Carvalho

APRESENTAÇÃO

A Revista Contraponto traz nesta Edição os artigos selecionados como destaque no X Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFRGS, realizado no ano de 2022.

O Seminário, realizado anualmente pelo corpo discente do PPGS, tem como propósito divulgar a produção científica produzida por estudantes e pesquisadores/as de graduação e pós-graduação em Sociologia e áreas afins, além de promover e compartilhar saberes, resultados de pesquisa, agendas, desafios e propostas de investigação ou intervenção social. Em sua décima edição, o Seminário intitulado **“Panoramas sociológicos entre conhecimentos, práticas e pesquisas: O que queremos? A que(m) serve nosso conhecimento?”**, objetivou fomentar a reflexão em torno da pesquisa, da extensão, ensino e trabalho, legitimando as ciências sociais na universidade e para além de seus muros. Propôs a superação das validações utilitaristas da sociologia, dimensionando as possibilidades de atuação das/dos/des cientistas sociais em diversas esferas da sociedade. Tal debate torna-se central em tempos de descrédito à produção científica, em especial às ciências sociais e humanidades.

Os artigos e resenha selecionados para esta publicação, apresentam discussões de relevância para o contexto atual brasileiro, inscritos nas temáticas da alimentação e alimentos, trabalho e emprego, violência e racismo.

Desejamos uma boa leitura!

A GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES CRIATIVAS NO BRASIL: UM QUADRO DAS POTENCIALIDADES BRASILEIRAS

THE GEOGRAPHY OF CREATIVE OCCUPATIONS IN BRAZIL: A PICTURE OF BRAZILIAN POTENTIALITIES

LA GEOGRAFÍA DE LAS OCUPACIONES CREATIVAS EN BRASIL: UN PANORAMA DE LAS POTENCIALIDADES BRASILEÑAS

Giovana Mendes de Oliveira¹

Ojana Vitoria Barcelos²

Beier Rehbein³

Michel da Silva Knuth⁴

Resumo

Este artigo discute a economia criativa como uma nova face da nova economia estabelecida na sociedade. O conceito de economia criativa ainda está em discussão, mas aqui definimos como todas as atividades que envolvem criatividade artística, contudo, é visto como uma opção de desenvolvimento para os países e cidades, se fazendo necessária a criatividade que pode ser chamada de alicerce, assim como a inovação e o planejamento para formar a nova economia e obter a geração de lucros. As cidades criativas identificam a criatividade como fator estratégico para o desenvolvimento urbano e sustentável. O objetivo geral do trabalho é analisar a ocupações classificadas como potencialmente criativas e sua geografia, no Brasil, em 2019, último ano antes da pandemia. Além disso, são objetivos específicos: traçar um perfil dos profissionais criativos e a localização no Brasil dos profissionais que atuam nestas ocupações. Foram utilizados dados estatísticos oficiais para fazer as análises e organizar quadros e mapas. Como resultado temos um perfil destes profissionais e a localização destes empregos que estão concentradas nos estados do sul e sudeste.

Palavras-Chave: Economia criativa; Desenvolvimento; Inovação.

¹ Professora associada e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e-mail: geoliveira.ufpel@gmail.com.

² Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e-mail: ohanavitoria8@gmail.com.

³ Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e-mail: beierelenara@gmail.com.

⁴ Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e-mail: alemaoknuth@yahoo.com.br.

Abstract

This article discusses the creative economy as a new face of the new economy established in society. The concept of creative economy is still under discussion, but here we define it as all activities that involve artistic creativity, however, it is seen as a development option for countries and cities, requiring creativity that can be called the foundation, as well as innovation and planning to form the new economy and obtain the generation of profits. Creative cities identify creativity as a strategic factor for urban and sustainable development. The general objective of the work is to analyze the occupations classified as potentially creative and their geography, in Brazil, in 2019, the last year before the pandemic. In addition, specific objectives are: to profile creative professionals and the location in Brazil of professionals working in these occupations. Official statistical data was used to do the analysis and organize tables and maps. As a result we have a profile of these professionals and the location of these jobs, which are concentrated in the southern and southeastern states.

Keywords: Creative Economy; Development; Innovation.

Resumen

Este artículo analiza la economía creativa como una nueva cara de la nueva economía establecida en la sociedad. El concepto de economía creativa sigue siendo objeto de debate, pero aquí se define como todas las actividades que implican creatividad artística; sin embargo, se considera una opción de desarrollo para países y ciudades, en la que la creatividad, que puede denominarse la base, así como la innovación y la planificación, son necesarias para formar la nueva economía y obtener generación de beneficios. Las ciudades creativas identifican la creatividad como factor estratégico para el desarrollo urbano y sostenible. El objetivo general del trabajo es analizar las ocupaciones clasificadas como potencialmente creativas y su geografía, en Brasil, en 2019, último año antes de la pandemia. Además, los objetivos específicos son: trazar un perfil de los profesionales creativos y la localización en Brasil de los profesionales que trabajan en estas ocupaciones. Se utilizaron datos estadísticos oficiales para realizar el análisis y organizar tablas y mapas. Como resultado tenemos un perfil de estos profesionales y la localización de estos puestos de trabajo que se concentran en los estados del sur y sureste.

Palabras Clave: Economía Creativa; Desarrollo; Innovación.

INTRODUÇÃO

A discussão da cultura vem tomando o debate da geografia a alguns anos, escritos importantes de vários teóricos brasileiros e internacionais como Zeni Rosendahl e Roberto, Lobato, Paul Claval tem avançado na relação espaço cultura.

Mais recentemente, a cultura tem sido discutida dentro da geografia econômica, a partir da economia criativa. Como todos estudos que iniciam e trazem ou renovam suas abordagens a economia criativa se tornou um termo com muitos significados, isto porque ela aborda muitos setores, trabalha com a subjetividade. Mas ainda que a delimitação destas atividades dificulta as análises é verdadeiro que a economia criativa tem sido considerada uma importante atividade na nova economia, não só porque ela é carregada em inovação, mas porque ela auxilia na criação de uma atmosfera inovadora, atraindo talentos.

A Unesco tem dado grande visibilidade para a economia criativa, criando a rede de cidades criativas, pois elas são elementos importantes na economia. Segundo esta entidade, em 2019, as profissões que compõe a economia criativa correspondiam a 3,1 do PIB mundial e 6% do emprego mundial. No mundo existem 246 cidades que fazem parte da rede criada pela - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO, para agregar cidades criativas. No Brasil fazem parte desta rede Salvador focada na música; Santos ao cinema; Curitiba, Fortaleza e Brasília ligadas ao design; João Pessoa ao artesanato; Belém, Paraty, Florianópolis, Belo Horizonte a gastronomia.

Em 2019 a assembleia das Nação Unidas declarou o ano de 2021 como Ano Internacional da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável, reconhecendo que a economia criativa fomenta e economia “promovendo a patrimônio cultural e diversidade, além de aumentar a participação dos países desenvolvendo na dinâmica novas oportunidades para o crescimento do comércio mundo e fazê-los se beneficiar mais deles”. (2019, p.1). Em 2011, preocupados com esta questão criativa, o Brasil estabeleceu um Plano Nacional para Economia Criativa, buscando promover estas economias. Para do Oliveira; Araújo e Silva (2013) em 2010, ela representava entre 1,2% e 2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e aproximadamente 2,5% da massa salarial formal. Ainda que tímida, não pode ser ignorada porque existe atenção para estas atividades dentro da nova economia e pode representar alternativa para incorporação de uma massa deste grupo de atividades que opera de forma informal.

O que pode se notar é existe um interesse em divulgação da economia criativa tanto na escala mundial como no Brasil. O que suscitam reflexões sobre a geografia da economia criativa, será que estas ocupações criativas estão concentradas como

as atividades de TI já pontados por Oliveira (2021)? Existe municípios brasileiros que têm potencial para desenvolvimento de determinados tipos de profissões criativas? Qual o perfil dos profissionais criativos?

Na busca pela reflexão sobre estas questões nasce este estudo com o objetivo de analisar a ocupações classificadas como potencialmente criativas e sua geografia, no Brasil, em 2019, último ano antes da pandemia. Além disso, são objetivos específicos: traçar um perfil dos profissionais criativos e a localização no Brasil dos profissionais que atuam nestas ocupações.

METODOLOGIA

Essa pesquisa centra-se na análise de dados de bancos oriundos do Ministério do Trabalho e Previdência, do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), utilizando-se de dados totais vínculos ativos ligados a economia criativa. Este banco de dados é resultado das informações coletadas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2019), que é um formulário entregue anualmente por todas as empresas formais ao Governo Federal. Ele tem abrangência nacional, mas tem certa fragilidade devido aos dados serem depositados pelas próprias empresas permitindo inconsistências. Contudo, em um país com dimensões continentais como o Brasil, este banco de dados é importante para se discutir a realidade brasileira.

Para pesquisa foram escolhidos os dados de ocupações criativas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas, CBO 2002, utilizando-se dos dados das famílias ocupacionais. As atividades criativas foram baseadas na literatura analisada, em especial documentos UNCTAD de 2010. As atividades para esta pesquisa são as seguintes: expressões culturais tradicionais, artes cênicas, audiovisuais, serviços criativos, design, editora e mídia impressa, artes visuais, sites culturais (Quadro 1).

Quadro 1 – Atividades Criativas

SEÇÃO CRIATIVA	CÓDIGO E PROFISSÕES CRIATIVAS CBO 2.0
Expressões culturais tradicionais	3761 - Dançarinos Tradicionais E Populares
	7682 - Trabalhadores Artesanais da Confecção de Peças e Tecidos
	7911 - Artesãos

	9152 - Restauradores de Instrumentos Musicais
	7511 - Artesãos de metais preciosos e semipreciosos
Artes Cênicas	2619-Assistentes de Direção (Tv) e Continuístas
	2621-Produtores Artísticos e Culturais
	2623-Cenógrafos
	2625-Atores
	2626-Músicos Compositores, Arranjadores, Regentes e Musicólogos
	2627-Músicos Intérpretes
	2628-Coreógrafos e Bailarinos
	3762-Palhaço, Acrobatas e Afins
	9151-Técnicos em Manutenção e Reparação de Instrumentos de Medição e Precisão
	3731-Técnicos de Operação de Registos Sonoro/Audiovisuais
	3742-Técnicos em Cenografia
	7421-Confeccionadores de Instrumentos Musicais
	3763-Apresentadores de Eventos, Programas e Espetáculos
	2617-Locutores, Comentaristas e Repórteres de Mídias Audiovisuais
	2622-Diretores de Espetáculos e Afins
	3732-Supervisores Operacionais e Técnicos em Mídias Audiovisuais
	3741-Técnico de Operação de Aparelhos de Sonorização
	3743-Técnico em Operação de Aparelhos de Projeção
Serviços Criativos	2711-Chefes de Cozinha e Afins
	3188-Desenhistas Projetistas e Modelistas de Produtos e Serviços Diversos
	2141-Arquitetos
	2531-Profissionais de Relações Públicas, Publicidade, Mercado e Negócios
Design	2629-Designer de Interiores de Nível Superior
	3751-Designers de Interiores, de Vitrines E Visual Merchandiser e Afins (Nível Médio)
	7510-Joalheiros e Lapidadores de Gemas
	2624-Desenhistas Profissionais e Designer, Escultores, Pintores e Afins
	2615-Profissionais da Escrita

Editoras e mídia impressa	7687-Encadernadores e Recuperadores de Livros
	3713-Técnicos em Artes Gráficas
	7606-Suervisores em Artes Gráficas
	2616-Especialista em Editoração
Artes Visuais	7523-Ceramistas (Preparação E Fabricação)
	2618-Fotógrafos Profissionais
Culturais Sites	2613-Arquivistas e Museólogos
	3712-Técnico de Museologia e Afins

Fonte: Rais/MTE. Elaboração dos autores, 2022

Para definir o perfil destes profissionais foram selecionados os indicadores: escolaridade, a remuneração, sexo, idade, tamanho das empresas. No indicador salário trabalhamos com salário mínimo médio no ano de 2019, e não foram contabilizadas as ocupações que não tiveram suas remunerações classificadas, no total de 23.104 remunerações. Devido a isto o número total no indicador ficou em 395.666.

Para discussão da localização das atividades utilizamos os níveis geográficos unidades da federação e municípios. Foram produzidos 2 mapas sobre a localização dos profissionais da economia criativa no país: o primeiro diz respeito à distribuição desses trabalhadores por Unidades da Federação. O segundo mapa demonstra em quais municípios do Brasil estão localizados os profissionais da economia criativa.

REFLEXÕES SOBRE ECONOMIA CRIATIVA

A capacidade de gerar novas ideias, produtos e serviços tem sido identificada como uma fonte chave de vantagem competitiva para empresas e regiões na economia global, caracterizando a nova economia. O capitalismo entrou em um novo estágio em que “o conhecimento é o mais recurso importante e aprender o mais importante processo” (Lundvall, 1994). Um ponto chave a ser observado é que a importância do conhecimento e da aprendizagem não se limita para um novo conjunto de indústrias avançadas e de alta tecnologia como software ou biotecnologia, o conhecimento é desenvolvido e aplicado em todos os setores. O conhecimento pode ser definido como uma estrutura ou estrutura na qual as informações são

armazenadas, processadas e compreendidas. Existir estoques de conhecimento moldam como as pessoas respondem eventos e desenvolvimentos particulares, um processo que gera novos conhecimentos, aprimorando ou transformando entendimentos anteriores.

O setor de serviços tem ganhado força neste cenário de valorização da informação da aprendizagem e conhecimento, o aumento da demanda do consumidor, o aumento da demanda empresarial por serviços especializados e a presença da tecnologia da informação e comunicação incentivou o crescimento da maioria dos tipos de serviços.

Entre estes serviços desponta a economia criativa, ela tem sido caracterizada como inovadoras, flexíveis e criativas. Ela está ligada a criatividade artística utilizando-se de conhecimento simbólico, buscando captar a cultura, seja por sons, textos, imagens e artefatos e devolvendo esta leitura para sociedade com acabamento estético. Scott (1997, 2004) considera que o que denominamos de economia criativa é um conjunto bem diversos de atividades, contudo todos estão preocupados com a geração de conteúdo estético, semiótico e o consumo desses produtos está ligado a renda disponível. Para o autor ela funciona pelo menos em parte como ornamentos pessoais, modos de exibição social, objetos estetizados, formas de entretenimento e distração, cuja recompensa psíquica para o consumidor é alta em relação ao propósito utilitário.

A economia criativa está sendo reestruturadas pelo disseminação de novas tecnologias, oportunizando muita inovação, podemos citar o caso do uso das plataformas digitais que revoluciona as possibilidade criativas das atividades, Gibson e Kong (2005), por outro lado a facilidade com que os arquivos digitais podem ser baixado da Internet e trocado entre usuários tem profundas implicações para as indústrias como música e cinema, ameaçando formas estabelecidas de organização com a pirataria, ambas situações tem levado a busca de inovações na economia criativa .

No Brasil, quando analisamos o valor adicionado, a maior parte das atividades ligadas a economia criativa está enquadrada no item serviço prestado principalmente às famílias, pertencendo ao setor terciário, evidenciando que esta atividade é para ser consumida pela população. Para seu sucesso elas estão cada vez mais estão carregadas de inovações com base em pesquisas e P&D, como aponta Garcia (2016),

mas sobretudo são empreendedores com diferentes graus de inovação, como eventos de rua.

Cabe aqui dizer que o encontro da cultura com a economia não é tranquilo, se tornando passível de críticas. O simbolismo das artes direcionada para o mercado pode conduzir para o que Dupas (2001) denominou como sociedade espetáculo, na qual mercado toma conta da cena e o parecer ter se torna o mais importante. Mas também a economia criativa pode servir para geração de emprego e renda para uma grande parcela da população no setor artístico que trabalha no mercado informal, iluminar talentos que estão escondidos nas periferias das cidades.

A TENDÊNCIA LOCACIONAL DAS ATIVIDADES DA NOVA ECONOMIA

A chegada das novas tecnologias e as possibilidades de flexibilização de tempos e espaços permitiu imaginar que esta flexibilização poderia relativizar a importância dos territórios. Mas não foi isto que aconteceu, as cidades com grandes aglomerações urbanas atraem para si externalidades que favorecem as atividades da nova economia, (Ferrão, 2002). A força econômica das cidades, ao favorecerem a proximidade porque tecnologia, informação e conhecimento estão disponíveis. (Storper, 2005). Elas também apresentam mais flexibilidade para organizar o território para o uso das corporações e dos atores em prol da inovação (Castells; Hall, 2001).

Florida (2011) em seus estudos sobre Classe criativa aponta que as cidades que abrigam talento, tecnologia e tolerância (os três Ts), abrigam mais pessoas criativas, gerando mais competitividade. E ainda que os três Ts sejam o mais importante, a verdade é que grande parte destes lugares que abrigam os três Ts, são grandes cidades e suas regiões metropolitanas.

A inovação parece convergir em aglomerações que existam universidades, centros de pesquisas, onde conhecimentos tácitos codificados estão disponíveis, ainda que o primeiro precise muito mais da proximidade das aglomerações do que o segundo. (Ramella, 2020). E estas condições podem aparecer em diversos pontos do globo, mas os grandes centros tem sido os ganhadores.

E quando a inovação acontece a partir da criatividade artística, os conhecimentos tácitos e a proximidades recrudescem, e as grandes cidades tornam-se mais receptoras destas atividades econômicas. O que denota que a geografia é uma questão importante nas análises, pois demanda organização territorial, pois estas

grandes cidades, estas aglomerações, tendem aumentar dado a intensidade dos processos inovadores, desta forma é necessária a preocupação com os territórios ganhadores e com os perdedores, é necessário pensar em coesão territorial.

A ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL

As ocupações de economia criativa no Brasil estão ligadas a serviços prestados às famílias como já foi apontado, contando com 418.770 profissionais no ano de 2019. Elas estão especialmente na faixa de serviços de atividades culturais, recreativas e esportivas. Esta faixa obteve cerca de 1% do valor adicionado bruto brasileiro em 2019.

O grupo selecionado como fazendo parte da economia criativa é composto de 40 ocupações, sendo que as de Relações Públicas, Publicidade, Mercado e Negócios é a que mais abriga profissionais (13%), seguida de Desenhistas Industriais (designers), Escultores, Pintores e afins (12%), Ceramistas (10%) e Chefes de Cozinhas (7%). Entre as ocupações com menos profissionais (menos de 0,5%), estão: Atores, Palhaços, Acrobatas e afins, Dançarinos Tradicionais, Diretores de Espetáculos, Restauradores e Confeccionadores de Instrumentos Musicais.

A idade desses profissionais está na sua maioria entre jovens de 18 e 29 anos. Na faixa etária de 10 a 17 anos, os atores se destacam com 15,3% de trabalhadores, em segundo lugar os Músicos Intérpretes com 10,1% e em seguida os Desenhistas, Projetistas e Modistas de produtos e serviços diversos com 9,5%.

Quadro 2 – Idade das ocupações criativas

IDADE	OCUPAÇÕES	%
10-17 anos	1.269	0,30%
18-29 anos	148.476	35,46%
30-49 anos	217.376	51,90%
50 ou mais	51.649	12,34%
Total	418.770	100%

Fonte: Rais, 2019. Elaboração dos autores.

Entre os trabalhadores maiores de 50 anos encontramos grande número nos ceramistas (preparação e fabricação) com 11,3%, logo os chefes de cozinha e afins com 11,1% e em terceiro lugar os locutores, comentaristas e repórteres de rádio e televisão com 8,9% do total de profissionais criativos mais experientes.

Quadro 3 – Profissionais segundo tamanho das empresas que estão empregados

EMPRESAS	OCUPAÇÕES	%
Microempresa	101.364	24,19%
Pequena empresa	125.521	29,98%
Média empresa	41.088	9,82%
Grande empresa	150.797	36,01%
Total	418.770	100,00%

Fonte: Rais, 2019. Elaboração dos autores.

O tamanho das empresas foi considerado conforme o Sebrae, no qual o tamanho está relacionado com a quantidade de funcionários. Temos então classificado como: microempresas quando possuir até 09 funcionários, pequena empresa quando possuir de 10 a 49 funcionários; média empresa de 50 a 99 funcionários e grande empresa com 100 ou mais funcionários. O quadro 2 apresenta a situação dos profissionais criativos nesta situação e revela que na sua maioria nas grandes empresas, 150.797 pessoas estão nestes locais, seguida de pequenas empresas com 125.521 funcionários. Dada a quantidade de grandes empresas que abrigam estes profissionais criativos, é importante verificar que empresas são estas, situação impossível de se obter neste estudo devido a limitação da metodologia. Entretanto, analisando os dados percebemos que as profissões que se concentram mais em grandes empresas são: especialistas em editoração, profissionais da escrita, produtores de espetáculos diretores de espetáculos e afins, músicos compositores, arranjadores, regentes e musicólogos, músicos intérpretes.

Analisando os dados sobre o sexo dos trabalhadores, 62,42% dos trabalhadores são do sexo masculino e 37,58% do sexo feminino. Notamos que mesmo com a predominância do sexo masculino, o sexo feminino maioria expressiva

em algumas atividades, como Arquitetos (59%), Coreógrafos e Bailarinos (66%), Desenhistas, Projetistas e Modelistas de produtos e serviços diversos (60%), Trabalhadores Artesanais da Confecção Peças e Tecidos (89 %).

Os dados de Escolaridade revelam que a escolaridade dos profissionais criativos é de Ensino Médio Completo (41%) e para o Superior completo com 37,10%, como podemos observar no quadro 3. Em algumas áreas temos um índice maior de analfabetos entre os Ceramistas (preparação e fabricação) 45% destes trabalhadores encontram-se nesta condição.

Quadro 4 – Escolaridade dos Profissionais Criativos

ESCOLARIDADE	OCUPAÇÕES	%
Analfabeto	769	0,18
Fundamental Incompleto	19.403	4,63
Fundamental Completo	20.286	4,84
Médio Incompleto	18.106	4,32
Médio Completo	175.461	41,90
Superior Incompleto	29.431	7,03
Superior Completo	155.314	37,10
Total	418.770	100,00

Fonte: Rais, 2019. Elaboração dos autores.

A condição salarial foi analisada a partir do salário mínimo médio, conforme quadro 4. Os trabalhadores ganharam em 2019, na sua maioria, de 1 a 2 salários mínimos, ficando entre 998 a 1.996 reais. O salário é modesto para maioria das ocupações, algumas atividades se destacam por maiores salários: Arquitetos e Atores. Na relação entre homens e mulheres não se verificou diferenças significativas de salário, contudo, entre as atividades que abrigam mais profissionais que ganham entorno de meio salário mínimo está a de Coreógrafos e Bailarinos, atividade que abriga maior parte de profissionais do sexo feminino. Mas, por outro lado, a atividade

de arquitetos, concentra grande parte de profissionais femininos e tem destaque por altos salários.

Quadro 5 – Remuneração Média em Salário Mínimos

FAIXA DE SALÁRIOS	OCUPAÇÕES	%
Até 1 SM	22.735	5,4
1 a 2 SM	164.390	39,3
2,01 a 3,00	78.258	18,7
3,01 a 4,00	41.242	9,8
4,01 a 5,00	23.590	5,6
5,01 a 7,00	26.406	6,3
7,01 a 10,00	19.843	4,7
Mais de 10 SM	19.202	4,6
{ñ class}	23.104	5,5
Total	418.770	100,0

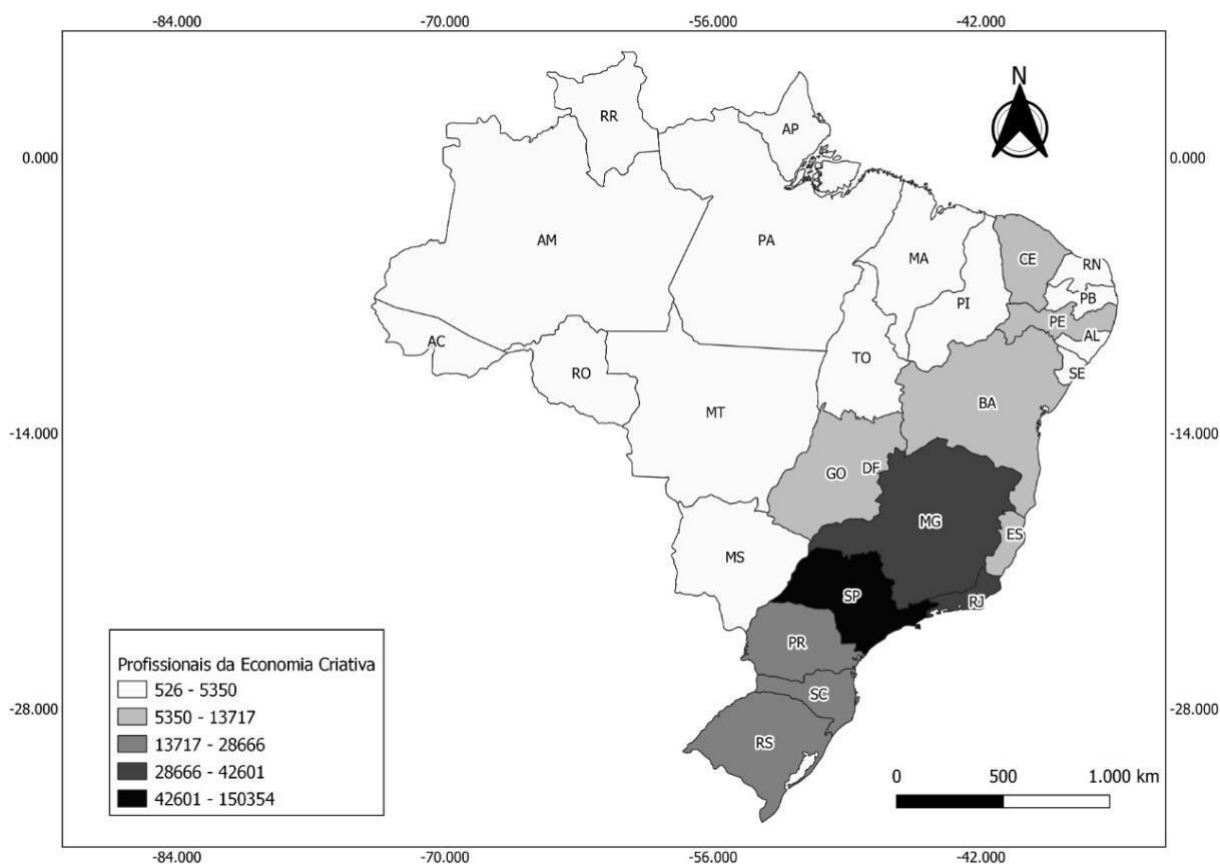
Fonte: Rais, 2019. Elaboração dos autores.

A LOCALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES CRIATIVAS

Para entendimento da localização das empresas criativas iniciamos a análise pelas unidades da federação, conforme aponta mapa1. E verificamos que a maioria dos profissionais da economia criativa está concentrada na região sul e sudeste do Brasil. O estado de São Paulo (36%), é o que mais concentra esses trabalhadores, seguido dos estados do Rio de Janeiro (10%) e Minas Gerais (8%). A região sul com seus três estados Santa Catarina(7%) e Rio Grande do Sul (7%) e Paraná (6%), também tem certo destaque. Reunidos estas Unidades da federação abrigam 74% dos profissionais criativos do Brasil, em 2019. Esta primeira análise já evidencia uma falta de homogeneidade na distribuição dos profissionais, os empregos ficam concentrados em uma parte do país, restringindo a alguns estados a possibilidade de desenvolvimento no setor criativo. Chama a atenção a falta de empregos formais

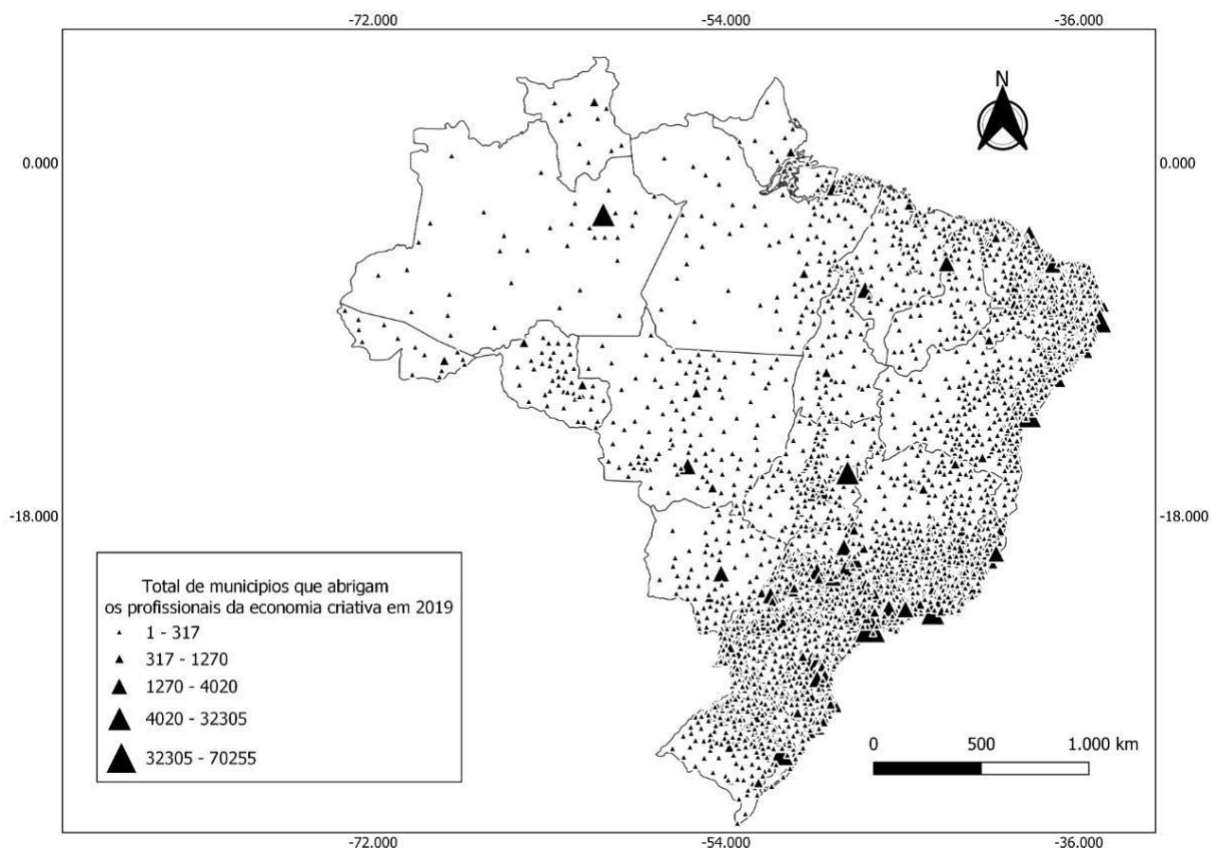
criativos no norte do país, dada a grande diversidade de povos que lá existem que tem um potencial cultural importante que poderia ser melhor aproveitado pela economia criativa.

Mapa 1 – Profissionais da economia criativa por unidades da federação



Analisando a distribuição da economia criativa a partir dos municípios brasileiros, verificamos que a economia criativa existe em vários pontos do país, contudo, alguns municípios se destacam, e este são especialmente as capitais brasileiras. O mapa 02 revela esta localização, temos 102 municípios brasileiros que representam mais de 70% dos empregos formais da economia criativa no país. A grande maioria deles se encontra na capital paulistana, com mais de 70 mil trabalhadores. Das 40 ocupações criativas, 28 tem maior prevalência em São Paulo. O outro município que se destaca é Rio de Janeiro, 7 das ocupações se concentram lá, chamando a atenção para os atores, que se concentram em Rio de Janeiro (59%) e Duque de Caxias (6,78%). No mesmo segmento, o Rio de Janeiro também tem destaque para Diretores de espetáculos (25%) e coreógrafos e bailarinos (10%).

Mapa 2 – Distribuição dos empregos ligados a economia criativa no Brasil



No ramo de joias, temos uma localização que foge um pouco dos grandes centros. Os Artesãos de Metais Preciosos e Semipreciosos se localizam em Recife-PE (24%), Limiera - SP (11%), Fortaleza - CE (6%), Cajamar-SP (4%). E os Joalheiros e lapidadores de Gemas em Agudos-SP (31%), Juiz de Fora - MG, Guaporé-RS (6%), Cesário Lange - SP (6%), Putinga - RS (2%). Cabe destacar os Ceramistas (preparação e fabricação), pois são a ocupação que também foge dos grandes centros.

Os dados apresentados sobre a localização das ocupações da economia criativa no Brasil colaboram com o que foi apresentado na literatura, indicando que as atividades ligadas a nova economia se encontram concentradas nos grandes centros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou situar uma atividade da nova economia, a economia criativa, considerada uma atividade que está ligada ao simbólico, envolvendo a criatividade artística. Os profissionais da economia criativa 418.770 profissionais no ano de 2019 e são responsáveis por cerca de 1% do Valor Adicionado Bruto do Brasil. O que mostra que eles participam de forma modesta da economia brasileira, contudo deve se destacar que estas profissões estão muito ligadas ao setor informal, e esta pesquisa iluminou apenas uma parcela destas populações.

As profissões que mais tem pessoas em empregos formais são ocupações que podem claramente desenvolver nichos de mercado, como é o caso dos Chefes de Cozinha ou serem suporte para outros negócios como Relações Públicas, Publicidade, Mercado e Negócios, o que revela um potencial brasileiro.

Os profissionais criativos são jovens, mas tem escolaridade média. O que necessariamente não é um problema, uma vez que estas profissões requerem habilidades que nem sempre são encontradas em cursos de graduação e pós-graduação. Contudo, a presença de profissionais analfabetos neste conjunto, é um dado preocupante em uma atividade que ambicione por ser competitividade dentro da nova economia. A análise da estrutura sexual e salarial revelam uma superioridade masculina, mas que ganham de forma modesta, até 2 salários mínimos. Mas é importante destacar que as mulheres estão presentes com mais intensidade tanto nos postos com maiores salários, como na condição de arquitetas, como entre menores salários, como Coreógrafos e Bailarinas. As políticas públicas devem ser pensadas para incluir mulheres e homens com melhores salários. Sobre o tamanho das empresas, verifica-se que os profissionais da economia criativa estão em trabalhando em empresas com mais de 100 empregados, fato interessante, pois poderia se esperar que estes profissionais pudessem ter pequenos empreendimentos. Novamente os limites da metodologia adotada neste trabalho impedem de prosseguir nas análises de quem são estas empresas.

A economia criativa está concentrada em São Paulo e na capital Paulistana, e em poucos municípios brasileiros, que também são capitais. Em realidade, São Paulo e Rio de Janeiro parecem ser as grandes absorvedoras das atividades criativas, e logo após temos Belo Horizonte e as capitais da região Sul, Porto Alegre, Paraná e Florianópolis. Norte, Nordeste, mesmo com grande tradição nas artes e cultura no país surpreende por não concentrarem atividades criativas, situação que pode ser

revertida em estudos abarcando as atividades informais. Estes dados da concentração geográfica das ocupações criativas são preocupantes, entra em consonância com o que aponta a literatura e com estudos realizados no Brasil sobre a indústria inovadora e sobre as atividades de Tecnologias da Informação. E tanto quanto países europeus devemos nos preocupar com a falta de coesão territorial, precisamos analisar esta situação e propor alternativas para que não sejam construirmos abismos entre espaço luminosos e opacos.

A análise realizada na localização da economia criativa revela que apesar das atividades criativas estarem muito concentradas nas capitais, algumas atividades estão mais dispersas, como os Artesãos de Metais Preciosos e Semipreciosos, os Joalheiros e lapidadores de Gemas e os Ceramistas (preparação e fabricação). Isto indica possibilidades de desenvolvimento nas artes visuais ou no design, mas com equidade para o país, para que possamos fugir da injustiça espacial, onde apenas capitais, e mais especificamente o eixo São Paulo-Rio de Janeiro seja o ganhador das ocupações criativas brasileiras.

O Brasil nem bem entrou na nova economia e já sofre por antecipação de seus efeitos negativos, se vamos avançar, comecemos em bloco, avançando na inovação, mas com justiça espacial, para termos justiça social.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DA NAÇÕES UNIDAS. **Resolução da 74ª Assembleia das Nações Unidas**. Nova York, 8 novembro de 2019. A/C.2/74/L.16/Rev.1. Disponível em <https://documents-ddsny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N19/359/41/pdf/N1935941.pdf?OpenElement> Acesso em 13 mar 2022.

CASTELLS, Manuel; HALL Peter. **Tecnópolis del Mundo**: La formación de los complejos industriales del siglo XXI. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

DINIZ, Clélio. “Desenvolvimento poligonal no Brasil”. **Nova Economia**, v. 3, n. 1, 1993. Disponível: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20292. Acesso em 26 jun 2021.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade de informação**. De como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. São Paulo Editora da UNESP, 2001.

FERRÃO, João. Inovar para desenvolver: o conceito de gestão de trajetórias territoriais de inovação. **INTERAÇÕES. Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 3, n. 4, p. 17-26, março, 2002.

FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa**. Porto Alegre, Rs: L&M, 2011.

GARCIA, Sandro Ruduit. Economia criativa e inovação pequenas empresas em Porto Alegre. **Políticas Culturais em Revista**., Salvador, v. 9, n. 2, p. 416-436, jun/dez, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/17565/14240> Acesso 15 set 2021.

GIBSON, C. and KONG, L. Cultural economy: a critical review. **Progress in Human Geography**, n. 29, p 451–61, 2005.

MADEIRA, P. M.; VALE, M. Desigualdade e espaço no capitalismo contemporâneo: uma questão de (in)justiça territorial? **Geosp** – Espaço e Tempo, v. 19, n. 2, p.196-211, ago. 2015. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102771> Acesso em 15 dez 2020.

OLIVEIRA, Giovana. M. Nova Economia e território: um estudo das tecnologias da informação. **Sociedade & Natureza**, v. 33, p. 1-12, 2021. Disponível <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/56230> Acesso em 09 jun 2022.

OLIVEIRA, João Maria de; ARAUJO, Bruno Cesar de, SILVA, Leandro Valério Panorama da economia criativa no brasil In: **Texto para discussão** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília. Rio de Janeiro : Ipea , 2013.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Informe Mundial: Repensar las políticas para la creatividad**. UNESCO, 2022. Disponível_ <https://es.unesco.org/creativity/publications/2022-informe-mundial-repensar-las-politicaspara-creatividad> Acesso em: 20 de jun 2022.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Creative Cities Network**: sustainable development. UNESCO, 2022 (a) Disponível_ <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375210>. Acesso em 01 jul 2022.

RAMELLA, Francesco. **Sociologia da inovação econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

SCOTT, Allen J. The Cultural Economy of Cities. **International Journal of Urban and Regional Research**. v. 21, n. 2, p. 323-339, jun, 1997. Disponível: <https://www.researchgate.net/publication/4910368> The Cultural Economy of Cities Acesso 15 de abr de 2020.

SCOTT, Allen J. Cultural-products industries and urban economic development: Prospects for Growth and Market Contestation in global context. **Urban Affairs Review**, v. 39, n. 4, p. 461-490, march, 2004. Disponível: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1078087403261256>. Acesso em 01 jan 2020.

STORPER, Michael, VENABLES, Antony. O Burburinho: a força económica da cidade. In: CAMPOLINA, D; Mauro B. L;(Org.) **Economia e Território**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

VALE, Mario. Conhecimento, Inovação e Território. Lisboa: **Finisterra**, 2009. Disponível: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1364> Acesso em 22 ago 2020.

ALIMENTOS EN LA MODERNIDAD Y DISCURSOS DE LO POSIBLE: UNA MIRADA DECOLONIAL EN TORNO A LA ALIMENTACIÓN Y LA PRESERVACIÓN DE LA BIODIVERSIDAD NATIVA

FOOD IN MODERNITY AND DISCOURSES OF THE POSSIBLE: A DECOLONIAL VIEW OF FOOD AND THE PRESERVATION OF NATIVE BIODIVERSITY

ALIMENTOS NA MODERNIDADE E DISCURSOS DO POSSÍVEL: UMA PERSPECTIVA DESCOLONIAL SOBRE OS ALIMENTOS E A PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NATIVA

Guadalupe Anaya⁵

Resumen

Este artículo analiza las formas de pensar y hacer asociadas a la producción y consumo de alimentos que ofrece el paradigma colonial/moderno. Menciona a las propuestas de los movimientos alimenticios antiespecistas y agroecosustentables que proponen formas de comer diferentes a lo que establece la dieta industrial globalizada. De sus posicionamientos políticos emergen nuevas categorías para describir los comestibles que son utilizadas por el mercado global de alimentos, expresándose con el esquema de oposición de pares. Se analiza el concepto de cultura y la equivalencia que hace la modernidad entre este concepto y el desarrollo de capacidades técnico-racionales para alterar la naturaleza. La perspectiva decolonial nos permite reflexionar acerca de los porque comemos lo que comemos y otras formas existentes de hacerlo, valorar las prácticas locales de aprovechamiento de la biodiversidad nativa con fines alimenticios y pensarlas en pos de elaborar maneras de gestionar lo comestible desde lo sustentable.

Palabras Clave: Alimentación; Movimientos agroecosostenibles; Colonialidad; Cocinas bioculturales.

Abstract

This article analyzes the ways of thinking and doing associated with the production and consumption of food offered by the colonial/modern paradigm. It mentions the proposals of the anti-species and sustainable agroecological food movements that propose ways of eating differently from the globalized industrial diet. From their political

⁵ Socióloga pela Universidade de Buenos Aires (UBA), Mestranda Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), e-mail: anaya.guada@gmail.com.

positions emerge new categories to describe the foods that are used by the world food market, expressing themselves in the scheme of pairwise opposition. The concept of culture and the equivalence that modernity makes between this concept and the development of technical-rational capacities to alter nature are analyzed. The decolonial perspective allows us to reflect on why we eat what we eat and other existing ways of doing so, to value local practices of using native biodiversity for food and to think about them in order to develop ways of managing the edible from a sustainable point of view.

Keywords: Food; Agroeco-sustainable movements; Coloniality; Biocultural cuisines.

Resumo

Este artigo analisa os modos de pensar e fazer associados à produção e ao consumo de alimentos oferecidos pelo paradigma colonial/moderno. Ela menciona as propostas dos movimentos de alimentos anti-espécies e agro-ecológicos sustentáveis que propõem formas de alimentação diferentes da dieta industrial globalizada. De seus posicionamentos políticos emergem novas categorias para descrever os alimentos que são utilizados pelo mercado mundial de alimentos, expressando-se no esquema de oposição em pares. O conceito de cultura e a equivalência que a modernidade faz entre este conceito e o desenvolvimento de capacidades técnico-rationais para alterar a natureza são analisados. A perspectiva descolonial nos permite refletir sobre por que comemos o que comemos e outras formas existentes de fazê-lo, valorizar as práticas locais de utilização da biodiversidade nativa para alimentos e pensar sobre elas a fim de desenvolver formas de administrar o comestível de um ponto de vista sustentável.

Palavras-chaves: Alimentação; Movimentos agroecossustentáveis; Colonialidade; Cozinhas bioculturais.

INTRODUÇÃO

LA GESTIÓN DE LOS ALIMENTOS Y SUS REPRESENTACIONES: LA COMIDA INDUSTRIALIZADA Y LAS CONTRAPROPUESTAS DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES

Las maneras de obtener alimento y los territorios donde se presenta moldean de variadas formas el pensamiento y la personalidad de los pueblos, pudiendo convertirse incluso en símbolos populares de identificación nacional, regional o étnico. Además de los procesos biológicos que lo posibilitan, el acto del comer envuelve “pautas socioculturales, preferencias y aversiones individuales o colectivas, sistemas de representaciones, sistemas de normas, códigos (prescripciones, prohibiciones, asociaciones y exclusiones), gramáticas culinarias” (FILSCHER, 1979, p. 1). Estas diversas formas de gestionar lo que se come - dónde y cómo hacer para obtenerlo, elaborarlo y servirlo - organiza gran parte del trabajo en la vida personal de los

individuos o de quienes realicen las tareas de cuidado en un grupo social. Son, a su vez, tema principal en los discursos de la política partidaria y social-comunitaria de los Estados y de las comunidades organizadas. Por su carácter de necesidad ineludible para mantener la vida y por las características del propio ciclo de la naturaleza, las imágenes de la vida y la muerte se atraviesan en estos imaginarios acerca de la alimentación, lo necesario, lo saludable y lo comestible.

Actualmente las nuevas formas de producción de alimentos que plantean maneras cada vez más complejas de elaborar los comestibles y de alterar los ecosistemas para lograrlo (CONTRERAS, 2005). Emergen los movimientos sociales que nuclean a personas que reivindican formas otras de comer y vínculos más equitativos y respetuosos que pueden gestarse en el proceso entre las personas, el territorio y todas las formas de vida. Estos son el antiespecismo - en sus formas de vegetarianismo y veganismo - y el amplio espectro de organizaciones agroecosustentables, que apoyan las formas de elaboración de alimentos que no incluyan productos agroquímicos o modificaciones genéticas de las semillas. Quienes adhieren a estos posicionamientos filosóficos y políticos comparten la preocupación por los modos en que se produce el alimento, afirmando que la toma de decisiones acerca de cómo satisfacer las necesidades humanas debe incluir el respeto y compromiso de cuidar las otras formas de vida y consideran a otras voces científicas con visiones diferentes acerca de lo que es comer de forma saludable. Denuncian la instrumentalización de la naturaleza y el perjuicio que esto trae en materia ambiental, con la consecuente degradación de los ecosistemas y la pérdida acelerada de especies animales y vegetales. También suelen identificarse con los preceptos relativos al comercio justo, la valorización de quienes trabajan la tierra y con la necesidad proteger la biodiversidad nativa y garantizar la subsistencia las especies no humanas (LE COQ *et. al*, 2021). Intentan ocupar espacios de producción y trabajarlos según estas lógicas y/o brindar apoyo a otras organizaciones productoras, analizan los efectos en la salud y el medio ambiente de sus consumidores y difunden acerca de los efectos ambientales y socioculturales generados por la industria de los comestibles hoy. También les es común otra premisa: la de la posibilidad de acceso a productos que tengan las características que se ajustan a sus voluntades de consumo. Logran fortalecer sus organizaciones y acrecentar el número de simpatizantes y activistas a sus causas, generando nuevas representaciones en torno al alimento, lo

cual se traduce también en nuevos términos comerciales en el mercado industrial de alimentos que pueden caracterizar un alimento. (AGUIRRE, 2016)

LA CARACTERIZACIÓN DEL ALIMENTO SEGÚN EL SISTEMA DE PARES DE OPOSICIÓN Y SU RELACIÓN LA TEORÍA DE LEVI-STRAUSS

Estas nuevas variables han emergido para diferenciar a los alimentos según sus formas de ser producidos o los ingredientes que contienen. Estas son, a su vez, utilizadas comercialmente dentro del mercado industrial globalizado: los alimentos pueden clasificarse en si es apto vegetariano, vegano o si contiene ingredientes de origen animal, orgánicos o transgénicos. Analizando específicamente estos términos puede inferirse que estos refieren más a lo que no tiene – agroquímicos industriales, modificaciones genéticas o ingredientes de origen animal - más que aclarar lo que sí contienen.

Las categorías dicotómicas aplicables a los alimentos en ocasiones han sido creadas para renovar y expandir el mercado globalizado de alimentos, es decir, por decisiones de marketing de las corporaciones del alimento. Un ejemplo de esto fue la invención de los productos dietéticos o light, en contraposición a los de “receta original”, para productos procesados. Este nuevo formato de alimento diet/light incluso fue asociado - y aún hoy desde algunas vertientes de la nutrición – con la idea de que son ‘más saludables’, encontrado del otro lado del binomio la comida ‘no saludable’ (TORRES, 2004).

Tomando como referencia a Levi Strauss y su extenso aporte teórico de reflexiones en torno a la comida, su función ritual y los significantes que se asocian a ella, se identifica la tendencia de los discursos modernos de catalogar a la comida a través de significantes organizados en pares de oposición (GÓMEZ GARCÍA, 1993; DELGADO, DELGADO, 2010).

Levi Strauss elaboró un sistema explicativo que presentaba esta lectura acerca de lo comestible, “como el de lo crudo y lo cocido, lo cocido y lo podrido, lo podrido y lo crudo, lo crudo y lo asado, lo cocido y lo ahumado, y lo podrido y lo hervido” (DELGADO, DELGADO, 2010). Clasificó a los alimentos según su origen relacionándolos con el lugar de ingesta - endógenos y exógenos - si tienen un carácter central o periférico dentro de la dieta local o por considerar al sabor marcado/fuerte o no para sus parámetros gustativos.

En sus análisis estudios sobre la comida y comunidades no occidentalizadas, Levi-Strauss hace constantemente hincapié en identificar los elementos que él nombra como parte del ‘pensamiento mágico’. Esta categoría, que contrapone a la de ‘pensamiento racional’, conforman otro binomio que estructura sus formas de análisis, esta vez refiriendo a las interrelaciones entre el hacer y el pensar. Su distinción entre el pensamiento salvaje o científico-mágico y el pensamiento domesticado o científico-moderno, donde uno piensa lo concreto y el otro lo abstracto, le sirve para afirmar que la forma de elaborar pensamiento es la misma, lo que cambia es el contenido. Sin embargo, las interpretaciones de la realidad que él encuadra dentro del pensamiento mágico no se conciben a sí mismas desde la segmentación de los elementos que lo conforman ni su individuación.

Levi-Strauss, al analizar a “lo opuesto” desde sus propias reglas, no logra dar cuenta del mismo y lo desvaloriza. En palabras de Vandana Shiva, teórica ecofeminista y activista india, en su libro “Las nuevas guerras de la globalización; semillas, agua y formas de vida” (2007), lo que estas dicotomías suelen provocar es la inferiorización del otro lado del binomio, lo que no es de origen occidental. Estos saberes que Levi-Strauss categoriza como mágicos se entrelazan con la gestión del día a día y construyen los hábitos a través de los cuales se reproduce la vida. Tienen la cualidad de garantizar su subsistencia y de tejer hacia adentro relaciones comunales que dan identidad al grupo y garantizan su continuidad (SANTOS *et. al*, 2019). Generan, transmiten y transforman explicaciones y haceres relacionados al cómo obtener el alimento, sobre los orígenes del mismo y el funcionamiento de la naturaleza y de los seres que habitan en ella para reproducir la vida tal cual la conocen. El entrelazamiento entre pensamiento y acción es tal que hace imposible analizarlos por separado.

EL PARADIGMA RACIONAL COLONIAL/MODERNO Y SUS EFECTOS EN LA ALIMENTACIÓN

Esta adjetivación de ‘mágicos’ dada a los conocimientos de los pueblos que están por fuera de las formas del pensamiento colonial/europeo (CASTRO-GÓMEZ, GROSGOUEL, 2007), los inhabilita dentro de las formas validadas de conocimiento y organización social. Dentro del paradigma racional una práctica social debe necesariamente brindar resultados previsibles y comprobables, se deben poder

identificar sus componentes y definir sus métodos de una manera racional. La incapacidad de efectuar estos procedimientos a estos saberes y prácticas indígenas impide que sean leídos como maneras legítimas de gestionar las necesidades de la vida social. Este ejercicio de violencia epistemológica encuentra sus bases en el pensamiento colonial/moderno, que está atravesado por tres sesgos que delimitan las maneras que tienen de reproducirse en lo material y subjetivo, que son el antropocentrismo, el etnocentrismo y el androcentrismo. Como mencionan en su artículo Pérez Neira y Soler Montiel (2013):

El antropocentrismo se basa en el dualismo cultura/naturaleza; mientras que etnocentrismo parte de los pares moderno/no moderno, desarrollo/atraso, humano/no humano (o sub-humano) y el androcentrismo de los dualismos asociados a lo masculino/femenino, público/privado y razón/emoción entre otros. Todos estos dualismos son constitutivos entre sí y (re)producen una compleja matriz de relaciones de poder/dominación/resistencia que naturaliza y normaliza los privilegios de las personas favorecidas también en lo más concreto y cotidiano de la vida humana como es la alimentación en su dimensión simbólica y material.

Estos imperativos moderno-coloniales se construyen sobre una serie de opresiones que se relacionan de forma interseccional, como ser la etnicidad/raza, el sexo-género, las clases sociales y las relaciones entre los seres humanos y la naturaleza. Estos tres sesgos permiten la formación y defensa de una base moral que permite y alienta a la formación de relaciones sociales basadas en la desigualdad y explotación, delineando las formas de la política, la economía, la relación con la naturaleza y las demás formas de vida, las maneras hegemónicas de pensar la existencia y materializarla, el lenguaje, las conductas y la estructura psíquica y emocional. Se filtran en el cotidiano, articulándose desde el poder, el saber y el ser colonial, conformando el *modus operandi* moderno, racional, desarrollado, occidental, eurocentrado. Este está montado sobre el paradigma cartesiano, que toma como principal eje de validación la inteligencia racional y mecanicista. Así reduce la ponderación multidimensional de la realidad que tienen los pueblos con “pensamiento mágico” a la forma unidireccional de valoración del desarrollo de formas industrial-automáticas para gestionar y reproducir la vida y su consecuente separatismo radical de las dimensiones de la vida.

Analizando la alimentación desde la teoría decolonial, podemos pensar las dimensiones de la colonialidad del ser, del saber y del poder entorno a la alimentación. La colonialidad del ser consistiría para el caso en la producción subjetiva que todas las personas realizamos acerca de lo que comemos, lo que debemos hacer para

acceder a su consumo y las experiencias personales que adquirimos de forma individual y compartida en nuestro entorno sociocultural en relación al comer. (QUIJANO, 2000; MALDONADO-TORRES, 2007) El contexto histórico y la ubicación tiene una gran importancia por heredarnos ciertas tradiciones familiares y locales que moldean nuestros gustos, preferencias y preconcepciones sobre lo comestible, maneras introyectadas y personalizadas del hacer/sentir/pensar. La colonialidad del saber se materializa en las instituciones que, desde el discurso científico de la nutrición, establecen que se debe comer, lo que debemos de ingerir para tener una vida saludable y diseñan tecnologías aplicables a la producción de alimentos. Con su accionar sesgado deja afuera o inferioriza los saberes y prácticas que no se ajusta a su paradigma. Así logra folklorizar las expresiones culinarias de los pueblos, sus conocimientos e imaginarios desde el discurso de la neutralidad científica, sin reconocerse como un corpus de ideas geopolíticamente situado y atravesado por relaciones de poder; que produce interpretaciones del mundo desde marcos de pensamiento que responden a sus propios intereses y formas de vivir. Estos conocimientos son luego aplicados por los Estados y organizaciones internacionales, privadas y políticas a través de programas para satisfacer las necesidades del hambre en diferentes poblaciones. Impone desde la colonialidad del poder los modelos de alimentación apropiados, seguros y desarrollados en detrimento de los que considera inapropiados, poco fiables y atrasados y desde estos presupuestos propone expandir el conocimiento y organizar la producción (ALBÁN ACHINTE, 2010).

EL MERCADO INDUSTRIAL GLOBALIZADO DE ALIMENTOS Y SUS EFECTOS SOCIOCULTURALES SOBRE QUIENES TRABAJAN LA TIERRA

La industrialización de la alimentación toma los espacios de producción material y de sentidos que tenían antes como protagonistas a las comunidades rurales, indígenas y campesinas y transforma así las formas de producir y los intercambios que se dan con el medioambiente. La comida se deslinda de los imperativos del tiempo y del espacio, se abandonan las dietas adaptadas a la temporalidad y la geografía de donde son consumidos y se subordina a los territorios a los intereses del mercado (TORRES, 2004). Se normaliza de esta forma el consumo de los alimentos prefabricados, congelados e instantáneos y los convierte en productos en los que no

se logran identificar claramente sus ingredientes ni su procedencia ni los procesos de elaboración que se efectuaron (FISCHLER, 1988).

El agronegocio globalizado elabora alimentos a través de procedimientos mecánicos, definidos con significantes objetivos y racionales, separando a las personas que elaboran los alimentos de quienes los consumen, a los productos de las características particulares de los territorios y de las relaciones sociales que se daban allí entre la población humana y los demás integrantes del ecosistema. Segmenta por etapas sus momentos de producción e individualiza los elementos que le son constitutivos. Decide qué alimento es mejor producir, cómo distribuirlo o comercializarlo. Organiza la producción de alimentos en función de sus intereses, necesitando cada vez menos mano de obra y deslindando por primera vez en la historia al trabajo agrícola de todas las demás relaciones sociales que no son del tipo industrial. (SHIVA, 2007; GARCIA GUERREIRO, WAHREN, 2016; MARTINEZ TORRES, ROSSET, 2016)

La llamada Revolución Verde a partir de los años '70 se convirtió en el canal a través del cual la producción industrial consolidó su hegemonía dentro mercado de la comida mediante planes socioeconómicos de promoción a la agricultura impuestos por las agendas corporativas, tanto nacionales como internacionales. De esta forma lo cosechado adopta la forma de commodities y se inserta en el mercado global de alimentos, logrando eliminar las barreras ecológicas y geográficas, que antes definían las opciones de lo que se podía comer en cada lugar. Su cada vez más expandido sistema de distribución y comercialización incluye productos comestibles de variados orígenes, ingredientes y sabores. Cobran protagonismo tanto las ingenierías que inventan maquinarias para las etapas de siembra y cosecha como las de orden biológico que desarrollan químicos y experimentan con la información genética de lo sembrado o sembrable. Estas tecnologías aplicadas al alimento industrializado permiten, a su vez, el avance de las fronteras de producción agrícolas que hace que tierras que antes no eran consideradas productivas para el agronegocio, por la razón de que no podían garantizarse las ganancias esperadas, ahora lo sean.

En la práctica puede afirmarse que estos avances científicos y las formas de producción, apropiación y uso de los territorios que han impuesto en el mercado globalizado favorecen a la concentración de tierras y capitales y a la formación de oligopolios, limitan la circulación y aplicación de conocimientos mediante su

patentamiento. Establecen que tipo de productos serán llevados a la venta y homogenizan la oferta para que esta se adapte a los mercados (ZANOTTI, EYNARD, 2010). De esta forma van reduciendo la diversidad de especies comestibles de origen vegetal y disminuyen las posibilidades comerciales de adquirir alimentos que contengan agroquímicos o modificaciones genéticas. Van, a su vez, generando consumidores dependientes de lo que ofrecen los mercados, al despojarlos de áreas con biodiversidad nativa para poder recolectar ingredientes locales o tierras comunitarias para sembrar y cosechar.

Se identifica que dentro del discurso hegemónico moderno/colonial los trabajos agrícolas no industrializados - lo mismo sucede generalmente con el trabajo manual - son inferiorizados, al igual que las cosmovisiones y saberes que les dan soporte. Concordando con estos preceptos, las ecofeministas plantean la necesidad urgente de volver a reconocer y valorar la labor de la agricultura campesina, indígena, comunitaria frente a la propuesta devastadora del agronegocio. Estas transformaciones impuestas desde el ámbito económico y político afectan las formas de trabajar la tierra, las tecnologías que se utilizan, el valor nutricional y los componentes de los alimentos y el sistema de distribución y comercialización de los mismos. La gran promesa de la Revolución Verde de lograr que todas las ciudadanas tengan el alimento necesario para la manutención de su vida y mejorar la vida de las trabajadoras de la tierra hasta el día de hoy no se ha cumplido. Incluso pueden hablarse de los efectos negativos a nivel económico y social que esta ha traído para quienes históricamente se han ocupado de estas tareas (MIES, SHIVA, 1997).

LOS EFECTOS DE LA INDUSTRIALIZACIÓN DEL ALIMENTO EN LA CONSERVACIÓN DE LA BIODIVERSIDAD Y LAS COCINAS BIOCULTURALES

La elaboración y consumo de alimentos está estrechamente vinculado a la reproducción simbólica y material de las comunidades humanas. Las transformaciones socioeconómicas y ambientales de los últimos 50 años a partir de las innovaciones tecnológicas en la producción de alimentos han generado variaciones en los códigos culinarios, especialmente en aquellos lugares donde la biodiversidad nativa presenta ingredientes particulares considerados comestibles, donde los saberes heredados de los pueblos prehispánicos que continúan siendo utilizados en los territorios.

A modo general, los códigos culinarios (GÓMEZ GARCÍA, 1993) se dan en un determinado espacio-tiempo y nuclea a su alrededor subjetividades y formas de identificación particulares. Cuando los alimentos son producidos con técnicas tradicionales agrícolas o recolectados dentro de los ecosistemas biodiversos locales, convergen en ellos valores que la población que los consume les asigna en materia nutricional, identitaria y para la prevención de enfermedades. Pueden conformar cocinas bioculturales, sistemas de conocimientos y prácticas de interacción con la naturaleza que dan un sentido de pertenencia e identidad con sus territorios. Debido a la interdependencia que presentan entre la diversidad biológica y la cultura, precisan ineludiblemente para su continuidad de la preservación de los ecosistemas diversificados y de vastas extensiones para poder reproducir aquellas variedades de colores, aromas y sabores que se encuentran en lo comestible que ofrecen (SANTOS *et. al*, 2019). Esta herencia social define los alimentos que serán ingeridos, moldea los gustos, establece la forma como serán preparados y establece modelos a seguir para la producción, distribución, intercambio o comercialización de los mismos, constituyéndose como una inmensa red de relaciones sociales que se teje para satisfacer las necesidades del cuerpo.

El borramiento constante de la historia que se da en el sistema-mundo colonial/moderno de otras maneras de organizar el trabajo, los métodos y los productos obtenidos contribuye al fortalecimiento de sus formas de imponer poder y saber. En el caso específico de los alimentos, la apropiación de los saberes culinarios de los pueblos sometidos durante la Colonia y el no reconocimiento de su verdadero origen que le permitieron a Europa posicionarse como creador de los fundamentos materiales que sostienen la vida actual. Esto continúa ejerciendo violencia epistemológica y colaborando con la creación nuevas formas de cooptación de conocimientos comunitarios y ancestrales para introducirlos de forma corporativa al mercado mundial de alimentos. Las acciones sistemáticas que se realizan para invisibilizar a esas formas otras de gestionar lo cotidiano o las denigran - ubicándolas como parte de una etapa anterior de la historia (CASTRO-GÓMEZ, GROSGOUEL, 2007) - logran calificarlas como obsoletas para satisfacer nuestras necesidades actuales.

En esta línea, podemos acerca de esta valoración de la cultura occidental actual del ser humano donde aquello que lo hace superior es su capacidad de estar por

encima de sus limitaciones orgánicas, ubicando aquí 'la' diferencia entre la humanidad y el resto de los seres vivos. La idea de control de lo "no-humano" constituye un mandato muy arraigado en el conjunto de saberes modernos y es uno de los pilares de la idea de 'modernidad'. (PÉREZ NEIRA, SOLER MONTIEL, 2013) Este desarrollo de una enorme variedad de técnicas es la manera en que Kroeber (1945) considera que el ser humano ha delineado su propio destino, gracias a esta superación de lo orgánico, que se constituye como su "*equipamiento superorgánico*", el cual le permite "liberarse" de la naturaleza. A este proceso acumulativo de experiencias adquiridas lo denominará cultura, que cumple así la función de ser el medio de adaptación a los diferentes ambientes ecológicos, el aparato que nos permite acoplar al entorno a nuestras necesidades modernas.

La cultura sería desde esta cosmovisión desarrollista (ESCOBAR, 2011) aquello que en primer lugar nos permite alterar la naturaleza, la capacidad humana de desarrollar tecnologías cada vez más complejas para gestionar sus necesidades. Esta forma de accionar sobre el mundo material propia de la modernidad coloca en el centro de su cosmovisión a la capacidad para dominar a la naturaleza, equiparándola con la idea de 'desarrollo cultural humano'. Aquí entra en juego nuevamente una doble oposición: entre elaborado y no elaborado; entre cultura y naturaleza (GÓMEZ GARCÍA, 1993).

Desde esta visión de la evolución social humana, es lógico considerar a la modificación del ecosistema como forma única de obtener alimentos de origen vegetal y fomentar las formas cada vez más industrializadas de hacerlo. Si consideramos que lo más avanzado y beneficioso para nuestra salud y satisfacción de necesidades se consigue a partir de la alteración constante, creciente y cada vez más compleja de la naturaleza, es lógico que se pase por alto la importancia que han tenido las prácticas locales de gestión alimentaria a lo largo de la historia de la alimentación humana.

FRENTE A LA DESLOCALIZACIÓN DE LOS ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS, LAS PROPUESTAS DE LA SOBERANÍA ALIMENTARIA Y LOS MOVIMIENTOS AGROECOSUSTENTABLES

Las industrias globalizadas y tecnologías aplicadas a la elaboración de alimentos han logrado por primera vez eliminar las barreras espacio-temporales que antes delineaban las posibilidades de consumo de las sociedades.

Esta deslocalización de la producción de alimentos (AGUIRRE, 2016) se imprime en la descentralización y difuminación de las responsabilidades ambientales, sociales y culturales que deben asumir los actores que operan sobre los territorios para producir los alimentos, así como también de los relativos a la salud y la seguridad acerca de los efectos a futuro que los comestibles pudieran generar. Esta, a su vez, genera también una desritualización de los alimentos (CONTRERAS, 2015), individualizándolos y reduciendo los momentos convivenciales en los que son elaborados, preparados o ingeridos.

Estos puntos cobran protagonismo al ser recogidos por los preceptos de la soberanía alimentaria, sobre el cual se apoyan las prácticas y los fundamentos de la agroecología y otras formas de agricultura sustentable. Esta se basa en revalorizar a los alimentos por su función social más que como mercancía, el respeto a todas las personas que trabajan como proveedoras de alimentos y que contribuyen al desarrollo ambiental sostenible, el acceso a la información acerca de los sistemas alimentarios y a una asistencia alimentaria adecuada, control local de los alimentos y rechazo a la privatización de los recursos naturales o bienes comunes, promoción del conocimiento tradicional y rechazo a las tecnologías que atenten contra los sistemas alimentarios locales como el monocultivo, la agroindustria y otros métodos destructivos. Confronta con la idea de la seguridad alimentaria (MARTÍNEZ TORRES, ROSSET, 2010) que separa al alimento de sus relaciones sociales de producción, distribución y acceso, de sus consecuencias ecosistémicas; así como tampoco tiene en cuenta a las subjetividades asociadas a su elaboración, historia, identificaciones culturales y su interrelación con el territorio y los momentos donde es consumido.

Esta visión fetichizada de la comida, que se presenta sólo como mercancía, esconde todo aquello que sucede previo a ser cocinado, sin tener en cuenta los contextos espacio-temporales y las afectividades que envuelven. Esto se remarca cuando las comunidades presentan formas alimenticias que les son particulares, diferentes a la dieta globalizada colonial/moderna, y que suelen estar interrelacionadas con otras expresiones y lógicas de funcionamiento interno que no están directamente vinculadas con el alimento.

Agruparemos dentro del concepto de **movimientos agroecosustentables** a las organizaciones ligadas a la agroecología y a otras técnicas de agricultura sustentable y a las comunidades indígenas y campesinas que reproducen su vida a

través de formas de autogestión alimentaria. También pueden incluirse en aquellos que se dedican a la recuperación, fortalecimiento y difusión de los saberes tradicionales, indígenas, campesinos y comunitarios a la hora de producir alimento.

Promulgan una gestión democrática y participativa de la tierra (GARCÍA, WAHREN, 2016) y el alimento mediante formas colectivas de organización. Además, reniega de la concepción utilitarista e instrumental de la naturaleza y animales no humanos. En este mismo sentido, explicitan y ponen en valor las interrelaciones entre quienes trabajan la tierra, el ambiente en el cual lo hacen y las relaciones que se tejen alrededor de estos aspectos y otras dimensiones de la vida humana. Muchas veces intentan recuperar formas tradicionales o ancestrales de hacer y combinarlas con los avances científicos modernos, enfatizando en la importancia de que los sistemas naturales y humanos que converjan de forma equilibrada para la reproducción de la vida. Se constituyen como una plataforma de lucha común (MARTINEZ TORRES, ROSSET, 2010) entre miles de organizaciones que promulgan la aceptación y exigen garantías para la preservación y persistencia de todas las formas de producción de alimentos, teniendo en cuenta su diversidad social y ecológica, las especificidades grupos humanos y de los territorios donde viven y las interacciones que se dan con todas demás las formas de vida.

Los movimientos agroecosustentables se consolidan dentro de este estadio de producción capitalista de alimentos industriales como guardianas de la biodiversidad (TOLEDO, 2003) y también de la preservación de sus cocinas bioculturales dependientes de la flora y fauna nativa. Presentan saberes y experiencias para el reconocimiento de lo comestible y las maneras de aprovecharlo gracias a su autogestión territorial dentro de su contexto histórico y territorial.

CONCLUSIONES FINALES

El alimento presenta en sí mismo siempre una doble condición, necesidad fisiológica e imagen simbólica (DELGADO, DELGADO, 2010), en cada mordisco se entremezclan nuestro ser biológico y nuestro ser cultural. A su alrededor se elaboran variadas representaciones que son culturalmente elaboradas y transmitidas y por este motivo se ven afectadas por los paradigmas dominantes de la época. Desde la mirada decolonial de las representaciones y prácticas asociadas a la producción y consumo de comestibles podemos encontrar los sesgos del androcentrismo, el

antropocentrismo y etnocentrismo, propios de los modos moderno/coloniales que concebir el mundo. Apoyándose en las propuestas elaboradas desde las ciencias naturales, sociales y de la salud contribuyen a moldear las ideas acerca de la alimentación actual, cuáles son los nutrientes necesarios para una vida saludable y de qué maneras obtenerlos. (ALBÁN ACHINTE, 2010) Fomentan el consumo de alimentos industriales, a pesar de tener probadas consecuencias negativas en torno a la salud, el medioambiente y el respeto y preservación de los grupos culturales.

Los avances de las tecnologías en los modos de producción de alimento generan una automatización cada vez mayor de los procesos de producción. Las ciencias químicas y biológicas junto con las ingenierías plantean grandes transformaciones en los productos que finalmente son comidos, tanto en sus formas de producción como concepciones que se generan entre los comensales. El aumento de la desconfianza frente a la calidad y origen de los alimentos y los impactos socioambientales que acarrea su producción se deben en parte a que los consumidores en general sólo conocen los lugares de distribución y los productos finales. La artificialización de la alimentación (CONTRERAS, 2015) y el consecuente desconocimiento de cómo se fabrican los alimentos, de las verdaderas materias primas utilizadas provocan una gran incertidumbre acerca de qué es en verdad lo que comemos y los efectos que genera en el cuerpo humano y en el medio ambiente-

Continuar desarrollando técnicas para expandir la capacidad humana de alterar las materias primas, automatizar y complejizar la producción agrícola para desarrollar nuevos comestibles, cada vez más alejados de sus formatos originales, es considerada como una solución a los problemas del hambre para las corrientes que adhieren al paradigma desarrollista, a pesar del fracaso histórico de las últimas décadas (SHIVA, 2020). Frente a esta transición actual donde el sistema alimentario mundial engendra cada vez más mecanismos de control para establecer que es lo que se puede comer, que es importante producir y cómo es la forma más eficiente de hacerlo, la investigación acerca de las formas particulares de gestionar lo alimenticio que se dan en territorios que conservan su biodiversidad nativa son muy importantes.

La posibilidad de integrar aquellos conocimientos y formas de hacer alternativas a las del proyecto de vida colonial/moderno permite abrir nuevas líneas de investigación que nucleen a proyectos de reforestación de plantas nativas, recuperación y estimulación de la biodiversidad y el análisis, documentación y

sistematización de formas de interrelaciones de retroalimentación entre trabajo humano con los procesos naturales del ecosistema pudieran ser muy provechoso para visualizar nuevas propuestas para el mejoramiento de los problemas actuales. La visibilización de dietas geo-localizadas que dependan de mantenimiento y reproducción de la biodiversidad nativa presentan un nuevo argumento para la defensa de los ecosistemas por ser imprescindibles para la persistencia de las cocinas bioculturales. De cara a los efectos del cambio climático, las proyecciones catastrofistas en relación al futuro y la pérdida acelerada de distintas formas de vida por la degradación ambiental, el volver a pensar formas de alimentación que degraden lo menos posible territorio, priorizando la preservación todas las formas de vida y promoviendo las distintas formas de autonomía cultural, puede brindarnos claves para ofrecer soluciones alternativas a los postulados del agronegocio y el mercado industrial de alimentos, formas de reducir los efectos contaminantes de nuestras prácticas y continuar elaborando soluciones para enfrentar la crisis climática y ambiental.

REFERENCIAS

ALBÁN ACHINTE, Adolfo. Comida y colonialidad. Tensiones entre el proyecto hegemónico moderno y las memorias del paladar. **Calle 14: Revista de investigación en el campo del arte**, vol. 4 n. 5, p. 10-23, julio-diciembre, 2010.

AGUIRRE, Patricia. Alimentación humana: el estudio científico de lo obvio. **Salud Colect**, v. 12 n. 4, p. 463-472, octubre, 2016. Disponible en: <https://doi.org/10.18294/sc.2016.1266>

CASTRO-GÓMEZ, Santiago.; GROSGOUEL, Ramon. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. **Nómadas** (Col), n. 27, p. 239-242, octubre, 2007.

CONTRERAS HERNÁNDEZ, J. La modernidad alimentaria. Entre la sobreabundancia y la inseguridad. **Revista Internacional De Sociología**, 63(40), p. 109–132, 2005.

DELGADO SALAZAR, Ramiro; DELGADO GIRALDO, Miguel. De gustemas y tecnemas: identidades culinarias de sabores y saberes. **Maguaré**, n. 24, 123-135, 2010.

ESCOBAR, Arturo. Una minga para el posdesarrollo. **Signo y Pensamiento**, v. 30 n. 58, p. 306-312, enero-junio, 2011.

FISCHLER, Claude. O.C.N.I: objetos comestibles no identificados. **Los Cuadernos del Norte**: Revista cultural de la Caja de Ahorros de Asturias, v. 9 n. 50, p. 94-96, 1988.

GÁRCIA GUERREIRO, Luciana; WAHREN, Juan. Seguridad Alimentaria vs. Soberanía Alimentaria: la cuestión alimentaria y el modelo del agronegocio en la Argentina. **Trabajo y sociedad**, n. 26, p. 327-340, jun., 2016.

GÓMEZ GARCIA, Pedro. Lo crudo, lo cocido y lo podrido: de las estructuras mitológicas a las culinarias. **Anthropologica**: Revista de Etnopsicología y etnopsiquiatría, v. 2 n13-14, p. 91-111, 1993.

LE COQ, Jean-François; GRISA, Catia. GUÉNEAU, Stéphane; NIEDERLE, Paulo. (Org.). **Políticas Públicas y Sistemas Alimentarios em América Latina**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2021.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo: teoría, crítica y perspectivas**. Barcelona: Icaria Editorial, 1997.

PÉREZ NEIRA, David; SOLER MONTIEL, Marta María. Agroecología y ecofeminismo para descolonizar y despatriarcalizar la alimentación globalizada. **Revista Internacional de Pensamiento Político**, v. 8, p. 95-113, 2013.

ROSSET, Peter Michael; MARTINEZ TORRES, Maria Elena. Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales. **Estudios Sociales**, v. 25 n. 47, p. 275-299, enero-junio, 2016.

SANTOS TANUS, Araceli; ALDASORO MAYA, Elda Miriam; ROJAS SERRANO, Coral; MORALES, Helda. Especies Alimenticias de Recolección y Cultura Culinaria: Patrimonio Biocultural de la comunidad popoloca Todos Santos Almolonga, Puebla, México. **Nova scientia**, León, v. 11, n. 23, 00014, 2019.

SHIVA, Vandana. **Biopiratería: el Saqueo de la naturaleza y el conocimiento**. Barcelona: Icaria Editorial, 2001.

TOLEDO, Victor M. Ecología, Espiritualidad y Conovimiento: de la sociedad de riesgo a la sociedad sustentable. **Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente**, México D.F., 2003.

TORRES, Graciela. El alimento, la cocina étnica, la gastronomía nacional: elemento patrimonial y un referente de la identidad cultural. **Scripta Ethnologica**, n. 26, p. 55-66, 2004.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**. v. 6 n. 2, p. 342-386, 2000.

ZANOTTI, Agustín; EYNARD, Martin. ¿Horizontes comunes? Algunas homologías entre las lógicas de producción del software y los alimentos. **Onteaiken**, v. 9 n.5, p. 92-104, 2010.

DISPUTAS PÚBLICAS ACERCA DA QUALIDADE DOS ALIMENTOS NO BRASIL: ESTUDO DE CASO A PARTIR DA TEORIA ATOR-REDE

PUBLIC DISPUTES ABOUT FOOD QUALITY IN BRAZIL: A CASE STUDY FROM THE ACTOR-NETWORK THEORY

DISPUTAS PÚBLICAS SOBRE LA CALIDAD DE LOS ALIMENTOS EN BRASIL: UN ESTUDIO DE CASO DESDE LA TEORÍA DEL ACTOR-RED

Vitória Giovana Duarte⁶

Resumo

A Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável é utilizada como estudo de caso para entender as disputas públicas relacionadas à qualidade dos alimentos no Brasil, analisando como a coalizão problematiza a qualidade dos alimentos processados entre 2016 e 2021. Essa pesquisa espera contribuir com as investigações sobre as disputas alimentares nas quais os grupos de ativismo alimentar no Brasil se inserem. Parto do princípio da teoria ator-rede de que, para entender a problematização feita pela Aliança, é necessário olhar para todo conjunto de atores, humanos e não humanos, que se alinham e constroem a organização em busca dos mesmos objetivos. Foram analisadas pesquisas, cartilhas e relatórios, produzidos e disponibilizados pela Aliança no seu site, a partir do uso do NVivo e da codificação por “nós”. Concluo que a coalizão enxerga os alimentos “ultraprocessados”, enquanto uma ameaça à alimentação adequada e saudável que defende, e responsabiliza a indústria pela publicidade excessiva e pelas informações confusas nos rótulos desses produtos. Por fim, ressalta-se também que o constante envolvimento em controvérsias permite que a organização e os temas que orientam suas ações fiquem em evidência e demonstrem quais são suas propostas para atingir os seus objetivos, tornando a rede sociotécnica na qual a coalizão se insere dinâmica e, portanto, resistente.

Palavras-chave: Ativismo alimentar no Brasil; Controvérsia alimentar; Alimentos industrializados; Teoria ator-rede; Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável.

Abstract

The Alliance for Adequate and Healthy Food is used as a case study to understand public disputes related to food quality in Brazil by analyzing how the coalition problematizes the quality of processed foods between 2016 and 2021. This research

⁶ Graduanda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e-mail: vitoriagduartw@gmail.com.

hopes to contribute to research on the food disputes in which food activism groups in Brazil are embedded. I start from the principle of actor-network theory that, in order to understand the problematization made by the Alliance, it is necessary to look at the whole set of actors, human and non-human, who align and build the organization in pursuit of the same goals. Researches, primers, and reports, produced and made available by the Alliance on its website, were analyzed using NVivo and coding by "nodes". I conclude that the coalition sees "ultra-processed" foods as a threat to the adequate and healthy food it advocates, and holds the industry responsible for excessive advertising and confusing information on the labels of these products. Finally, it is also noteworthy that the constant involvement in controversies allows the organization and the themes that guide its actions to be in evidence and to demonstrate what its proposals are to achieve its goals, making the socio-technical network in which the coalition is inserted dynamic and, therefore, resilient.

Keywords: Food activism in Brazil; Food controversy; Processed food; Actor-network theory; Alliance for Adequate and Healthy Food.

Resumen

La Alianza por una Alimentación Adecuada y Saludable se utiliza como estudio de caso para comprender las disputas públicas relacionadas con la calidad de los alimentos en Brasil, analizando cómo la coalición problematiza la calidad de los alimentos procesados entre 2016 y 2021. Esta investigación espera contribuir a la investigación sobre las disputas alimentarias en las que están inmersos los grupos de activismo alimentario en Brasil. Parto del principio de la teoría del actor-red según el cual, para comprender la problematización realizada por la Alianza, es necesario observar el conjunto de actores, humanos y no humanos, que se alinean y construyen la organización en pos de los mismos objetivos. Las investigaciones, cartillas e informes, producidos y puestos a disposición por la Alianza en su sitio web, se analizaron mediante NVivo y codificación por "nodos". Llego a la conclusión de que la coalición considera que los alimentos "ultraprocesados" son una amenaza para la dieta adecuada y sana que defiende, y responsabiliza a la industria del exceso de publicidad y de la información confusa que aparece en las etiquetas de estos productos. Por último, también cabe destacar que la constante participación en controversias permite que la organización y los temas que guían sus acciones estén en el centro de atención y demuestren lo que propone para alcanzar sus objetivos, lo que hace que la red sociotécnica en la que se inserta la coalición sea dinámica y, por lo tanto, resiliente.

Palabras Clave: Activismo alimentario en Brasil; Controversia alimentaria; Alimentos procesados; Teoría del actor-red; Alianza por una Alimentación Adecuada y Saludable.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável é utilizada como estudo de caso para entender as disputas públicas relacionadas à qualidade dos alimentos no Brasil, buscando analisar como a coalizão problematiza a qualidade

dos alimentos “ultraprocessados”⁷ entre 2016, ano da sua criação e 2021, ano em que comecei a realizar a pesquisa. Para isso, espera-se: i. mapear as campanhas desenvolvidas e divulgadas pela Aliança; ii. analisar como a Aliança responsabiliza criticamente a indústria alimentícia pela produção e pela publicidade dos alimentos ultraprocessados; iii. analisar como a Aliança interpreta o papel do Estado na construção de uma alimentação adequada e saudável; e iv. mapear os atores envolvidos na rede de associações das campanhas da Aliança.

Entre as campanhas (co)ordenadas pela organização, delimito três ações promovidas pela Aliança como objetivo de análise da minha pesquisa: “Rotulagem Nutricional Adequada Já!” (2016-2020), “Mamata dos Refrigerantes” (anteriormente chamada de “Tributo Saudável”) (2020 - atual) e “Candidato(a), o que tem no seu prato?” (2018 e 2020). As duas primeiras foram selecionadas porque apresentam um volume maior de material para pesquisa em relação às demais campanhas da Aliança, além de serem as duas com maior “investimento” de divulgação nas plataformas digitais do grupo. A terceira campanha ganha relevância por ser um caso-exemplar do que é apontado pela literatura sociológica sobre ativismo alimentar no Brasil: a ideia de que o foco do ativismo no país está em pressionar o Estado e seus representantes, e não tanto as empresas (PORTILHO, 2020), para a promoção do que considera uma alimentação adequada e saudável. Ela também se destaca pelo seu potencial de continuidade, já que o grupo aparenta ter interesse em tornar a campanha recorrente em todos os anos de eleição⁸.

Como identificado por Portilho (2020), o termo “ativismo alimentar” é raramente mobilizado na literatura sobre movimentos sociais relacionados à alimentação. Nesse sentido, essa pesquisa situa-se nos campos da História do Tempo Presente e dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e dos Movimentos Sociais, e espera contribuir com as investigações sobre as disputas alimentares nas quais os grupos de ativismo alimentar no Brasil se inserem, além de expandir a discussão sobre a própria linha de pesquisa em ativismo alimentar.

⁷ Os alimentos “ultraprocessados”, de acordo com a Classificação NOVA (MARTINS *et al*, 2013), são produzidos a partir de formulações industriais que não possuem nenhum alimento *in natura* ou minimamente processados como base, formadas essencialmente por: amido, gorduras, sal, açúcar, aditivos hiperpalatáveis (e.g. aromatizantes, corantes, texturizantes, intensificadores de sabor), e proteínas extraídas de alimentos. São exemplos de ultraprocessados: refrigerantes, macarrão instantâneo, bolachas e doces e sopas instantâneas.

⁸ Um terceiro momento dessa campanha foi iniciado com o período eleitoral de 2022.

Uma vez que o que proponho é voltar minha análise à Aliança e entender o que ela problematiza em relação à qualidade dos alimentos processados e de qual forma faz com que certas práticas alimentares se tornem um problema, minha análise documental se restringe a fontes nativas digitais, produzidas pela coalizão e/ou assinados em parceria com a Aliança⁹. O método de análise consistiu na utilização do NVivo e a codificação do material em “nós”. Os “nós” definidos para o estudo sobre as fontes selecionadas foram: i. o que é uma alimentação adequada e saudável para a Aliança; ii. como a Aliança interpreta o papel do Estado na construção de uma alimentação adequada e saudável; iii. como a Aliança responsabiliza criticamente as empresas pela produção e pela publicidade dos alimentos processados; iv. quais são as propostas da Aliança para a estruturação de uma alimentação adequada e saudável em cada uma das campanhas selecionadas; e v. quais são os objetivos das campanhas selecionadas e principais argumentos apresentados à sociedade civil. A partir dessas codificações, pude analisar as questões dentro de cada um dos materiais separados.

Esse artigo é dividido em 3 partes. Em um primeiro momento, apresento meu referencial teórico, o qual utilizei para pensar a problematização feita pela Aliança em relação aos alimentos “ultraprocessados” enquanto realizava a análise das fontes. Depois, apresento a Aliança e as campanhas recortadas para análise e discorro sobre minha análise a partir da divisão dos “nós” criados para leitura do material, articulando-a com o que foi discutido na primeira sessão. Por fim, nas considerações finais do artigo, retomo alguns pontos trabalhados ao longo do manuscrito enquanto respondo os objetivos delimitado para pesquisa.

REGIMES ALIMENTARES, ATIVISMO ALIMENTAR NO BRASIL E REDES SOCIOTÉCNICAS DINÂMICAS

Regimes alimentares são formas de produzir e consumir alimentos e estão em constante reestruturação (FRIEDMANN, 2005). Eles são frutos de uma dinâmica específica, situada em um espaço-tempo da alimentação, que nos permite compreender a interação entre os diferentes atores (e.g. movimentos sociais, empresas, Estado, agricultores) envolvidos na produção de alimentos. Uma das

⁹ Todos os documentos analisados estarão identificados ao final do artigo, na seção “Fontes”.

dinâmicas que marca o surgimento de novos regimes, são controvérsias entre atores, como os movimentos sociais e a indústria alimentícia, que levam a normas implícitas sobre alimentação, ajudando a explicar como normas institucionais são produzidas. Segundo a literatura sociológica (FRIEDMANN, 2005; MCMICHAEL, 2005), existem dois regimes alimentares revisados e estabelecidos: o primeiro regime alimentar, colonial-diaspórico, tinha a livre troca e o trabalho familiar como centro da sua dinâmica; o segundo, mercantil-industrial, caracterizou-se pela forte presença das indústrias na agricultura. Atualmente, um terceiro regime está se consolidando e divide a análise de especialistas. Para Friedmann (2005), esse terceiro emerge justamente a partir de tensões entre grupos sociais e corporações: após um vasto número de críticas relacionadas à forma de produção alimentar do sistema capitalista e seu impacto no ambiente, no novo regime alimentar a indústria alega preocupar-se em atender as demandas desses movimentos sociais e se compromete a respeitar os limites da Natureza em termos de produção, além de promover sua marca a partir dessas medidas "progressistas".

Diferente da nomenclatura que McMichael (2005 *apud* OTERO, 2012) sugere, de “regime alimentar corporativo”, a qual implica no protagonismo da indústria alimentícia nessa nova fase, Otero (2012) defende que uma tradução mais adequada da dinâmica imposta pelo novo regime nos países da América Latina seria “regime alimentar neoliberal”. Isso porque, para Otero (2018), o que o neoliberalismo do sul americano fornece não é um “Estado mínimo”, mas sim um Estado que retira as proteções sociais que garantia anteriormente e cria no seu lugar medidas que protegem alguns poucos grupos de interesse. No mesmo sentido, Turin (2019) argumenta que neoliberalismo se tornou um conceito sócio-político fundamental (KOSELLECK, 2006) e, por isso, ele é polissêmico e ambivalente. Para Turin (2019), um dos aspectos fundamentais da racionalidade neoliberal é que ela consegue permear e reconfigurar as instituições e os indivíduos como atores de mercado, inclusive o Estado. Ou seja, Turin (2019) e Otero (2012) argumentam que o neoliberalismo na América Latina não está conectado a uma ideia de uma intervenção mínima, mas sim a de uma crescente despolitização do Estado e da esfera pública, invadidos pela razão de mercado que promove uma nova tecnologia de governo, a qual reproduz e dá respaldo aos valores neoliberais, como de empreendedorismo, flexibilidade, resiliência, eficácia, entre outros.

Em outras palavras, Otero (2018) argumenta que o Estado permanece sendo o ator-chave para compreendermos a funcionalidade desse novo regime porque ainda é ele quem regula as normas do mercado. Mesmo que as corporações tenham conseguido um papel de maior destaque nessa terceira fase, elas permanecem dependentes do aval governamental, de modo que reforçam e investem cada vez mais nas suas estratégias de *lobby*, buscando não apenas influenciar as decisões do governamentais, mas também permear as estruturas do Estado, promovendo principalmente uma ideia de responsabilidade individual dos consumidores, os quais não precisariam da proteção social do Estado porque “são capazes de fazer suas próprias escolhas”. Dessa forma, o que Otero (2012) propõe é que pensemos que o centro do novo regime alimentar ainda seja ocupado pelo Estado, mas outro Estado, um completamente atravessado pela lógica da indústria.

No Brasil, organizações que promovem uma agenda de ativismo alimentar, têm voltado sua atenção para os riscos alimentares ligados à produção industrial (PORTILHO, 2020), sobretudo com o protagonismo das grandes redes de supermercados no fornecimento e distribuição de alimentos em centros urbanos. Com a centralidade do supermercado (MATIOLI; PERES, 2020) e de grandes produtores, novas dinâmicas, que valorizam a qualidade e a origem dos alimentos, passaram a ser pensadas (DAVID, GUIVANT, 2020). Esse cenário contribuiu para demonstrar a importância do papel que os consumidores desempenham nas questões discutidas pelos ativistas alimentares (PORTILHO, 2020) e realocou as formas de consumo (e.g. origem do produto, processos pelos quais ele passou) e o próprio consumidor para o centro das discussões sobre alimentação (CASSOL; SCHNEIDER, 2015; SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016).

Para Portilho (2020), o ativismo alimentar no Brasil pode ser dividido em duas gerações: a primeira, cujas ações principais aconteceram na esfera institucional do Estado, com o predomínio de críticas éticas e à desigualdade de distribuição, sendo os ativistas da área da saúde seus principais porta-vozes; e a segunda, na qual a Aliança se insere, que não extingue as demandas da primeira, mas traduz e agrega pautas de movimentos ambientalistas e discussões sobre os riscos alimentares ligados à produção industrial. Portilho (2020) ainda identifica que a principal forma de ativismo das organizações brasileiras (tanto da primeira quanto da segunda geração)

são as ações de *advocacy*¹⁰, que visam pressionar o Estado e parlamentares para a construção de políticas públicas. Assim, diferentemente do que ocorre em países do Norte global, os grupos brasileiros focam suas demandas no Estado, e não no mercado.

As organizações de ativismo alimentar brasileiras, embora considerem importante a ação individual dos consumidores, entendem que ter seu foco voltado para uma configuração institucional é uma estratégia melhor para solidificar suas reivindicações. Pressionar órgãos federais para regulação de anúncios, rótulos e embalagens (BURLANDY, 2011; DUARTE, 2021) são exemplos de como os grupos de ativismo alimentar no Brasil preferem agir. A campanha “Rotulagem Nutricional Adequada Já!”, que defendia a presença de rótulos frontais, os quais avisam o consumidor sobre os altos níveis de sódio, açúcar e gordura saturada nos alimentos é um caso exemplar de como essas organizações preferem se mobilizar.

Ao estudarem o funcionamento de três movimentos sociais, Rosa *et al* (2020) observam, a partir da perspectiva da teoria ator-rede, que é a instabilidade (e.g. novas associações, envolvimento em controvérsias) e a heterogeneidade nas associações internas e externas que permitem que um movimento prospere. Movimentos, por exemplo, com associações fracas e que não se envolvem em controvérsias que permitem que eles demonstrem a quem e como se associam, tendem a perder sua relevância. Com a diminuição da heterogeneidade na sua rede, o movimento se estabiliza e passa a depender de um número muito limitado de relações, resultando no seu declínio. Ou seja, são os aliados, recursos e o envolvimento em controvérsias que permitem que esses movimentos continuem crescendo. A partir da análise das campanhas da Aliança, argumento nas seções subsequentes, baseada na tese dos autores, que a coalizão faz parte de uma rede sociotécnica¹¹ dinâmica (porque é instável e heterogênea) e, portanto, resistente.

¹⁰ *Advocacy* é uma ferramenta utilizada por organizações da sociedade civil, as quais buscam representar os interesses de um grupo ou causa específica, de modo que mobilizem atores para a criação de uma campanha com a finalidade de influenciar a formulação de políticas e o destino de recursos públicos que atendam às necessidades da parcela social a qual representam.

¹¹ Uma rede sociotécnica se refere ao conjunto de atores, humanos e não humanos, que se alinham e colaboram entre si em torno de um interesse comum, sem a hierarquização de um ator em relação ao outro (LATOUR, 2012).

A ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

Entre as diversas organizações da sociedade civil que atuam com questões relacionadas à alimentação no Brasil, delimito como foco empírico da minha pesquisa a análise da atuação da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, uma coalizão de diversas organizações. Ela surgiu em outubro de 2016, no contexto do processo regulatório para uma nova rotulagem alimentar brasileira, e voltou seus esforços à obrigatoriedade do rótulo frontal e à escolha de um modelo que, segundo ela, comunicaria melhor o nível real de saudabilidade dos alimentos altamente processados. Enquanto dava continuidade à campanha sobre a revisão das normas de rotulagem brasileira, a Aliança continuou e ainda continua se envolvendo em outras controvérsias alimentares. Para essa análise, foram selecionadas três campanhas da organização: “Rotulagem Nutricional Adequada Já!”, “Mamata dos Refrigerantes” e “Candidato(a), o que tem no seu prato?”, como supracitado.

Desde a sua criação, além da “Rotulagem Nutricional Adequada Já!”, que reivindicava (entre outras coisas) um rótulo nutricional frontal nos alimentos com o alto nível de nutrientes prejudiciais à saúde, a Aliança coordenou outras campanhas que situam os alimentos com alto nível de processamento enquanto antagonistas na busca de uma alimentação adequada e saudável. “Mamata dos Refrigerantes” defende o aumento do imposto cobrado sobre as bebidas açucaradas (e.g. refrigerantes, sucos industrializados), considerando que isto resultaria na diminuição do seu consumo. O aumento no consumo de alimentos com alto nível de processamento pela população brasileira desde 1980, assim como o registro de pessoas com Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (LOUZADA *et al.*, 2015; MONTEIRO; CANON, 2012) passou a ser problematizado pela Aliança com o intuito de tentar impedir o avanço da indústria de alimentos processados no menu brasileiro, recorrendo a dezenas de aliados para construção e divulgação das suas campanhas.

A mesma lógica de incentivo a uma alimentação livre de alimentos processados a partir da pressão sobre representantes do Estado é vista na terceira campanha escolhida. Dividida em 2 momentos, 2018 e 2020, “Candidato, o que tem no seu prato?” consiste na elaboração de uma carta de compromisso a ser enviada às e aos candidatas(os) a vagas governamentais, a qual as(os) pressiona a inserir em suas plataformas de campanha o comprometimento com políticas públicas para a promoção da alimentação adequada e saudável.

REUNINDO ATORES: COMO A ALIANÇA CONSTRÓI A IDEIA DE UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

Antes de analisar a fundo as características singulares de cada uma das campanhas, considere importante entender o que a organização considera uma alimentação adequada e saudável e como ela comunica isso ao seu público-alvo. Em todos os documentos é possível perceber que a alimentação adequada e saudável é sempre colocada da mesma forma: uma dieta à base de alimentos *in natura*, com pouco consumo de alimentos processados e que evite ultraprocessados. Além disso, a prática alimentar também deve ser adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo, tendo variedade, equilíbrio, moderação e prazer no que compõe o seu cardápio.

Os termos mencionados acima, utilizados pela organização para definição de uma alimentação adequada e saudável são parte da classificação brasileira NOVA, que divide os alimentos em 4 grupos, separados conforme os níveis de processamento e tratamento pelos quais são submetidos durante sua produção (MARTINS *et al*, 2013): alimentos *in natura* e alimentos minimamente processados; ingredientes culinários processados; alimentos processados; e alimentos ultraprocessados. A classificação é uma parte importante dos recursos mobilizados pela coalizão para elaborar suas críticas e um ponto importante na trajetória de como a organização problematiza a qualidade dos alimentos no Brasil. O último grupo, dos alimentos ultraprocessados, é o mais criticado pela Aliança e suas respectivas campanhas. O termo é utilizado pela Aliança em todos documentos analisados durante essa pesquisa e equivale a termos anteriormente usados pelos mais diversos grupos de ativismo alimentar do Brasil, como “comida porcária” ou o seu equivalente em inglês “*junk food*”, e “alimentos com alto nível de processamentos”.

Esses alimentos são considerados pela literatura médica produtos de baixo custo que, mesmo sem possuir nenhum alimento completo como base, se tornam (hiper)palatáveis para consumidores devido aos aditivos presentes na sua composição (Martins *et al*, 2013). Eles são feitos para serem consumidos a qualquer hora, sem necessidade de preparo, ou no caso de produtos congelados, com preparo rápido, consumidos ao longo do dia para substituir alimentos como frutas e água, tendendo a limitar o consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados. E, devido ao seu excesso em sal, açúcar e gordura, e da falta de alimentos *in natura*

na formulação, eles possuem uma composição nutricional desbalanceada, aumentando o risco de doenças crônicas e de deficiências nutricionais (BRASIL, 2014). Nesse sentido, a Aliança antagoniza os alimentos ultraprocessados (e consequentemente a indústria que os fabrica) e os considera uma ameaça à alimentação adequada e saudável, uma vez que acredita que o aumento na aquisição deles resulta, consequentemente, na diminuição do consumo de alimentos *in natura* e causa danos a longo prazo ao corpo humano e ao meio ambiente.

Com a parceria de outras organizações de ativismo alimentar (e.g. Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor, *Slow Food*, ACT - Promoção da Saúde), seu *site* e os materiais divulgados nele (relatórios, cartas, abaixo-assinados, etc), as campanhas, a classificação NOVA e o conhecimento médico que mobiliza, a Aliança faz parte de uma rede sociotécnica, cujos atores atuam juntos em busca do mesmo objetivo: a promoção de uma alimentação adequada e saudável, com maior consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados e sem espaço para alimentos ultraprocessados.

A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DE UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

Quando se trata de pensar o papel do Estado na construção de uma alimentação adequada e saudável, a Aliança mantém a linha argumentativa em todas as campanhas analisadas e estabelece medidas que defendem como responsabilidade governamental muito similares, tendo como diferença apenas a ênfase que dá a cada uma delas. As três campanhas da Aliança enfatizam o papel essencial do Estado na implementação de políticas públicas e regulatórias promotoras da saúde, além do controle da implementação dessas normas, reforçando o argumento de Portilho (2020) sobre as ações de *advocacy* focarem na pressão ao Estado. Para isso, a coalização convoca frequentemente o auxílio dos demais cidadãos da sociedade civil, por chamados para participação em Consultas Públicas, envio de cartas para candidatos a vagas governamentais, entre outros.

Para Aliança, são as ações de governança em níveis internacional, nacional e local que possibilitam avançar com soluções que promovam a alimentação adequada e saudável de forma ampla e contínua. Essas ações também devem garantir a representação equitativa de atores-chave dos diferentes setores: atores públicos,

sociedade civil e os atores do setor privado — que, para organização, deve se estender somente a empresas que possuam produtos, práticas e políticas que defendam o que ela imagina enquanto uma alimentação adequada e saudável (NUPENS/USP, CÁTEDRA, 2021). Ou seja, a Aliança defende que não deve existir espaço para representantes das corporações que produzem alimentos ultraprocessados nos Grupos de Trabalho montados pelo Estado para discutir normas e práticas alimentares da população brasileira.

Em “Rotulagem Nutricional Adequada Já!”, a Aliança coloca o Estado como o responsável, sobretudo, pelo controle de como as informações sobre a composição dos produtos ficam dispostas nas embalagens deles. Para organização, o Estado deve sancionar leis que padronizem e regulem como as empresas dispõem essas informações (nível de açúcar, sódio, gordura saturada, entre outros) nos seus rótulos, uma vez que é por meio deles que o consumidor acessa o seu direito básico de informações que devem possibilitar a compreensão do que compõem o alimento e, conseqüentemente, do seu nível de saudabilidade. Isso significa que a coalizão enxerga as informações dispostas pela indústria alimentícia nas embalagens dos produtos, sem um maior controle e exigência de padronização por parte do Estado, propositalmente confusas, a fim de enganar o consumidor sobre o nível de saudabilidade dos alimentos, principalmente os ultraprocessados. Nesse sentido, Estado entra com a responsabilidade de assegurar que essas informações estejam dispostas de forma clara, objetiva e compreensível, a fim de facilitar a interpretação dos consumidores sobre o produto e, como consequência, diminuir o consumo de ultraprocessados (UNC, 2021).

Em “Mamata dos Refrigerantes”, as políticas tributárias atuais do Brasil são colocadas como um dos agravantes na troca de alimentos adequados e saudáveis por alimentos ultraprocessados, uma vez que estimulam a cadeia produtiva de bebidas adoçadas por meio de incentivos fiscais, tornando o preço desse tipo de produto mais acessível para a população (ACT; FIPE, 2021). O que a organização argumenta é que esse incentivo fiscal, somado ao apelo publicitário dos produtos ultraprocessados, possuem um papel fundamental na mudança dos comportamentos alimentares dos brasileiros, que cada vez mais incorporam alimentos ultraprocessados na sua dieta. Com essa campanha, a Aliança critica e ataca o *lobby* feito pela indústria de bebidas sobre o Estado e lançam mão da literatura médica (e.g

MONTEIRO; CANON, 2012; MONTEIRO, 2016;) para defender uma Reforma Tributária que revise e coloque um fim nos subsídios oferecidos à indústria de refrigerantes. Ela enfatiza que reduzir o consumo dessas bebidas significa, consequentemente, reduzir o número de DCNTs, como diabetes e doenças cardiovasculares, ocasionadas pelo consumo excessivo de açúcar e cujo tratamento acarreta altos gastos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Com isso, o que a Aliança faz é responsabilizar as corporações e o Estado pelo impacto que os incentivos fiscais e o consumo das bebidas açucaradas possuem na saúde da população brasileira e nos cofres do governo.

Na campanha “Candidato(a), o que tem no seu prato?” (2018 e 2020) a coalizão apresenta propostas as quais demandam do Estado — e dos governantes em questão — que inúmeras questões sejam adicionadas em suas agendas políticas. Um exemplo disso é implementação de medidas que desestimulem o consumo de alimentos considerados prejudiciais à saúde, a partir de regulamentos que proíbam a promoção comercial e publicidade infantil no ambiente escolar, que melhorem as informações nos rótulos de alimento e que restrinjam a publicidade de alimentos ultraprocessados, além da criação de políticas públicas que incentivem a produção e comercialização local de alimentos adequados e saudáveis (alimentos *in natura*), que deem prioridade à agricultura familiar e a produção de base agroecológica (ALIANÇA, 2018; ALIANÇA, 2020). Bem como nas outras campanhas, a Aliança recorre aos demais membros da sociedade civil para pressionar o Estado e seus representantes a atenderem suas demandas. Nas duas primeiras, essa mobilização ocorre através da convocação para Consultas Públicas, nessa, a uma cobrança mais direta.

Assim, a pressão que a coalizão exerce para mudanças no sistema alimentar é voltada ao Estado, e não ao mercado de alimentos. Ao mesmo tempo, a Aliança entende que existe um intenso *lobby* da indústria sobre os representantes governamentais para manutenção dos seus interesses e, por isso, recorre a outros atores (campanhas, consumidores, outras organizações de ativismo alimentar, classificação NOVA, etc.) para dar força às suas demandas. Com as campanhas, os outros grupos de ativismo alimentar e os argumentos mobilizados nelas, a Aliança busca transformar consumidores engajados em aliados na reivindicação dessas mudanças ao Estado, demonstrando a ampliação de atores (humanos) com papéis centrais a partir do regime alimentar emergente e nessa segunda geração do ativismo

alimentar no Brasil. Mesmo que os representantes da indústria alimentícia tenham um claro papel de destaque nessas controvérsias, o poder de regulamentação que o Estado tem faz com que ele permaneça no centro desse novo regime alimentar em que essas disputas se organizam.

MAPEANDO ANTAGONISTAS: COMO A ALIANÇA RESPONSABILIZA CRITICAMENTE AS EMPRESAS PELA PRODUÇÃO E PELA PUBLICIDADE DOS ALIMENTOS PROCESSADOS

Com o auxílio da literatura médica, a Aliança contextualiza a ascensão do número de pessoas com DCNTs no Brasil (LOUZADA *et al.*, 2015; MONTEIRO; CANON, 2012), na década de 1980, em concomitância com o aumento no consumo de alimentos com alto nível de processamento pela população brasileira. Dessa forma, ela torna o consumo desses alimentos um problema, transformando a indústria alimentícia e de bebidas e os seus respectivos produtos ultraprocessados em antagonistas em relação à alimentação adequada e saudável que defende, e mobiliza diversos atores para promoção de medidas que impeçam o avanço de alimentos ultraprocessados na dieta brasileira. A organização coloca o *lobby* corporativo como a principal ferramenta para influenciar os representantes do Estado contra as políticas de saúde pública que incentivam uma alimentação adequada e saudável que ela defende (GHAI, 2021). Além disso, o grupo considera que a publicidade realizada pela indústria alimentícia seduz os clientes, que muitas vezes são persuadidos a comprarem, sobretudo produtos ultraprocessados, por artifícios como itens de edição limitada, associação a personagens famosos, alegações nutricionais equivocadas, brindes colecionáveis e descontos.

Com base na classificação NOVA, a crítica central da Aliança em relação à produção e à promoção dos produtos comercializados pela indústria é voltada aos alimentos ultraprocessados. Os argumentos desenvolvidos por especialistas da área da nutrição são utilizados pela coalizão para antagonizar esse grupo de alimentos (os ultraprocessados) em relação à alimentação adequada e saudável que ela defende. Além de não conterem nenhum alimento “completo” na base da sua fabricação (e, portanto, não serem saudáveis), os ultraprocessados estão amplamente associados a modos de comer que induzem o consumidor ao consumo excessivo e tomam o lugar de refeições baseadas em alimentos *in natura* ou minimamente processados. E mais do que isso, para a coalizão, a indústria de alimentos e bebidas coloca a saúde pública

em segundo plano e prioriza manter seus lucros ao usarem várias táticas para influenciar os governos, desacreditar a ciência e ganhar apoio público em tomadas de decisões que favoreçam as suas demandas (GHAÍ, 2021).

Em outras palavras, não apenas os grupos de ativismo alimentar, como os representantes da indústria alimentícia, também enxergam o Estado como um ator-chave nas discussões alimentares contemporâneas e, por isso, voltam tantos esforços para influenciar decisões governamentais sobre normas alimentares, participando de decisões públicas, como o processo de regulação do novo rótulo nutricional frontal.

AS PROPOSTAS DA ALIANÇA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

Embora isso seja abordado em todas as campanhas selecionadas, é em “Rotulagem Adequada Já!” que a Aliança crítica mais diretamente os alimentos ultraprocessados. As principais propostas da organização nessa campanha envolvem medidas que alertam os consumidores sobre o risco de agregar produtos ultraprocessados nas suas dietas. O foco central dela é o uso de um rótulo frontal em forma de triângulo preto, inspirado em um modelo anteriormente aprovado pelo governo chileno e incorporado nos produtos ultraprocessados comercializados no país, o qual alertaria o consumidor sobre o excesso de açúcar, sódio e gorduras totais e saturadas, além da presença de adoçante e gordura trans em qualquer quantidade (NUPENS/USP, CÁTEDRA, 2021; VITAL STRATEGIES, 2018). Segundo a literatura médica já mencionada, esses nutrientes são comumente encontrados, principalmente, em ultraprocessados, reforçando a narrativa de antagonismo desses produtos em relação à alimentação adequada e saudável defendida pela Aliança.

Além do selo de advertência, as propostas da Aliança incluíam uma revisão sistemática nas normas vigentes de rotulagem, já que pesquisas, como a realizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)¹², um dos seus aliados nessa controvérsia, apontavam que a maioria dos consumidores tinha dificuldades em interpretar as informações dispostas nas embalagens dos produtos. Dessa forma, a Aliança defendia que os rótulos nutricionais possuísem fundo branco para garantir o contraste com a embalagem, tamanho mínimo de letra, uma base de declaração

¹² Disponível em: <<https://idec.org.br/em-acao/revista/rotulo-mais-facil/materia/o-rotulo-pode-ser-melhor>> Acesso em: 01 de dezembro de 2021.

padronizada (100g ou pela embalagem completa), entre outros. A Aliança, assim como o Idec, propunha que os produtos que levassem esses selos de advertência ficassem proibidos de qualquer tipo de publicidade voltada ao público infantil, como personagens estampados nas embalagens ou brindes, e até mesmo alegações nutricionais que passassem a noção de saúde, como “rico em ferro”, por entender que esses mediadores¹³ reunidos pelas corporações são usados de forma proposital e equivocada para atrair e confundir os consumidores em relação a saudabilidade dos alimentos ultraprocessados.

A proposta da “Mamata dos Refrigerantes” é que seja feita a extinção dos subsídios fiscais para o setor de bebidas adoçadas e uma maior tributação para as bebidas adoçadas, bem como para o tabaco e o álcool, a partir da Reforma Tributária que está sendo discutida pelo Congresso Nacional. Ou seja, é um movimento da Aliança de responsabilizar as corporações de bebidas ultraprocessadas pelos efeitos que os seus produtos ajudam a produzir na saúde pública. Para esses atores, uma tributação maior representaria uma nova fonte de recursos para financiamento de programas e serviços sociais e de saúde pública, sem que fosse notada perda de empregos e impactos na economia (como argumenta os representantes da indústria), os quais expandiriam a capacidade da proteção social do Estado em relação à segurança alimentar da população. Isso demonstra como as reivindicações atuais dos grupos de ativismo alimentar no Brasil conseguem juntar as críticas aos riscos alimentares ligados à produção industrial com as demandas éticas e sobre desigualdade de distribuição.

Em “Candidato(a), o que tem no seu prato?” de 2018, as propostas da Aliança foram um conjunto de medidas que a coalizão enxergava como necessárias para serem integradas na agenda de políticos que tivessem interesse em promover uma alimentação adequada e saudável. A lista de propostas continha alguns itens também observados na campanha da rotulagem (ainda vigente na época), como a proibição da publicidade dirigida ao público infantil nos alimentos industrializados, a restrição da publicidade de alimentos ultraprocessados e a melhoria da informação nos rótulos de alimentos (ALIANÇA, 2018). Na campanha de 2020, a Aliança montou uma carta às e os candidatas(os) mais elaborada (no formato de cartilha, diferente do texto corrido

¹³ Mediador é o elemento humano ou não humano que promove ações e associações na rede (LATOURE, 2012).

apresentado em 2018) e manteve as propostas, diferenciando apenas o destaque dado a cada uma delas (ALIANÇA, 2020). Em 2018, a carta continha 10 propostas em destaque. Em 2020, foram 4 propostas destacadas, mas que contemplavam todos os itens listados da carta anterior — com exceção das questões vinculadas à rotulagem de alimentos, citadas apenas uma vez e de forma muito breve. Ou seja, mais uma vez a Aliança recrutou consumidores para sua rede a fim de pressionar os futuros representantes do Estado.

Em todas as campanhas é possível perceber o objetivo em comum de defender soluções de políticas voltadas para promoção e defesa da alimentação saudável, com o propósito de: serem implementadas de forma compulsória, com a regulamentação dos governos; conscientizar os consumidores sobre o papel que a indústria de alimentos e bebidas desempenhou, e ainda desempenha, no aumento dos índices globais das DCNTs; conter a publicidade feita pela indústria sobre seus alimentos ultraprocessados; e promover o maior consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados em detrimento de alimentos com alto nível de processamento. Assim, as propostas, os objetivos e o papel que a Aliança atribuiu ao Estado na construção de uma alimentação adequada e saudável são segmentos que se cruzam nas campanhas, uma vez que a coalizão confere ao Estado a responsabilidade de construir políticas públicas que assegurem o acesso a esse tipo de alimentação e impeçam o avanço dos alimentos ultraprocessados à mesa dos consumidores brasileiros. Além disso, a Aliança também busca denunciar nessas campanhas as práticas de *lobby* cometidas pelas empresas e o quanto isso afeta nas decisões tomadas pelo Estado em relação às práticas regulatórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, a Aliança mobiliza os achados científicos da literatura médica (MONTEIRO; CANON, 2012; MARTINS *et al*, 2013; LOUZADA *et al.*, 2015) para tornar aumento no consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil um problema. Ela caracteriza esses alimentos enquanto uma ameaça à alimentação adequada e saudável que promove, porque, para a coalizão, além de serem basicamente compostos por nutrientes considerados nocivos à saúde e aditivos que os tornam (hiper)palatáveis, o maior consumo desses produtos resulta na deterioração de uma dieta baseada em alimentos *in natura* ou minimamente processados. A Aliança

responsabiliza a indústria pelo consumo e pela publicidade excessiva que faz desses alimentos e pelas informações confusas nos seus rótulos sobre a composição dos produtos e seus respectivos níveis de saudabilidade. Ela também responsabiliza o governo pelos incentivos fiscais concedidos, por exemplo, às bebidas açucaradas, o que a Aliança considera como um estímulo ao consumo, uma vez que se tornam, em muitos casos, mais baratas do que sucos naturais.

Dessa forma, os objetivos e as propostas de campanhas da Aliança possuem um ponto em comum que, dentre vários outros tópicos discutidos, ganha destaque: a defesa por uma soberania alimentar que de forma alguma inclui o consumo frequente de alimentos ultraprocessados. Todas as fontes consultadas indicam que os alimentos ultraprocessados devem ser evitados porque causam impactos negativos na saúde do corpo humano, bem como no ambiente, e induzem as pessoas a consumirem menos dos alimentos considerados pela coalizão “de verdade” (*in natura* ou minimamente processados). Assim, Aliança tem uma agenda clara no combate à presença de alimentos ultraprocessados na dieta do consumidor brasileiro, o que é traduzido nas campanhas e no constante recrutamento de novos atores à sua rede.

Além disso, a coalizão enxerga no Estado o principal responsável pela regulação das ações da indústria, desde o *marketing* dos alimentos com altas concentrações de nutrientes prejudiciais à saúde até a comercialização deles em si, como nas práticas de rotulagem. Sendo assim, ainda que a Aliança convoque a participação da sociedade civil em petições, contribuição em consultas públicas, entre outros, a problematização acerca da alimentação adequada e saudável e as reivindicações da Aliança sobre isso, privilegiam o papel do Estado como regulador do mercado e promotor de políticas públicas, o que confirma as observações da literatura (PORTILHO, 2020). A importância dada às ações governamentais nas controvérsias estudadas também pode nos levar a concluir que, na perspectiva da organização, o Estado segue sendo o ator-chave durante o surgimento desse terceiro regime alimentar (OTERO, 2012), que emerge justamente a partir das disputas entre movimentos sociais e indústria (entre outros fatores). O Estado pensado aqui é um invadido pela lógica neoliberal, o qual, invadido pelo *lobby* das corporações, promove valores de responsabilização individual dos sujeitos, a partir dos quais o Estado é induzido a abandonar gradativamente a responsabilidade pelas proteções sociais, garantindo no lugar disso a proteção dos interesses do mercado enquanto continua

com o poder regulatório. Nesse sentido, o Estado não é um ator isento da influência dos demais atores envolvidos nas controvérsias alimentares, mas permeado por essas disputas e pelo poder de influência das corporações exercido através das ferramentas de *lobby*.

Tanto a Aliança quanto as corporações alimentícias precisam munir as suas controvérsias de forma que elas convençam, principalmente, os membros de órgãos governamentais sobre suas demandas. Contudo, as práticas de *advocacy* e *lobby* exercida por esses atores não dispõem dos mesmos recursos. As organizações de ativismo alimentar e os recursos que elas mobilizam são fundamentais nessas disputas e em diversos casos trouxeram ganhos reais para a realidade dos consumidores no Brasil — implementação de um novo rótulo frontal em alimentos com alto nível de nutrientes considerados prejudiciais à saúde é um exemplo disso—, contudo, a palavra final é do Estado, cujas estruturas são atravessadas pela lógica do mercado. Mas o Estado não é apenas um ponto de passagem obrigatório para as corporações, e sim uma peça chave para fazer com que seus interesses sejam privilegiados. O propósito não é diminuir a ação dele, mas fazer com ele se alinhe e forneça proteção aos objetivos da indústria alimentícia.

Desde o surgimento da Aliança, no final de 2016, quando seu principal objetivo era a divulgação do processo de rotulagem e do modelo de rótulo frontal que defendia, a organização se envolveu em diversas outras controvérsias. As campanhas pelo compromisso com a alimentação nos planos políticos e pela tributação de bebidas açucaradas são alguns exemplos de como a Aliança se manteve engajada e em evidência, não apenas para os indivíduos da sociedade civil, como também para as demais organizações, coletivos e entidades profissionais que acabaram se somando à coalizão ao longo dos anos. Isto demonstra que ela faz parte de uma rede sociotécnica dinâmica, composta por outras organizações de ativismo alimentar, campanhas, cartas, abaixo-assinados, conhecimento médico, entre outros, que a tornam resistente. Mesmo sendo uma organização relativamente nova, a heterogeneidade nas associações, possibilitada pela constante imersão de novos membros de diferentes segmentos da sociedade, e a instabilidade provocada pelas diversas controvérsias nas quais se envolvem, sugere, baseado no estudo de Rosa *et al* (2020), que a Aliança demonstra grande potencial de crescimento e prosperidade. O constante envolvimento em controvérsias permite que a organização

e os temas que orientam suas ações fiquem em evidência e demonstre o que ela defende enquanto uma alimentação adequada e saudável e quais são suas propostas para atingir seus objetivos, permitindo que ela fique frequentemente em evidência.

REFERÊNCIAS

ACT; FIPE. **Tributação de Bebidas Adoçadas**: bom para a economia, bom para a saúde, bom para a sociedade. 2021. Relatório.

ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL. **Alimentação Adequada e Saudável para Todos**: por políticas de alimentação adequada e saudável. 2018. Carta.

ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL. **Alimentação Adequada e Saudável para Todos**: por políticas que contribuam para que os brasileiros comam e vivam melhor. 2020. Carta.

BURLANDY, Luciene. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 63-72, jan, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2º ed., 1. reimpr., Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**, São Paulo, n. 95, p.143-180, 2015.

DAVID, Marília L.; GUIVANT, Julia S. Os Padrões de Identidade e Qualidade dos alimentos: uma análise de suas transformações no Brasil. **Revista Mediações**, v. 25, p. 247-264, 2020.

DUARTE, Vitória G. (Re)definindo normas alimentares: uma análise da controvérsia sobre a nova rotulagem frontal brasileira. **Revista Todavia**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, ed. 8, p. 176-199, jul/2021.

FORÇA-TAREFA DE POLÍTICA FISCAL DE SAÚDE. **Impostos a Favor da Saúde Para Salvar Vidas**: adoção de eficazes impostos sobre consumo de tabaco, álcool e bebidas açucaradas. 2019. Relatório.

FRIEDMANN, Harriet. From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Emergence of Food Regimes. **New Directions in the Sociology of Global Development**, v. 11, p. 227-264, 2005.

GHAÍ. **O Enfrentamento de Duas Pandemias**: como as grandes corporações de produtos alimentícios sabotaram a saúde pública na era da COVID-19. Relatório. 2021

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador-Bauru: Ed. EDUSC/EDUFBA, 2012.

MARTINS, Ana Paula Bortoletto; LEVY, Renata B.; CLARO, Rafael M.; MOUBARAC, Jean Claude; MONTEIRO, Carlos A. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). **Rev Saúde Pública**, v. ;47, n. 4, p. 656-665, 2013.

MONTEIRO, Carlos. A.; CANON, Geoffrey. The Impact of Transnational “Big Food” Companies on the South: A View from Brazil. **PLoS Medicine**, v. 9, n.7, p. 1-5 jul. 2012.

NUPENS/USP; CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO. **Diálogo sobre ultraprocessados**: soluções para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. 2021. Documento.
OTERO, Gerardo. The Neoliberal Food Regime in Latin America: State, Agribusiness Transnational Corporations and Biotechnology. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 3, 282-294, 2012.

OTERO, Gerardo. **The neoliberal diet**. Texas; University of Texas Press, 2018.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 411-432, maio 2020.

ROSA, Marcelo C.; PENNA, Camila; CARVALHO, Priscila D. Movimentos e estados como coletivos instáveis e heterogêneos: uma agenda teórico-metodológica a partir de três estudos de casos. **Civitas**, v. 20, n. 3, p 299-512, set.-dez. 2020.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHUBERT, Maycon N.; ESCHER, Fabiano. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar - uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrária**. Curitiba, PR, v.1, n.1, 3, p. 1-20, jan./jun, 2016.

TURIN, Rodrigo. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história. In: ÁVILA, Arthur L. de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Org.). **A História (in)disciplinada**: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. 1º ed, Vitória: Milfontes, 2019.

UNC. Global Food Research Program. **Alimentos ultraprocessados**: Uma ameaça global à saúde pública. 2021.

VITAL STRATEGIES. **Me Engane De Novo**. 2018. Relatório.

ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS PARA O MERCADO AGROPECUÁRIO NA METADE SUL

INSTITUTIONAL STRATEGIES FOR THE AGRICULTURAL MARKET IN THE SOUTHERN HALF OF THE COUNTRY

ESTRATEGIAS INSTITUCIONALES PARA EL MERCADO AGRÍCOLA DE LA MITAD SUR DEL PAÍS

Pâmela Kenne¹⁴

Resumo

Neste trabalho pretende-se apresentar alguns resultados de pesquisa realizada sobre as ações estratégicas de grupos dominantes do mercado agropecuário da Metade Sul do Rio Grande do Sul diante do processo de reestruturação produtiva na região. A investigação perseguiu duas perguntas norteadoras: a) Quais os aspectos da reestruturação produtiva no mercado agropecuário da região no período recente? b) Quais as ações estratégicas dos atores dominantes vinculados a esse mercado para incidir na sua estrutura institucional? A perspectiva teórico-metodológica utilizada foi a abordagem institucional presente nas áreas de estudos da Sociologia Econômica e da Sociologia dos Mercados.

Palavras-Chave: Metade Sul; Instituições; Mercado; Sociologia Econômica.

Abstract

This paper aims to present some results of the research conducted on the strategic actions of dominant groups in the agricultural market in the southern region of Rio Grande do Sul facing the process of productive restructuring in the region. The research pursued two guiding questions: a) What are the aspects of the productive restructuring in the agricultural market of the region in the recent period? b) What are the strategic actions of the dominant actors linked to this market to influence its institutional structure? The theoretical and methodological perspective used was the institutional approach present in the study areas of Economic Sociology and Market Sociology.

Keywords: Southern Half; Institutions; Market; Economic Sociology.

Resumen

¹⁴ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e-mail: pamelakenne@hotmail.com.

Este trabajo pretende presentar algunos resultados de la investigación realizada sobre las acciones estratégicas de los grupos dominantes en el mercado agropecuario de la Metade Sul de Rio Grande do Sul ante el proceso de reestructuración productiva de la región. La investigación persiguió dos preguntas orientadoras: a) ¿Cuáles son los aspectos de la reestructuración productiva en el mercado agropecuario de la región en el período reciente? b) ¿Cuáles son las acciones estratégicas de los actores dominantes vinculados a este mercado para influir en su estructura institucional? La perspectiva teórica y metodológica utilizada fue el enfoque institucional presente en las áreas de estudio de la Sociología Económica y la Sociología del Mercado.

Palabras Clave: Mitad Sur; Instituciones; Mercado; Sociología Económica.

INTRODUÇÃO

A “metade sul” foi reconhecida como a “metade atrasada” do estado do Rio Grande do Sul. A partir dessa noção de atraso, foi objeto de discussões e projetos econômicos entre as décadas de 1980 e 2000. Parte expressiva desses projetos tratavam da necessidade de reconversão industrial da região e diversificação da sua estrutura produtiva. Entretanto, diante do contexto econômico regional de alta dependência dos setores agropecuários, percebe-se que o seu processo de desenvolvimento foi direcionado pelo fenômeno de primarização das exportações, que incide em todo território nacional. Esta pesquisa teve como objetivo investigar esse contexto.

Este trabalho trata-se da apresentação de alguns resultados de pesquisa realizada sobre esse fenômeno, tendo como foco as ações estratégicas de grupos dominantes do mercado agropecuário da região. A investigação perseguiu duas perguntas norteadoras: a) quais os aspectos da reestruturação produtiva no mercado agropecuário da região no período recente? E b) quais as ações estratégicas dos atores dominantes vinculados a esse mercado para incidir na sua estrutura institucional?

A perspectiva teórico-metodológica utilizada foi a abordagem institucional presente nas áreas de estudos da Sociologia Econômica e da Sociologia dos Mercados, com ênfase nos estudos de Fligstein (2001; 2007), Fligstein e Dauter (2013) e Fligstein e McAdam (2012). As técnicas para obtenção dos dados apresentados neste trabalho foram: análise estatística de dados sobre a produção agropecuária, além de outros indicadores sociais, como a estruturação fundiária; análise de dados secundários sobre indicadores econômicos do Brasil e da “metade

sul”; e a realização de entrevistas com atores vinculados ao mercado agropecuário da região e do governo do Rio Grande do Sul.

Verifica-se que a reestruturação produtiva do mercado agropecuário da região expressa-se principalmente na ampliação intensa da produção de soja. Nesse processo, ocorre a incorporação incremental de tecnologias e se constitui um discurso de inovação para o setor. Destaca-se que a garantia de recursos públicos foi essencial para esse processo. Além disso, determinadas alterações institucionais foram necessárias para ampliar a capacidade produtiva do mercado de commodities localmente: as mudanças que possibilitaram a ampliação das fronteiras agrícolas, o enfrentamento das políticas de reforma agrária, a construção de novos significados de desenvolvimento para captar recursos públicos para os interesses específicos desses setores.

No entanto, no que tange a aspectos sociais de desenvolvimento, compreende-se que não houve alterações na estrutura econômica calcada na concentração dos recursos: fundiários, financeiros, tecnológicos e políticos. Os indicadores regionais apontam alto desequilíbrio da distribuição da renda per capita, saldos negativos de empregos e reduzida qualificação do trabalho, além de baixa reconversão industrial. Salienta-se que estes são alguns dos aspectos que caracterizaram, em períodos anteriores ao estudado, a “metade sul” como a “metade atrasada” do Rio Grande do Sul.

Por fim, aponta-se alguns modos como os atores dominantes se organizaram diante do processo de reestruturação do mercado agropecuário da região. As crises sociais e econômicas das últimas décadas afetaram a estrutura econômica estabelecida. Assim, emergiram lutas sociais para disputar os rumos dos investimentos econômicos na “metade sul”. Os atores dominantes tiveram que agir estrategicamente, alterando suas práticas produtivas e discursos. Destaca-se a atuação da FARSUL nesse processo.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA “METADE SUL”

O denominado fenômeno do “boom das commodities” (FLEXOR E LEITE, 2017) tem sido amplamente abordado devido às suas influências no desenvolvimento econômico e social do país. A ampliação intensa da produção do grão de soja, que percorre todo o território nacional ao longo das últimas décadas, afeta a “metade sul”

nos anos mais recentes, transformando o seu tecido produtivo agropecuário. A partir de 2015 a soja passa a ser a principal produção agrícola da região, já sendo uma cultura tradicional na parte “norte” do Rio Grande do Sul. O alarme desses indicadores apresentou a demanda de retomar os estudos sobre a construção econômica da região, sendo caracterizada pelas suas atividades agropecuárias, principalmente a pecuária.

Assim, a partir do diagnóstico do avanço da soja na metade sul, investiga-se a movimentação do tecido produtivo local. Os indicadores demonstraram alterações em outras culturas agrícolas, as quais ocorrem de forma menos expressiva do que na da soja, conforme pode-se visualizar na Tabela 1. Ressalta-se que apenas a cadeia do milho apresenta significativa redução produtiva (quando se considera a destinação de área para plantação). Em resumo, isso demonstra que a expansão da soja na região não se trata, até o momento, de uma substituição de culturas produtivas, mas da ampliação do uso da terra como recurso produtivo como fator central dessa expansão.

Tabela 1 - Evolução da Área Plantada por Produto na Metade Sul¹⁵

Período	Soja (ha)	Milho (ha)	Arroz (ha)	Fruticultura (ha)
1990	229.380	201.270	385.735	33.210
1995	161.980	206.300	616.865	26.217
2000	178.200	201.516	579.053	23.985
2005	388.031	149.858	617.628	64.655
2010	391.940	131.071	651.848	73.110
2015	938.998	98.216	677.500	74.089
2019	1.231.531	96.417	588.860	75.690

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021)

A incorporação de tecnologias produtivas passa a ser um tema importante para os setores que investem no mercado de commodities. Um dos motivos, trata-se dos

¹⁵ Caracteriza-se como área plantada (ha) por produto na Metade Sul diante da soma dos dados das divisões geográficas Sudeste e Sudoeste do Rio Grande do Sul do sistema IBGE.

aspectos de legitimidade que buscam diante de setores da sociedade que têm se preocupado com aspectos do desenvolvimento econômico que propiciem a geração de inovações. As pesquisas voltadas para ampliar a produtividade das commodities, bem como outras formas do que se entende por “eficientização” da sua produção (digitalização da agricultura e de gestão de propriedades, aproximação dos produtores rurais com o mercado de capitais, etc.), são tratadas como indicadores de um “agronegócio inovador”.

Não coube a este trabalho apresentar as contradições sobre esse tema, principalmente quando se aprofunda sobre o que se entende por inovação. Mas ressalta-se a característica aqui explicitada da adesão do conceito de inovação enquanto uma identidade, no discurso desses atores, como uma estratégia para incidir no mercado a partir da legitimidade social atribuída. Em outros termos, a incorporação de tecnologias na produção não foi verificada como um fator que propiciasse transformações nessa estrutura econômica e de mercado, agregando outros aspectos que dizem respeito ao que se entende por inovação.

No entanto, o principal destaque para esta pesquisa sobre as incorporações tecnológicas na produção trata-se do fato de que esses investimentos tecnológicos não representam uma alteração no uso dos recursos naturais. Isso se verifica por dois aspectos: os rendimentos médios (kg/ha) na produção de soja obtidos na região e a ampliação das fronteiras agrícolas.

De acordo com dados do IBGE (2021), nas últimas duas décadas, o crescimento da produção de soja na região da “metade sul” foi proporcionalmente superior ao crescimento da mesma na “metade norte”, no Rio Grande do Sul e no Brasil. O que não se verifica quando se considera os rendimentos, que permanece sendo inferior aos três comparativos, apesar de apresentar crescimento. Destaca-se que o rendimento médio pode apontar o uso eficiente de tecnologias, pois com este indicador pode-se comparar a quantidade produzida na mesma área de terra ao longo do mesmo ciclo produtivo.

Apesar da incorporação de tecnologias, não se verificou uma redução do uso dos recursos naturais no período. Como está demonstrado no Quadro 1, no ano de 2021 o uso produtivo das terras foi expandido em mais de 21 milhões de hectares. No Rio Grande do Sul, essa expansão foi de quase 2 milhões de hectares. A área destinada à lavoura de soja foi destacada para verificar a evolução da proporção que

ocupa em relação às demais. Em 2006, o plantio de soja representava 35,23% das áreas totais de lavouras no Brasil, já no Rio Grande Sul, a proporção era de 49,36%. Em 2021, passa a ocupar 46,14% da área em relação ao total de lavouras em território nacional, sendo que no estado a evolução atingiu a proporção de 62,2%.

Quadro 1 - Evolução da Área Plantada - Total de Lavouras/Soja (ha) - Brasil e Rio Grande do Sul

	2006	2006	2021	2021
	Total (ha)	Soja (ha)	Total (ha)	Soja (ha)
Brasil	62.570.118	22.046.825	84.295.352	38.898.843
Rio Grande do Sul	7.836.987	3.868.501	9.817.270	6.107.320

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021)

No entanto, como ocorre em escala nacional, a ampliação dos rendimentos produtivos não ocorre na região de modo a limitar a expansão do uso da terra. Para ilustrar o processo de reestruturação da organização de terras, considerando as dimensões de uso produtivo e de concentração fundiária, foram analisados dados disponíveis sobre a área de terra (ha) e o número de imóveis rurais registrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do município de São Gabriel/RS do ano de 2011 e 2021. Primeiramente, verifica-se a ampliação expressiva dos números registrados de todos os indicadores. Em números brutos, o total de imóveis registrados no SNCR eleva-se de 3.546, no de 2011, para 6.051 em 2021. Já a área total das propriedades rurais registrada no mesmo sistema e período cresce de 487.153,2/ha para 974.282,4/ha. Todas as classificações de imóveis (divisão por áreas/hectares, definindo pequenas, médias e grandes propriedades rurais) apresentam crescimento tanto na área, quanto no número de propriedades.

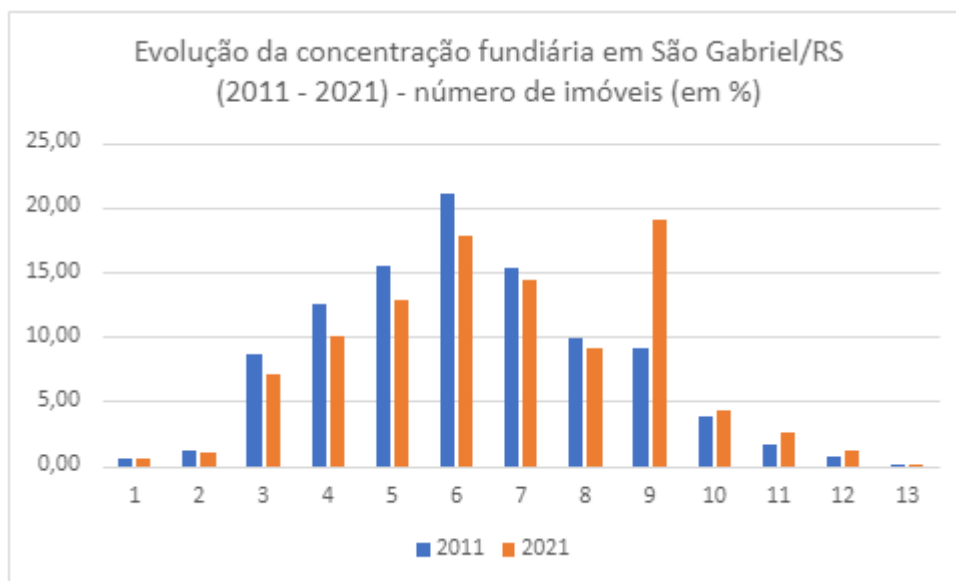
Quadro 2 - Evolução da concentração fundiária em São Gabriel/RS (2011 - 2021) - números de imóveis (%) e área dos imóveis (%)

Hectares	Número de Imóveis Registrados (%) - 2011	Número de Imóveis Registrados (%) - 2021	Área (ha) dos Imóveis Registrados (%) - 2011	Área (ha) dos Imóveis Registrados (%) - 2021
até 100	74,87%	64,54%	15,18%	5,99%
100 a 500	18,92%	28,14%	31,15%	27,96%
500 a 10.000	6,21%	8,03%	53,66%	66,05%

Fonte: Dados do ano de 2021: extraídos do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SCNR). Acesso em 19 de novembro de 2021. Dados do ano de 2011 extraídos do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (apud PICCIN, 2012, p. 186).

O número de imóveis rurais cadastrados no SNCR no município de São Gabriel obteve uma evolução entre os anos de 2011 e 2021 direcionada à ampliação de médias e grandes propriedades rurais registradas em relação às pequenas propriedades, como pode ser visualizado no Quadro 2 e na Figura 1. A quantidade de registros de imóveis com área entre 200 e 500 hectares não somente obteve a maior ampliação do período, como é a principal expressão (não de forma isolada) de um processo de reestruturação na organização de terras no período recente. Isso, pois, nota-se que o maior indicador numérico de imóveis registrados deixa de ser representado por propriedades de até 50 hectares, direcionando-se a uma maior expressão da média para a grande propriedade.

Figura 1 - Evolução da concentração fundiária em São Gabriel/RS (2011 - 2021) - números de imóveis (em %)

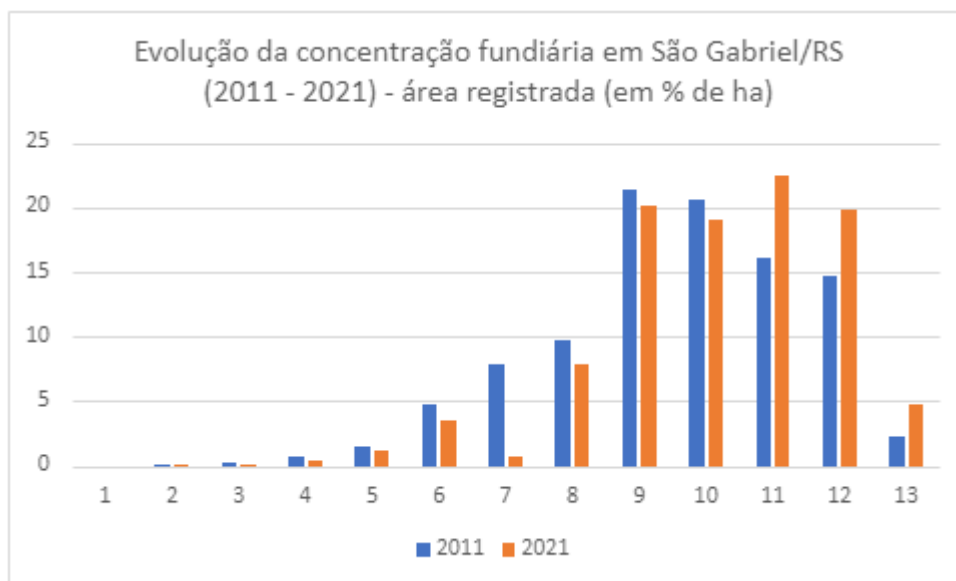


Legenda: linha horizontal: **1** - menos de 1 ha; **2** - 1 a 2 ha; **3** - 2 a 5 ha; **4** - 5 a 10 ha; **5** - 10 a 20 ha; **6** - 20 a 50 ha; **7** - 50 a 100 ha; **8** - 100 a 200 ha; **9** - 200 a 500 ha; **10** - 500 a 1.000 ha; **11** - 1.000 a 2.000 ha; **12** - 2.000 a 5.000 ha; **13** - 5.000 a 10.000 ha. Linha vertical: evolução em percentual.

Fonte: Dados do ano de 2021: extraídos do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SCNR). Acesso em 19 de Novembro de 2021. Dados do ano de 2011 extraídos do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (apud PICCIN, 2012, p. 186). Gráfico elaborado pela autora.

O mesmo não ocorre na evolução da área registrada, em que mesmo a classificação de propriedades médias passa por um processo de redução percentual em relação ao total de registros. São as grandes propriedades que apresentam o maior crescimento, em área registrada, de 12,39%, como demonstrado na Figura 2:

Figura 2 - Evolução da concentração fundiária em São Gabriel/RS (2011 - 2021) - área registrada (em % de ha)



Legenda: linha horizontal: **1** - menos de 1 ha; **2** - 1 a 2 ha; **3** - 2 a 5 ha; **4** - 5 a 10 ha; **5** - 10 a 20 ha; **6** - 20 a 50 ha; **7** - 50 a 100 ha; **8** - 100 a 200 ha; **9** - 200 a 500 ha; **10** - 500 a 1.000 ha; **11** - 1.000 a 2.000 ha; **12** - 2.000 a 5.000 ha; **13** - 5.000 a 10.000 ha. Linha vertical: evolução em percentual.

Fonte: Dados do ano de 2021: extraídos do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Acesso em 19 de novembro de 2021. Dados do ano de 2011 extraídos do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (apud PICCIN, 2012, p. 186). Gráfico elaborado pela autora.

Por fim, destaca-se que o acesso aos recursos tecnológicos se deu desigualmente na região, quando se considera a divisão entre pequenos e grandes produtores rurais. A desigualdade se deu tanto em relação ao acesso a insumos, como em relação ao acesso ao conhecimento difundido por organizações de assistência técnica.

Assim, considera-se que as principais expressões da reestruturação produtiva da “metade sul” foi a expansão da produção do grão de soja e a ampliação das fronteiras agrícolas. Não caracterizando transformações na estrutura econômica da região ou mesmo do mercado agropecuário. Apesar dos indicadores de diversificação da cadeia produtiva, principalmente entre os pequenos produtores rurais, a estrutura econômica permanece tendo como base as grandes propriedades, e a produção de commodities agropecuárias. Sobretudo, a adesão às novas tecnologias difundidas por um processo externo de inovação no setor não adentrou entre a maior parte dos agentes produtivos da região.

ESTRATÉGIAS DOS GRUPOS DOMINANTES DO MERCADO AGROPECUÁRIO

A reestruturação produtiva da “metade sul” ocorre diante de um contexto de reformulações da política econômica vinculada ao mercado. As turbulências que afetam o setor em meados dos anos 2000, a partir de mudanças em concepções de governança e regras do mercado, influenciam na organização estratégica dos atores locais. A abertura comercial abre as portas para novos concorrentes, ao mesmo tempo que amplia as oportunidades em relação a mercados de consumidores externos. Nesse contexto também estão emergentes as políticas de reforma agrária, representando uma ameaça aos atores estabelecidos, dependentes não apenas da estrutura fundiária vigente, mas das instituições que versam sobre o mercado agropecuário.

Além disso, a região da “metade sul” havia passado as duas últimas décadas sendo objeto de discussões acerca do seu desenvolvimento. Os desequilíbrios que se expressavam na sua baixa industrialização, além de indicadores sociais de distribuição de renda que reportavam à pobreza local, suscitaram as possibilidades de novos rumos para se pensar a sua economia local. Assim, os atores estabelecidos tiveram que adotar estratégias para intervir no processo de reformulação das instituições do mercado agropecuário.

Dessa forma, esses atores enfrentaram o período de crise no mercado a partir de ações que objetivavam a consolidação da sua reestruturação produtiva, com os aspectos destacados anteriormente. Verifica-se que a reestruturação foi acompanhada pela manutenção do status quo no campo econômico investigado. Ou seja, ocorreram mudanças no tecido e nas lógicas produtivas, mas os grupos dominantes restabeleceram a sua posição no mercado a partir da adesão a novas práticas de produção, comércio, dentre outras mudanças institucionais.

Em outros termos, quando as estruturas estabelecidas do mercado agropecuário da região foram afetadas pelas mudanças econômicas externas, além da emergência de novas concepções sobre o desenvolvimento econômico da região, os grupos dominantes organizaram-se para responder a essas crises. O interesse de “modernizar” a economia local, considerada como “atrasada”, apresentava-se nos âmbitos civis e governamentais a partir de mudanças nos rumos dos investimentos: optar pela reconversão industrial, diversificação produtiva, reformar a estrutura fundiária. Dessa forma, os atores estabelecidos demonstraram o seu interesse em

“modernizar” e “desenvolver” a economia da “metade sul”, mas a partir do setor agropecuário e de suas estruturas estabelecidas.

“A metade sul não é o problema, mas a solução”, frase utilizada por representantes da FARSUL na Comissão Especial da Metade Sul (1999), expunha a consolidação da concepção de que o agronegócio do sul do país poderia se tornar inovador e produtivo, adquirindo legitimidade social. Isso, pois a solução para a crise abordada nas reuniões dessa comissão, para esse ator econômico, tratava-se de ampliar os investimentos públicos nos setores agropecuários estabelecidos para auxiliar na expansão da sua capacidade produtiva. Desse modo, retoma-se a centralidade dos mesmos grupos nas agendas dos recursos governamentais e privados. O que se verifica posteriormente trata-se justamente da ampliação desses investimentos, tanto financeiros como políticos, para o setor. Por decorrência, verifica-se a ampliação da capacidade produtiva, expressa principalmente na expansão produtiva da soja.

A abertura comercial e a constituição do MERCOSUL apresentaram aos produtores e empresários rurais novas formas de concorrência, afetando principalmente o setor mais estabelecido que era a pecuária. Assim, a atuação nesse campo econômico passou a ser direcionada para lidar com esses entrantes no mercado interno, bem como recondicionar a produção a partir da redução dos preços da carne e mesmo a redução do preço da terra - redução que no período afetava principalmente as terras voltada para produção de gado (OLIVEIRA E FERREIRA, 2014). Destaca-se esse ponto, pois a principal estratégia produtiva para manter ou ampliar os rendimentos obtidos a partir da agropecuária passou a ser ampliar a produtividade.

As táticas de evitar a concorrência, como uma forma de controlar preços, foi verificada tanto no período anterior, quanto no período atual. Piccin (2012) analisou as estratégias produtivas dos grandes produtores pecuaristas da região - os estancieiros - para lidar com o processo nacional de frigorificação da carne, ampliando a comercialização externa no Rio Grande do Sul. Além da constituição de frigoríficos na região, a partir da formação de cooperativas da carne sob a direção dos grandes produtores pecuaristas e sob a apropriação de recursos públicos, a estratégia de diferenciação de produtos era uma estratégia comum.

Atualmente, verifica-se que a estratégia de restringir a concorrência e controlar os preços ainda é comum entre esses atores. Ela ocorre principalmente a partir dos cargos de representação política que ocupam as câmaras de governo deliberativa. Representantes da FARSUL incidem na manutenção de barreiras tarifárias para a entrada de produtos externos. Isso incorre na manutenção dos níveis altos de produtos como o arroz e a carne.

Em relação à elevação do preço dos alimentos, percebe-se formas de atuação desses atores que mascaram tais contradições sociais. Isso pois, ao mesmo tempo que incidem em barreiras tarifárias para manter os altos preços no mercado interno, os representantes manifestam-se publicamente sobre essa emergente contradição social alegando que a alta nos alimentos não tem ligação com o mercado de commodities, separando-se do processo de inflação. Essas afirmações ocorrem em um mesmo contexto em que esses atores orientam a sua base produtiva a comercializar externamente ao invés de internamente, devido às instituições favoráveis, como a taxa de câmbio, ou, ainda, em que orientam a reduzir as produções de alimentos destinados à exportação quando os consumidores externos reduzem suas demandas.

Entende-se que não comprometer o mercado das commodities agropecuárias com a alta de preços dos alimentos é um modo de evitar possíveis reduções nos próprios rendimentos extraídos pelo setor a partir de alterações nas regras comerciais. Algo que pode ser explicado a partir da noção de ação robusta de Fligstein (2007), em que os atores agem como se estivessem desprovidos de interesses.

Apesar disso, da década de 2000 aos dias de hoje, ampliar a produtividade passou a ser característica fundamental das reformulações estratégicas e institucionais desses grupos econômicos na região. A abertura comercial abre novos mercados para o setor agropecuário, ampliando as possibilidades de exportação dos produtos. A força desse fenômeno apresenta-se hoje a partir do fato de que os produtores estão se direcionando prioritariamente para o mercado externo. Assim, correspondendo a suas demandas a organização produtiva do setor. Isso explica o protagonismo da expansão da produção de soja na região.

Outro fator explicativo para o direcionamento à produtividade trata-se da emergência, em meados dos anos 2000, das políticas de reforma agrária. Nesse caso, a função social da terra, prevista constitucionalmente, era avaliada a partir do uso

produtivo do solo. Cabe ressaltar que nesse período a ideia de reforma agrária tinha adesão e legitimidade social, sendo sustentada no imaginário social. O período de crise também evidenciava a atuação de movimentos sociais de luta pela terra, colocando em risco as concepções estabelecidas que preservam as regulações determinantes sobre a estrutura de concentração fundiária.

Ou seja, o objetivo de tornar as terras produtivas para evitar a desapropriação fundiária conduziu as práticas de proprietários rurais da “metade sul”. Isso, ainda, em um contexto em que se questionava a baixa capacidade produtiva da pecuária dentro do próprio setor agropecuário. Em outros termos, a legitimidade social desse grupo específico estava sendo questionada também a partir desse fator: a pecuária do sul do país não estaria acompanhando o desenvolvimento tecnológico do mercado agropecuário brasileiro. Este estaria passando por um processo de modernização do setor devido a adesão a novas tecnologias e investimentos em pesquisas para ampliar a produção, muito utilizadas nas produções de grãos, especialmente de soja. Destaca-se o protagonismo do setor na região centro-oeste, a partir da intensificação da capacidade produtiva do grão.

Nitidamente, a característica de modernização atribuída ao fenômeno é aqui abordada como um recurso discursivo que incide diretamente nas disputas sobre o desenvolvimento econômico do país. Não se entende a simples incorporação de insumos tecnológicos como um processo de modernização. Ou mesmo como um aspecto de inovações no setor, como determinados agentes desse mercado têm atribuído.

Mas a sustentação do discurso de um “agronegócio inovador” trata-se de uma estratégia predominante entre os setores dominantes do mercado agropecuário para incidir sobre as regras econômicas. Isso ocorre nas reivindicações de aumento da oferta de créditos - a juros subsidiados - para a produção, como é visível anualmente nos períodos de pré-anúncio do Plano Safra. A suposta capacidade da exportação das commodities agropecuárias de assegurar ao país os saldos da balança comercial em períodos de crise é utilizada habilmente por agentes do setor para definir agendas econômicas junto a governos: investimentos de recursos, normas e regras comerciais.

Nesse sentido, construir legitimidade para essa estratégia produtiva corresponde à estabilização da estratégia primário-exportadora junto aos governos federais. Ao longo dos últimos anos, o conceito de agronegócio foi utilizado em

diversas esferas como pilar econômico que traz maior equilíbrio para as contas do país, suscitando uma lógica em que, dessa forma, o setor deve receber as devidas proteções e privilégios no que diz respeito aos investimentos, como acontece com as altas ofertas de créditos com taxas relevantes de subsídios públicos.

Nesse contexto de construção política do mercado, verifica-se algo semelhante à afirmação de Fligstein e McAdam (2012) sobre a relação dialética entre campos estatais e setores sociais, sendo que estes também utilizam de legitimidade social e outros recursos para respaldar representantes, práticas e concepções de governos. Em alguns aspectos, sob a perspectiva relacional, torna-se difícil separá-los do próprio campo estatal. Foi relevante para esta pesquisa a informação de que o departamento de economia da FARSUL atua diretamente sobre a política de mercado financeiro do Brasil, a partir da relação do economista-chefe da federação com o Banco Central do Brasil, sendo o único “representante empresarial” a ser consultor para a produção de relatórios de mercado do BCB. O relatório semanal aqui referido apresenta um balanço de indicadores financeiros e perspectivas futuras de comportamento do setor. Outro elemento é a participação desses atores em câmaras técnicas governamentais que deliberam sobre as regras comerciais.

Durante a 44ª Expointer, a FARSUL organizou evento com o tema do “papel do agronegócio brasileiro nas novas relações econômicas mundiais”, demonstrando a pretensão de ampliar a própria legitimidade econômica. Entende-se que diante da atual estratégia macroeconômica, esse “papel” pode ser considerado, de fato, bastante expressivo. A economia brasileira atualmente está dependente da exportação desses produtos primários, o que tem menos a ver com a eficiência produtiva do setor do que com as fragilidades de outros setores, principalmente aqueles com maior capacidade de desenvolvimento de produtos de média-alta tecnologia.

Além disso, fica obscuro o fato de que a “relevância” atribuída a esse setor econômico deve-se pelos privilégios concedidos pelas esferas governamentais, destinando parte expressiva dos recursos públicos para a consolidação desse mercado. Os créditos subsidiados são um fator essencial para a expansão do mercado de commodities, os quais obtiveram aumentos expressivos ao longo dos últimos anos. A expressão desses investimentos públicos para o setor agropecuário é

verificada tanto quando se compara com os investimentos financeiros totais, como quando se analisa o crescimento das atividades do setor.

Entretanto, utilizando a legitimidade desse mercado, os representantes da FARSUL alegam que “estes recursos estão cada vez mais escassos”, sendo insuficientes para a demanda dos produtores que precisam do capital inicial para “empreender produtivamente”. Dessa forma, eles têm incidido na ampliação do volume ofertado pelo Plano Safra. Além disso, constituem-se reformulações institucionais, de modo a obter outras formas de aquisição do crédito agrícola. A aproximação do mercado de capitais com o mercado agropecuário é situada, por representantes da FARSUL, como uma saída para a atual dependência do Plano Safra, identificando uma expectativa de que se amplie os investimentos em ações alicerçadas na produção de commodities agropecuárias nos próximos anos.

De todo modo, a partir das mudanças no mercado, os grupos dominantes reivindicam maior centralidade para o mercado de commodities na agenda econômica do Brasil. À luz do debate da especialização produtiva, representantes da FARSUL defendem que é por via do agronegócio que poderá ser construído o desenvolvimento tecnológico nacional. Nesse sentido, este estudo soma-se a outros que abrem lacunas para questionar essa estratégia econômica centrada na especialização regressiva do tecido produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi iniciada a partir de questionamentos acerca da expansão da produção da soja na região da “metade sul”. Os indicadores do crescimento da commodity rumo à região sul do país suscitaram a necessidade de realizar a pesquisa sobre o nível dessa expansão. Bem como apresentou-se a questão acerca das possibilidades de transformações na estrutura econômica e do mercado agropecuário local a partir do fenômeno.

A soja tornou-se a principal commodity agrícola da região em menos de uma década. Essa verificação auxilia a compreender o fenômeno macroeconômico de primarização produtiva. Isso, pois, o boom da soja não se trata de novidade no Brasil, mas a região da “metade sul” foi uma das últimas a serem inseridas nessa lógica. Assim, aspectos nacionais se expressam na região: riscos ambientais, ampliação de

indicadores de desemprego, reorganização da estrutura fundiária ampliando a concentração de posses e as fronteiras agrícolas.

Em um sentido específico, a “metade sul” enfrenta a discussão da constituição de um “agronegócio inovador e modernizado” a partir de uma noção histórica de “metade atrasada” do Rio Grande do Sul. Nessa lógica, entende-se que essa noção de atraso deve ser reformulada, pois foi ela que justificou as construções de projetos de desenvolvimento econômico que poderiam beneficiar a região a partir de políticas para reconversão industrial e produtiva. Não se trata de aderir novamente a uma denominação de “atraso” para se pensar a região, pois reside nela também muitas contradições. Mas de se questionar quais as características que constituíam os atributos dessa denominação e qual a decorrente possível solução.

Compreende-se que uma “agricultura moderna” não se resume à ampliação da sua capacidade produtiva. Em um contexto em que se discute globalmente a Revolução Verde, não existe modernização sem a adesão massiva de técnicas produtivas não degradantes do meio ambiente, com intensa expansão das fronteiras agrícolas. Sobretudo, não existe modernização no setor sem atingir uma parcela significativa dos produtores e trabalhadores rurais.

Principalmente, se a noção de uma “metade pobre”, como pontua Piccin (2012), mascarou processos de enriquecimento de parcela da sua população, não se pode abandonar a ideia da necessidade de enfrentar as situações de “pobreza”. Em outros termos, não ocorreu transformações no que diz respeito aos altos indicadores de desigualdade de acesso aos recursos econômicos, fundiários, tecnológicos e políticos. Isso induz ao fato de que pode ser a estrutura de concentração fundiária e a dependência econômica no mercado de commodities agropecuárias que confere o principal aspecto do atraso da região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar Nº. 87/96 de 13 de setembro de 1996. **Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências (LEI KANDIR)**. Diário Oficial da União, Brasília, p. 18261, 16 set. 1996, Seção 1.

ESCHER, F.; WILKINSON, J. A Economia Política do Complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. V. 57, n. 4, Brasília: SOBER, 2019.

FLEXOR, G.; LEITE, S. P. Land Market and Land Grabbing in Brazil during the Commodity Boom of the 2000s. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, mar./ago. 2017.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e teoria dos campos. **Revista de Administração de Empresas**. v. 47, n. 2, 2007.

FLIGSTEIN, N. **Mercado como política**: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. Contemporaneidade e Educação, ano VI, n.9, 2001.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. **A Sociologia dos Mercados**. Caderno CRH, [S. l.], v. 25, n. 66, 2013. DOI: 10.9771/ccrh.v25i66.19426. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19426>. Acesso em: 21 set. 2021.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. **A theory of fields**. New York: Oxford University Press, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão Especial da Metade Sul. **Relatório Final**. 1999.

OLIVEIRA, N.; FERREIRA, L. Determinantes do Preço da Terra. **Revista de Política Agrícola**. N. 4, Brasília: EMBRAPA, 2014.

PICCIN, M. B. **Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul**: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro. 2012. Tese (Doutorado Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

JUVENTUDE E DESEMPREGO: PERCEPÇÕES A PARTIR DO CONTEXTO NEOLIBERAL

YOUTH AND UNEMPLOYMENT: PERCEPTIONS FROM THE NEOLIBERAL CONTEXT

JUVENTUD Y DESEMPLEO: PERCEPCIONES DESDE EL CONTEXTO NEOLIBERAL

Gabriel Ulbricht Ferreira¹⁶

Resumo

A crescente flexibilização das relações de trabalho, respaldada pelo processo de reestruturação produtiva, levou a um aumento da precarização do trabalho e do desemprego, sobretudo entre os mais jovens, quadro agravado pelo advento do neoliberalismo enquanto projeto político e econômico dominante. Além disso, verifica-se, no contexto atual, um processo ideológico, amparado pela lógica neoliberal, que visa justificar e naturalizar, através de discursos e práticas específicas, um cenário de incertezas e inseguranças generalizadas, em que o próprio sujeito é apontado como principal responsável por sua condição de desempregado. Nesse sentido, este artigo discute sobre o fenômeno do desemprego em um contexto neoliberal, levando em consideração depoimentos de jovens desempregados na cidade de São Carlos-SP, e de que maneira estes vivenciam, interpretam e compreendem o desemprego a partir de suas experiências e referências. Foi realizado um estudo de caso a partir da Casa do Trabalhador, instituição que oferece serviços de realocação profissional, incluindo intermediação de mão-de-obra.

Palavras-chave: Trabalho; Desemprego; Neoliberalismo; Ideologia; Juventude.

Abstract

The increasing flexibilization of working relations, endorsed by the process of productive restructuring, has resulted in both labour precarization and unemployment growth, especially among the young people, which was aggravated by the rise of neoliberalism as the dominant political and economic project. Furthermore, an ideological process, supported by the neoliberal logic, aims to justify and normalize an uncertain and insecure scenario through specific practices and speeches, since the unemployed themselves are pointed as the main responsible for their condition. Therefore, this research aims to discuss about the unemployment phenomenon in a

¹⁶ Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e-mail: gabrielulbricht@gmail.com.

neoliberal context, considering the testimonies of the unemployment youth in the city of São Carlos-SP, and how the young workers experience, understand and describe the unemployment through their own experiences and personal references. A case study was performed at the Workers' House, a public institution that offers services related to professional relocation, including labor intermediation.

Keywords: Labour; Unemployment; Neoliberalism; Ideology; Youth.

Resumen

La creciente flexibilización de las relaciones laborales, apoyada en el proceso de reestructuración productiva, provocó un aumento de la precariedad laboral y del desempleo, especialmente entre los jóvenes, situación agravada por la llegada del neoliberalismo como proyecto político y económico dominante. Además, se verifica, en el contexto actual, un proceso ideológico, apoyado en la lógica neoliberal, que pretende justificar y naturalizar, a través de discursos y prácticas concretas, un escenario de incertidumbre e inseguridad generalizado, en el que el propio sujeto es señalado como el principal responsable de su condición de desempleado. En este sentido, este artículo discute el fenómeno del desempleo en un contexto neoliberal, teniendo en cuenta los testimonios de los jóvenes desempleados de la ciudad de São Carlos-SP, y cómo experimentan, interpretan y entienden el desempleo a partir de sus experiencias y referencias. Se realizó un estudio de caso basado en la Casa do Trabalhador, una institución que ofrece servicios profesionales de recolocación, incluida la intermediación laboral.

Palabras Clave: Trabajo; Desempleo; Neoliberalismo; Ideología; Juventud.

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por um processo de reestruturação produtiva do capital em direção à acumulação flexível, acentuando contradições inerentes ao capitalismo e reconfigurando tanto aspectos objetivos quanto subjetivos do trabalho. Clama-se por um novo tipo de trabalhador, mais flexível, adaptável às inconstâncias do mercado e passível de ser demitido com mais facilidade (HARVEY, 2008a), paralelamente ao enxugamento de postos de trabalho que resultou em um menor número de trabalhadores empregados, dos quais são exigidas polivalência e constante atualização (ANTUNES, 2009).

Nesse contexto, as reinvenções operadas no capitalismo contemporâneo resultaram em consequências imediatas para a classe trabalhadora, submetida a empregos escassos, precários e informais (ANTUNES, 2009), além dos inúmeros trabalhadores que, impossibilitados de vender sua força de trabalho, acabam submetidos às mazelas do desemprego estrutural. Vale ressaltar que a atual expulsão de um imenso contingente de trabalhadores dos processos produtivos ocorre em um

contexto de avanço do neoliberalismo, com a contínua desregulamentação do trabalho e privatização do Estado (HARVEY, 2008b).

Este artigo buscará discutir o fenômeno do desemprego enquanto social e historicamente estabelecido, além do processo de reestruturação produtiva e avanço do neoliberalismo nas múltiplas esferas da sociabilidade. Não obstante, a partir dos resultados da pesquisa de iniciação científica intitulada “Juventude e Desemprego: percepções a partir do contexto neoliberal”, também será discutido como se dá a compreensão e percepções dos jovens desempregados na cidade de São Carlos sobre sua condição (de desemprego), além de elementos de suas trajetórias e possíveis paralelos com os discursos e práticas neoliberais vigentes. É preciso ressaltar que a lógica neoliberal, cada vez mais inserida em discursos e práticas sociais, também se estende às múltiplas dimensões da vida dos indivíduos, resultando, assim, em um processo de interiorização ideológica e de subjetivação específicos, fazendo com que os trabalhadores se sintam unicamente responsabilizados pela condição de desempregado.

Foram entrevistados vinte jovens desempregados no município de São Carlos, os depoimentos contidos neste artigo são oriundos desse conjunto de entrevistas, com a efetiva preservação da identidade dos trabalhadores entrevistados.

O DESEMPREGO ENQUANTO UM FENÔMENO HISTÓRICO E SOCIAL

Desde a constituição do capitalismo até os dias atuais, é largamente difundida a ideia de que tal modo de produção se consolidou de maneira idílica, quase que como um conto religioso sobre uma elite que poupou de maneira parcimoniosa os ganhos que adquiriu com seu trabalho, em oposição aos “vadios” e “vagabundos” que gastaram tudo o que tinham rapidamente. Porém, a formação histórica e social do capitalismo, como bem apontou Marx (2013), originou-se, desde seu início, com traços de sangue e fogo, ocasionando em episódios que perpassam desde a colonização dos trópicos até a expulsão do campo de um enorme contingente de camponeses, agora separados dos meios que produzem sua existência e compelidos a vender sua força de trabalho nos centros urbanos.

A relação capital-trabalho tornava-se cada vez mais dominante conforme avançava a concentração da população nas grandes cidades no século XIX. A generalização da condição de assalariado para a maioria dos trabalhadores refletia

um novo momento histórico, fechando um ciclo de longas transformações conflitivas e alavancando a sociedade burguesa enquanto forma de organização social dominante. Nota-se, contudo, que a suposta liberdade inaugurada pelas relações de trabalho sob a égide do capital impulsiona, desde o início, a atomização e isolamento dos sujeitos, paralelamente a ausência de qualquer assistência formal que proporcione uma proteção efetiva aos trabalhadores (CASTEL, 2009).

Quando observou a situação do operariado inglês, Engels (2008) ressaltou que a incerteza é um dos elementos que caracterizam a condição do proletariado, submetido ao movimento irracional do mercado que compreende desde inovações tecnológicas (capaz de dispensar parte do trabalho humano) até o aumento do desemprego.

O proletariado, por seu turno, que só possui de seu os próprios braços, que consome à noite o que ganhou durante o dia, que está inteiramente sujeito ao acaso, que não tem nenhuma garantia futura de assegurar-se os meios mais elementares de subsistência - em função de uma crise ou de um capricho do patrão pode ficar desempregado (...). Tudo o que o proletário pode fazer para melhorar sua condição assemelha-se a uma gota no oceano diante das vicissitudes a que está exposto e sobre as quais carece o mínimo de poder (ENGELS, 2008, p. 155).

Sendo assim, o fenômeno do desemprego configura-se historicamente, assumindo formas específicas mediante a própria constituição do modo de produção capitalista, e sendo fundamental para garantir a própria reprodução do capital (MARX, 2013), uma vez que um vasto exército de reserva possibilita que os salários sejam rebaixados. O trabalhador que se recusa a aceitar as condições impostas para a realização de seu trabalho é facilmente descartado e substituído por outro que as aceite no lugar do desemprego. Além disso, a condição de estar desempregado produz efeitos extremamente nocivos para os indivíduos, uma vez que, com sua força de trabalho rebaixada à condição de mercadoria, a própria vida do trabalhador está à mercê dos movimentos inconstantes do mercado, de tal forma que o desempregado se torna quase que um “não-ser” perante a sociedade capitalista, que não o reconhece na medida em que está fora das relações que reproduzem o capital (MARX, 2010).

O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Foi somente após o quase colapso do capitalismo liberal na década de 30 que a figura do Estado ganhou uma nova concepção quanto ao seu funcionamento¹⁷, ressaltando um caráter mais regulador e passível de realocar recursos visando a geração de emprego. Tal concepção amadureceu, principalmente, após 1945 e o conturbado período da Segunda Guerra Mundial. O sistema organizacional fordista também alcançou sua maturidade como regime de acumulação acabado, formando a base econômica do período de expansão pós-segunda guerra que se manteve mais ou menos operante até a década de 1970 (HARVEY, 2008a). Ao longo desse período, observou-se um crescimento econômico relativamente estável entre os países capitalistas europeus e nos Estados Unidos, com a consequente elevação da condição de vida da classe trabalhadora. Por trás de tal estabilidade econômica, estavam as políticas keynesianas estatais, em que o Estado assumia um papel econômico interventor e de caráter assistencialista (HARVEY, 2008a).

O sistema de “compromisso” e “regulação” resultante do Welfare State visava uma espécie de compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado (ANTUNES, 2009). Não por acaso, ergueu-se uma estrutura sindical que se colocou enquanto representante oficial dos trabalhadores e do patronato, ganhando considerável poder na esfera coletiva e relacionando-se com partidos políticos específicos (ANTUNES, 2009; HARVEY, 2008a). O Estado assumia obrigações variadas, desde tentativas em controlar ciclos econômicos, através de políticas fiscais e monetárias, até propiciar benefícios sociais, envolvendo seguridade social, educação, habitação e assistência médica.

Ou seja, os investimentos públicos tornavam-se peça-chave para um maior crescimento da produção e do consumo, visando principalmente a tentativa de garantir o pleno emprego (HARVEY, 2008a). No que se refere ao advento de práticas sociais-assistenciais, Castel afirma que se trata de uma “intervenção da sociedade sobre si mesma, diferentemente das instituições que existem em nome da tradição e do costume” (CASTEL, 2009, p. 57). A assistência é, desse modo, um meio de auxiliar

¹⁷ Aqui, estamos nos referindo ao funcionamento do Estado em termos assistenciais e de alocação de recursos, geração de emprego, etc. No que diz respeito a figura do Estado em si, este sempre foi fundamental para o funcionamento do capitalismo, garantindo, constitucionalmente ou pela força, que os interesses do mercado prevaleçam. Assim, o Estado, antes de ser um contraponto ao mercado, atua intimamente ligado ao movimento do capital (MARX e ENGELS, 2007).

aqueles “ameaçados de afastamento social e incapaz de prover suas necessidades por seus próprios meios” (CASTEL, 2009, p.60).

Não obstante, é impossível referir-se ao modelo do Estado de bem-estar social sem ressaltar que sua existência ficou restrita aos países capitalistas “avançados”, ou seja, as ditas nações do “terceiro mundo” estavam totalmente excluídas do compromisso socialdemocrata (ANTUNES, 2009). No que concerne à sociedade brasileira, a condição de pleno emprego relativo e as políticas abrangentes de bem-estar social patrocinadas pelo Estado nunca foram uma realidade, posto que sempre houve uma parcela significativa de trabalhadores desempregados ou excluídos dos vínculos formais de emprego (ANTUNES, 2009), dedicando-se a ocupações desprotegidas e informais perante um capitalismo dependente.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Após décadas de acumulação de capital sustentada sobre as bases do keynesianismo-fordismo, o capitalismo encontrou-se em profunda crise estrutural, em que um processo de reestruturação produtiva ganhou forma a partir da década de 1970 e inaugurou mudanças profundas no mundo do trabalho. Nesse sentido, embora as regras básicas do modo de produção capitalista tenham continuado a operar como forças invariantes do desenvolvimento histórico (HARVEY, 2008a), houve uma grande transformação, tanto nos aspectos objetivos, quanto subjetivos das relações de trabalho, agora inseridas na lógica da acumulação flexível.

Dentre os fatores que constituem esse novo momento histórico, estão a eliminação de unidades de produção, o “enxugamento” de postos de trabalho em função da liofilização organizacional e a grande retirada e desregulamentação dos direitos anteriormente conquistados pela classe trabalhadora, resultando, assim, em um cenário de insegurança diante de trabalhos precários, escassos e, muitas vezes, informais, além da consequente ampliação das desigualdades sociais já existentes (ANTUNES, 2009).

Neste capitalismo flexível, exige-se aos trabalhadores que sejam mais ágeis, “polivalentes” e abertos a mudanças a curto prazo, assumindo riscos contínuos (SENNET, 2006). Ou seja, é demandada uma capacidade de adaptação constante, garantindo, assim, uma resposta imediata às incertezas do mercado tomadas enquanto imperativos categóricos para a lógica empresarial (CASTEL, 2009). Como

resposta à sua própria crise, o processo de reorganização do capital, no sentido da flexibilização, resultou na progressiva elevação dos níveis de desemprego estrutural, tendo em vista as transformações tecnológicas respaldadas pela adoção de novas formas técnicas de gestão e organização do trabalho, objetivando, principalmente, a redução de custos e o aumento da competitividade dentro de uma economia aberta e globalizada (BÁRBARA, 1999).

Desse modo, é nítida a centralidade que o fenômeno do desemprego assume atualmente, e que apesar de aumentar drasticamente no mundo do trabalho atual, sempre foi um elemento fundamental para a reprodução do capital (MARX, 2013). Tal cenário se configura paralelamente ao retrocesso do poder sindical, de modo que saídas individuais são priorizadas em detrimento da luta classista (HARVEY, 2008a). Com a flexibilidade, ao invés da abolição da dominação do capital sob o trabalho, o que há é uma nova ordem que impõe novos controles, com um mercado cada vez mais dinamizado por um capital demasiado “impaciente” (SENNET, 2006).

Como dito anteriormente, no Brasil, diferentemente do cenário europeu, o sistema assistencial sempre foi nulo ou extremamente escasso, em que os trabalhadores constantemente encontram-se obrigados a “saltar” entre trabalhos informais, de curta duração e mal remunerados. Ou seja, a reestruturação produtiva, em nosso país, deu-se nos marcos de uma condição subalterna e de total dependência, ampliando desigualdades e instabilidades já existentes (ANTUNES, 2009). Posteriormente, o processo de reestruturação do capital e de flexibilização das relações de trabalho se somará ao advento definitivo do neoliberalismo enquanto “nova razão de mundo” (DARDOT e LAVAL, 2016), configurando práticas específicas dentro da lógica do capital, tanto no que se refere aos seus aspectos político-econômicos quanto aos seus aspectos ideológicos.

A IDEOLOGIA NEOLIBERAL: EMPREENDEDORISMO E EMPREGABILIDADE

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 188 milhões de pessoas estavam desempregadas ao redor do mundo em 2019, com expectativa de crescimento dessa taxa em virtude da elevada escassez de empregos (OIT, 2020a). Em 2020, os índices de desemprego, que já estavam em constante alta, atingiram proporções alarmantes e em escala global. Levando em consideração o cenário atual de avanço do desemprego e de maior flexibilização e precarização do

trabalho em um contexto neoliberal, a condição de estar desempregado parece adquirir uma nova forma, desprovida de qualquer caráter “transitório” e configurando o que Antunes (2018) caracteriza como um processo de expulsão de uma significativa parcela de trabalhadores que se tornam sobrantes e descartáveis.

O contexto histórico e social que atualmente impulsiona o desemprego é marcado pela consolidação do capitalismo neoliberal, que ganhou forte influência mundial através de nomes como Ronald Reagan e Margaret Thatcher nos anos 80 e avançou consideravelmente desde então (HARVEY, 2008b). No Brasil, a presença do neoliberalismo tornou-se notável principalmente nos anos 90, a partir dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, marcados por políticas de redução do Estado e flexibilização das relações de trabalho.

Segundo Harvey (2008b), por neoliberalismo, entende-se um conjunto de práticas político-econômicas que propõe alcançar o bem-estar humano promovendo as liberdades e capacidades empreendedoras individuais, no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada e ao livre mercado. Dessa maneira, o desmonte de determinados setores estatais em prol de privatizações, a desregulamentação do trabalho e o ataque à proteção social caracterizam o neoliberalismo enquanto política de Estado.

Contudo, ainda é preciso ressaltar um aspecto fundamental de sua lógica: sua extensão ideológica até a mais íntima esfera da sociabilidade dos indivíduos, remodelando comportamentos, concepções e valores, isto é, a própria subjetividade dos sujeitos, e estabelecendo-se, assim, enquanto “norma geral” de vida:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 14).

Sendo assim, de modo concomitante às transformações políticas e econômicas, parece ocorrer também processos de subjetivação mediante a emergência e incorporação de discursos e práticas concretas visando universalizar a ideologia¹⁸ neoliberal que, embora tenha suas raízes na esfera econômica, não se

¹⁸ O termo “Ideologia” será aqui compreendido de maneira alocada na tradição marxista, tendo em vista as elaborações de Marx e Engels (2007) sobre as ideias dominantes de uma determinada época estarem intimamente ligadas à sua classe dominante, em que tanto a produção de ideias quanto da própria consciência está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material dos indivíduos.

resume a ela, o que nos leva a resgatar a compreensão de Gramsci (1999) acerca da ideologia, entendida enquanto um processo que estende sua influência para todas as manifestações da vida individual e coletiva. A lógica do neoliberalismo tornou-se, assim, hegemônica enquanto modalidade de discurso, transmitida nos principais veículos de comunicação e afetando, assim, os modos de pensamento, as práticas cotidianas e as maneiras com que muitas pessoas interpretam e compreendem o mundo (HARVEY, 2008b), estando firmada em um mundo do trabalho cada vez mais individualizado e marcado pela competição generalizada.

Dentre os argumentos da lógica neoliberal visando justificar o desemprego, está aquele que reduz o problema a um viés individual e meritocrático, apontando os trabalhadores desempregados enquanto pessoas que “não se esforçaram o suficiente”, “estão assim porque querem”, “são vagabundos”, etc. Tudo isso torna-se passível de ser assimilado pelos indivíduos enquanto verdades absolutas, consolidando uma hegemonia do capital capaz de articular de modo original a coerção capitalista e o próprio consentimento e engajamento do trabalhador, atribuindo apenas a ele a “culpa” pelo fracasso na sua inserção profissional (ALVES, 2007).

No que diz respeito ao vasto contingente de trabalhadores desempregados que atualmente compõem o Brasil, a sociedade regida pelo mercado apresenta-lhes alternativas à tal situação o recurso ao empreendedorismo ou à empregabilidade (SILVA, 2002), isto é, soluções individuais e que apresentam o problema social e estrutural do desemprego enquanto condição que emana do próprio sujeito. Ou seja, todo o contexto histórico e social por trás do desemprego é abstraído, atribuindo ao próprio as causas que impedem seu próprio sucesso na vida. Aqui, a célebre frase de Margaret Thatcher sobre “não existir essa coisa de sociedade, mas somente indivíduos” vale como máxima universal¹⁹.

Exige-se aos milhares de homens e mulheres desempregados/as que se comportem enquanto empresas, uma espécie de empresários de si próprios (DARDOT e LAVAL, 2016). Nesta ótica, cada um se torna inteiramente responsável por sua saúde, por sua mobilidade, por sua adaptação aos horários variáveis, pela

¹⁹ “‘I am homeless, the Government must house me!’ and so they are casting their problems on society and who is society? There is no such thing! There are individual men and women and there are families and no government can do anything except through people and people look to themselves first.” – Thatcher, Margaret. 1987. ‘Interview for “Woman’s Own” (“No Such Thing as Society”).’ in Margaret Thatcher Foundation: Speeches, Interviews and Other Statements. London.

atualização de seus conhecimentos, tudo isso mediante a naturalização dos riscos, o que justifica ainda mais a diminuição de proteções aos trabalhadores – agora “aptos” a suportarem as condições excludentes do neoliberalismo –, ampliando e reforçando as relações de competitividade através da adaptação subjetiva diante um cenário de forte exclusão. Não obstante, ao invés de acabar com qualquer sentimento de alienação, a noção de um sujeito-empresa eleva o trabalho alienado a um novo patamar, em que o processo de interiorização de tal alienação implica ao trabalhador ser um “déspota de si próprio” (ANTUNES, 2006).

A solução neoliberal está, portanto, em individualizar qualquer problema social, de tal forma que produtos do sistema capitalista como o desemprego e a miséria também são individualizados como provenientes de um “mal gerenciamento” do sujeito-empresa. A coerção econômica e financeira também se reflete em auto coerção e auto culpabilização. Configura-se, assim, um intenso processo de responsabilização individual, paralelamente ao aumento do adoecimento mental (WICKERT, 2006).

O discurso da empregabilidade também carrega um efeito simbólico e ideológico de convencimento e justificativa do cenário de elevado desemprego, capaz de modificar a autoimagem e visão de mundo dos próprios trabalhadores (SILVA, 2002). A empregabilidade diz respeito à capacidade que um profissional tem de conseguir uma oportunidade de trabalho e, sobretudo, de se manter nele. O conceito busca enfatizar a aptidão do indivíduo de se manter ativo e competitivo no mercado de trabalho. Trata-se, portanto, de um recurso constantemente usado pelo empresariado para ressaltar que, somente se especializando constantemente, é que o trabalhador poderá acompanhar o ritmo do mercado e se manter empregado²⁰.

NEOLIBERALISMO, DESEMPREGO E JUVENTUDE

No contexto neoliberal, diversos indicadores apontam que a juventude é a parcela da sociedade fortemente atingida por empregos precários e, sobretudo, pelo desemprego, uma vez que, neste grupo, o índice de desempregados é marcado por

²⁰ Em janeiro de 2022, foi exibido pelo Jornal Nacional uma reportagem que enfatizava como a falta de vagas no mercado teria obrigado muitos recém-formados a mudarem os planos e empreenderem. Não obstante, ao lado do empreendedorismo, a matéria ressalta a empregabilidade através da fala de um CEO (diretor executivo) empresarial. Para mais informações, acesse: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/01/27/falta-de-vagas-no-mercado-obriga-muitos-recem-formados-a-mudar-os-planos-e-empreender.ghtml>> acessado em: 06/10/2022

grandes oscilações mediante os ciclos econômicos, principalmente em momentos de crise do capital, como mostrou a existência de mais de nove milhões de jovens latinos e caribenhos desempregados em 2020 (OIT, 2020b). No Brasil, de acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o número de jovens submetidos à condição do desemprego passou de 905 mil, no quarto trimestre de 2014, para dois milhões no quarto trimestre de 2019, sendo essa taxa ainda mais elevada entre os jovens em condições socioeconômicas menos privilegiadas (IPEA, 2020).

Levando em consideração o processo de interiorização ideológica do neoliberalismo anteriormente abordado, a juventude trabalhadora está passível de presenciar tal dimensão de adesão e convencimento de maneira mais efetiva, posto que é socializada em um mercado de trabalho já respaldado pela lógica neoliberal, tornando-se, assim, um dos segmentos sociais mais receptivos às expectativas e utopias de mercado, que constantemente buscam apagar qualquer vínculo coletivo de classe²¹ em prol de uma maior atomização dos sujeitos. As novas formas de gestão exigem não apenas o envolvimento com os novos ideais de produtividade e desempenho, mas também a constituição efetiva de novos coletivos de trabalho vivo, com subjetividades etárias sem vínculos com a resistência classista dos trabalhadores da era fordista (ALVES, 2007).

Tendo em vista a construção histórica e social por trás da categoria “juventude”, que assume representações e significações diferenciadas em cada época, ser jovem na era flexível significa estar aberto às mudanças e aos riscos, sendo tal categoria vista como potencialmente adaptável e que melhor atenderia às novas exigências da produção flexibilizada e da lógica meritocrática. Segundo Lima e Pires (2017), os jovens de hoje vivem acompanhados por um processo de “desinstitucionalização” da vida e consolidação de um cenário de incertezas, desprovido de qualquer estabilidade que permita a juventude planejar seu futuro.

Desse modo, os ideais que envolvem a chamada geração Y fortalecem o discurso ideológico que pretende justificar e positivar a inserção dos jovens em um mercado de trabalho instável e precarizado (LIMA & PIRES, 2017). Isso não significa,

²¹ Diferentemente do período keynesiano-fordista, em que havia um maior vínculo coletivo entre os trabalhadores (ainda que não fosse de forma radicalizada), no contexto neoliberal há um amplo processo visando apagar qualquer identidade de classe, questionando até mesmo a existência dos trabalhadores, que antes são vistos como “parceiros” ou “colaboradores” (ANTUNES, 2018).

no entanto, que ocorra uma efetiva integração da juventude ao mercado de trabalho. Nesse contexto, concomitantemente a desaparecimento de programas voltados a inserir os jovens no mercado de trabalho formal, há uma significativa e crescente difusão de iniciativas que incentivam o empreendedorismo, associando um modo de ser juvenil ao neoliberalismo e seus respectivos elementos de concorrência e individualização dos problemas sociais.

O desemprego configura-se enquanto um elemento constitutivo da sociedade brasileira contemporânea. Nesse contexto, a população jovem, envolta por um cenário de desemprego, subemprego, informalidade e de trabalhos precários, apresenta grande probabilidade de enfrentar tais condições sem qualquer tipo de proteção social e de maneira duradoura.

EM CONTATO COM JOVENS DESEMPREGADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS-SP

Entre o final de 2021 e ao longo do primeiro semestre de 2022, visitamos a Casa do Trabalhador, organismo da prefeitura de São Carlos que oferece uma série de serviços envolvendo propostas para qualificação profissional, expedição de carteira de trabalho e habilitação do seguro-desemprego. Realizamos entrevistas com vinte jovens trabalhadores desempregados de faixa etária entre 18 e 29 anos, com apenas algumas exceções. Conforme fora consenso entre entrevistado e entrevistador, as entrevistas foram gravadas, além de observações e impressões obtidas a partir do contato com os interlocutores, as quais foram registradas em diário de campo. Como dito anteriormente, a identidade e a privacidade dos entrevistados foram preservadas.

A juventude, antes de ser uma categoria fechada e homogênea, é atravessada por questões raciais, de gênero e, sobretudo, de classe. Ou seja, os próprios interesses, percepções e oportunidades ocupacionais variam a depender de qual juventude estamos nos referindo (PAIS, 1990), o que implica uma abordagem metodológica que reconheça a atuação e as particularidades dos sujeitos em suas experiências²² histórica e socialmente determinadas.

²² O termo “experiência” empregado na pesquisa provém das análises de Thompson (1978), em que os homens e mulheres são concebidos enquanto sujeitos que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades, interesses e antagonismos, para em seguida tratar dessa experiência em sua consciência das mais complexas maneiras e posteriormente agir sobre tal situação determinada.

Além disso, como constatou Guimarães (2002), o fenômeno do desemprego não ocorre de maneira abstrata entre os trabalhadores, sendo fortemente seletivo e socialmente determinado, uma vez que as chances de emprego estão desigualmente distribuídas entre os diferentes grupos sociais. Ou seja, sua recorrência pode variar segundo gênero, raça, idade, escolaridade, etc. Nesse sentido, ao longo do trabalho de campo, notou-se que a maioria dos indivíduos desempregados que frequentavam a casa do trabalhador nos dias em que foram realizadas as incursões a campo eram do sexo feminino, o que enfatiza a desigualdade de gênero presente no mundo do trabalho, em que as mulheres trabalhadoras muitas vezes não têm às mesmas oportunidades que os trabalhadores homens e, portanto, estão mais suscetíveis ao desemprego (HIRATA, 2018).

Outro aspecto de destaque no perfil dos entrevistados diz respeito à cor/raça declarada, já que 16 das 20 pessoas entrevistadas se identificavam enquanto pardas ou pretas, ao passo que somente quatro se declararam como brancas. Evidencia-se, assim, o papel da raça no que diz respeito à alocação das pessoas no mercado de trabalho, tanto em termos da posição ocupada, quanto das próprias oportunidades em si (HASENBALG, 2005). O fato de grande parte dos trabalhadores desempregados serem do sexo feminino e majoritariamente negros relaciona-se diretamente com o próprio perfil da classe trabalhadora brasileira, composta, em sua grande maioria, por trabalhadoras negras e trabalhadores negros (CACAU, PARKS, ASSIS, 2021).

ESTUDAR E TRABALHAR AO MESMO TEMPO

Tendo em vista a construção social por trás da categoria da juventude, é comum que os discursos envoltos pela *doxa* dominante caracterizem os jovens como aqueles que apenas estudam, estando em um momento de “transição” para a vida adulta do trabalho (PAIS, 1990). Porém, como afirmaram Corrochano e Tommasi (2020), o trabalho se configura enquanto uma das dimensões constitutivas do jovem brasileiro, em que muitos necessitam trabalhar tanto para ajudar no sustento familiar quanto para garantir sua autonomia. Esse foi o caso de Diana, que inclusive precisou abandonar os estudos.

Então, eu parei de estudar na verdade para trabalhar mesmo, porque logo que arrumei um emprego não batia com o horário da escola, aí eu tive que parar de estudar para trabalhar (...) eu era balconista de uma padaria lá do bairro mesmo, por indicação (Diana, 26 anos, trabalhadora desempregada).

Como a própria entrevistada explica, a partir do momento que conseguiu um trabalho, precisou escolher entre trabalhar ou estudar, sendo a primeira opção aquela mais óbvia para Diana, em razão da necessidade de renda. Tal constatação rompe diretamente com a ideia de que o trabalho representaria um momento de transição para a vida adulta, posto que grande parte da juventude brasileira precisa estudar e trabalhar ao mesmo tempo (CORROCHANO e TOMMASI, 2020). Não sendo possível tal sobreposição, o trabalho acaba por ser muitas vezes priorizado, posto que influencia diretamente na renda familiar e nas demandas de curto prazo.

Desse modo, a realidade de grande parte da juventude brasileira é marcada por uma sociabilidade multidimensional, com o efetivo entrecruzamento das dimensões educacional, laboral e familiar. Contudo, a sobreposição das atividades de estudo e trabalho pode variar significativamente conforme as experiências dos sujeitos, envolvendo desde suas condições sociais até a própria idade em si, como ressalta o caso de Laura, que precisou trabalhar durante todo seu percurso escolar a partir do 9º ano do ensino fundamental.

Eu trabalhei no meu ensino médio inteiro (...) foi muito cansativo. Eu comecei na 8ª série trabalhando, aí eu trabalhava a noite, sabe? Das 18:00 às 21:00, depois eu comecei a ficar o tempo integral, pois eu fiz 18 anos. Aí eu chegava na escola às 7:00 da manhã, saía da escola 12:00 e ia correndo pra casa, tomar banho para chegar lá [no trabalho] às 13:30 (...) aí eu ficava até às 22:00. Foi cansativo, era muito difícil" (Laura, 24 anos, estudante de graduação e trabalhadora desempregada).

INDIVIDUALIZAÇÃO DO DESEMPREGO E DA PANDEMIA

O advento da pandemia da covid-19 ocorreu no solo de um capitalismo neoliberal em crise, resultando na forte proliferação do vírus que, ao lado dos milhões de óbitos a nível mundial, desempregou milhões de trabalhadores e trabalhadoras (ANTUNES, 2022). Nesse contexto pandêmico, a classe trabalhadora viu-se, segundo Antunes (2022), sob intenso fogo cruzado, perante o cenário de precisar vender sua força de trabalho para garantir os meios básicos de subsistência em meio a contaminação virótica, somado à pragmática do neoliberalismo. É preciso ressaltar, porém, que os índices de desemprego e desalento já estavam muito elevados antes mesmo da pandemia, contabilizando cerca de 12,6 milhões pessoas desempregadas no Brasil em 2019²³, além dos grandes índices de informalidade.

²³ Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-informalidade-e-a-maior-em-4-anos>>. Acessado em: 06/10/2022

Apesar do desemprego se configurar enquanto um fenômeno socialmente estabelecido, ao longo das entrevistas foi possível captar a individualização do problema por parte de alguns jovens entrevistados, que mobilizaram questões mais individuais para tratar tanto da condição do desemprego quanto da própria pandemia em si, tal como expõe a compreensão de Renan acerca do enfrentamento de sua condição de desempregado:

Ah, vou ser sincero com você: tudo que acontece no nosso mundo é uma desculpa pra gente “molhar uma pedra”. Claro que foi difícil (...) lógico que afetou o empresário, o comércio, os caras que gostam de consumir (...) você sente a diferença, vai afetando todo mundo, mas graças a Deus tá voltando ao normal né, vamos ver, esperar, e vamos pra cima de novo. Não pode desanimar! (Renan, 33 anos, trabalhador desempregado).

Desse modo, percebe-se que a esfera individual muitas vezes é aquela que os sujeitos mobilizam para justificar sua situação em meio a pandemia, em que a falta de esforço próprio seria um dos grandes elementos explicativos da situação atual. O depoimento de Talita sobre o motivo de estar desempregada também é direcionado nesse sentido:

Eu acho que eu dei uma relaxada nessa pandemia, eu poderia ter estudado mais a minha área mesmo, porque eu acho que tem vagas, mas não tem gente qualificada. (...) precisava me esforçar muito mais, muito mais (Talita, 28 anos, trabalhadora desempregada).

A questão da qualificação também se fez presente nos relatos, como mostra o caso acima, sendo um dos elementos muitas vezes apresentados pelos grandes meios de comunicação como possível solução frente ao desemprego, isto é, só estaria desempregado aqueles que não são qualificados para o mercado de trabalho. Paralelamente à empregabilidade, a ideia de empreender e abrir seu próprio negócio configura-se enquanto um dos aspectos centrais da ideologia neoliberal, não por acaso, também foi abordada pelos entrevistados:

Ah, eu sempre fui interessado em abrir uma coisa pra mim, porque eu imagino assim: acordar seis horas da manhã pra trabalhar, o esforço que eu fazia para os outros, se metade daquele esforço que eu fazia para os outros eu inverter para o meu negócio, não tem como não dar certo. Só não dá certo para uma pessoa empreender no seu negócio porque a pessoa não dá o 100% dela. (...) Do mesmo jeito que você dá 100% em uma empresa (...), se você também der 100% nas suas coisas e no seu foco ali você vai pra frente sim (Carlos, 27 anos, trabalhador desempregado).

Então, cara, se eu te falar que minha vontade é essa, eu queria ter meu próprio negócio, mas precisa de muito capital, tem que trabalhar muito para conseguir. (...) porque aí eu teria minha independência financeira, ia poder fazer as coisas que eu mais gosto, ajudar minha família da forma mais presente ali, de forma mais concreta (Willian, 29 anos, trabalhador desempregado).

Já pensei em abrir um lava rápido, porque eu sei mexer nas coisas. (...) É mais vantajoso, não tem patrão pra encher me encher o saco (Caio, 18 anos, trabalhador desempregado).

Fica nítida a articulação entre empreendedorismo e um maior sentimento de autonomia e independência, aliado à lógica meritocrática de que, através do esforço individual, o sucesso é inquestionável. Além disso, abrir o próprio negócio parece ser mais atrativo em termos financeiros do que o trabalho assalariado, em que a própria figura “incômoda” do patrão pode ser apagada, como ressalta o depoimento de Caio, evidenciando a relação conflituosa entre patrão e empregado. Não por acaso, empresas de aplicativos como Uber, Ifood, etc. difundem ideologicamente noções que exaltam o trabalhador uberizado como um “chefe de si mesmo” (ABÍLIO, 2020).

ANSIEDADE E INCERTEZA

O contexto de um capitalismo mais flexível bloqueou qualquer possibilidade de longo prazo, em que a ansiedade perante incertezas quanto ao futuro torna-se cada vez mais comum (SENNET, 2006). Desse modo, a grande maioria dos entrevistados afirmou sofrer de ansiedade ou outro tipo de problema psicológico em virtude do desemprego, uma vez que não há uma estabilidade garantida e bem delineada (WICKERT, 2006). Qualquer planejamento mais estável torna-se impossível em meio à irracionalidade do mercado, que acarreta mudanças e transformações capazes de incidir diretamente no futuro dos trabalhadores. No caso dos desempregados, sua condição de ausência de trabalho alavanca ainda mais o pessimismo sobre o dia seguinte, posto que qualquer referencial de estabilidade se perde quando já não há garantias de conseguir um salário para acessar os meios de subsistência que possibilitem a sua existência.

Eu até comecei a fazer terapia, de tão preocupada que eu estou, antes eu nem tinha tanta preocupação, eu pensava que eu ia me formar, com tranquilidade, pelo menos nesses quatro anos, e depois sair e já procurar um emprego, só que não deu tempo, sabe? Não foi como eu planejei. Foi muito conturbado (Laura, 24 anos, estudante de graduação e trabalhadora desempregada).

É aquela frustração, aquela incerteza de não saber como vai ser o outro dia, se vai ter alguma coisa, se vai ter coisa pra comer ou se não vai ter, entendeu. (...) isso mexe com a cabeça de qualquer um, com quem está passando por uma situação assim. Você empregado tem uma certeza que vai ter um dinheiro para pagar suas contas, pagar sua pensão em dia, entendeu? Fazer uma comprinha do mês. Mas quando você está desempregado a preocupação te persegue, isso é a realidade do brasileiro todos os dias (...) é uma coisa que já virou rotina, e não era pra ser assim. (William, 29 anos, trabalhador desempregado)

Como já apontava Engels (2008), é inegável que os aspectos de insegurança e incerteza do futuro atravessam a condição do proletariado desde sua constituição. Por fim, vale ressaltar o efeito que o fenômeno do desemprego possui em desmoralizar os trabalhadores desempregados, que passam a enxergar-se enquanto “sem valor”, “inútil”. As angústias por trás da população desempregada, submetida à degradação individual, à perda de identidade social e à efetiva desconstrução de projetos de vida, resulta, portanto, na corrosão da própria concepção subjetiva acerca de si mesmo (MANDELBAUM e RIBEIRO, 2017). Aquele que sofre com o desemprego enfrenta uma exclusão violenta perante a sociedade, fraturando efetivamente as demais esferas sociais do sujeito.

Ah eu me sinto mal né cara, tipo, tem conta pra pagar e tal. As coisas são bem complicadas, eu me sinto inútil na verdade (...) eu vejo meu pai trabalhando, suando né, ele não me cobra nada, graças a Deus ele entende o momento, ele tem consciência social, e aí ele não cobra. Mas, assim, eu fico mal né. Aí de manhã eu estou acordando todo dia para entregar [currículo], desde o dia 07 eu estou entregando currículo, mas até agora nada. Então, assim, tá complicado, né, (...) estou me sentindo meio inútil, não estou me sentindo útil para pagar minhas contas, para contribuir de certa forma, entendeu? (Mateus, 24 anos, trabalhador desempregado).

O mesmo sentimento de desesperança vem acompanhado pela vivência de desfiliação (CASTEL, 2009) perante o que é exigido ao indivíduo na sociedade capitalista. A impossibilidade de trabalhar resulta em uma maior fragilidade dentro dos próprios vínculos sociais construídos pelo sujeito, agora submetido a sentimentos de impotência, solidão e incapacidade de reagir. Ou seja, o desemprego, para além de configurar a exclusão do mundo do trabalho, lança os indivíduos numa situação de ruptura com as demais esferas de sua sociabilidade (MANDELBAUM e RIBEIRO, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar que, no atual contexto de flexibilização e avanço neoliberal, configura-se um duplo cenário de sofrimento para os milhares de homens e mulheres que dependem exclusivamente de sua força de trabalho: de um lado, enfrentam empregos precarizados e intermitentes, do outro, vivenciam diretamente o coágulo do desemprego. Ou seja, na mesma medida em que a lógica destrutiva do capital descarta milhões de trabalhadores anteriormente empregados, também recria

novas modalidades de trabalhos informais, flexíveis e terceirizados que afetam os níveis de remuneração daqueles que se mantêm em posições mais estáveis (ANTUNES, 2018), estando constantemente ameaçados pelo desemprego enquanto um possível destino.

Não obstante, apesar do neoliberalismo impulsionar ainda mais um cenário social mergulhado na insegurança e na incerteza para aqueles que dependem unicamente de sua força de trabalho para sobreviver, buscamos aqui enfatizar que tal instabilidade é condição *sine qua non* na vida do proletariado dentro do modo de produção capitalista, uma vez que está inteiramente submetido aos mandos e desmandos do mercado, e sendo episódios como o Welfare State uma exceção aos países de “capitalismo avançado” em um contexto histórico-social específico.

Além disso, é a categoria da juventude que majoritariamente compõe os altos índices de desempregados (IPEA, 2020). Os jovens se encontram à deriva, sem referenciais claros e sem rumos a priori (WICKERT, 2006), rompendo com a possibilidade de projetos de vida facilmente delineados e submersos em uma situação de desemprego prolongado. Contudo, é preciso ressaltar que a juventude não é um conjunto homogêneo de indivíduos, posto que também compreende aspectos de gênero, raça e classe (PAIS, 1990).

Embora seja comum associarmos a juventude enquanto um setor da sociedade em transição para a vida adulta, o que a realidade evidencia são jovens conciliando estudo e trabalho em jornadas prolongadas, sendo o trabalho uma das dimensões constitutivas na vida de uma juventude que adentra o mercado desde cedo, mesmo que, muitas vezes, em empregos informais e irregulares. Não havendo a possibilidade de conciliar estudo e emprego, a segunda opção é priorizada, posto que garante acesso às demandas de curto prazo, mesmo que isso acabe por afetar a formação escolar dos sujeitos e sua futura trajetória profissional.

Apesar do desemprego desempenhar um papel estrutural no modo de produção capitalista, e ter elevado seus já crescentes índices no momento da pandemia da covid-19, alguns trabalhadores mobilizaram explicações que caracterizam o desemprego enquanto sendo um produto individual, o que de certa forma dialoga com a ideologia neoliberal que busca abstrair qualquer aspecto social do desemprego e direciona-lo unicamente aos sujeitos. Não por acaso, soluções

individuais envolvendo empreendedorismo e qualificação foram ressaltadas pelos entrevistados.

Também foi unânime depoimentos que enfatizavam problemas de ansiedade perante a incerteza do futuro. A sociedade capitalista é orientada tendo em vista a valorização do capital (MARX, 2013), aqueles que estão fora desse compromisso perdem a possibilidade de reproduzir sua existência. Desse modo, o medo do desemprego é legítimo, sendo capaz de afetar as múltiplas esferas da sociabilidade dos sujeitos que passam por tal condição.

É preciso entender como o desemprego impacta as mais diversas dimensões da vida do sujeito a partir de sua própria experiência, e como tal experiência relaciona-se com a lógica contraditória que compreende o modo de produção capitalista, mais especificamente em sua roupagem neoliberal. Além da significação do desemprego para uma determinada sociedade em termos normativos, isto é, a partir das instituições criadas por ela, também é preciso compreender o desemprego no plano subjetivo, resultante das experiências vividas (GUIMARÃES, 2002).

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização e Juventude Periférica**: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. Novos estud. CEBRAP. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 579-597, set – dez. 2020.
- ALVES, Giovani. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed. Londrina: Editora Praxis, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ª ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BÁRBARA, Maristela. **Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego**: percepção e sofrimento do trabalhador. In: Psicologia, Ciência e Profissão, 1999.
- CACAU, Carolina; PARKS, Letícia; ASSIS, Odete Cristina. **Mulheres negras e marxismo**. São Paulo: Edições Iskra, 2021.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CORROCHANO, Maria Carla; Tommasi, Livia. **Do qualificar ao empreender**: políticas de trabalho para jovens no Brasil. In: Estudos Avançados 34 (99), 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**: segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Boitempo, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos de Cárcere**, Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUIMARÃES, Nadya. **Por uma sociologia do desemprego**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, núm. 50. São Paulo, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-Moderna**. 17ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008a; HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008b.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HIRATA, Helena. **Gênero, patriarcado, trabalho e classe**. Trabalho Necessário (2018) – <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552>> Acessado em: 08/10/2022.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. 2020. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10107/1/Diagnostico de insercao de jovens.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10107/1/Diagnostico_de_insercao_de_jovens.pdf)> acessado em: 08/10/2022.

LIMA, Jacob; PIRES, Aline Suelen. **Juventudes e a nova cultura do trabalho**: considerações a partir do trabalho digital. Revista Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 773-797, dez. 2017.

MANDELBAUM, Belinda; RIBEIRO, Marcelo. **Desemprego**: uma abordagem psicossocial. São Paulo: Blucher, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010; MARX, Karl. **O capital**: crítica da Economia Política, Livro I – O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B.Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

Organização Internacional do Trabalho - OIT. **Desemprego, informalidade e desocupação afetam jovens na América Latina e no Caribe** (2020b). Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/brasil/noticias/WCMS_738633/lang-pt/index.htm Acessado em: 08/10/2022.

Organização Internacional do Trabalho - OIT. **World Employment and Social Outlook** (2020a). Disponível em: https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2020/WCMS_734455/lang-en/index.htm Acessado em: 08/10/2022
PAIS. José Machado. **A construção sociológica da juventude** – alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990 (1. º, 2. º), 139-165.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Luiz Antonio Machado. **Da informalidade à empregabilidade** (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). *CADERNO CRH*, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

WICKERT, Luciana. **Desemprego e juventude**: jovens em busca do primeiro emprego. *Psicologia, Ciência e Profissão*, vol. 26, núm. 2, 2006, pp. 258-269. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, Brasil.

O DIÁLOGO ENTRE TEORIA E POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DOS INTELLECTUAIS NEGROS BRASILEIROS: UM ESTUDO A PARTIR DAS/OS DOCENTES LIGADOS AO NEAB/UFSCAR

**THE DIALOGUE BETWEEN THEORY AND POLITICS IN THE TRAJECTORY OF
BLACK BRAZILIAN INTELLECTUALS: A STUDY BASED ON THE TEACHERS
CONNECTED TO NEAB/UFSCAR**

**EL DIÁLOGO ENTRE TEORÍA Y POLÍTICA EN LA TRAYECTORIA DE LOS
INTELLECTUALES NEGROS BRASILEÑOS: UN ESTUDIO A PARTIR DE LOS
PROFESORES VINCULADOS A NEAB/UFSCAR**

Patrícia Amorim Weber²⁴

Pamela Barbosa Martins²⁵

Resumo

A inserção de discente e docentes negros/as no ambiente universitário, especialmente após a década de 1970, deu fôlego à uma nova forma de produção de conhecimento acerca das relações raciais na academia. Isso se torna notório, sobretudo, a partir da criação de grupos de estudos e de pesquisa coordenados por intelectuais negros e negras e voltados para o tema das relações étnico-raciais. Fundado em 1991, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da Universidade Federal de São Carlos é aqui considerado enquanto parte deste deslocamento. Tendo isso em vista, este trabalho busca analisar de que forma a produção de conhecimento de docentes que integram ou integraram o NEAB contribui para a luta por justiça social. Para alcançar este objetivo, mapeamos quais foram as principais temáticas tratadas por estas/es docentes em suas produções acadêmicas. A análise dos dados obtidos foi feita a partir da Análise de Conteúdo. Em nossos resultados, observamos que os temas mais recorrentes nas discussões destes docentes foram, em ordem de frequência: educação e justiça social. O engajamento dessas/es intelectuais nestas discussões evidencia o compromisso político e epistemológico (GOMES, 2019) do NEAB/UFSCar em seguir articulando a militância política com a produção intelectual. Observamos, portanto, que estes docentes colocam em prática uma postura acadêmica que se desenvolve em diálogo com as temáticas caras ao movimento negro e às demandas por políticas públicas voltadas para a igualdade racial.

²⁴ Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e-mail: patriciaaweber@live.com.

²⁵ Licenciada em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e-mail: martinsbpamela@gmail.com.

Palavras-chave: Produção de conhecimento; Justiça social; Pesquisadores negros/as; NEAB.

Abstract

The increase in the number of black students and professors in the university environment, especially after the 1970, has given rise to a new form of producing knowledge about racial relations in the academy. This is evident, especially, from the creation of study and research groups coordinated by black and black intellectuals and focused on the theme of ethnic-racial relations. Founded in 1991, at the Federal University of São Carlos, *Núcleo de Estudos Afro-brasileiros* (NEAB) is considered here as part of this displacement. With that in mind, this work seeks to analyze how the production of knowledge of teachers who are or were part of NEAB contributes to the struggle for social justice. To achieve this goal, we mapped the main topics addressed by these professors in their academic productions. To organize and interpret the results, we used the content analysis method. In our results, we observed that the most cited topics in these teachers' discussions were, in order of frequency: education and social justice. The engagement of these intellectuals in these discussions highlights the political and epistemological commitment (GOMES, 2019) of NEAB/UFSCar to continue articulating political militancy with intellectual production. We observe, therefore, that these professors put into practice an academic posture that develops in dialogue with the themes dear to the black movement and the demands for public policies aimed at racial equality.

Keywords: Knowledge production; Social justice; Black researchers; NEAB.

Resumen

La inserción de estudiantes y profesores negros en el ámbito universitario, especialmente a partir de la década de 1970, dio alas a una nueva forma de producción de conocimiento sobre las relaciones raciales en la academia. Esto se hizo evidente, sobre todo, a partir de la creación de grupos de estudio e investigación coordinados por intelectuales negros y centrados en el tema de las relaciones étnico-raciales. Fundado en 1991, el Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) de la Universidad Federal de São Carlos se considera aquí parte de este desplazamiento. Teniendo esto en cuenta, este trabajo pretende analizar cómo la producción de conocimiento de los profesores que integran o han integrado el NEAB contribuye a la lucha por la justicia social. Para lograr este objetivo, trazamos un mapa de cuáles eran los principales temas tratados por estos profesores en sus producciones académicas. El análisis de los datos obtenidos se basó en el Análisis de Contenido. En nuestros resultados, observamos que los temas más recurrentes en los debates de estos profesores fueron, por orden de frecuencia: la educación y la justicia social. La participación de estos intelectuales en estas discusiones pone de relieve el compromiso político y epistemológico (GOMES, 2019) de NEAB/UFSCar para continuar articulando la militancia política con la producción intelectual. Observamos, por lo tanto, que estos profesores ponen en práctica una postura académica que se desarrolla en diálogo con los temas queridos por el movimiento negro y las demandas de políticas públicas dirigidas a la igualdad racial.

Palabras Clave: Producción de conocimientos; Justicia social; Investigadores negros; NEAB.

INTRODUÇÃO

As instituições de Ensino Superior brasileiras privilegiaram, historicamente, perspectivas teóricas fundamentadas em um olhar colonizado e europeu. A produção de pesquisas vinculadas a tais perspectivas serviu para reforçar os binarismos de superioridade/inferioridade racial. Contudo, a inserção de pessoas negras no ambiente universitário, em especial após a década de 1970, deu fôlego à uma nova forma de produção de conhecimento ao terem sua participação deslocada do lugar de informantes para a posição de ensaístas e intelectuais (RIOS, 2009).

Aliada a inserção de pesquisadoras/es negras/os nas universidades brasileiras está o processo de criação de grupos de estudo e pesquisa voltados para o campo das relações étnico-raciais. Dentre eles, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) e grupos correlatos. É a partir da década de 1980 que surgem os primeiros núcleos com essa nomenclatura. Criado em 1991, o NEAB da Universidade Federal de São Carlos (NEAB/UFSCar) é considerado neste trabalho fruto desse deslocamento.

A fim de contribuir para as discussões sobre intelectualidade negra e produção de conhecimento, este trabalho tem como objetivo analisar de que forma a produção acadêmica de docentes que integram ou integraram o NEAB/UFSCar contribui para a luta por justiça social. Para alcançar este objetivo, foi realizado um mapeamento das principais temáticas discutidas por estas/es docentes. As informações que compõem o mapeamento foram coletadas da seção “Artigos completos publicados em periódicos” de seus currículos *lattes*. Já a categorização dos dados foi feita a partir do método de análise de conteúdo (Bardin, 2011).

Parte dos resultados a serem discutidos neste trabalho derivam de pesquisas realizadas no âmbito da pós-graduação, em específico, do mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar). Das duas pesquisas, uma foi concluída e a outra está em andamento.

Em uma análise inicial, a categorização dos dados nos permitiu observar que os temas mais frequentes na produção das/dos docentes foram: educação, relações étnico-raciais, diferença, desigualdade, ações afirmativas e justiça social. Na discussão abaixo realizada, consideramos que as escolhas temáticas são reflexo de um engajamento intelectual que se articula com a militância política.

A PRODUÇÃO DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA ENGAJADA

Os intelectuais negros passaram a ocupar as universidades em maior número a partir dos anos 1980, ou seja, no final da ditadura militar. A inserção nestes espaços significou uma forma de fortalecer sua comunidade e suas ações políticas através do enriquecimento de seu conhecimento, além da possibilidade de produzir narrativas a partir de suas próprias perspectivas. Neste contexto, a pesquisa científica engajada passa a ser uma característica marcante desta categoria de intelectuais.

A relação entre ciência e política demarca, para Sales Augusto dos Santos (2011), a diferença entre os “intelectuais negros” e os “negros intelectuais”. Este segundo, objeto de estudo de seu trabalho, é caracterizado por ter uma relação direta ou indireta com os movimentos sociais negros. Esta relação, por sua vez, é marcada por uma convicção antirracismo e um *ethos* acadêmico-científico que os fazem ser ativos na luta pelas políticas públicas de promoção da igualdade racial e na busca por um pensamento crítico anticolonial, ambos balizados pela agenda destes movimentos. Assim, se “intelectuais negros” sempre existiram nos departamentos acadêmicos, os “negros intelectuais” fazem parte daquela categoria nova que vimos emergir nas universidades a partir da década de 1970.

Também é importante definir o que consideramos ser uma pesquisa científica engajada politicamente no que concerne à temática racial no país. No entendimento de Petronilha B. Gonçalves e Silva (2005), a pesquisa engajada com a questão racial tem as seguintes características: é aquela que leva em consideração os objetivos e as prioridades de um grupo marginalizado pela sociedade; são desenvolvidas com o intuito de ser um suporte teórico para as comunidades negras; buscam explicitar as nuances das relações étnico-raciais, expondo os problemas delas decorridos e propondo formas de pôr em prática uma educação antirracista e sem discriminações; além disso, são pesquisas que refletem sobre as ações de grupos do movimento negro e tem como propósito avaliar e formular políticas públicas.

Portanto, nesta perspectiva, não é possível separar a produção científica da política, pois esta sempre estará em toda a parte. Ademais, é importante que tenhamos em mente que os intelectuais pertencem ao seu tempo, e que, por este

motivo, é impossível manter um pensamento puro, uma objetividade desinteressada ou uma teoria transcendental (SAID, 2005).

Na trajetória do pensamento social da intelectualidade negra, a pesquisa científica engajada é tida enquanto um recurso para intensificar a luta contra a opressão social. De modo mais claro, a intelectualidade é uma importante ferramenta política e parte necessária da luta pela libertação (hooks, 1995). Deste modo, as perspectivas que recusam a indissociabilidade entre estes dois termos acabam por obscurecer a complexidade do engajamento envolvido no ativismo intelectual. Como afirmaria Patrícia Hill Collins, “porque as ideias e a política estão em todos os lugares, o potencial do ativismo intelectual também é possível em todos os lugares” (COLLINS, 2012, p. 13, tradução nossa).

Em seu livro denominado “Entre Brasil e África: construindo conhecimento e militância” (2011), Petronilha B. G. Silva sustenta que há uma sólida ponte entre a sua experiência enquanto militante e a sua produção acadêmico-científica. Esta ponte tem, de um lado, o movimento negro, e de outro, a universidade pública. Vemos que os diversos grupos do Movimento Negro lhe proporcionaram não só um acesso à experiência coletiva do que é ser negro no Brasil, como também possibilitou que Silva pudesse realizar seus primeiros intercâmbios internacionais para discutir sobre o negro e a educação. Ou seja, o movimento lhe proporcionou conhecimento e possibilidade de projeção a este. Mais adiante, em seu livro, diz até mesmo que os grupos do movimento negro do qual participou instigaram, desafiaram e direcionaram suas preocupações de pesquisa.

Ao articular pesquisa, intervenção e militância, Silva expõe que o seu interesse é produzir uma pedagogia capaz de se contrapor às relações opressivas a que os negros são submetidos. Nesse sentido, para a intelectual, a pesquisa é o trabalho sistematizado; a intervenção significa “pôr-se lado a lado”, isto é, acompanhar de perto a realidade destes sujeitos; por fim, a militância significa combater as ideologias, pensamentos e atitudes que naturalizam a discriminação, como o racismo, o machismo, etc.

Assim, para reforçar este ponto de vista, a intelectual sintetiza o porquê acredita ser legítima a relação entre ciência e política:

Estou convencida de que não há incompatibilidade [entre fazer ciência e exercer militância concomitantemente], se se concebe militância como ato de combater ativamente ideologias que cultivam e mantêm desigualdades entre pessoas e grupos, tais como a do racismo, e da incompetência dos pobres, a

do machismo; se se realizam pesquisas, com objetivo, entre outros, de produzir conhecimentos que contribuam para sustentar a busca por justiça. Militância e pesquisa podem, pois, se combinarem num único esforço, com a finalidade de atingir compreensões de ações humanas, como a de se educar, indispensáveis para novas relações na sociedade (SILVA, 2011, p. 105).

OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: NOVAS FORMAS E ESPAÇOS DE ARTICULAÇÃO

Consideramos a criação de núcleos, grupos e centro de estudo e pesquisa, responsável por possibilitar uma intensificação na discussão e produção de estudos acerca da população negra. A discussão sobre intelectualidade negra evidencia para nós a indissociabilidade entre a produção intelectual negra, o contra discurso sobre a modernidade ocidental e a ação política.

Como parte desse contexto estão os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) e grupos correlatos. Os primeiros NEABs foram criados na década de 1980 e são definidos por Otair Fernandes como:

locus privilegiado de formação, aglutinação, articulação, debates, propostas de estudos e pesquisas de negros(as) e não negros que atuam academicamente com a temática das relações raciais e cultura afro-brasileira e suas intersecções no campo da educação e cultura. [...] [são] polos de formação política onde se concentram e circulam os intelectuais negros (2014, p. 200).

A criação de núcleos como os NEABs e encontro de pesquisadoras/es negras/os na década de 1990 culminaram na organização e realização do I Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros e Negras (COPENE) em Recife, Pernambuco, no ano de 2000. O COPENE teve como desdobramento a criação, ainda em 2000, da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), a ABPN, do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e grupos correlatos, o CONNEABs, em 2003 e da Revista ABPN, em 2010. A realização do congresso e os eventos que o sucederam marcam a construção de espaços de divulgação e mapeamento da produção de conhecimento de pesquisadoras/es que atuam no campo das relações étnico-raciais.

A realização dos congressos possibilitou, pela primeira vez, no contexto brasileiro, o mapeamento dos trabalhos realizados no campo das relações étnico-raciais em âmbito nacional, produzindo, em paralelo, o tensionamento na relação com outras organizações científicas nas quais não havia espaço para as discussões deste campo. Nas palavras do antropólogo Kabengele Munanga, a ABPN é a “associação

brasileira que inclui um segmento importante da população que foi excluído de outras associações [...]. É uma associação que nasce com uma proposta de inclusão. De dar oportunidade para outros jovens que foram excluídos das organizações científicas dominantes”.

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (NEAB/UFSCar) foi fundado no ano de 1991, através do diálogo e iniciativa de docentes, estudantes, servidores técnico-administrativos e militantes do Movimento Negro de São Carlos (SP). A coordenação-fundadora do Núcleo foi composta pela professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e pelos professores Álvaro Rizzoli e Valter Roberto Silvério, fez parte do seu processo de consolidação a professora Lúcia Maria de Assunção Barbosa.

Os objetivos do núcleo incluem a realização de estudos voltados para a formulação e execução de políticas públicas, a criação de mecanismos de combate ao racismo, a promoção da formação inicial e continuada de professoras/es e outros grupos para a educação das relações étnico-raciais, o registro da memória social e intelectual afro-brasileira, entre outros.

Sendo assim, considerando a história e o propósito do NEAB/UFSCar, em diálogo com a literatura que trata sobre a trajetória da intelectualidade negra no Brasil, este trabalho busca analisar de que forma a produção de conhecimento de docentes que integram ou integraram este NEAB contribui para a luta por justiça social.

Para alcançar este objetivo, mobilizamos reflexões teórico-analíticas sobre a relação entre ciência e política no pensamento intelectual negro, de modo a situar os professores que compõem este núcleo no contexto mais amplo de militância política acadêmica. Em um segundo momento, buscamos compreender quais foram os subtemas mais frequentes nas pesquisas destes docentes. O passo seguinte, ainda em andamento, será compreender de que modo, em quais sentidos e com quais fundamentos teóricos estes intelectuais discutem estes subtemas. Este último objetivo específico, em conjunto com os demais, possivelmente nos possibilitará responder com mais propriedade sobre a contribuição dos docentes integrantes do NEAB/UFSCar para a luta por justiça social.

Para responder aos nossos objetivos, mapeamos quais foram as principais temáticas tratadas pelos/as docentes do NEAB/UFSCar em suas produções acadêmicas. Este mapeamento foi feito a partir da categorização das palavras-chaves

utilizadas nos artigos presentes na seção “Artigos completos publicados em periódicos” em seus currículos *lattes*. De modo mais detalhado, consultamos o currículo *lattes* de 11 professores. Com isso, tivemos acesso a um total de 85 artigos disponíveis na internet.

Primeiramente, a listagem das palavras foi feita individualmente, ou seja, elaboramos uma tabela para cada professor/a. A fim de tornar a análise dos dados possível, nós unimos as palavras-chaves que dialogavam entre si em grandes subtemas. Por exemplo, as palavras-chave “étnico-racial”, “raça” e “relações raciais” foram agrupadas em um subtema que as representasse, o qual denominamos “relações étnico-raciais”. Após esta etapa, criamos uma única tabela, onde listamos todas as palavras-chaves citadas, o número de vezes que apareceram nos artigos e os subtemas aos quais julgamos que elas pertencem. Por fim, contabilizamos a frequência total dos subtemas e elencamos quais foram aqueles mais citados.

Para Laurence Bardin (2011), as fases que se seguem à estas que apontamos acima são as fases de tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Atualmente, a nossa pesquisa encontra-se na fase de interpretação. Os dados coletados estão sendo analisados de modo a nos oferecer um melhor entendimento do que significa, contextual, política e epistemologicamente, o uso destas palavras-chave na produção acadêmica destes/as professores/as. Tendo isso em vista, abaixo, expomos os resultados e as análises preliminares desta pesquisa.

A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE ESTUDOS AMPLA E DIVERSIFICADA: RESULTADOS INICIAIS

Os resultados apresentados neste trabalho são iniciais, pois, como afirmamos anteriormente, esta é uma pesquisa ainda em curso. Neste momento, pretendemos expor o perfil de pesquisa dos/as professores/as associados ao NEAB a partir de dois aspectos: a interdisciplinaridade do núcleo e os dois principais subtemas abordados em suas pesquisas.

Como podemos ver, as/os professoras/es apresentados na Tabela 1 pertencem a distintas áreas de conhecimento (Ciências Biológicas, Educação Especial, Enfermagem, História, Linguística, Pedagogia e Sociologia). Produzindo em um núcleo interdisciplinar, é através da educação das relações étnico-raciais e dos desdobramentos por ela possibilitados que as produções acadêmicas dessas/es

docentes se encontram e constroem coletivamente contribuições para uma agenda de estudos e pesquisas ampla e diversificada.

Tabela 1: Temas de pesquisa das/dos docentes do NEAB/UFSCar

Docentes	Temas
Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva; Tatiane Cosentino Rodrigues	Educação das relações étnico-raciais
Ana Cristina Juvenal da Cruz	Educação das relações étnico raciais História Diáspora africana
Douglas Verrangia	Educação das relações étnico-raciais Ensino de Ciências Biológicas
Lúcia Maria de Assunção Barbosa	Ensino de Línguas Educação das relações étnico-raciais
Rosana Batista Monteiro	Educação das relações étnico-raciais Saúde da população negra
Anete Abramowicz	Educação Sociologia da Infância
Diléia Aparecida Martins	Educação Especial Educação das relações étnico-raciais
Natália Sevilha Stofel	Enfermagem Relações étnico-raciais e saúde
Priscila Martins Medeiros	Sociologia Diáspora africana Relações étnico-raciais
Valter Roberto Silvério	Sociologia Diáspora africana Educação das relações étnico-raciais

Fonte: Tabela produzida com informações coletadas do Currículo Lattes das/dos docentes pelas autoras em Maio de 2022.

Os dados apresentados pela Tabela 2 nos mostram que os temas mais recorrentes nas discussões destes docentes foram: educação e justiça social.

Tabela 2: Palavras-chave categorizadas

Categorias	Frequência entre professoras/es
Educação	11
Justiça social	9

Fonte: Tabela produzida com informações coletadas do Currículo Lattes das/dos docentes em Maio de 2022 e categorizadas pelas autoras.

O SENTIDO DE JUSTIÇA SOCIAL PROPOSTO POR ESTES PESQUISADORES: DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO E CRÍTICA À PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Como expomos no início deste texto, esta categoria de intelectuais apresenta uma trajetória acadêmica direta ou indiretamente ligada às lutas do movimento negro. Desta forma, em seus temas pesquisas, vemos uma proximidade notória com aqueles temas caros à luta antirracista no Brasil.

Nos textos dos autores abordados nesta pesquisa, há diversos temas que compreendemos como sendo parte do que poderíamos chamar de luta por uma ampliação da *justiça social*. Como exemplo, podemos citar os debates sobre igualdade, desracialização, cidadania, democratização e compromisso social. Todos estes são termos utilizados nas palavras-chave dos artigos que foram base para esta pesquisa, e que norteiam a reflexão destes intelectuais ligados ao NEAB/UFSCar.

De um modo geral, no conjunto de dados que pudemos explorar até o momento, estes termos foram mobilizados para refletir sobre a democratização do ensino básico e superior no país. De modo mais claro, o foco dos autores recaiu sobre a implementação das ações afirmativas, tema por meio do qual buscaram tratar sobre a ampliação da justiça social. Suas discussões também se desdobraram para as análises sobre a formação e o papel do Estado nacional, assim como sobre a produção de conhecimento e o ensino.

Há interessantes aspectos que podem ser salientados e que devem caracterizar a perspectiva destes intelectuais. A inserção das ações afirmativas no ensino superior e básico é tratada enquanto um passo importante para a formação dos sujeitos para a cidadania. Ou seja, a ampliação da oportunidade de acesso ao ensino, assim como a revisão do conteúdo a ser estudado, é visto por estes pesquisadores enquanto um passo primordial na formação dos sujeitos para as relações sociais.

Primeiramente, estes intelectuais entendem que a ampla inserção de um novo perfil de alunos no ensino superior se contrapõe ao cenário anterior, em que víamos a universidade enquanto um espaço exclusivo para a elite econômica do país. Por este motivo, esta política pública exige dos docentes, discentes e das instituições, uma nova postura ética, epistemológica e pedagógica. Isso ocorre porque esta política traz, para o campo da educação, a necessidade de romper com as noções de hierarquia entre os sujeitos, forjadas nas desigualdades sociais e raciais.

É importante mencionar que a democratização do ensino e a consequente possibilidade de ampliação da justiça social não é vista apenas pela perspectiva do amplo acesso à uma educação de qualidade. Estes intelectuais também questionam qual educação proporcionamos aos nossos discentes. Esta resposta exige a reflexão sobre o currículo escolar e os fundamentos epistemológicos que dão base à nossa produção de conhecimento, assim como os debates sobre a representação social da população negra no país.

Ao propor esta crítica, estes intelectuais colocam no debate novos elementos para a análise, os quais vão para além das tradicionais categorias da modernidade. Assim, se antes a desigualdade social seria vista tão somente a partir da questão econômica, agora, a cultura e as representações simbólicas passam a ser importantes para refletir sobre igualdade e justiça social.

A partir destas lentes, a noção de cidadania passa a ter, em seu horizonte, o objetivo de promover “condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais” (SILVA, 2007, p. 490).

Estes autores trazem, também, algumas considerações importantes sobre o papel do Estado diante das desigualdades sociais. É considerado que a inserção da raça enquanto algo central para as reflexões sobre políticas públicas e a proposição

de ações afirmativas contra a desigualdade racial leva, consequentemente, à quebra dos principais mitos nacionais, originados no século XX e presentes até os dias de hoje. Estes três mitos do imaginário nacional são: o Brasil enquanto nação mestiça; o mito da convivência harmônica entre os grupos étnico-raciais; e a existência de um racismo inofensivo. Desta forma, a noção de uma igualdade abstrata é substituída pela valorização das diferenças.

Ao adotar este posicionamento, estes intelectuais estabelecem um debate com aqueles que se colocam contra a instituição das políticas afirmativas. Um de seus argumentos trata sobre a crítica à eficácia das políticas universalistas, pois entendem que o princípio de igualdade abstrata se torna um obstáculo em sociedades que necessitam de tratamento diferente para aqueles que são tratados de forma desigual (SILVÉRIO, 2002).

Dada esta nova interpretação, temos o tensionamento das estruturas do Estado nacional, haja vista que, se as relações étnico-raciais se tornam um dos aspectos centrais para se refletir sobre a desigualdade no país, logo, os conflitos e as injustiças antes latentes vêm à tona e exigem do Estado uma postura ativa.

OS CONTORNOS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O CAMPO DA EDUCAÇÃO

O mapeamento, seguido da categorização e agrupamento das palavras-chave nos possibilita ver que a discussão proporcionada pelas e pelos docentes do NEAB/UFSCar traz para o debate uma ampla percepção sobre a categoria educação. Dentre as palavras-chave recorrentes estão: educação das relações étnico-raciais; educação permanente; ensino básico; ensino superior, Lei 10.639/03; e Projeto Político Pedagógico.

De modo geral, o debate sobre educação promovido pelas e pelos intelectuais demonstra que a educação é compreendida como “caminho fundamental de erradicação do racismo” (CRUZ, 2016, p. 343), a partir da incorporação de uma postura e o compromisso com a prática antirracista. Outro importante aspecto é o de ter responsabilidade quanto ao uso e implementação da ideia de diversidade em sala de aula e na construção de políticas educacionais. Isso porque os debates sobre educação apontam sua incorporação por políticas estatais, em especial, a partir do discurso do multiculturalismo. Essa incorporação é lida com aspectos positivos, mas

exige cuidado ao observar a absorção de uma ideia genérica de diversidade (SILVÉRIO, 2015). O reconhecimento da diversidade é considerado um importante passo para a erradicação do racismo, contudo, preocupa-se que a aceitação da diversidade e sua incorporação política se dê no papel, mas não em ações práticas.

Tratando, estudando e discutindo diferentes níveis de ensino e outros elementos, como a construção de projetos políticos, a educação é, então, compreendida por tais autoras e autores como comprometida a operar com a diferença, evidenciando o impacto positivo de saber trabalhar e construir relações entre diferentes grupos e capaz de promover ferramentas para a autonomia de suas e seus estudantes, assim como caminhos para uma participação cidadã.

Os avanços e o aceite da temática da diversidade no campo educacional é considerada possível a partir da atuação do Movimento Negro. Isso porque diferentes grupos e organizações passam a questionar perspectivas racialistas e eugenistas que empenhavam o papel de promover uma educação focada em uma identidade nacional construída a partir de referenciais europeus: “Em tais circunstâncias, a população afro-brasileira tomou para si o papel de construir formas alternativas de aquisição de escolarização formal para a modificação da condição de desvantagem social no período pós-abolição” (CRUZ, 2016, p. 343). Essa atuação permanece ao questionar a reforma educacional de 1930 e o apontamento que a construção de uma educação para todos nunca se concretizou, até décadas depois, a participação na Conferência de Durban na África do Sul e seu impacto nas discussões há muito já discutidas por integrantes do Movimento Negro, como por exemplo, o debate sobre as ações afirmativas.

Diante desse contexto, o Movimento Negro insere-se na discussão sobre políticas educacionais em três diferentes planos: o legislativo, atuando em âmbito federal, estadual e municipal; plano jurídico, com a participação na constituinte de 1998; e o plano executivo, representado pelo estabelecimento de diretrizes específicas para o campo da educação, como veremos abaixo.

Dentre as discussões possibilitadas pelo enfrentamento do Movimento Negro está a de compreender a educação em suas outras formas, para os diferentes grupos que compõem a população brasileira, como é o caso da educação escolar quilombola (língua tradicional, memória coletiva, prática cultura e todo o repertório oral) e da educação quilombola (saberes históricos, conhecimentos sobre uso de ervas e

plantas medicinais). O argumento em torno da educação quilombola expande-se ainda ao considerar que esses conhecimentos devem se articular também em espaços não quilombolas, “pois estes constituem uma vertente do repertório de conhecimentos da cultura afro-brasileira” (CRUZ; RODRIGUES, 2017, p. 170). É também, olhar além da educação formal experienciada no ensino básico e superior.

Em consonância, há a construção de um olhar específico para a educação que se aproxima da percepção de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2010), ao considerar a educação como o ato de aprender a conduzir a própria vida. As disputas por políticas educacionais culminam na criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCE ERER) em 2004, como também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica em 2012.

Cruz e Rodrigues (2017) ressaltam como a política educacional, na perspectiva dos movimentos sociais, não está reduzida à escola. Esta se entrelaça à “territorialidade, à produção e reprodução da existência e à reconfiguração das relações sociais para a emergência de outro projeto de desenvolvimento” (p. 170). A aprovação das diretrizes representa a tentativa de efetivar uma mudança no tratamento dado ao passado, a narrativa e a história de populações que constituem a população brasileira, mas viam-se pouco representadas na sala de aula, na formação de professoras/es e no material didático. A aprovação da Lei 10.639/03 e as diretrizes apontadas acima que a seguem, são considerados marcos no que tange ao campo educacional brasileiro. Para Silvério (2015) tratam-se de: “o conjunto contemporâneo das várias, diversificadas, criativas e necessárias proposições de ressituar a África e a diáspora africana na história mundial” (p. 35).

De forma mais geral e até onde se pode analisar, o debate proposto por tais intelectuais em relação à educação muito se aproxima das proposições relacionadas à justiça social apresentadas no tópico anterior. Isto porque a educação é, além dos apontamentos aqui realizados, compreendida como caminho para o estabelecimento de um compromisso social que lide, para em seguida, construir uma nova realidade social e um novo projeto coletivo capaz de experienciar as possibilidades de viver em meio a diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O engajamento dessas/es intelectuais nestas discussões evidencia o compromisso político e epistemológico (GOMES, 2019) do NEAB/UFSCar em seguir articulando a militância política com a produção intelectual. Observamos, portanto, que estes docentes colocam em prática uma postura acadêmica que se desenvolve em diálogo com as temáticas caras ao Movimento Negro e às demandas por políticas públicas voltadas para a igualdade racial.

No que concerne à luta pela implantação de programas de ação afirmativa e em especial ao tratar do Programa de Ações Afirmativas da UFSCar, aprovado em 2006 e implantado na universidade nos vestibulares de 2008, Petronilha B. G. Silva nos fala sobre a importância de perceber a necessidade de transformar os discursos e debates em ação:

[Foi uma] experiência desafiadora, que me fez passar da fala sobre políticas de reparações, à participação na elaboração proposta para programa de ações afirmativas, e desta experiência, a gerir a implantação do programa. Em outras palavras, obrigou-me a passar das ideias e propostas para a ação (SILVA, 2011, p. 139).

Deste modo, vemos que o espaço universitário é visto por estes intelectuais negros também como um espaço político, por este motivo não há uma fronteira entre estes dois mundos, mas sim um imbricamento ou uma diluição de um no outro. Portanto, os professores integrantes deste NEAB se constituem enquanto importantes representantes do perfil intelectual militante que expusemos acima. A relevância da presença destes sujeitos nestes espaços se dá pois é justamente essa ponte entre teoria e política que faz com que estes intelectuais negros proponham uma outra agenda de pesquisa, que é muito mais ligada com uma descolonização intelectual em contraposição a um conhecimento eurocêntrico acrítico (Santos, 2011).

Interpretamos o trabalho desenvolvido pelos NEABs como forma de continuidade dos projetos e trabalhos realizados por intelectuais negras e negros nas décadas anteriores. Suas contribuições incluem as relações estabelecidas fora do ambiente acadêmico, a partir de formações político-educacionais e também do amplo diálogo com as comunidades externas nas quais se inserem. A ampla participação significa a construção de espaços com laços de solidariedade, mas também espaço para tensões e disputas (CRUZ, MEDEIROS, RODRIGUES, 2018; GOMES, 2009).

Os núcleos contribuem para a “produção de [um] conhecimento politicamente posicionado” (GOMES, 2009, p. 428), tal produção problematiza ideais de neutralidade e distanciamento científicos, o que possibilita novas formas de análise e

“ameaça territórios historicamente demarcados dentro do campo das ciências sociais e humanas” (p. 422). Dentre os resultados da atuação dos NEABs está a criação e estabelecimento de uma intensa e diversificada agenda de estudos e pesquisa no que concerne à população negra, agenda esta que auxilia na disputa por políticas de reparação.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill. **On intellectual activism**. Philadelphia: Temple University Press, 2012.
- CRUZ, Ana Cristina Juvenal da; MEDEIROS, Priscila Martins; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Produção de Conhecimento e Comunidade: A experiência do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFSCar. In: Liza Brasília et al. (org.). **Direitos Humanos e Diversidades**. Palmas: EDUFT, 2018. p. 89-112.
- CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. O debate contemporâneo do antirracismo: implicações teóricas e políticas para a educação. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 335-349, 2016. DOI: 10.24220/2318-0870v21n3a3443. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/3443>;
- FERNANDES, Otair. O Conceito de Hegemonia na Luta contra o Racismo no Brasil: a função dos NEABs. **Caderno do Centro de Estudos Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro [SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 191-204, jul/dez, 2014.
- GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: MENESES, M. P.; SANTOS, B. S. S. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.
- RIOS, Flávia Mateus. Movimento negro brasileiro nas Ciências Sociais (1950-2000). **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 263-274, mar., 2009.
- SAID, Edward. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SANTOS, Sales Augusto. A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais. **Revista Mosaico**, v. (3), n. (5), 2011.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, v. 30, n. 3, p. 489-506, 2007.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Entre Brasil e África**: construindo conhecimento e militância. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Pesquisa e luta por reconhecimento e cidadania. In: ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter. (Org.). **Afirmando diferenças**: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas, SP: Papirus, 2005.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa - Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 117, p. 219-246, 2002.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Relações étnico-raciais e educação: Entre a política de satisfação de necessidades e a política de transfiguração. **Revista Eletrônica De Educação**, São Carlos, v. 9, p. 35-66, 2015.

O ESTADO É BRANCO? SELETIVIDADE NO ACESSO À TERRA NO BRASIL

IS THE STATE WHITE? SELECTIVITY IN ACCESS TO LAND IN BRAZIL

¿EL ESTADO ES BLANCO? SELECTIVIDAD EN EL ACCESO A LA TIERRA EN
BRASIL

Natália Fiuza da Silva²⁶

Daniel Luis da Rosa²⁷

Maria Luiza Fritsch Eloy²⁸

Marina Costa Stringhini²⁹

Resumo

O projeto intitulado “Racismo estrutural, Estado e política fundiária no Brasil” objetiva investigar indícios de seletividade racial por parte do Estado no acesso à terra e na regularização fundiária no Brasil. Operou-se com o conceito de seletividade estratégica do Estado (JESSOP, 2016) para identificar como se dá essa seletividade racial, propondo que há uma seleção positiva ou negativa, por parte do Estado, de atores e pautas nas disputas relacionadas ao acesso à terra. O conceito de “branquitude” (SCHUHCAMAN, 2012), foi fundamental para compreender como operam essas seletividades. Entende-se branquitude como relações de poder hierárquicas ligadas ao colonialismo, configurando uma posição social que garante aos sujeitos brancos vantagens por serem considerados normativos ou seres humanos universais, não racializados. Visando identificar vestígios dessas seletividades raciais, por meio da identificação de quais atores e pautas são selecionados positiva ou negativamente, foram analisadas notícias do website “De Olho nos Ruralistas”. Buscou-se por elas em abas com títulos relacionados ao tema da pesquisa, como “agronegócio”, “bancada ruralista”, “violência”, “dívidas”. Foram selecionadas 18 notícias. O padrão identificado, nos casos analisados, foi que pessoas ligadas ao agronegócio, à bancada ruralista e a empresas interessadas em explorar os territórios, são selecionadas positivamente pelo Estado no acesso à terra

²⁶ Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e-mail: nataliafiuzasilva@gmail.com.

²⁷ Graduando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e-mail: daniellr01@hotmail.com.

²⁸ Graduanda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e-mail: luizafeloy@hotmail.com.

²⁹ Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e-mail: mcostastringhini@gmail.com.

e a seus recursos, enquanto grupos não brancos têm seus processos de garantia de direitos e de acesso e regularização de seus territórios violados. Esse padrão pode ser um indício de favorecimento, do Estado, a grupos ligados à branquitude e à sua própria concepção de progresso.

Palavras-chave: Branquitude; Seletividade racial; Acesso à terra; Racismo fundiário; Seletividade estratégica.

Abstract

The project entitled "Structural Racism, the State, and Land Policy in Brazil" aims to investigate evidence of racial selectivity by the State in access to land and land tenure regularization in Brazil. The concept of strategic selectivity of the State (JESSOP, 2016) was used to identify how this racial selectivity occurs, proposing that there is a positive or negative selection by the State of actors and agendas in disputes related to access to land. The concept of "whiteness" (SCHUHCAMAN, 2012) was fundamental to understanding how these selectivities operate. Whiteness is understood as hierarchical power relations linked to colonialism, configuring a social position that guarantees white subjects advantages by being considered normative or universal human beings, non-racialized. In order to identify traces of these racial selectivities, through the identification of which actors and agendas are positively or negatively selected, news from the website "De Olho nos Ruralistas" were analyzed. They were searched in tabs with titles related to the research theme, such as "agribusiness", "rural caucus", "violence", "debts". Eighteen news articles were selected. The pattern identified, in the cases analyzed, was that people linked to agribusiness, to the rural caucus and to companies interested in exploiting the territories, are positively selected by the State in the access to land and its resources, while non-white groups have their processes of guaranteeing rights and access and regularization of their territories violated. This pattern may indicate that the State favors groups linked to whiteness and its own conception of progress.

Keywords: Whiteness; Racial selectivity; Access to land; Land racism; Strategic selectivity.

Resumen

El proyecto titulado "Racismo estructural, Estado y política agraria en Brasil" pretende investigar las pruebas de selectividad racial por parte del Estado en el acceso a la tierra y la regularización de la tenencia de la tierra en Brasil. Para identificar cómo ocurre esta selectividad racial se utilizó el concepto de selectividad estratégica del Estado (JESSOP, 2016), proponiendo que existe una selección positiva o negativa por parte del Estado de actores y agendas en disputas relacionadas con el acceso a la tierra. El concepto de "blancura" (SCHUHCAMAN, 2012) fue fundamental para entender cómo operan estas selectividades. La blancura se entiende como relaciones jerárquicas de poder vinculadas al colonialismo, configurando una posición social que garantiza a los sujetos blancos ventajas al ser considerados seres humanos normativos o universales, no racializados. Con el objetivo de identificar rastros de estas selectividades raciales, a través de la identificación de qué actores y agendas son seleccionados positiva o negativamente, se analizaron noticias del sitio web "De Olho nos Ruralistas". Se buscaron en pestañas con títulos relacionados con el tema de la investigación, como "agronegocio", "caucus rural", "violencia", "deudas". Se seleccionaron dieciocho noticias. El patrón identificado, en los casos analizados, fue

que las personas vinculadas al agronegocio, al caucus rural y a las empresas interesadas en explotar los territorios, son seleccionadas positivamente por el Estado en el acceso a la tierra y sus recursos, mientras que los grupos no blancos ven vulnerados sus procesos de garantía de derechos y acceso y regularización de sus territorios. Este patrón puede indicar que el Estado favorece a los grupos vinculados a la blancura y a su propia concepción del progreso.

Palabras Clave: Blancura; Selectividad racial; Acceso a la tierra; Racismo de la tierra; Selectividad estratégica.

INTRODUÇÃO

Se a ocupação de terras que seguiu o início da colonização do Brasil por portugueses, no século XVI, se deu pelo sistema de sesmarias - o qual foi extinto com o processo de Independência, em 1822 -, as relações de poder ligadas ao colonialismo sempre permearam o acesso à terra após o início dessa ocupação. A Lei de Terras, de 1850, foi uma legislação fundiária que determinava que o acesso a terras devolutas se daria mediante compra e, além disso, a posse da terra deveria ser registrada legalmente. Tal decreto gerou desconfiança em muitos senhores de terras que estavam acostumados a ocupar grandes extensões de terras sem demarcações legais, além de ter como consequência práticas como o suborno, por parte de posseiros, a autoridades estatais responsáveis por esses registros e demarcações (MOLET, 2018). Além da situação de dificuldade para comprar a terra por parte da população mais pobre e negra, dado o fato de ser uma sociedade ainda escravista, o fato de não ter grande poder aquisitivo ou alto status político e social para subornar autoridades para registrar a terra como propriedade legal contribuía para acentuar a desigualdade política, social e racial no acesso à terra. Nesse sentido, Karl Monsma aborda, para além da desigualdade de acesso, a exacerbada diferença na regularização fundiária em meados do século XX:

Entre os homens chefes de família, aproximadamente um em cada treze pretos e um em cada dez mulatos era classificado como lavrador, proporções muito menores que a observada entre brasileiros brancos, mas maiores que as para italianos e espanhóis e um pouco menores que para portugueses. Por outro lado, somente quatro (5,7%) dos setenta chefes de família pretos ou mulatos identificados como “lavradores” ou “fazendeiros” tinham terras registradas na *Estatística Agrícola e Zootecnia* de 1904-1905 (TRUZZI, 2004 *apud* MONSMA, 2010, p. 522).

Portanto, pode-se pensar no acesso à terra, em muitos casos, como um campo de conflito atravessado por relações de poder econômicas e raciais. O dado abordado aponta para o fato de que imigrantes europeus, ainda que em desvantagem em

relação aos brasileiros brancos que eram proprietários e senhores de terras, ainda tinham posição social menos precarizada em relação à regularização fundiária do que os brasileiros negros naquele contexto. Tais desigualdades de acesso e disputa pela terra, entendendo-a como componente importante de sobrevivência e em muitos casos, de tentativa de construir a cidadania e a liberdade para a população mais pobre e negra, eram estruturadas pelas relações sociais hierarquizadas do colonialismo. Pode-se destacar que é produto do sistema colonial moderno a estruturação da sociedade com base na divisão por raças e características físicas, partindo da construção da ideia de um ser humano “universal” (FANON, 2008) - o homem branco, que seria considerado um ideal a ser alcançado. Tal estrutura colonialista é construída com o objetivo de determinados grupos - homens brancos europeus, no contexto da colonização - explorarem e oprimirem outros, em nome de uma suposta inferioridade ou superioridade com base na divisão racial.

É pensando na construção do sistema colonialista e na sociedade socialmente hierarquizada com base na raça como um de seus produtos, entendendo fatores raciais e de classe como entrelaçados, dado o objetivo de opressão e exploração daqueles que se beneficiam desse sistema, que construímos a presente pesquisa. Tais hierarquias e formas de exploração se reproduzem de formas diversas na atualidade, não sendo apenas resquícios do colonialismo, uma vez que o sistema colonial e a escravidão moderna são fatores que contribuíram para estruturar e formar o capitalismo (WILLIAMS, 2012). Assim, pensando nas formas de reprodução dessas hierarquias, propomos a ideia da desigualdade no acesso à terra e à regularização fundiária como produto de uma seletividade racial do Estado capitalista, em benefício de grupos de classes dominantes e brancos, em harmonia com o ideal de branquitude (SCHUHCAMAN, 2012). Pode-se estabelecer, assim, uma relação entre acesso à terra e branquitude, bem como entre política fundiária e racismo institucional (ALMEIDA, 2019).

Essa pesquisa é fruto do projeto de pesquisa “Racismo estrutural, Estado e política fundiária”, construída por estudantes dos cursos de Ciências Sociais e História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da professora dr^a Camila Penna de Castro. O principal objetivo é investigar e identificar indícios de uma seletividade racial, por parte do Estado, no acesso à terra e na regularização fundiária no Brasil. Para construir essas ideias, utilizamos como conceitos centrais a

noção de branquitude (SCHUCMAN, 2012) e de seletividade estratégica do estado (JESSOP, 2007).

Entende-se por branquitude relações de poder hierárquicas, com origem no colonialismo moderno, que conferem certas vantagens sociais a indivíduos brancos, por serem considerados seres humanos normativos ou universais, em detrimento de um outro não branco que seria inferior (SCHUCMAN, 2012). Por seletividade estratégica de estado, entende-se que há uma seleção positiva - benéfica - ou negativa - prejudicial - por parte do Estado capitalista em relação a atores, pautas e estratégias dentro da sociedade, uma vez que

[...] o Estado está longe de ser passivo ou um ator neutro. Ao invés disso, ele está sempre inclinado numa direção ou noutra em virtude da seletividade estrutural e estratégica que tornam as instituições, capacidades e recursos estatais mais acessíveis a algumas forças políticas e, por outro lado, é mais dócil para alguns propósitos do que para outros (JESSOP, 2007, p. 16).

Pode-se destacar o Estado, nesse sentido, não é um sujeito que exerce poder, mas que seus poderes são ativados conforme se organizam e reorganizam aqueles que o constroem conforme a conjuntura, não constituindo uma unidade totalmente coesa e livre de contradições, uma vez que é atravessado pela luta de classes e por diferentes mobilizações daqueles que o desejam transformar, ainda que de longe (JESSOP, 2007). É considerando a seletividade estratégica do Estado e as contradições e disputas de poder que o atravessam, que construímos a hipótese de que há uma seleção positiva, por parte do Estado, de atores e pautas ligados ao latifúndio, ao agronegócio e a outros grupos identificados com o ideal de branquitude em relação ao acesso à terra e à regularização fundiária no Brasil. Na presente pesquisa, buscamos identificar esse padrão em notícias selecionadas a partir do website *De olho nos ruralistas*.

METODOLOGIA

Após delimitar nossos conceitos, buscamos no Periódicos CAPES artigos que tivessem relação com a pesquisa, combinando as palavras-chave em duplas ou trios. Selecionamos estudos que contemplassem o tema e não somente Estado, seletividade racial ou acesso à terra e regularização fundiária isoladamente. Para tal, utilizamos as palavras-chave racismo estrutural, racismo institucional, racismo fundiário, racismo ambiental, branquitude, branquidade, território, Estado, executivo,

judiciário, legislativo, agronegócio, política fundiária, seletividade racial, política agrária, reforma agrária e acesso à terra. Para sistematizar os estudos selecionados, criamos uma base de dados através de uma tabela no Microsoft Excel para consulta durante a pesquisa, registrando por colunas: título do artigo, autor, ano e resumo do conteúdo, o que evitou também que viéssemos a selecionar o mesmo artigo mais de uma vez. Dessa forma, 19 notícias foram selecionadas para que fossem comparadas e analisadas. A partir desse processo, buscamos por identificar o padrão de seleção estratégica positiva do Estado a grupos ligados ao ideal de branquitude - latifundiários, membros da bancada ruralista e grupos ligados ao agronegócio e a empresas com interesses em explorar os territórios brasileiros em questão.

Analizamos outras bases de dados como CPT, Fiocruz, CIMI, DataSUS e APIB utilizando as palavras-chave da pesquisa anterior. E, dentro dessas plataformas, identificamos conflitos judiciais e de violência explícita a grupos não brancos, pontos que sugeriam um padrão de hierarquia e seletividade estratégica do Estado nas relações entre os diferentes agentes envolvidos nos processos de regularização fundiária e de acesso à terra.

SELETIVIDADE ESTRATÉGICA DA BRANQUITUDE: ANÁLISE DE CASOS

Durante a análise dos dados na Comissão Pastoral da Terra, divulgados no próprio site da organização, delimitamos o espaço de tempo de 2016 a 2021. As categorias variam entre assassinatos, áreas de conflito, conflitos por água, superexploração, etc e são divididas em pastas por ano. Dentre as categorias que analisamos havia uma categoria que identificava raça, porém outras pastas não continham essa diferenciação nos dados, isso foi um impasse para a análise da hipótese de seletividade racial.

Navegando pelo site da APIB (Associação dos Povos Indígenas do Brasil), encontramos uma publicação que trata a respeito dos padrões de assédio e criminalização das lideranças indígenas no país, como forma de enfraquecimento das lutas pelo direito à terra: *“Uma anatomia das práticas de silenciamento indígena: relatório sobre criminalização e assédio de lideranças indígenas no Brasil”*. Outra fonte interessante foi a Plataforma CACI: Cartografia dos Ataques Contra Indígenas, do CIMI - Conselho Indigenista Missionário, dentro de seu Observatório da Violência

Contra os Povos Indígenas no Brasil. A plataforma consiste num georreferenciamento realizado pela Fundação Rosa Luxemburgo, em parceria com Armazém Memória e InfoAmazonia, que teve como base relatórios do CIMI e da CPT produzidos entre os anos de 1985 e 2020. A partir da plataforma, acessamos também o Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil - 2020, também do CIMI. Tal documento explicita uma de nossas hipóteses dentro da pesquisa, que seria que nos anos do governo Bolsonaro, além de todas as tentativas de retiradas de direitos tradicionais, houve um aumento significativo da violência direta contra os povos indígenas (invasões possessórias, assassinatos, jagunçagem, etc). Outro foco importante do relatório é a situação dos indígenas durante a pandemia da Covid-19, que, além de perdas pela omissão e desmontes do Estado, também serviu como “cortina”, permitindo um aumento e, sobretudo, impunidade nos casos de violência e exploração.

Durante essa consulta nas bases citadas, percebemos que a fonte de algumas eram notícias dos eventos e dessas notícias eram retirados os dados. Assim, fizemos um estudo comparativo de casos que perpassam esses conflitos, tendo como base o site *De Olho nos Ruralistas*. Iniciamos a análise buscando por notícias contendo informações acerca do tema “Racismo estrutural, Estado e Política Fundiária”. Para realizar essa tarefa, buscamos notícias veiculadas em abas com títulos relacionados ao tema da pesquisa, como “agronegócio”, “bancada ruralista”, “violência”, “dívidas”. O objetivo era encontrar aquelas que indicassem formas de seletividade racial no acesso e regularização da terra no Brasil, assim, selecionamos 19 notícias a serem analisadas e comparadas. Para compreender se e como a seletividade racial atravessa o conteúdo das notícias, definimos quais são os atores selecionados de forma positiva e negativamente pelo Estado em cada ocorrido. Para esse trabalho, selecionamos 5 das 19 notícias para destrinchar e expor as categorias e conceitos que utilizamos, visando a evidenciar o padrão de seletividade estratégica negativa de grupos não brancos proposto.

Sob as marcações “*De olho no agronegócio, de olho nos conflitos, em destaque, empresas brasileiras, principal, sem-terra, últimas*” e título “*Beneficiado por despejo do Quilombo Campo Grande tem R\$ 1,8 bilhão em dívidas*”³⁰ (FIGURA 1) do

³⁰ FUHRMANN, Leonardo. “Beneficiado por despejo do Quilombo Campo Grande tem R\$1,8 bilhão em dívidas”. **De olho nos ruralistas**. 2020. Disponível em:

dia 24 de agosto de 2020, dentro do site do observatório do agronegócio, a notícia relata quem é o empresário João Faria da Silva e como a reintegração de posse sofrido pelo Quilombo Campo Grande se relaciona com o mesmo. O território disputado em questão se chama fazenda Ariadnópolis, que pertencia a falida Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA), que quebrou nos anos 90. A CAPIA demitiu seus funcionários sem pagar seus direitos trabalhistas, então os mesmos ocuparam e permaneceram no território da fazenda Ariadnópolis, assim se forma o Quilombo Campo Grande. Em 2011, Jovane de Souza, proprietário da massa falida da CAPIA, pede reintegração de posse para cumprir um acordo comercial com a Jodil Agropecuária, empresa de João Farias da Silva, que é proprietário de terras vizinhas à fazenda Ariadnópolis. Forma-se então um grupo empresarial que em 2019 entra em recuperação judicial de uma dívida calculada em 1,8 bilhão de reais, com mais de 350 credores.

Figura 1 - Fragmento do site “De olho nos ruralistas”



Fonte: De olho nos ruralistas (2020)

Para a comparação com essa notícia, selecionamos outra notícia sob as marcações “*Bancada ruralista, de olho na política, de olho nos retrocessos, em*

<<https://deolhonosruralistas.com.br/2020/08/24/beneficiado-por-despejo-do-quilombo-campo-grande-tem-r-18-bilhao-em-dividas/>>. Acesso em agosto de 2022.

destaque, principal, últimas" e título *"Bancada ruralista quer CPMI do Endividamento Agrícola e mais perdão de dívidas"*³¹ (FIGURA 2), do dia 15 de agosto de 2017, onde o deputado Jerônimo Goergen, então coordenador da Comissão de Direito de Propriedade da Frente Parlamentar da Agropecuária, sugere a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Endividamento agrícola. Segundo o deputado, após conversa com representantes dos sindicatos rurais no Rio Grande do Sul, constatou que as medidas que o governo já havia tomado em relação ao assunto eram insuficientes, sendo necessário mais ações em prol dos agricultores. A notícia também cita medidas que o governo já havia tomado em relação ao endividamento, como mostra o fragmento:

A Medida Provisória que refinanciou o Funrural não foi suficiente, diz o coordenador na FPA. O governo perdooou até R\$ 10 bilhões em dívidas. E alongou o pagamento das dívidas restantes até 2032, com redução de 100% dos juros e até 25% das multas. Mesmo assim, Goergen aponta que o governo está "em busca de arrecadação e não percebe que o produtor não tem dinheiro para atender" (BANCADA... 2017).

Figura 2 - Fragmento do site "De olho nos ruralistas"



Fonte: De Olho nos Ruralistas (2017)

Com base na observação desses dois casos, utilizando os conceitos estabelecidos na pesquisa para análise, partimos para algumas considerações. Na primeira temos dois atores principais: o grupo empresarial de João Faria da Silva e

³¹ "Bancada ruralista quer CPMI do endividamento agrícola e mais perdão de dívidas". **De olho nos ruralistas**. 2017. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/08/15/bancada-ruralista-quer-cpmi-do-endividamento-agricola-e-mais-perdao-de-dividas/>. Acesso em: agosto de 2022.

Jovane de Souza, que podemos considerar como expressão do agronegócio (tendo em vista o patrimônio do grupo empresarial) e o Quilombo Campo Grande, temos também a ação e inação definidas por parte do Estado na disputa pelo território da Fazenda de Ariadnópolis: a reintegração de posse e também a dívida que o grupo empresarial acumula. Com esses elementos, podemos classificar entre positiva e negativa as ações do Estado a partir da comparação entre os atores, as ações e inações e quem se beneficia delas. Portanto, o Estado, em forma de judiciário, seleciona negativamente o grupo racializado (Quilombo Campo Grande) através da ação da reintegração de posse e seleciona positivamente o grupo não racializado (grupo empresarial/agronegócio) através da inação em relação às dívidas que acumula perante ao mesmo Estado que o beneficia com as terras reintegradas. Na segunda notícia, como atores temos Jerônimo Goergen, que aqui podemos considerar um representante do agronegócio (devido o seu cargo de coordenador da Comissão de Direito de Propriedade da Frente Parlamentar da Agropecuária) e também latifundiários, ruralistas, como cita a matéria. Como ação do Estado enquanto legislativo e executivo temos os perdões de dívidas e a criação da CPML.

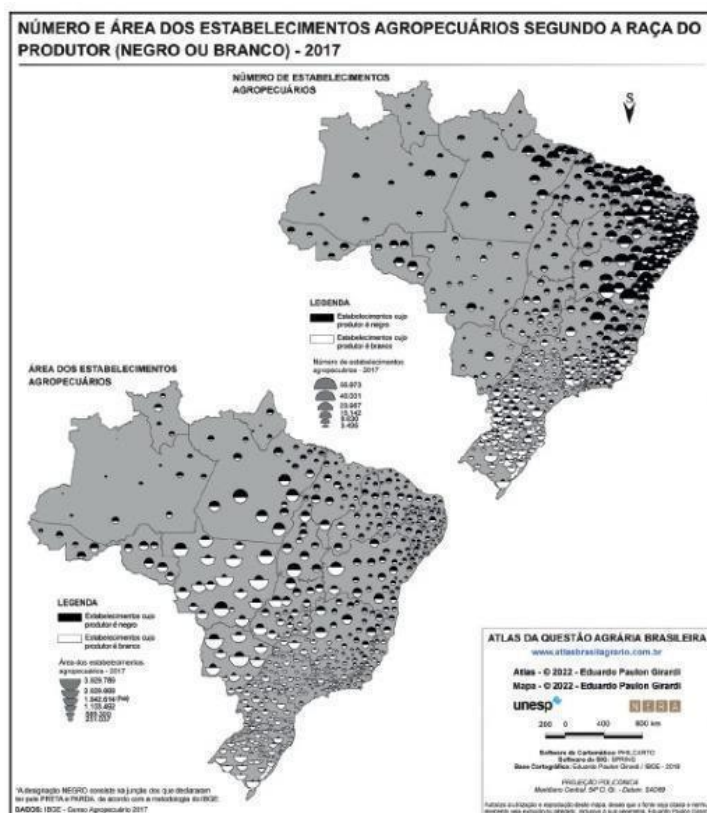
O contraponto que a pesquisa faz entre esses dois relatos é o orçamento que o Estado dedica ao agronegócio e à demarcação e regularização de terras. E também a formulação de políticas públicas e formas de acesso à elas, pode-se perceber uma inação do Estado para com os assentados e Quilombolas e a ação em relação ao agronegócio.

Enquanto seletividade racial, podemos observar o mapa a seguir (FIGURA 3) (GIRARDI, 2022) que os estabelecimentos com maior área pertencem à população majoritariamente não racializada, como afirma Girardi:

o número e a área dos estabelecimentos agropecuários dos brancos são muito superiores aos dos negros nas regiões economicamente mais dinâmicas do Brasil, com terras melhores e mais caras, e com a melhor infraestrutura: o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste (Girardi, 2022, p. 91).

Podemos, portanto, afirmar que a representação do agronegócio é não racializada. Então, enquanto assentados e quilombolas sofrem ações como a reintegração de posse, a bancada ruralista trabalha para aumentar os subsídios do Estado em seu benefício próprio.

Figura 3 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários segundo a raça do produtor (negro ou branco) - 2017



Fonte: GIRARDI (2022, pg. 89)

A notícia cujo título é *Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União*³² (FIGURA 4) trata sobre benefícios concedidos, pelo Estado - com protagonismo da bancada ruralista -, a latifundiários brasileiros, sob forma de perdão de dívidas, no ano de 2016 - já durante o governo do ex-presidente da República Michel Temer. Partindo de um relatório da Oxfam, destaca-se o dado de que 4013 proprietários de grandes extensões de terras devem, em conjunto, cerca de R\$ 906 bilhões à União, valor que seria passível de assentar 214 mil famílias sem-terra. Ainda assim, medidas como a MP 733, de 2016, chegou a conferir, na prática, descontos de 60 até 95% a esses proprietários. Além disso, leis como a Lei Kandir (1996) isentam o pagamento de ICMS a produtos primários e produtos industrializados semielaborados destinados à exportação, em benefício ao agronegócio, o que gera uma perda de cerca de R\$ 22

³² AMENI, Cauê Seignemartin. "Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União". **De olho nos ruralistas**. 2016. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2016/12/12/proprietarios-de-terra-devem-quase-r-1-trilhao-uniao/>>. Acesso em: agosto de 2022.

bilhões, por ano, aos estados brasileiros. Pode-se observar, nos casos abordados, que há um benefício, por parte do Estado, conferido aos grupos ligados ao latifúndio e à bancada ruralista, ainda que os valores das dívidas pudessem ser utilizados, por exemplo, para assentar famílias sem acesso à terra. Esse benefício encaixa-se na ideia de seletividade estratégica do Estado, que está inclinada, nesse caso, aos grupos ruralistas e latifundiários, majoritariamente brancos e de grande poder aquisitivo e político.

Figura 4 - Fragmento do site “De olho nos ruralistas”



Fonte: De Olho nos Ruralistas (2016)

Outro caso, em notícia intitulada *Cargill, Bunge, C. Vale e Coamo: conheça empresas que compram soja de área reivindicada pelos Guarani Kaiowá*³³ (FIGURA 5), aborda a situação da Fazenda Brasília do Sul, localizada no estado do Mato Grosso do Sul. A propriedade é considerada, atualmente, da família de Jacintho Honório da Silva Filho, empresário paulista; contudo, a área vem sendo reivindicada pelos indígenas Guarani Kaiowá desde a década de 1990, o que vem resultando em conflitos violentos pelo direito ao território. O cultivo da soja e do milho vem avançando de forma expressiva na região, enquanto o processo de demarcação do território

³³ BASSI, Bruno S.; FAERMAN, Laura; FUHRMANN, Leonardo. “Cargill, Bunge, C. Vale e Coamo: conheça empresas que compram soja de área reivindicada pelos Guarani Kaiowá”. **De olho nos ruralistas**. 2022. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2022/05/12/cargill-bunge-c-vale-e-coamo-conheca-empresas-que-compram-soja-de-area-reivindicada-pelos-guarani-kaiowa/>>. Acesso em: agosto de 2022.

indígena avança muito lentamente. Nesse sentido, um dos conflitos mais expressivos das últimas décadas ocorreu em 2003, quando um grupo de pistoleiros, a mando de Jacintho, capturaram a liderança indígena Marcos Veron e outros sete integrantes de uma tentativa de retomada do território que vinha acontecendo. Veron foi assassinado; Jacintho faleceu no ano de 2019 sem nunca sequer ter sido julgado pelo crime. Cabe salientar, também, que, em outros conflitos, a polícia militar do estado agiu de forma a reprimir violentamente os indígenas que reivindicavam seu território. Pode-se observar, assim, uma seleção positiva, por parte do Estado, de Jacintho e de sua família, que podem usufruir e explorar o território sem sequer serem punidos pelos crimes contra os indígenas Guarani Kaiowá que vem acontecendo ao longo do tempo, mas também das empresas interessadas em explorar a região, uma vez que o cultivo da soja e do milho, para exportação, vem avançando intensamente. Ao mesmo tempo, o processo de demarcação do território reivindicado como indígena vem sofrendo entraves e acontece de forma muito lenta, permitindo, na prática, que casos e conflitos violentos continuem acontecendo na disputa pelo território, além da inacessibilidade à terra dos Guarani Kaiowá, que seriam selecionados de forma negativa pelo Estado.

Figura 5 - Fragmento do site “De olho nos ruralistas”



Fonte: De olho nos ruralistas (2022)

Por fim, a notícia intitulada *Saiba quem é o dono da fazenda onde Guarani Kaiowá foi assassinado, no Mato Grosso do Sul*³⁴(FIGURA 6), trata sobre um caso ocorrido em junho de 2022, que vem sendo chamado Massacre de Guapoy. O caso ocorreu no contexto de ocupação, pelos indígenas Guarani Kaiowá, da área conhecida como Fazenda Borda da Mata; tratou-se de repressão violenta realizada pela Polícia Militar do estado do Mato Grosso do Sul, resultando no assassinato do indígena Vitor Fernandes, de 42 anos. A Fazenda em questão é vizinha do território indígena Amambai, sendo de propriedade da empresa VT Brasil Administração e Participação, de Waldir Cândido Torelli. Pode-se destacar que Torelli é proprietário de outras fazendas no Mato Grosso do Sul, em São Paulo, no Mato Grosso e no Paraguai. O empresário vem movendo ações contra os indígenas Guarani Kaiowá, a FUNAI e a União desde o ano de 2018, em função da disputa pelo território de suas fazendas. Pode-se destacar, ainda, que foi considerado réu pela Operação Jurupari (2013), investigado por formação de quadrilha, desmatamento ilegal e furto de madeiras no Mato Grosso. Sobre o ocorrido, o Secretário de Justiça e Segurança Pública do MT, Antonio Videira, ex-delegado, defendeu que os indígenas estariam criando um clima de terror e que sequer seriam brasileiros, uma vez que estão no território de fronteira com o Paraguai.

Pode-se observar, nesse sentido, que o Secretário - agente do Estado - mobiliza um ideal de brasileiro associado, possivelmente, à branquitude, tentando justificar o ocorrido pelo fato de que os indígenas Guarani Kaiowá não atenderiam a esse ideal de brasileiro ideal e universal. Portanto, o fato de esse grupo não se encaixar nessa categoria serviria de fundamento para legitimar o ataque, em harmonia com a ideia de explorar e oprimir grupos não associados à branquitude por sua suposta inferioridade. Além disso, observa-se um favorecimento, ou seletividade estratégica positiva do Estado, em relação a Torelli, que explora os territórios em questão e não responde criminalmente pelo caso ocorrido em sua propriedade, bem como uma seleção negativa dos indígenas Guarani Kaiowá que reivindicam o território. Além de a polícia militar, um órgão estatal, ser utilizada para reprimi-los de

³⁴ CASTILHO, Alceu Luís; BASSI, Bruno S. "Saiba quem é o dono da fazenda onde Guarani Kaiowá foi assassinado, no Mato Grosso do Sul". **De olho nos ruralistas**. 2022. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2022/06/25/saiba-quem-e-o-dono-da-fazenda-onde-guarani-kaiowa-foi-assassinado-no-mato-grosso-do-sul/#:~:text=O%20im%C3%B3vel%20de%20269%20hectares,com%20menos%20de%2018%20anos>>. Acesso em: agosto de 2022.

forma brutal e violenta, seu direito de acesso ao território é negado e, consequentemente, suas condições de vida precarizadas.

Figura 6 - Fragmento do site “De olho nos ruralistas”



Fonte: De olho nos ruralistas (2022)

RESULTADOS PARCIAIS

A partir da análise e comparação das notícias selecionadas para exposição da pesquisa, com ênfase naquelas abordadas no presente trabalho, o padrão identificado foi o de que pessoas ligadas ao agronegócio, à bancada ruralista e a empresas que têm interesses em explorar os territórios em questão, são favorecidas pelo Estado em termos de regularização e acesso à terra e a seus recursos. Ao mesmo tempo, grupos não brancos, como povos indígenas e quilombolas, têm seus processos de garantia de direitos básicos e de acesso à terra e regularização de seus territórios violados. Pode-se observar, portanto, um favorecimento, do Estado, a grupos ligados à branquitude e sua própria concepção de progresso, associada ao agronegócio e ao latifúndio. Tal favorecimento seria a materialização da seletividade estratégica inclinada de maneira positiva a esses grupos, em detrimento dos direitos e das vidas de grupos não brancos que não atendem a essa concepção de branquitude. Pode-se pensar nesse padrão como a expressão concreta das vantagens sociais conferidas a pessoas brancas associadas ao padrão normativo e de ser humano universal (SCHUCMAN, 2012) pertencentes às classes dominantes; tal forma de seletividade estratégica do Estado (JESSOP, 2007) é, assim, produto da estrutura de relações

sociais de poder hierárquicas originadas pelo colonialismo moderno, o que se reproduz e se renova de formas diversas, hoje, no capitalismo.

REFERÊNCIAS

AMENI, Cauê Seignemartin. "Proprietários de terra devem quase R\$ 1 trilhão à União". **De olho nos ruralistas**. 2016. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2016/12/12/proprietarios-de-terra-devem-quase-r-1-trilhao-uniao/>>. Acesso em: agosto de 2022.

BANCADA ruralista quer CPMI do Endividamento Agrícola e mais perdão de dívidas. 2017. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2017/08/15/bancada-ruralista-quer-cpmi-do-endividamento-agricola-e-mais-perdao-de-dividas/>>. Acesso em: 09 out. 2022.

BASSI, Bruno S.; FAERMAN, Laura; FUHRMANN, Leonardo. "Cargill, Bunge, C. Vale e Coamo: conheça empresas que compram soja de área reivindicada pelos Guarani Kaiowá". **De olho nos ruralistas**. 2022. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2022/05/12/cargill-bunge-c-vale-e-coamo-conheca-empresas-que-compram-soja-de-area-reivindicada-pelos-guarani-kaiowa/>>. Acesso em: agosto de 2022.

CASTILHO, Alceu Luís; BASSI, Bruno S. "Saiba quem é o dono da fazenda onde Guarani Kaiowá foi assassinado, no Mato Grosso do Sul". **De olho nos ruralistas**. 2022. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2022/06/25/saiba-quem-e-o-dono-da-fazenda-onde-guarani-kaiowa-foi-assassinado-no-mato-grosso-do-sul/#:~:text=O%20im%C3%B3vel%20de%20269%20hectares,com%20menos%20de%2018%20anos>>. Acesso em: agosto de 2022.

FRANZ, Fanon. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FUHRMANN, Leonardo. **Beneficiado por despejo do Quilombo Campo Grande tem R\$ 1,8 bilhão em dívidas**. 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/08/24/beneficiado-por-despejo-do-quilombo-campo-grande-tem-r-18-bilhao-em-dividas/>. Acesso em: 09 out. 2022.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil**: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do censo agropecuário 2017. São Paulo: Editora Unesp, 2022. 139 p.

JESSOP, Bob. O Estado e a construção de Estados. **Outubro**, n. 15, 2007, p. 11-43.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. **Parentescos, solidariedades e práticas culturais: estratégias de manutenção de um campesinato negro no litoral do Rio Grande do Sul (do século XIX ao tempo presente)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2018.

MONSMA, Karl. “Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no Oeste paulista”. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 2010, p. 509-543.

SCHUHCAMAN, Lia Vainer. “Branquitude”. In: **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia na Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OS SUPRIDORES, DE JOSÉ FALERO: UMA RADIOGRAFIA DAS VIOLÊNCIAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

OS SUPRIDORES, BY JOSÉ FALERO: AN X-RAY OF VIOLENCE IN CONTEMPORARY BRAZIL

OS SUPRIDORES DE JOSÉ FALERO: UNA RADIOGRAFÍA DE LA VIOLENCIA EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO

Ramiro Valdez³⁵

Resumo

O seguinte ensaio propõe uma análise do romance *Os Supridores*, de José Falero (2020), abordando as formas de representação simbólica da violência desde uma perspectiva sociológica. O objetivo é refletir sobre elementos narrativos do livro de Falero, sobretudo em relação às formas como violência e conflitualidade são nele figuradas. Discute-se em que medida este romance se enquadra no gênero literário romance da violência, categoria que segundo Tavares-dos-Santos (2020) surge das metamorfoses dos gêneros romance policial e romance *noir*, em rearranjos agenciados por escritores latino-americanos. A violência, nestas obras, atua como mediadora das relações sociais – o que leva à noção de “violência difusa” discutida por Tavares-dos-Santos, em que a violência se expressa em distintas dimensões da vida social. *Os Supridores* desvela o conflito social do Brasil contemporâneo, com a fragilização das relações de trabalho, a degradação das condições de vida da classe trabalhadora, em suma, com o avanço da agenda neoliberal de modelo latino-americano. Com isso, conclui-se que, pelas especificidades da obra, o romance de Falero pode ser entendido como expoente de uma nova fase do romance da violência, na medida em que a violência, sendo além de difusa e polissêmica, é difundida, em primeiro lugar, das estruturas políticas e econômicas que criam e mantêm as desigualdades sociais. Através de um olhar radiográfico, Falero critica a representação do território periférico como *locus* da violência (Magalhães, 2021, p. 105), isto é, *locus* de onde ela irradia. E ao fazer isso, não apenas questiona, como inverte o vetor de difusão dessas violências.

Palavras-chave: Sociologia do romance; Violência difusa; Literatura; José Falero.

Abstract

³⁵ Mestrando em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e-mail: mailto:ramirosvaldez7@gmail.com.

The following essay proposes an analysis of the novel *Os Supridores* by José Falero (2020), addressing the forms of symbolic representation of violence from a sociological perspective. The aim is to reflect on narrative elements of Falero's book, especially in relation to the ways in which violence and conflict are figured in it. It is discussed to what extent this novel fits into the literary genre novel of violence, a category that according to Tavares-dos-Santos (2020) arises from the metamorphoses of the detective novel and noir novel genres, in rearrangements agencyed by Latin American writers. Violence, in these works, acts as a mediator of social relations - which leads to the notion of "diffuse violence" discussed by Tavares-dos-Santos, in which violence is expressed in distinct dimensions of social life. *Os Supridores* unveils the social conflict in contemporary Brazil, with the weakening of labor relations, the degradation of the working class' living conditions, in short, with the advance of the neoliberal agenda of the Latin American model. With this, it is concluded that, due to the specificities of the work, Falero's novel can be understood as an exponent of a new phase of the novel of violence, insofar as violence, being besides diffuse and polysemic, is spread, in the first place, from the political and economic structures that create and maintain social inequalities. Through a radiographic look, Falero criticizes the representation of the peripheral territory as the locus of violence (Magalhães, 2021, p. 105), that is, the locus from which it radiates. And in doing so, he not only questions, but inverts the vector of diffusion of this violence.

Keywords: Sociology of the novel; Diffuse violence; Literature; José Falero.

Resumen

El siguiente ensayo propone un análisis de la novela *Los proveedores*, de José Falero (2020), abordando las formas de representación simbólica de la violencia desde una perspectiva sociológica. El objetivo es reflexionar sobre los elementos narrativos del libro de Falero, especialmente en relación con las formas en que la violencia y el conflicto aparecen en él. Se discute hasta qué punto esta novela encaja en el género literario novela de violencia, categoría que según Tavares-dos-Santos (2020) surge de las metamorfosis de los géneros novela policial y novela negra, en reordenamientos agenciados por escritores latinoamericanos. La violencia, en estas obras, actúa como mediadora de las relaciones sociales, lo que conduce a la noción de "violencia difusa" discutida por Tavares-dos-Santos, en la que la violencia se expresa en diferentes dimensiones de la vida social. *Os Supridores* desvela el conflicto social del Brasil contemporáneo, con el debilitamiento de las relaciones laborales, la degradación de las condiciones de vida de la clase trabajadora, en definitiva, con el avance de la agenda neoliberal del modelo latinoamericano. Con esto, se concluye que, debido a las especificidades de la obra, la novela de Falero puede ser entendida como exponente de una nueva fase de la novela de la violencia, en la medida en que la violencia, siendo además difusa y polisémica, se difunde, en primer lugar, a partir de las estructuras políticas y económicas que crean y mantienen las desigualdades sociales. A través de una mirada radiográfica, Falero critica la representación del territorio periférico como el locus de la violencia (Magalhães, 2021, p. 105), es decir, el locus del que irradia. Y al hacerlo, no sólo cuestiona, sino que invierte el vector de difusión de esta violencia.

Palabras Clave: Sociología de la novela; Violencia difusa; Literatura; José Falero.

INTRODUÇÃO

Os Supridores, publicado pela Editora Todavia em 2020, é a primeira narrativa longa do escritor gaúcho José Falero, e conta a história de Pedro e Marques. Os dois jovens trabalhadores atuam como supridores na filial de uma rede de supermercados em Porto Alegre e decidem começar a vender maconha para melhorar de vida, aproveitando uma “seca”, ou falta, do produto para se inserir neste nicho de mercado. Falero estreou na literatura com o livro de contos *Vila Sapo* (2019), pela editora independente Vienas Abiertas, e foi através deste livro que entrei em contato pela primeira vez com seu trabalho. Já em seu livro de estreia, Falero demonstrava uma voz potente, crítica, cômica, mordaz, poética e capaz de suspender o leitor em cenas de ação carregadas de tensão, entre o lirismo e a violência.

Com *Os Supridores*, Falero, um escritor autodidata, que até há pouco tempo tinha o ensino médio incompleto e se formou na Educação para Jovens e Adultos (EJA), se consagrou como um dos grandes expoentes da nova literatura brasileira, tendo sido finalista do Prêmio Jabuti 2021 e do Prêmio São Paulo de Literatura 2021. Ganhou prêmios como o da Academia Rio-Grandense de Letras (ARL) e da Associação Gaúcha de Escritores (AGES) em 2021, e foi escritor homenageado da 35ª Feira do Livro de São Leopoldo em 2021. Ainda em 2021, lançou seu terceiro livro, *Mas em que mundo tu vive?* coletânea de crônicas. Em 2022, teve *Os Supridores* lançado na França³⁶.

Em entrevista para o Brasil de Fato³⁷, Falero diz que esse reconhecimento, assim como suas histórias, seu estilo literário, não são exclusivamente seus; é como se todas as pessoas – amigos, familiares, vizinhos de sua vila³⁸, a Vila Sapo, onde nasceu e até hoje vive na Lomba do Pinheiro -, compartilhassem em algum grau a autoria de seus escritos. Como em todos os escritores, em Falero vida e obra se entrelaçam, são inseparáveis; mas um traço distintivo é que o autor reconhece que a

³⁶ Na edição em francês, recebe o título *Supermarché* (2022), e foi lançado pela editora Métailié. Disponível em: <<https://actualitte.com/article/106458/avant-parutions/supermarche-de-jose-falero-le-roman-venu-tout-droit-des-favelas>>. Acesso em. 03/10/2022.

³⁷ “Eu venho desse lugar que as coisas se não são coletivo elas não são, não tem individualismo, não rola, é muito difícil (...). Não dá para centralizar as coisas em mim. É uma homenagem para uma comunidade, para toda uma galera, para uma família, para um povo, para uma nação”. Entrevista com José Falero, “*De onde eu vim, nada é sozinho, tudo é sempre coletivo*”. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/12/22/jose-falero-de-onde-venho-nada-e-sozinho-tudo-e-sempre-coletivo>>. Acesso em 28/01/2022.

³⁸ “Vila” é como se costuma chamar os territórios periféricos no Rio Grande do Sul. Análogo, mas não exatamente igual, a “favela”, “gueto”, “quebrada”, etc.

sua biografia, neste caso, não é apenas a *sua vida*, pois envolve a vida de um monte de gente além dele – sua família, amigos, vizinhos etc. E por isso, imagino, ele quer que o seu reconhecimento seja também coletivizado entre os seus³⁹, para que se promova mais literatura nos territórios periféricos, para que cada vez mais autoras e autores periféricos ocupem a literatura, campo que ainda é hegemonicamente ocupado por sujeitos que desfrutam de privilégios de classe e raça.

Nesse sentido, Falero é consciente de que a escrita não é um trabalho absolutamente individual. “A obra literária é a consciência de um sujeito enquanto individualização de uma complexa rede de relações entre vários indivíduos” (Tavares-dos-Santos, 2020). Reconheço que Tavares-dos-Santos coloca essa questão quando fala da potência sociológica da literatura, em sua capacidade de figuração da sociedade, colocando esta rede de relações num sentido mais amplo. Mas o que Falero destaca é que sempre falamos a partir de um lugar no mundo, geralmente um lugar de pertença, de enraizamento. E é nesse sentido que em minhas considerações finais argumentarei que, de forma um pouco diferente de outros autores que versaram sobre o tema da violência, seja no *romance policial*, ou no novo *romance da violência*⁴⁰, Falero tem um olhar desde dentro, capaz de operar uma radiografia do conflito social contemporâneo. É também por razões biográficas que, como se verá mais adiante neste ensaio, Falero olha para a violência difusa e o conflito social instaurado no coração das relações sociais sem fetichizar a periferia como espaço produtor de violência e sem estigmatizar os sujeitos e os corpos que majoritariamente a sofrem. O autor é um homem negro que nasceu e mora em uma vila, que, entre outras ocupações, já trabalhou como ajudante de obras e repositor em supermercado, e já viu a violência, sob suas várias formas, ser aplicada à sua gente, já a sentiu na pele. E, por conta desse olhar, afiado e desde dentro, mas não só por isso, é importante prestar muita atenção no que ele tem a dizer.

³⁹ “A obra, assim, permite ao grupo entender mais claramente suas próprias ideias, pensamentos, sentimentos. Esta é a função da arte: favorecer a ‘tomada de consciência’ do grupo social, explicitar num grau extremo a ‘estrutura significativa’ que o próprio grupo elaborou de forma *rudimentar* para orientar o seu comportamento e a sua consciência” (Frederico, 2006, p. 74 *apud* Tavares-dos-Santos, 2020, grifos meus). Chamei atenção, neste trecho, para o termo “rudimentar”, pois está colocado de forma equivocada. O que acontece é que um grupo social é capaz de elaborar estruturas significativas através de diversas formas de codificação e expressão. A literatura é uma delas, e não é superior ou mais sofisticada do que as outras.

⁴⁰ Segundo Tavares-dos-Santos, o romance da violência surge na América Latina, na modernidade tardia, e sua emergência se relaciona intimamente com a “histórica social marcada pela violência” no continente (Tavares-dos-Santos, 2020).

Meu objetivo neste ensaio é refletir sobre alguns dos elementos narrativos da obra *Os Supridores*, sobretudo em relação às formas como a violência e a conflitualidade são nela figuradas. Discutirei em que medida o romance pode ser enquadrado no gênero *romance da violência*, gênero literário que segundo Tavares-dos-Santos, em seu livro *O romance da violência – sociologia das metamorfoses do romance policial* (2020)⁴¹, surge a partir das metamorfoses, agenciadas através de recombinações de gêneros como o romance policial e o *roman noir*, por escritores latino-americanos na modernidade tardia. As narrativas que se inscrevem neste novo gênero literário têm em comum o tema da violência e da conflitualidade como pano de fundo, e “uma racionalidade específica em torno da presença da violência, física, social, criminal, política e simbólica” (Tavares-dos-Santos, 2020); a violência, neste sentido, atua como fenômeno mediador das relações sociais – o que leva à noção de violência difusa discutida por Tavares-dos-Santos, isto é, a violência expressando-se em distintas dimensões da vida social.

Vamos agora às entranhas da obra.

RACISMO E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: PROVOCAÇÕES SOCIOLÓGICAS À IMAGINAÇÃO DO LEITOR

Começemos por um aspecto *d’Os Supridores* que considero interessante, e talvez diga algo sobre a tensão intersubjetiva na interlocução autor/leitor, sempre tão carregada de elipses, de preenchimentos, fazendo de todo leitor em alguma medida coautor de todos os livros. Ao longo da narrativa, encontramos diversas provocações ao público que, por múltiplas questões, e dentre elas, questões de classe (e aqui poderíamos entrar numa discussão bourdiana sobre *habitus* e capital cultural, mas por questão de tempo não o farei) costuma consumir literatura com mais assiduidade, isto é, as classes médias, médias altas e altas, majoritariamente brancas. Este comentário inicial tem a ver com a questão racial, e como ela é trabalhada ao longo do livro.

Falero não se furta a falar sobre a situação racial no Brasil, nem a relacionar o presente ao passado; muito pelo contrário, reflexões sobre raça e racismo estão presentes na voz do narrador, nos diálogos entre os personagens⁴², e em seus

⁴¹ Não paginado, pelo fato de se tratar de um *e-book*.

⁴² Como fica evidenciado neste trecho de um diálogo: “- Mas é verdade, Roberto! Na época dos escravizados, por acaso eu ia ter que aceitar ser um escravizado, sem reclamar e sem tentar fugir, só porque o mundo era assim? Meu pau! Eu ia fugir, mano! Eu ia ser preto fujão! Eu ia fugir e matar branco

próprios pensamentos. Está evidente a consciência, entre os protagonistas, de que sua situação atual é reflexo do passado – do passado colonial, do sistema escravocrata, da estruturação das relações de poder entre as elites e as classes subalternas.

Apesar de descrever a subjetividade de seus personagens em minúcias, adentrando a fundo a complexidade de seus perfis psicológicos, o autor os descreve fisicamente de forma relativamente elíptica. E aí entra uma questão que achei interessante (e posso estar errado aqui): parece que Falero, ao descrever seus personagens de forma incompleta, propositalmente entrega ao leitor um poder maior de imaginar o aspecto físico destes; e acredito que o faz justamente para jogar com a imaginação de seu interlocutor em uma perspectiva sociológica. A forma como imaginamos as características físicas de Pedro, Marques, Angélica, Roberto e Luan, - a quadrilha-cooperativa que venderá maconha de forma horizontal, como se verá adiante - diz muito sobre nós mesmos, sobre como o racismo estrutura as relações sociais no Brasil. Como imaginamos o sujeito periférico? e o traficante? Em minha primeira leitura, tracei mentalmente Pedro e Marques como jovens negros, mas isso não está necessariamente dado. (Interpelo quem já leu o livro: você por acaso os imaginou brancos e de olhos azuis?) O livro fala explicitamente sobre classe e raça, mas falta essa informação sobre os personagens. Como a completamos? Só o fato de imaginar os personagens principais como jovens negros já diz muito sobre a forma como o racismo estrutural nos atravessa subjetivamente. E assim, relendo o romance e refletindo sobre ele de forma mais demorada, percebo que parece haver certa intencionalidade nessas lacunas, mas essa é uma conjectura que só poderia ser confirmada entrevistando o autor.

VIOLÊNCIA DO CAPITAL E A LUTA POR DIGNIDADE: O PLANO DE NEGÓCIOS DE PEDRO E MARQUES

Nascidos e criados em vilas da capital gaúcha, Pedro e Marques dividem as angústias e frustrações relacionadas às suas situações de vida - e sobretudo sua revolta, o acúmulo de pequenas raivas cotidianas⁴³ e de grandes traumas que

pra caralho! Ou, se pá, eles é que iam me matar, mas era isso que eu ia tentar fazer: fugir e matar o máximo de branco que eu pudesse!" (Falero, 2020, p. 190).

⁴³ Como nesta cena em que Pedro quebra o miolo da fechadura da porta de casa, e percebe que esqueceu seu isqueiro dentro de casa: "Quem visse a maneira fleumática como o jovem conseguiu

marcaram suas vidas⁴⁴ -, enquanto comem guloseimas furtadas do estoque do supermercado em que trabalham, que fica localizado no bairro Santana, área nobre na região central da cidade.

O tempo transcorrido na narrativa - em torno de dois anos e meio - é marcado em vários pontos ao longo do texto ("sábado, 7 de fevereiro de 2009", "quarta-feira, 6 de julho de 2011" etc.). Transitando entre um registro mais formal da língua portuguesa e o registro linguístico das ruas - e sobretudo das vilas - de Porto Alegre, com diálogos repletos de gírias e modismos regionais⁴⁵, Falero transpõe discussões filosóficas para a voz de seus personagens com grande habilidade. Ao mesmo tempo em que sobrepõe, em alguma medida, estes diferentes registros linguísticos, Falero faz referências, diretas ou indiretas, a figuras tais como Karl Marx, Machado de Assis, Quentin Tarantino, Agatha Christie, Bezerra da Silva, Shakespeare, Brecht e Miguel de Cervantes, transitando entre uma suposta "alta cultura" (com muitas aspas) e a cultura popular com facilidade. Ao longo de suas conversas regadas a açúcar e muito sódio, Pedro e Marques dividem risadas e amarguras com pitadas de humor ácido. Em um desses banquetes, Pedro, leitor assíduo de Karl Marx, provoca Marques a refletir sobre sua posição no mundo do trabalho, e sobre seu lugar no mundo de maneira geral, dado o atual estado de coisas:

ficar parado ali, debaixo do alpendre da casa, não poderia imaginar a intensidade da cólera que, por um breve momento, percorreu-lhe as entranhas, tal qual uma descarga elétrica. Ele engoliu em absoluto silêncio a palavra feia que lhe tinha subido à garganta e relaxou a mão, que, por iniciativa própria, já ia se fechando para esmurrar a porta com toda a força. (...) Movido a tabaco e maconha, Pedro via a posse de fogo como uma das coisas mais fundamentais de seu dia a dia. Mas, afinal de contas, como fora esquecer *a porra do isqueiro*? Antes tivesse esquecido de vestir as calças, pelo amor de Deus! Ergueu na altura dos olhos a chave, ainda espetada no miolo, e sentiu vontade de chorar, literalmente. Por que sua vida tinha que ser tão miserável?" (Falero, 2020, p. 21-22).

⁴⁴ "- (...) A gente sempre viveu onde a vida parece improvável. Sério, pensa bem: é um milagre a gente tá aqui, conversando. É ou não é? Quantos amigo tu já viu ir pro saco, Marques? Às vez, é bala perdida; às vez, confundem o cara com alguém e metem bala no cara; tem maluco que aparece morto a fachada num beco qualquer, e ninguém nunca nem descobre o que é que aconteceu; vários vira mendigo, e tu nunca mais ouve falar deles. Uns não aguenta a pressão quando percebe que, por mais que trabalhem, vão ter sempre essa vida de cachorro, sendo chutado aqui e ali, tendo que ouvir desaforo e ficar quieto, às vez tendo que ir pedir um pão na casa do vizinho, enfim, tendo que sobreviver no inferno; não aguenta a pressão e aí se atira no crack, toca a vida dentro da porra dum cachimbo, e derrete tudo, até a alma, sem dó, até morrer, atirado por aí. Quanta gente tu já viu fazer isso, Marques? Uma pá de mano que se criou contigo, que jogou bolita no barro contigo, que foi no baile a primeira vez contigo. Tudo mortinho da silva. Mas a gente tá aqui. Eu nem sei como, mas a gente tá aqui." (Falero, 2020, p. 181-182); o tema da violência, presente em múltiplas formas no cotidiano e nas histórias de vida das pessoas nas periferias, será abordado adiante.

⁴⁵ Segundo Tavares-dos-Santos, "A linguagem da narconovela é uma linguagem popular, tem um valor testemunhal, ao se apropriar de realidades existentes nas cidades na América Latina (...)." (Tavares-dos-Santos, 2020); não estou dizendo que se pode classificar a obra de Falero como narconovela, pelo fato deste gênero estar ligado mais diretamente ao contexto mexicano.

- Mano, se tu soubesse o *ódio* que me dá ter que me mocoçar aqui, feito um rato, pra poder comer minhas coisa em paz... Porra, a gente também é dono dessa merda toda, na real. A gente também é dono dos produto da loja. É tudo nosso também. Sabia disso?⁴⁶ (Falero, 2020, p. 50)

Baseando-se na leitura marxista⁴⁷ sobre as relações de classe, Pedro convence Marques da grande violência que fundamenta o mundo do trabalho no sistema político-econômico capitalista, explicando que as leis do Estado só existem para proteger o lucro dos patrões em cima do esforço dos trabalhadores.

O trabalho de Pedro, em seus monólogos marxistas, é desfazer o véu da ideologia dominante que ainda sustentava certa resignação em Marques. Explicou ao amigo que ao longo de muitos anos, o absurdo do mundo capitalista foi naturalizado através de um trabalho de hegemonização; a ideologia dominante, que se baseia no mito do esforço individual e no mito do merecimento das classes dominantes para naturalizar a desigualdade e a exploração necessárias para sua continuidade, tornou-se a “realidade”:

- (...) E tu sabe o que é mais assustador nisso tudo, Marques? De algum jeito, fizeram as pessoa acreditar que tá tudo certo. Fizeram as pessoa acreditar que o mundo é assim mesmo. Fizeram as pessoa acreditar que tudo isso é natural, como a chuva ou o vento. Fizeram as pessoa esquecer que todo esse mecanismo não existe desde sempre. Fizeram as pessoa esquecer que todo esse mecanismo precisou ser planejado nos mínimo detalhe. E repito: não foi nenhum pé-rapado que nem eu ou tu que planejou isso tudo (Falero, 2019, p. 50).

Segundo Pedro, “O problema (...) é que entre o certo e a lei, tem um abismo”, e que o lucro daquele que detém os “fornos de assar pão” (Falero, 2020, p. 52-53), ou seja, os meios de produção, é um “roubo legal”. A discussão sobre Marx, para os personagens, não tem nenhuma pretensão política/revolucionária – eles só querem melhorar de vida. Mas é esta conversa, que relativiza a legitimidade da fronteira entre o legal e o ilegal, e expõe a crueldade do trabalho no capitalismo, que legaliza o roubo dos ricos sobre os pobres, que prepara o terreno para a proposta que Pedro vai fazer a seu amigo algumas páginas adiante: começar a vender maconha em suas vilas.

⁴⁶ Pedro, assim, adapta a consagrada frase “Se a classe trabalhadora tudo produz, a ela tudo pertence” do filósofo alemão, que é a maior referência intelectual do protagonista, para não soar “metido a besta” aos ouvidos do amigo. Da página 44 até a 63 desenrola-se um longo diálogo sobre exploração da força de trabalho, mais-valia, estruturação do capitalismo, ideologia capitalista, as origens da desigualdade social, consciência de classe.

⁴⁷ Embora eu não me considere teórica ou ideologicamente um marxista, e acredite que, sobretudo em relação à sua proposta política, o autor estava equivocado, é inegável o valor e a atualidade de sua crítica econômica do modo de produção capitalista.

Só que o modelo de negócios proposto por Pedro tem uma singularidade: ele não admite ser patrão de ninguém, então propõe que iniciem seu negócio com o princípio de divisão justa e absoluta de todos os lucros, ou seja, de maneira cooperativada. Com base neste modelo horizontal de distribuição dos lucros, com o tempo eles expandem seu comércio e convidam: Angélica, esposa de Marques; Roberto, marido da prima de Pedro; e o adolescente Luan, amigo da dupla e ex-funcionário do mesmo supermercado em que trabalham.

GEOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA: DESIGUALDADE SOCIAL, VIOLÊNCIA DE ESTADO E O ESPAÇO URBANO

Ponderações sobre a geografia da desigualdade social no espaço urbano permeiam toda a narrativa. Pedro, assim como o autor, nasceu e viveu a vida inteira na Vila Sapo, uma das vilas que se espalham ao longo da Lomba do Pinheiro, na fronteira entre Porto Alegre e Viamão. Marques nasceu na Vila Campo da Tuca, no bairro Partenon, nas imediações da avenida Bento Gonçalves, e depois de mais velho se mudou para a Vila Lupicínio Rodrigues, território periférico no centro de Porto Alegre. O autor, principalmente através da voz do narrador, explora essa distinção entre territorialidades em diferentes trechos da obra, na medida em que a ação dos personagens se desloca no espaço da cidade (e aqui tomarei apenas alguns trechos como exemplo, mas eles abundam ao longo da obra):

Depois, já no interior do outro ônibus, em pé, apertado entre trabalhadores cansados, Pedro perdeu-se em pensamentos, contemplando a noite pela janela. *À medida que o veículo avançava em direção ao extremo leste da cidade pela avenida Bento Gonçalves, a paisagem ia se tornando mais hostil e miserável diante de seus olhos* (Falero, 2020, p. 83-84, grifos meus).

Outra questão trazida em relação ao espaço urbano relaciona-se com a violência simbólica, distinção de classe e a relação centro-periferia, que não é necessariamente geográfica ou espacial, mas diz respeito justamente a assimetrias de poder e acesso a bens e serviços públicos:

A Vila Lupicínio Rodrigues era o indesejado quintal dum importante centro cultural do mesmo nome. E ali estavam os dois colados um no outro, vila e centro cultural, só para provar que a distância entre a cultura e as pessoas pobres não era física. Os moradores da vila preferiam ficar em casa sem fazer absolutamente nada a frequentar os eventos do centro cultural, mesmo que fossem de graça. Era como se soubessem, ou sentissem, que aquilo não estava ali para eles, como de fato não parecia mesmo estar; geralmente, quem frequentava os eventos era gente que vinha de outras partes da cidade – gente que vinha de outras partes da cidade *dirigindo carros caros*. E

enquanto se representava de Shakespeare a Brecht no célebre teatro do centro cultural, o Renascença, a vila ia servindo de palco para tragédias da vida real. Pois, como em qualquer aglomeração de pobres, na Lupicínio Rodrigues também havia pessoas com nervos de aço, sem sangue nas veias e sem coração (Falero, 2020, p. 32-33, grifos meus).

O trecho acima condensa muitos pontos a serem abordados. Para além das questões tocadas acima, outro elemento abordado é a violência como parte do cotidiano dos territórios periféricos, que acompanha a falta de acesso aos serviços públicos, à cultura, a falta de perspectiva e a mortalidade da juventude. Outro aspecto da violência que o livro aborda, na voz de Pedro, enquanto este conversa com Marques sobre sair do ramo do tráfico de drogas, é a violência policial:

- (...) Pra início de conversa, eu nunca quis ser um traficante. Querer uma coisa dessa é até estranho, se tu parar pra pensar. Quem é que vai querer correr o risco de ser preso e passar um tempão lá dentro do presídio? Isso sem falar que o que mais tem é porco ruim: te espanca até não querer mais, antes de te levar preso. Ou até te mata, se não tiver ninguém olhando. Mas te mata assim, na crocodilagem mesmo: te pega de bobeira, dormindo em casa, te manda pro inferno e depois diz que tu reagiu à prisão: é a palavra dum homem da lei contra palavra nenhuma, porque tu tá morto e ninguém viu o que aconteceu. Aí eu te pergunto: quem é que quer uma vida dessa? Quem é que quer desafiar o perigo desse jeito? Não, mano, eu nunca quis ser um traficante. Mas eu também não queria o que tavam me enfiando goela abaixo: a vida fodida que eu tinha. Eu queria era dinheiro, tu sabe. Eu queria era viver como a gente tá vivendo hoje. O problema, sangue bom, é que esse padrão de vida que a gente tem hoje, hum!, esse padrão de vida não é pra gente que nem a gente. A gente quebrou as regra da brincadeira, Marques. A gente foi lá e pegou pra gente o que decidiro que não devia ser nosso nunca. Trampando nesses trampo fodido que tão aí pra gente, a gente nunca que ia ter a vida que a gente tem agora, mano. (Falero, 2020. p. 178).

Note-se como, mais uma vez, o tema da violência policial, isto é, a violência de Estado, entrelaça-se com o tema dos riscos da vida no crime, e com a desigualdade estrutural da sociedade capitalista.

POR FIM, A VIOLÊNCIA NUA E CRUA: CONSEQUÊNCIAS ESTRUTURAIS DA INJUSTIÇA SOCIAL

Um leitor desavisado, ao pegar *Os Supridores* para ler, poderá achar que verá, logo de cara, um banho de sangue, tiroteios épicos, corpos esquartejados expostos em vias públicas, etc. Mas, com sua descrição das condições de vida de Pedro e Marques, e da própria reflexão da dupla em torno disso, Falero nos provoca a pensar sobre as múltiplas dimensões, valências, sentidos e aspectos daquilo que chamamos de violência.

A violência física, a violência letal, só aparece de forma explícita pela primeira vez na página 100 do romance, fechando o primeiro terço da narrativa. Num acidente de trânsito, o irmão de Bison, integrante de uma quadrilha do tráfico da Vila Viçosa, atropelou e matou a filha pequena de Rasga-Bucho, traficante da Vila Nova São Carlos e integrante da quadrilha rival, da vila vizinha. O Rasga-Bucho alvejou o jovem com dezesseis tiros de pistola .40, todos na cabeça. A partir daí se instaurava um clima de guerra na região, o que seria prejudicial para os negócios de todos - sobretudo porque atrairia as forças policiais -, inclusive para o comércio de maconha que Pedro estava pra abrir. Ele serviu como mediador do conflito e foi conversar com os dois chefes, Renato e Valdir – e aproveitou para pedir a eles autorização para vender maconha em sua vila. Pedro convenceu o seu Valdir, chefe do bando de Bison, a desistir da vingança.

O chefe, assim, por puras razões estratégicas, de negócio, assassina Bison a sangue frio, pois sabia que no afã de vingar o irmão, este desencadearia uma guerra na região, o que prejudicaria a todos. A paz foi mantida. E assim, as quadrilhas rivais puderam continuar com seus negócios; e Pedro, com a autorização de ambos os bandos, que só comercializavam cocaína e crack, pôde vender sua maconha em paz.

Em *Os Supridores*, os personagens que mais fazem uso da violência, e a ela mais estão habituados, são aqueles que aparecem como traficantes estabelecidos, que já atuavam no tráfico de drogas antes do início da trama. Estes personagens são Valdir, Bison, Rasga-Bucho, o Véio, os Bala na Cara (facção criminosa muito atuante em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul em geral, conhecida pelas brutalidades cometidas por seus membros) e Alemão, o motoboy que faz as entregas das remessas de maconha para a quadrilha. Há uma exceção neste perfil entre os traficantes, e é Fabrício, distribuidor de drogas no atacado e patrão de Alemão. Fabrício aparece poucas vezes na trama, mora numa “casa respeitável, num bairro sossegado no município de Canoas” com uma “sala luxuosamente mobiliada”. Fabrício está nas camadas altas do tráfico de drogas, e presume-se que seja percebido socialmente, neste universo fictício, como um “cidadão de bem”, com ligações políticas importantes e muita influência.

A trajetória da dupla Pedro e Marques, sobretudo a de Pedro, o protagonista da história – que na última página, numa reviravolta metanarrativa, vai se revelar como o narrador/autor d'*Os Supridores*, tendo escrito o livro de dentro da

prisão – desvela o conflito social do Brasil contemporâneo, com a fragilização das relações de trabalho, a degradação das condições de vida da classe trabalhadora, em suma, com o avanço agressivo da agenda neoliberal de modelo latino-americano. Ao longo desta trajetória, a relação deles com a violência vai mudando. Pedro e Marques, que entram para o ramo da venda de maconha com a pretensão de evitar ao máximo sujar as mãos, só vão fazê-lo, com uso de violência física, no terceiro terço do livro, na página 220, quando um arriscado esquema de venda de maconha dentro do supermercado é descoberto pelo segurança novato, Robson, que flagra Marques buscando buchas de maconha no esconderijo da dupla; para agradar o gerente do mercado, Sr. Geraldo, Robson delata o esquema para ele, que chama a dupla em sua sala e ameaça despedi-los.

Pedro então improvisa uma contra ameaça, que começa numa dimensão psicológica, evoluindo logo, com ajuda de Marques, para agressão física. Dá uns tapas na cara do gerente. Inebriado pela situação, tendo seu “superior” tão vulnerável à sua frente, Pedro experimenta a perigosa e sedutora sensação de poder, de total controle sobre o outro, advinda da experiência de tortura física e psicológica, que revela a ligação forte entre a violência e o poder em seu estado bruto. Sobretudo quando o “outro” é o seu chefe imediato, alguém que supostamente estaria acima na hierarquia das relações de trabalho.

- O senhor não vai querer brincar com a gente, tá vendo? A gente não sabe brincar. - Aquela salinha lhe pertencia [a Pedro]. O supermercado inteiro lhe pertencia. O mundo todo lhe pertencia. O poder infinito galopava em suas veias. Incolor e sem cheiro, o mais bem-guardado dos segredos agora também era de seu conhecimento; doce e picante, diluía-se em seu espírito a mais energizante das percepções: para ter o que se quisesse, eis que bastava ser cruel o suficiente. E era esse entendimento que o fazia voar alto na sensação de ser dono de tudo: já não havia o que não lhe pertencesse, pelo simples fato de que já não havia crueldade que não fosse capaz de cometer. Via-se livre, afinal, de todo e qualquer escrúpulo. Sua alma latejava, parecendo prestes a explodir. Mal conseguia respirar. Precisava aliviar a tensão. Precisava fumar. Sacou o maço de cigarros. Acendeu um, oferecendo-o ao gerente, que aceitou, talvez por medo do que uma recusa pudesse provocar; em seguida, acendeu outro para si próprio. (...). - Pra mim, não tem problema nenhum matar o senhor e enterrar o senhor em algum canto por aí, onde ninguém nunca vá procurar. Eu posso fazer isso e depois ir almoçar, como se nada tivesse acontecido. Eu posso dar um fim no senhor e depois ir dormir, sabe, com a sensação de dever cumprido.- Suspirou longamente, soltando uma espiral de fumaça pelas narinas. Era o cigarro mais prazeroso que já tinha fumado na vida.- Então, seu Geraldo, eu garanto que, se o senhor resolver me foder, não vai ser nada divertido pro senhor. Mesmo que eu seja preso, eu vou dar um jeito de pagar alguém aqui fora pra estuprar a mulher do senhor, estuprar os filhos do senhor e até estuprar o cachorro do senhor. O senhor tem cachorro? Bom, não importa. Aí então, olha só que merda: a casa do senhor vai pegar fogo, com todo o mundo

dentro, menos o senhor. O senhor vai ficar vivo, que é pro senhor lembrar, *todo santo dia*, que a família do senhor morreu queimada, e que o senhor podia ter evitado. Será que o senhor tá entendendo como é que vai ser? (Falero, 2020, p. 221-222).

Após este episódio, Robson, ao sair do mercado no final do expediente, é abordado por Alemão, que mostra a ele suas pistolas 9mm, Ruth e Raquel, com as quais parece ter uma relação quase afetiva, e o espanca brutalmente, ameaçando-o de morte caso denuncie o negócio. Não é preciso dizer quem acionou Alemão para fazer o serviço.

A epopeia de Pedro e Marques, junto com Angélica, Roberto e Luan, começa a tomar tons de tragédia quando chegam na Vila Planetário - onde Luan, recém maior de idade, atua vendendo quilos de maconha no atacado - os Bala na Cara, uma das facções mais temidas do Rio Grande do Sul. Quando estes, em bando, encontram Luan pelas ruas da vila, o rendem e começam a levá-lo para ser executado na frente de todos, com o objetivo de demonstrar força:

- Não, não, calma aí, ninguém atira, ninguém atira, segura, segura, calma aí! - disse imperioso o homem que parecia ser o líder do grupo. - Seguinte: vamo levar ele lá pro Redondo e vamo matar ele lá, que lá tem mais gente e mais gente vai ver. Daí já fica todo mundo sabendo que ninguém tá aqui pra andar de gangorra.
Houve um sonoro e animalesco burburinho de aprovação. (Falero, 2020, 240).

Luan então tenta dissuadi-los, oferecendo-lhes dinheiro. Leva-os até sua casa, onde está sua mãe, a quem o bando trata com relativo respeito. Mas, não tendo o dinheiro prometido, o adolescente é acometido por uma onda de adrenalina e foge de casa pela janela, deixando sua mãe sozinha com os homens que - depois Luan fica sabendo através de um amigo - a assassinam a sangue frio, na frente de todos, no lugar dele, que fugiu. O jovem atravessa a cidade de moto, indo ao encontro de Pedro, na Vila Sapo, onde relata o que ocorreu. Quando Luan conta o que fizeram com sua mãe, Pedro experimenta uma espécie de catarse:

E foi por ali, por aquela notícia, que o transtorno de Luan vazou, vindo contaminar Pedro. Este já podia sentir um nó grosso se formando na garganta, uma ardência pungente surgindo nas narinas: indícios de que sua alma estava prestes a transbordar, prestes a verter pelos olhos. Nada do que entrava pelo rombo feito em seu coração era bom; ele não sabia se saboreava primeiro o azedume da consternação, a picância da ira ou o amargor do desamparo. Também havia o gosto podre do remorso; afinal, não fora *ele* quem dera início àquilo tudo, com seu maldito sonho de riqueza? Pois bem: agora, ali estava Luan, órfão. O abraço de sua mãe, nunca mais! A voz de sua mãe, nunca mais! Sua mãe, nunca mais! Morreria. Não só morreria: fora fuzilada em público! E nada seria feito a respeito. Nada! Era inútil esperar que houvesse comoção: ninguém se importava. Deus, ninguém se importava! Era

o tipo de coisa que acontecia todo dia – todo santo dia! Pobre demais para ser lembrada, preta demais para ser levada em consideração, eis que aquela mulher era expulsa da existência, e mesmo exterminada de maneira tão brutal, mesmo assassinada à luz do dia, mesmo esfaqueada a céu aberto, mesmo aniquilada diante de quem quisesse ver, mesmo assim, nada: ninguém se importava, nada seria feito, ficaria tudo por isso mesmo! Um ser que absolutamente invisível viera ao mundo, absolutamente invisível o habitara e absolutamente invisível desaparecia dele! (Falero, 2020, p. 245-246).

Notamos, no trecho acima, muitas figurações distintas do que pode ser considerado violência: o racismo estrutural, que nega existência aos corpos negros, e revela uma sociedade em que o assassinato de uma senhora negra e periférica não causa comoção social; a violência letal como forma de demonstração de força e exercício de poder; a violência como compensação da dor sofrida, que emerge em forma de vingança⁴⁸.

(...) O mundo estava errado demais, as pessoas estavam erradas demais! Vendo Luan chorar, e entregando-se ele próprio ao choro também, assim Pedro soltou todas as amarras da solidariedade, deixando seu espírito voar solto através da empatia incondicional, pequeno, sufocado, mas ao mesmo tempo imenso, livre! Assim, atingiu a sensação de identificação e, mais que isso, transcendeu-a! pois, num primeiro momento, somente identificou-se com Luan, somente admitiu a si próprio como idêntico a Luan, um ser humano perdido num mundo cruel e terrível, desprovido de lógica e justiça; mas, em seguida, pôde sentir ainda mais: sem saber ao certo se não delirava, e tampouco querendo saber disso, viu claramente que ele próprio era o amigo! A dor dele lhe pertencia! Não fora outra mãe que morrera, senão a sua própria! Olhou para o campo, onde o jogo de futebol continuava, olhou para o matagal, onde as árvores ainda dançavam ao vento, olhou para o céu, onde as nuvens seguiam passeando; não sabia para onde olhar; onde quer que olhasse, não via resposta, onde quer que olhasse, não achava esteio. A única coisa que parecia fazer sentido era o fogo que ardia em seu âmago: um implacável desejo de vingança. Agarrou-se àquilo. Deixou-se arrebatado por aquilo. Parou de chorar. Expulsou de si todos os sentimentos, exceto o ódio. Segurou a cabeça de Luan com as duas mãos, com força, e a trouxe para junto da sua, colando testa com testa. E assim, olhos nos olhos, fez uma promessa ao amigo, martelando as palavras:

- Isso não vai ficar assim! (Falero, 2020, p. 246-247).

É estranho pensar que a experiência de conexão empática incondicional, que tem contornos quase místicos, é o que leva Pedro a sentir o mais profundo ódio (ou seria o contrário?). E isto leva ao desfecho do livro, ao clímax eletrizante: a quadrilha planeja um atentado aos Bala na Cara, na Vila Planetário, retratado no capítulo Noite Macabra, penúltimo do romance, com o objetivo de matar a todos os membros da facção que ocuparam a Vila Planetário.

⁴⁸ Segundo Durkheim, “Nós só nos vingamos daquilo que nos fez mal, e o que nos fez mal é sempre um perigo. O instinto de vingança é em suma o instinto de conservação exasperado pelo perigo. (...). É uma arma defensiva que tem seu preço (...)” (Durkheim, 1967, p. 54 *apud* Tavares-dos-Santos, 2020).

O narrador, logo nas primeiras páginas do capítulo, já começa evocando forças demoníacas:

Quarta-feira, 6 de julho de 2011. Frio pesado. Nuvens duras na escuridão do céu. Ventos fortes uivando agourentos nas entranhas da noite. Folhas de papel e sacolas plásticas rodopiando no ar. Algo maligno vagava pelas ruas de Porto Alegre, flutuava nas águas do Guaíba, espreitava por detrás das árvores do Parque Farroupilha. Era possível sentir. Demônios do inferno tinham vindo à capital gaúcha, para ver de perto e aplaudir de pé o que estava para acontecer. (Falero, 2020, p. 260).

Pedro, Luan e Roberto se reúnem a Angélica e Marques na casa dos últimos. Os homens⁴⁹ vestem roupas que imitam o uniforme da Polícia Civil, que foram emprestadas, pelo Véio, chefe do tráfico na Vila Lupicínio Rodrigues e amigo de Marques. Carregam e preparam as pistolas, cada uma com dois pentes estendidos de trinta balas, que Pedro conseguiu emprestado de Valdir, por ter mediado a situação de crise entre os bandos rivais da Vila Nova São Carlos e a Vila Viçosa. Angélica decide ir na frente em seu carro, comprar um pino⁵⁰ de cocaína para recolher informação sobre a posição dos inimigos na boca de fumo, enquanto os outros iriam no carro que Pedro pediu para um amigo seu, ladrão de carros, roubar para o atentado. Todos os presentes tomam uma dose de uísque, só “pra esquentar o pelo” (Falero, 2020, p. 261), segundo Pedro, e cheiram uma linha grossa de cocaína para ficarem alertas. Alemão chega batendo na porta e gritando “polícial!” para fazer uma “pegadinha” com o grupo. Pedro se dá conta de que, ao avisar Fabrício do ataque, atraiu Alemão, que se juntou ao bando, e cuja experiência em combates armados, coisa que nenhum dos outros tinha, foi importante posteriormente. A cena que se segue é um tiroteio arrebatador, estampidos de diversos calibres, cheiro de pólvora; o grupo pega os inimigos desprevenidos, que estavam num total de quinze, meio bêbados e chapados, e ao final da ação mata quase todos.

Quando parecia que os homens tiveram sucesso em sua vingança sobre os Bala na Cara, Luan, ao vasculhar uma casa, encontra Larissa - a menina por quem é apaixonado, e que já estava desaparecida desde antes da morte de sua mãe - morta. Seminua e amarrada sobre uma cama de solteiro, Larissa jazia com marcas de tiro ao longo do corpo, com indícios de tortura e violência sexual. Luan entra em desespero e começa a gritar pela amada, não acreditando no que está vendo. Quando então

⁴⁹ Marques convenceu Angélica a não participar da ação por causa dos dois filhos do casal, que ficariam órfãos caso os dois pais morressem.

⁵⁰ Uma dose de cocaína que vem em um pequeno recipiente de plástico, semelhante a uma tampa de caneta *Bic*.

surge, atrás dele, um dos sobreviventes do atentado, com uma escopeta calibre 12, e atira em sua cabeça. Pedro, sem pensar em sua própria segurança, vai até a casa e mata o assassino de Luan. Depois todos voltam para a casa de Marques e Angélica. Todos estão absolutamente tristes, enlutados, menos Alemão, que continua descontraído e fazendo piadas. Pedro perde a paciência, e por fim o expulsa da casa. Um tempo depois, no começo da manhã depois da madrugada demoníaca, Pedro é preso, após uma denúncia anônima feita por Alemão. As armas do crime, que devolveria no mesmo dia para Valdir, são encontradas com ele.

É importante notar como, no terço final da obra, a trama evolui em direção ao trágico. Tavares-dos-Santos, analisando o romance *Delírio*, de Laura Restrepo, argumenta que, nesta obra, é possível vislumbrar "(...) a tragicidade pessoal a ecoar a tragédia social." (2020). Com *Os Supridores*, ocorre algo parecido. Mostra a trajetória de dois jovens periféricos, sobretudo Pedro, suas penúrias sendo explorados em empregos formais mal remunerados, seu ápice ganhando muito dinheiro no mundo do tráfico de drogas, e sua queda, quando percebem que seu esquema - arquitetado para ser o mais seguro possível, diminuindo quaisquer potenciais riscos de morte ou prisão - acaba com várias pessoas assassinadas, amigos mortos, e ele mesmo preso. Mas a história de Pedro, mesmo com suas excentricidades – sua personalidade peculiar, sua sede intelectual alimentada pelo autodidatismo, sua proposta de modelo de negócios cooperativado no narcotráfico – reflete a história de tantos jovens brasileiros, precarizados, que, sem perspectiva de vida digna em um sub emprego, recorrem a atividades ilegais para alcançar boas condições de vida para si e para as pessoas que amam – e acabam se envolvendo em situações violentas, brutais, e no limite trágicas, que escapam ao seu controle e marcam suas vidas para sempre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, me questiono o seguinte: em que medida, ou de que forma, *Os Supridores* se encaixa no gênero *romance da violência*? Poderia se afirmar que Falero é representante de uma nova fase deste gênero literário? Se a resposta a essas perguntas for afirmativa, isso pode se dar por razões biográficas, pela relação *vida e obra*. Falero nasceu e foi criado em uma das vilas que fazem parte do cenário do livro, a Vila Sapo, na Lomba do Pinheiro, periferia de Porto Alegre. Sua perspectiva é, em

alguma medida, radiográfica, é a perspectiva de quem viveu e vive o cotidiano que retrata, mesmo que de forma fictícia, enquanto muitos dos autores e autoras que escrevem romances policiais, narco romances ou romances da violência escrevem a partir da pesquisa jornalística, do exercício imaginativo e do consumo da produção midiática e cultural sobre o tema da violência e da criminalidade – tanto no setor literário quanto no audiovisual.

Se Falero pode ser considerado representante de uma nova fase do *romance da violência*, isso se relaciona umbilicalmente com seu lugar como um dos novíssimos expoentes dos autores negros na nova literatura brasileira, juntamente com Conceição Evaristo, Jeferson Tenório, Livia Natália, Itamar Vieira Júnior, que abordam temas que se ligam de diversas formas a questões de raça e classe. Esse conjunto de novos escritores e escritoras marca uma reconfiguração na literatura de ficção brasileira contemporânea, que se relaciona também com a diversificação e enriquecimento do perfil social dos escritores. Talvez quanto mais escritores e escritoras negras ou periféricas falarem sobre estes temas, mais se avance na expansão de uma literatura cada vez mais crítica sobre a violência no Brasil e na América Latina, configurando uma nova onda na literatura de ficção nacional, e também no gênero *romance da violência*.

Os Supridores pode ser classificado como parte do gênero *romance da violência* na medida em que, em sua narrativa, *violência* é algo difuso, estrutural e polissêmico⁵¹. Mas o livro, em sua totalidade, fala muito mais sobre a violência do Capital e do Estado sobre os corpos dos de baixo, e do efeito disso sobre a subjetividade das vítimas desta violência estrutural, do que da violência do crime, ou do tráfico de drogas, propriamente dita.

A narrativa faleriana não fetichiza a brutalidade cotidiana vivenciada nas periferias – e nem a oculta, através de recursos como a descrição da periferia como um território idílico, onde todo mundo se ajuda e não há conflito, num recurso à romantização da pobreza. Enquanto, muitas vezes, os livros que representam o gênero *romance da violência* estão saturados de crueldade, com inúmeras cabeças degoladas, corpos mutilados e assassinatos à luz do dia, em *Os Supridores* é possível

⁵¹ Segundo Tonkonoff, violência é um “[t]érmino polisêmico, expansivo, repetido en infinidad de contextos para nombrar realidades de lo más diversas. Habría violencias físicas, estructurales, institucionales, simbólicas, de género, de la técnica, raciales, escolares, conyugales, entre muchas otras.” (Tonkonoff, 2014, p. 16)

perceber uma preocupação em não estigmatizar as relações sociais que se dão nas vilas. Falero não nega a presença da violência difusa⁵² que permeia o cotidiano periférico, mediando tanto as relações sociais, quanto a relação do Estado com os territórios; mas ao mesmo tempo, o autor descreve o lado fraterno, solidário, das pessoas que vivem nas vilas, inclusive daqueles que trabalham no varejo do comércio de drogas e na ilegalidade de forma geral⁵³. Em *Os Supridores*, assim, ao conectar, em uma narrativa coesa e coerente, as diferentes formas como a violência articula o tecido social, ao longo de diferentes geografias, estratos e domínios da vida social, Falero questiona a representação do território periférico como *locus da violência* (Magalhães, 2021, p. 105), isto é, *locus* de onde irradia esta violência. Não apenas questiona, como desloca; acredito que o autor procura demonstrar, através de sua ficção, como a violência irradia, em primeiro lugar, das estruturas políticas e econômicas que criam e mantêm as desigualdades sociais.

O que é violência? Não posso deixar de pensar que essa questão é o pano de fundo filosófico d'*Os Supridores*. E Falero nos convida a desenvolver uma rica reflexão sociológica através de suas páginas, pois “a relação entre romance e sociedade, romance policial e poder, romance e a violência investiga, expõe e explica várias dimensões da sociedade contemporânea” (Tavares-dos-Santos; Teixeira, 2013, p. 22). E nesse sentido a literatura de Falero tem o poder de abrir um espaço epistêmico de reflexão sociológica acerca da violência difusa que estrutura a sociedade brasileira através da ficção, num exercício que não é necessariamente de representação, mas sobretudo de torção do real.

Violência é uma categoria polissêmica. É a ação e a inação do Estado em territórios periféricos – ação através das forças de repressão, e inação quando se trata de serviços públicos; violência é a exploração do trabalho no regime capitalista; violência é a disposição geográfica da cidade, que nega a presença de corpos

⁵² A noção de violência difusa diz respeito aos “processos de conflitualidade social, contraditórios e tensos” (Tavares-dos-Santos, 2020) que, para além da violência física, imediata, marcam, ou melhor, medeiam a socialidade (neste caso, a urbana) na modernidade tardia, sobretudo na América Latina. Baseia-se em uma “cultura da violência” que legitima os atos de violência, isto é, de exercício de poder de um sujeito sobre o outro numa perspectiva relacional, a nível físico, verbal e psicológico, em âmbito privado, público, político, institucional, trabalhístico, etc.

⁵³ Esse aspecto da vida no crime também é retratado, com excelência, no documentário do cineasta portoalegrense Wagner Abreu, *De Boca em Boca*, em que este entrevista dezenas de jovens trabalhadores do tráfico de drogas, que contam um pouco de sua história de vida, de sua relação com o tráfico, seus sonhos, traumas, angústias, e também sua relação com a violência. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lh-6v8aPMXw&t=139s>. Acesso em 29 de Outubro de 2022.

subalternizados em determinadas áreas do espaço urbano; violência é a ação de causar dor ou anular, física ou simbolicamente, a existência do outro; violência é um instrumento de poder e controle, e pode também fazer parte das estratégias de negócio – tanto de negócios lícitos quanto ilícitos. Assim, *Os Supridores* não apenas trata desse caráter difuso inerente à ideia de violência, suas múltiplas valências, dimensões e sentidos, mas também aponta, de forma explícita, qual o sentido do vetor dessa difusão. A violência, como fato social, é algo que irradia de cima para baixo, dos centros para as margens, desde os espaços de poder que articulam a exploração e a dominação dos corpos subalternizados.

REFERÊNCIAS

DE BOCA EM BOCA. Direção: Wagner Abreu. Produção: Wagner Abreu. Brasil: 2017. (61 min.).

DURKHEIM, Émile. **De la división del trabajo social.** Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

FALERO, José. **De onde eu venho nada é sozinho, tudo é coletivo.** [Entrevista concedida a] Katia Marko e Fabiana Reinholz. **Brasil de Fato.** 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/22/jose-falero-de-onde-venho-nada-e-sozinho-tudo-e-sempre-coletivo>. Acesso em: 28 de janeiro de 2022.

FALERO, José. **Os Supridores.** São Paulo: Todavia. 2020.

FRANCOEUR, Lolita. **Supermarché de José Falero:** le roman venu tout droit des favelas. le roman venu tout droit des favelas. 2022. Disponível em: <https://actualitte.com/article/106458/avant-parutions/supermarche-de-jose-falero-le-roman-venu-tout-droit-des-favelas>. Acesso em: 03 out. 2022

FREDERICO, Celso. **Sociologia da cultura: Lucien Goldmann e os debates do século XX.** São Paulo: Cortez, 2006.

MAGALHÃES, Alexandre. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2020.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. **O romance da violência** (sociologia das metamorfoses do romance policial). Porto Alegre: TOMO, 2020.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente; TEIXEIRA, Alex N. Figurações da Violência: uma apresentação enigmática. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, no 34, set./dez. 2013, Dossiê: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222013000300002&lng=en&nrm=iso

TONKONOFF, Sergio. Violencia, política y cultura. Uma aproximación teórica. In: BLANCO, Ana Belén; SOLEDAD SÁNCHEZ, María; TONKONOFF, Sergio. **Violencia y cultura**: reflexiones contemporáneas sobre Argentina. Buenos Aires: CLACSO / Instituto de Investigaciones Gino Germani, UBA, Buenos Aires, Julho de 2014.

PAGODE DA 27: EM BUSCA DA POLÍTICA NA PERIFERIA

PAGODE DA 27: IN SEARCH OF POLITICS IN THE PERIPHERY

PAGODE DA 27: EN BUSCA DE LA POLÍTICA EN LA PERIFERIA

Nicolau Musa⁵⁴

Resumo

O presente trabalho tem como proposta a discussão acerca da centralidade política que ocupam os movimentos estético-culturais periféricos no atual contexto urbano. Isso se dará a partir de uma pesquisa de mestrado em andamento, baseada, por sua vez, na reflexão sobre a atuação do Pagode da 27: uma autodenominada comunidade de samba localizada no Grajaú, na zona sul da cidade de São Paulo. O coletivo trabalha com o intuito de trazer o samba de volta para a periferia, tomando-o como “instrumento de transformação social”. Além da ocupação e construção do espaço público, da produção de cultura e lazer na e para a periferia e das músicas e discursos que ali circulam, o grupo atua com projetos voltados para a formação de crianças e jovens - como uma escolinha de futebol e uma biblioteca aberta. Alargando o conceito de política, ativismos como este podem ser entendidos como a busca pela tomada da parte daqueles “sem parte” (RANCIÈRE, 1996) e como processo de emergência daquilo que antes era ruído - invisível e indizível (RANCIÈRE, 2005). Construída coletivamente por meio da experiência dentro de um campo de conflitos (THOMPSON, 1998), a agência política existe enquanto uma dinâmica instituinte do novo (CASTORIADIS, 1982). Se há em curso, no atual contexto do conflito urbano brasileiro (MACHADO, 2010), um processo de “sujeição criminal” (MISSE, 2010), o novo em relação ao contexto, mas também o novo para os próprios sujeitos, é entendido, aqui, como uma busca, também, pela política.

Palavras-chave: Teoria Sociológica; Sociologia Política; Sociologia Urbana; Periferia; Coletivos Culturais.

Abstract

The present work aims to discuss the political centrality occupied by peripheral aesthetic-cultural movements in the current urban context. This will be based on an ongoing master's research, based on the reflection about the performance of Pagode da 27: a self-denominated samba community located in Grajaú, in the south zone of

⁵⁴ Mestrando em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e-mail: musa.nicolau@gmail.com.

the city of São Paulo. The collective works with the intention of bringing samba back to the periphery, taking it as an "instrument of social transformation". Besides the occupation and construction of public space, the production of culture and leisure in and for the periphery, and the music and discourses that circulate there, the group works with projects aimed at the education of children and young people - such as a soccer school and an open library. Broadening the concept of politics, activism like this one can be understood as the search for taking over the part of those "without part" (RANCIÉRE, 1996) and as a process of emergence of that which before was noise - invisible and unspeakable (RANCIÉRE, 2005). Collectively constructed through experience within a field of conflict (THOMPSON, 1998), political agency exists as an instituting dynamic of the new (CASTORIADIS, 1982). If there is, in the current context of the Brazilian urban conflict (MACHADO, 2010), a process of "criminal subjection" (MISSE, 2010), the new in relation to the context, but also the new for the subjects themselves, is understood here as a search, also, for politics.

Keywords: Sociological Theory; Political Sociology; Urban Sociology; Periphery; Cultural Collectives.

Resumen

El presente trabajo pretende discutir la centralidad política que ocupan los movimientos estético-culturales periféricos en el contexto urbano actual. Esto se basará en una investigación de máster en curso, basada en la reflexión sobre la actuación de Pagode da 27: una comunidad de samba autodenominada situada en Grajaú, en la zona sur de la ciudad de São Paulo. El colectivo trabaja con la intención de devolver la samba a la periferia, tomándola como "instrumento de transformación social". Además de la ocupación y construcción del espacio público, la producción de cultura y ocio en y para la periferia, y las músicas y discursos que circulan por ella, el grupo trabaja con proyectos destinados a la educación de niños y jóvenes, como una escuela de fútbol y una biblioteca abierta. Ampliando el concepto de política, un activismo como éste puede entenderse como la búsqueda de la apropiación de la parte de los "sin parte" (RANCIÉRE, 1996) y como un proceso de emergencia de lo que antes era ruido - invisible e indecible (RANCIÉRE, 2005). Construida colectivamente a través de la experiencia dentro de un campo de conflicto (THOMPSON, 1998), la agencia política existe como dinámica instituyente de lo nuevo (CASTORIADIS, 1982). Si hay un proceso en curso de "sujeción criminal" (MISSE, 2010) en el contexto actual del conflicto urbano brasileño (MACHADO, 2010), lo nuevo en relación con el contexto, pero también lo nuevo para los propios sujetos, se entiende aquí como una búsqueda, también, de la política.

Palabras Clave: Teoría sociológica; Sociología política; Sociología urbana; Periferia; Colectivos culturales.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco refletir sobre a dimensão política dos movimentos culturais periféricos na configuração do "conflito urbano" brasileiro (MACHADO, 2010) e da supressão da política no atual tempo histórico de "totalitarismo neoliberal" (OLIVEIRA, 2006), de "indistinção" (PAOLI, 2006) e de

“achatamento dos horizontes de expectativa (ARANTES, 2014). Para isso, partindo de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento, a proposta é olhar um objeto empírico determinado: o Pagode da 27, uma autointitulada “comunidade de samba” localizada no Grajaú, na zona sul da cidade de São Paulo. O objetivo aqui será compreender como este coletivo específico produz, de diversos modos, o novo - seja com sua arte, com a ocupação e a construção do espaço público, ou com projetos sociais de formação voltados para jovens. Isso se dá mesmo em um contexto que, de diversas maneiras, tenta direcionar as classes populares para a ideia de que não há nada a ser feito, de que existem poucas possibilidades e, portanto, pouco se deve ou se pode tentar, no presente, para transformar um futuro que já estaria dado. A própria subversão dessa condição estrutural, assim como a construção de agentes dessa subversão pelo afeto e pela cultura, já seriam “política”.

De início, cabe retomar a política dos movimentos culturais periféricos, como a encontramos no estado da arte. Érica do Nascimento (2006; 2011), apresenta, a partir da “Literatura Marginal”, como a chamada “produção cultural periférica” permite um novo circuito simbólico, a partir da utilização coletiva do espaço público e da “entrada na cena” desses novos sujeitos. Emergem novos discursos sobre a cidade e sobre esses grupos sociais que, antes excluídos, agora passam a ser os protagonistas desse processo simbólico. Em consonância, Guilherme Aderaldo (2017; 2017b) demonstra como “experiências associativas” desse tipo adentram a “disputa simbólica” pública sobre as relações centro-periferia e as próprias ideias de periferia e seus usos.

Tiarajú D’Andrea (2013) apresenta uma síntese importante do debate, conceituando o “sujeito periférico” como aquele que constrói uma subjetividade edificada no orgulho de ser periférico, na compreensão de sua situação e na consequente movimentação coletiva política. Teriam sido os Racionais MC’s, na década de 1990, os catalisadores e propulsores dessa nova subjetividade, posta em prática de forma exponencial, nas duas décadas seguintes, pelos movimentos culturais periféricos. Para o autor, o “sujeito periférico” seria aquele que passa a “agir politicamente a partir desse orgulho”. Os coletivos teriam surgido e crescido muito nas últimas décadas por 5 indutores principais: pacificar um contexto violento; produzir sustento material; melhorar o bairro; participar politicamente; e produzir cultura como

forma de emancipação humana (D'ANDREA, 2020, p. 33). Embora, aqui, o autor não explicita o entendimento de “política” manuseado.

A pesquisa de campo com o Pagode da 27 e o conhecimento etnográfico alcançado ao longo deste processo, permitem inferir que há concordância, nesta realidade empírica, com o que a literatura diz sobre a atuação dos coletivos culturais. Há ocupação do espaço público e entrada na “disputa simbólica”: reunião de artistas que entram em cena e, com experiências associativas, criam e fortalecem uma imagem voltada para a potencialidade do sujeito periférico. Além de ocupação, há produção do espaço - com melhorias no bairro a nível de estrutura urbana mesmo: equipamento gratuito de lazer a cultura, biblioteca com projeto educativo, quadra reformada para a escolinha de futebol, entre outros. A estética que dá voz ao ruído, devolve a parte dos sem parte (RANCIÉRE, 1996; 2005) e vem acompanhada de uma série de ações concretas em defesa da periferia, como fazem os “sujeitos periféricos” tipificados por D'andrea (2013).

Há, do mesmo modo, no caso do Pagode da 27, a criação de oportunidades formativas, vinculadas ao esporte, à leitura e à própria música. Como síntese disso, a recém inaugurada “casa27”, um espaço aglutinador dos projetos já em curso, além de abrir espaço para novas situações - como, por enquanto, parcerias com programas culturais que atuam com crianças e jovens na região. Em suma, uma atuação voltada para dentro e para fora da periferia. Para a construção simbólica e material do território e para a luta por novas condições estruturais e subjetivas dos sujeitos que estão ou ainda surgirão nessa periferia. O que, então, o Pagode da 27 nos mostra de novo? Como pretendemos debater ao longo deste trabalho, a consolidada e ampla atuação política do coletivo se apoia e tem como cerne a busca pela construção de outras subjetividades e possibilidades. Muito por meio do afeto, embora em espaços de intervenção de diferentes níveis, a disputa é por fazer refletir e por formar. Eles mesmos, afinal, por meio do amor pelo samba e da pulsão de tocar, passaram a se direcionar para uma subjetividade política. Desse processo surge a comunidade de samba: a coletividade cultural e o inerente direcionamento para o fazer político. O samba como início. A imaginação - e concretização - de outras possibilidades como fim.

O PAGODE DA 27 E O GRAJAÚ: SITUANDO O OBJETO EMPÍRICO

O Pagode da 27 é uma autodenominada *comunidade* de samba que se reúne todos os domingos na Rua Manuel Guilherme dos Reis - antigamente chamada de rua 27, origem do nome do grupo - no Grajaú. Segundo sua própria página no facebook⁵⁵, essa *comunidade* de samba foi criada em 2005, com o intuito de levar o samba de volta para a periferia, utilizando-o como “instrumento de transformação social”. Se hoje o Pagode da 27 se apropria do espaço público, produz estrutura para o território, proporciona lazer e cultura de maneira gratuita para sua comunidade e atua com diversos projetos de formação e de assistência social, é porque 17 anos atrás alguns jovens do Grajaú se reuniam para realizar seus desejos constantes de fazer e ouvir um Samba. Foi na prática, ao longo das rodas de samba, que os fundadores deste coletivo perceberam a potência deste tipo de encontro para, além da música, também lutarem por melhorias diversas para a sua “quebrada”.

O Grajaú⁵⁶ é o distrito mais populoso da cidade, com cerca de 380 mil habitantes, sendo o segundo distrito com maior porcentagem de população preta e parda em São Paulo. Uma vez que sabemos da relação - tanto na prática, quanto na identidade, na ancestralidade e na herança cultural constantemente reivindicadas - entre o samba e esse grupo social, ancorar a comunidade de samba em um bairro com essa característica demográfica é importante, até por que o próprio grupo se coloca dentro da herança cultural e tradicional do samba, dizendo ter como objetivo levar o samba de volta para as suas raízes. Para além deste dado citado acima - embora sejam dados relacionáveis - é interessante situar o Grajaú dentro de um contexto estrutural vinculado às discussões de acesso à cidadania, de direitos humanos, ou, de forma mais ampla, relacionados à qualidade de vida no meio urbano.

A idade média ao morrer no Grajaú é de 59,5 anos, sendo a quarta pior colocada da cidade, com cerca de 25% a menos que o distrito mais bem colocado - o Jardim Paulista, com 81,5 anos de idade média ao morrer. Embora os índices relacionados ao acesso à educação básica não sejam ruins - também, provavelmente, pelo fato de as famílias dos bairros mais bem posicionados não utilizarem a educação pública, por opção e condição econômica - o mapa da desigualdade nos mostra que

⁵⁵ <https://www.facebook.com/pagodeda27> . Último acesso em 20/11/2021

⁵⁶ Os dados a partir daqui mencionados sobre o Grajaú são retirados do Mapa da desigualdade, Rede Nossa São Paulo, Centro de Estudos da Metrópole (CEM). 2020. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Mapa-da-Desigualdade-2020-TABELAS-1.pdf>. Último acesso feito em 22 de junho de 2021.

este acesso não é suficiente para resolver os problemas estruturais. Isso se comprova, por exemplo, com os dados sobre a renda média familiar mensal, que no Grajaú, ocupando a 13º pior colocação, é de pouco menos que 3 mil reais: praticamente 30% do valor deste mesmo índice para o bairro melhor posicionado - alto de pinheiros, onde a renda média familiar mensal é de 9.591,93 reais.

Por último, ainda a partir do mapa da desigualdade, um dado bastante elucidativo para pensar o contexto do Pagode da 27 de forma um pouco mais ampla é o do acesso à cultura. Embora ocupe posições medianas ou ruins em praticamente todos os índices de cultura do mapa da desigualdade citado - sejam relacionados a equipamentos públicos ou privados (museus, casas de show, cinema, etc.) - em um dos índices o distrito aparece no “primeiro escalão”, aquele de “centros culturais, casas e espaços de cultura”: na minha análise, justamente os locais de movimentação cultural feita pelos habitantes da região, empreendendo cultura, assim como o faz o Pagode da 27, sem depender do Estado ou de investimentos privados que vêm “de fora”.

O CONFLITO URBANO BRASILEIRO E A POLÍTICA EM SEU TEMPO HISTÓRICO: SITUANDO O CONTEXTO TEÓRICO ANALÍTICO

O primeiro aporte base para se pensar o Pagode da 27 - uma movimentação cultural feita na periferia de São Paulo, a maior cidade do Brasil - é a contribuição dada pelos estudos da chamada Sociologia do Conflito Urbano. A Sociologia Urbana no Brasil, de maneira geral, se desenvolveu desde os anos 1960 acompanhando o problema social proeminente em cada época - ou, pelo menos, a questão mais visível para os sociólogos. Machado (2016) nos convida a acompanhar esse processo em que houve um deslocamento da questão social - e do horizonte de integração para as classes populares - do problema habitacional para a periferização e problemas do mundo do trabalho e, em sequência, para a questão dos direitos e movimentos sociais. Se Kowarick (1979) e Durham (1973) apontam o panorama dos anos 1960 aos 1980, apreendendo as formas e efeitos da urbanização, da migração e pensando as classes populares como trabalhadores, morando nas periferias e construindo laços familiares. Sader (1988) nos mostra a configuração dos anos 1980 e início dos 1990, na qual a noção de política é ampliada e a busca por direitos, por meio principalmente de movimentos sociais, vai além da busca por trabalho e moradia. Importante ressaltar,

no mesmo período, o trabalho de Zaluar (1985), em que a análise, embora denote estruturas similares, já aponta para a questão da violência e para o deslocamento interno às classes populares entre a figura do “trabalhador” e a do “bandido”.

Embora estes temas sejam cronologicamente abordados - muito por aparecerem de maneira cronológica na sociedade - é importante colocar que os anteriores não desaparecem quando surgem os novos, mas se sobrepõem em um contexto urbano cada vez mais complexo. Dentro do campo da Sociologia surge, no seio dessas discussões, uma tradição que vai pensar o urbano por meio do conflito e de seu deslocamento. Em cada momento, então, há uma questão social a ser resolvida, um grupo social marginalizado e uma forma de resolver o embaraço. Do problema de moradia e de trabalho a ser resolvido pelo Estado e pela luta dos trabalhadores ao problema da pobreza e da ausência de completa cidadania a ser resolvido pelos movimentos sociais - autônomos, mas buscando o Estado - o que temos é a busca pela integração do “grupo excluído”, de um “outro” que é empecilho pela situação em que vive, mas que pode - e vai - ser inserido dentro da engrenagem.

A partir dos anos 1990, em meio à euforia pela redemocratização, o que se percebeu foi o não cumprimento dessa integração e, na verdade, um aprofundamento dos processos de exclusão - assim como da questão da violência e da criminalidade. Com esse período se conforma e consolida, na Sociologia Brasileira, a tradição do conflito urbano, que, ao pensar esse processo de deslocamento da questão social, percebe, no lugar da integração, uma inflexão que radicaliza o “outro” - o periférico - e o torna “abominável”. O próprio debate público puxa a discussão, no fluxo de um processo em que se torna hegemônica a percepção acerca do irrompimento da criminalidade e da violência, problema que ultrapassa as fronteiras do aceitável e se transforma em ameaça para aqueles que levam uma vida “certa”, “do bem”, e passam, daí em diante, a conceber suas rotinas enquanto ameaçadas pelo confronto potencial com essa realidade.

Machado (2010), apresenta bem esse debate e coloca pontos importantes a serem ressaltados. Em primeiro lugar, existe a percepção de que essa inflexão possui apoio na realidade, não sendo uma simples invenção que cria uma simbologia de que a cidade está violenta. Apesar disso, seguindo a discussão, o enquadramento público desse debate reproduz a própria violência urbana, criando uma gramática que atravessa e constitui a realidade social, se espalhando por diversos setores da

sociedade e modulando diversas relações sociais. Por fim e central para o ponto aqui colocado, é fato que existe a realidade do que Machado chamou de “sociabilidade violenta” (2004), mas também existe um processo de formulação da nova forma de representar determinado grupo social - cujo “tipo ideal” de indivíduo é o jovem negro oriundo de territórios periféricos: potenciais criminosos, que ameaçam a ordem e, portanto, devem ser combatidos.

Na nova configuração da questão social, não há mais o horizonte de integração, muito menos uma expectativa pública de que o Estado “acolha” e “dê oportunidades” a esses sujeitos - do Estado e seus agentes se espera nada menos que repressão e encarceramento. O horizonte de integração pelo mundo do trabalho e pela busca por direitos desaparece, também, para uma parcela dos indivíduos das classes populares, o que ajuda a compreender a criação, por meio da agência e da ação dentro da própria periferia, de diversos coletivos nas periferias - o famoso “nóis por nós”. Também aparecem regimes normativos outros, como o do “mundo do crime” (FELTRAN, 2012). Há, portanto, um “choque de ordens”, dentro de um contexto em que se hegemoniza a alteridade radical e se constitui a representação de “inimigos internos” (FELTRAN, 2017). O que ocorre, afinal, é o processo de “sujeição criminal” teorizado por Misse (2010): um grupo específico - associado à pobreza e atrelado a determinado crime - passa por um assujeitamento, ao ser representado como criminoso e inimigo por diversas parcelas da sociedade, e também por uma subjetivação, à medida que esse processo passa a constituir esses indivíduos. É nesse contexto que se insere o Pagode da 27 e, de forma geral, os sujeitos e grupos vinculados a movimentos culturais periféricos em São Paulo.

Em consonância com a atual configuração do conflito urbano nas grandes cidades do Brasil, é possível pensar o Brasil em uma dimensão mais teórica, a da supressão da política no atual tempo histórico. Se Koselleck (2011) caracteriza a modernidade pelo distanciamento entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”, em uma tensão “solucionada” constantemente pela ideia de progresso, Paulo Arantes (2014) apresenta o que seria o “novo tempo do mundo”. Para este autor, o tempo presente é atravessado por um processo de “achatamento do horizonte de expectativas”. Com constante sensação de risco, caberia, atualmente, apenas gerenciar a emergência, em um futuro que já chegou. Às classes populares, principalmente, resta sobreviver - não desejar e nem ter esperanças de

transformação. Dentro da estrutura sistêmica dominante, não há mais, na base da pirâmide, diferença entre o viver e o buscar, a expectativa única é continuar vivendo.

Algumas leituras do Brasil pós-redemocratização agregam ao “achatamento das expectativas” a análise de uma conjuntura nacional em que o sistema econômico mundial e a política institucional interna geram a supressão do espaço comum e das possibilidades de se fazer política - em um sentido amplo. Chico de Oliveira (2006) analisa o Brasil após a redemocratização, com atenção especial aos avanços do neoliberalismo durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva. Para o autor, esse contexto gera a dominação sem política e sem alteridade. É o que ele chama de “totalitarismo neoliberal”, cujas características seriam a extroversão da mediação política para o capitalismo global financeirizado e a privação do espaço público - portanto, das possibilidades de dissenso. No mesmo sentido aparece o conceito de “mundo do indistinto” apresentado por Maria Célia Paoli (2006). Aqui, a autora também evidencia a falta da construção de um “espaço comum” e da política, substituídos pela emergência da gestão e da técnica na resolução dos assuntos públicos.

Há, tanto em Chico de Oliveira, quanto em Maria Célia Paoli, diálogos com os trabalhos de Hannah Arendt e Jacques Rancière. Estes, cada um ao seu modo, olham a política pela ação de sujeitos plurais e como possibilidade de construção do novo, diferente de uma visão que olha o poder e a dominação estrutural: forças contra as quais se deve lutar. Arendt (2002; 2011) constrói sua teoria pautada na liberdade, entendida por ela como a possibilidade de se intercomunicar e, assim, criar novos mundos comuns. O mundo comum permitiria o julgamento e a fala - para o avanço republicano. Rancière (1996; 2005), por sua vez, entende a igualdade como fundante, não como ponto de chegada. Mais do que um mundo comum, a política seria a criação do novo a partir do dissenso, objetivando um mundo partilhado, em que diferentes mundos coexistem, mas onde os “sem-parte” conseguem participar, contestar. A “política” seria antagônica à “polícia”: seria romper a organização e a distribuição de corpos e interromper a dominação. Isso, importante frisar, é diferente de gestionar a dominação, de manter a distribuição dos corpos, mesmo que apoiando ou dando assistência aos dominados.

Por fim, um último apontamento teórico. A discussão filosófica da política feita por Arendt e Rancière funciona, aqui, como horizonte, como formas de enxergar e

buscar possibilidades políticas - possibilidades que Oliveira e Paoli argumentam estarem esvaziadas. Entretanto, analisar a política feita pelos movimentos culturais periféricos e, especificamente, pelo Pagode da 27, é buscar a política real, na forma com que ela se constrói. Aposto, para isso, em dois suportes teóricos. Um deles advém de Thompson (1984; 1998). Este autor nos ajuda a compreender as movimentações populares a partir de suas próprias experiências, de forma a centrar a análise nos sujeitos e suas ações. Estas, por sua vez, se dariam dentro de uma estrutura e de costumes específicos da própria classe. A estrutura, no entanto, se caracterizaria não como algo determinante, mas como um campo de forças, uma totalidade dialética cuja dinâmica é o conflito diverso e constante.

O outro suporte viria de Castoriadis (1982) e sua ideia de “dinâmicas instituintes”. Para ele, a política seria um constante processo criativo e coletivo de imaginários outros. Como consequência, sujeitos, também transformados, construiriam uma autotransformação do instituído. Em suma, a criação do novo e a recriação de si mesmo, constante e mútua: isto seria a política. Aqui, como em Thompson, existe a percepção de que sempre se faz política, de que não há estrutura, polícia, gestão, nada que seja totalmente dominante, perpétuo. Isso não só na perspectiva, na expectativa, mas na realidade social vista na prática. Ambos ajudam a compreender que a política é pautada pela realidade, pelo contexto histórico e espacial em que os sujeitos agem. Isso se dá sem necessariamente alcançar o que é idealizado pelos teóricos, ou, também, pelos próprios agentes. A atuação mesmo dos agentes é atravessada pelas contradições próprias de cada sujeito, por pulsões desconhecidas, por interesses individuais, por busca por gestão e até por manutenção de alguns delineamentos da polícia e da dominação. De toda forma, há o irrompimento, há a aparição de dissensos e a busca pela participação no mundo comum. Há, essencialmente, processos constantes de transformação e de busca pelo novo. Para concretizar isso, vamos traçar agora um breve panorama de algumas atuações do Pagode da 27, entendendo como e em que grau elas são políticas.

EM BUSCA DA POLÍTICA DO PAGODE DA 27

SAMBA, TRADIÇÃO E EXPERIÊNCIA: A INTERRUPÇÃO DO TEMPO HOMOGÊNEO

Uma primeira acepção da política no Pagode da 27 vem do próprio samba e dos significados que ele possui para o grupo e a partir do grupo. O samba enquanto movimento cultural e histórico possui, no Brasil, uma longa trajetória de reflexão e atuação relacionadas às condições e possibilidades de determinados grupos sociais. Isso por si só já o eleva a uma certa politicidade, uma vez que entre diversas descontinuidades, ele segue atuando enquanto um dispositivo de comunhão e um direcionador para formas de compreender o mundo e nele agir. Explico: o Pagode da 27 surgiu em 2005, embora os seus fundadores já tivessem a prática de se reunir constantemente para tocar, aprender com o “samba de raiz” e se divertir. Na virada do milênio havia um contexto de inflexão do conflito urbano - de baixa perspectiva de integração e de negação a alguns grupos periféricos do direito de participar, de forma a serem abomináveis e extermináveis, uma vez que supostamente violentos e criminosos. Havia, também, uma brusca queda das possibilidades políticas anteriores, de movimentos sociais, lutas de trabalhadores, entre outras. Era o “achatamento das expectativas”.

Nesse contexto, restou, para diversos grupos periféricos, a resistência por meio da cultura - muitas vezes não planejada, como no caso do Pagode da 27. Sem objetivar nenhuma participação política, nenhum tipo de transformação, alguns jovens se juntavam pelo amor ao samba, amor esse vinculado a experiências familiares e à valorização dentro do território de alguns grupos musicais, como o Fundo de Quintal. Antes era uma forma de lazer e de respiro em meio a complicações das vidas de cada um, momentos de distanciamento dos problemas cotidianos. Entretanto, por meio do samba e da potência coletiva que ele apresentava, o grupo passa a se consolidar enquanto um vetor de transformação, atuando com melhorias para a localidade e fazendo emergir, neles e em diversos outros sujeitos que eles atingiam, a expectativa pela mudança, um horizonte distante, mas real, pelo qual valeria a pena lutar.

Ademais, isso se deu e continua se dando pautado em uma tradição, em uma história específica do samba de raiz, retomada constantemente pelo grupo e força motriz dos valores e objetivos ali compartilhados. Tradição, no samba, entendida aqui no sentido de Eduardo Coutinho (2011): não um saudosismo de uma cultura que seria objeto inerte, mas como resistência a processos de hegemonização. Resistência política, operacionalizada com a reelaboração constante e atual da historicidade necessária às perspectivas de um grupo não dominante. Embora na prática a atuação

de uma comunidade de samba na periferia de São Paulo não tenha relação direta nenhuma com os sambistas dos morros cariocas dos anos 1930, se conforma um passado, no ativismo presente, que permite e impulsiona o pensamento crítico acerca de questões como a segregação urbana, exclusão, racismo, entre outras.

Surge uma luta atravessada por um “espaço de experiência” (KOSELLECK, 2011) conformado coletivamente. Como Benjamin (1987) nos convida a pensar, a política também deve ser atravessada pela forma como se enxerga o passado. Iluminar a tradição do samba da forma com que o Pagode da 27 faz, contribui para a política no presente. Olha-se a história dos vencidos, mas de forma a potencializar a ideia de que sempre houve resistência, luta e reflexão - assim como lazer, diversão e poesia. O irrompimento no presente dessa tradição, portanto, contribui, ainda na perspectiva benjaminiana, com a interrupção do tempo homogêneo. Embora o autor criticasse justamente a ideia de progresso da modernidade, no atual tempo histórico é possível entender como política a recuperação do passado que interrompa o imobilismo e a falta de perspectiva, revertendo a supressão da política e recolocando, nestes sujeitos, a força motriz para perceber sua potência insurgente voltada à construção de novas possibilidades.

CONSTRUINDO NOVO OLHAR SOBRE A PERIFERIA: PARTILHA DO SENSÍVEL E DISPUTA SIMBÓLICA

Ao pensar a periferia por meio da Sociologia do conflito urbano, fica evidente a centralidade que o mundo simbólico possui na realidade social desses sujeitos. A forma como os sujeitos desses territórios são representados por setores da sociedade possui consequências em suas vidas, uma vez que são representados negativamente, classificados, separados e, conseqüentemente, sofrem com demandas e ações públicas que os excluem, os violentam e, no limite, os exterminam. Entretanto, embora essa alteridade radicalizada tenha se aprofundado a partir dos anos 1990, foi nesse período que alguns setores periféricos passaram a construir um certo orgulho de ser periférico, entrando no debate público com narrativas que olhassem as potencialidades da periferia, e não os problemas e “perigos”. Ser periférico é encarar problemas, é estar num território com demandas por melhorias, mas também é resistir, também é fazer poesia, também é ser estiloso, dançar bem, escrever bem ou conseguir fazer bem qualquer coisa que se propuser a fazer.

Essa virada discursiva nasce na periferia, mas ganha espaço cada vez maior na sociedade, adentrando setores antes permeados apenas por preconceitos e ataques: “seu filho que ser preto, ah, que ironia”, já narravam os Racionais MC’s no clássico *Negro Drama*, mostrando, também, que muito desse fenômeno se deu majoritariamente por meio da música, ou da arte de forma geral. Ranciére (2005) trata do regime estético enquanto uma forma política, uma vez que na partilha do sensível - partes de um todo, tomadas por cada grupo como consequência de uma divisão já existente nas relações sociais de poder - aparece a disputa, na sociedade, entre aquilo que é visível/dizível e aquilo que é ruído. Se as classes populares estavam sem sua parte, essa parte é tomada, a fala é conquistada, e o dissenso, por meio do discurso simbólico criado pelos periféricos sobre a cidade e sobre eles mesmos, aparece na construção do tecido social. Embora não reorganize os corpos necessariamente, a estética, no caso, pode ser mais do que uma simples reorganização do discurso a partir dos critérios já existentes, devolvendo a igualdade fundante a uma parcela da população cujos discursos - sobre certos assuntos - antes eram invalidados completamente.

Para exemplificar e pensar mais uma faceta da política do Pagode da 27, vale analisar a letra da música “Filhos da Favela”, música feita e bastante tocada pela comunidade do Pagode da 27 em suas rodas, com videoclipe já tendo sido produzido e possuindo mais de cem mil visualizações no Youtube⁵⁷ - número expressivo, apesar de ser difícil mensurar o alcance apenas por esse dado:

Favela
É reduto de poetas
Entre becos e vielas
Poesia à Deus dará

Favela
Quem te conhece por dentro
Sabe do teu sofrimento
Ao romper da madrugada
Mas só quem vive na minha favela
É capaz de enxergar aquarela
Do arco - íris à Oitava Cor
Enquanto o menino trabalha debaixo do sol no farol
Sonhando ser craque de futebol
E brilhar na linda tela

(Favela)
Berço da simplicidade
(Favela)

⁵⁷ Para acessar o videoclipe: <https://www.youtube.com/watch?v=uSxZIHcBchc> - último acesso em 29 de julho de 2022.

Retrato da realidade

Verdade que não perde o seu valor
Na favela nasci e me criei
Na favela encontrei o amor
E meu filho é filho do fruto da nossa favela

Pai, Criador
Pro morro não ter mais sequelas
Proteja o povo que vive na favela
Pai, Criador
Pro morro não ter mais sequelas
Proteja o povo que vive na favela

Eu, tantas vezes vou cantar
Por outras tantas vou dizer
O manto vermelho e branco
Faz secar meu pranto
Eu sou 27 até morrer

Quero ver favela se erguer
Quero ver favela se erguer
(Filhos de Favela - Ricardo Rabelo, Nenê Partideiro e Rogério Borges)

Embora a letra da música não transforme a favela em um lugar idílico - narrando a realidade do local como uma realidade em que há sofrimento e situações concretas relacionadas à desigualdade social - opera-se, na canção, uma reviravolta do sujeito dessa favela, que é poeta, ama e possui uma comunidade de samba para cantar e chorar. Isso se intensifica na medida em que a música é feita, reproduzida e entoada por sujeitos que compartilham desse contexto, narrando a realidade em que estão inseridos, ao mesmo tempo em que a constroem por meio da arte, da cooperação, da estética e da política. Entram em cena, portanto, novas representações sobre a localidade e os sujeitos que ali vivem, reconfigurando as maneiras como o próprio grupo social produz suas formas de pensar e de agir em determinadas situações de suas vidas. Ao mesmo tempo, são inseridas novas reflexões no debate público⁵⁸, em uma batalha de representações que, como vimos, é central na configuração atual do conflito urbano.

⁵⁸ Embora não seja simples medir empiricamente a entrada no debate público, a percepção da presença do Pagode da 27 em mídias relativamente grandes indica que há uma inserção dessa representação em locais da sociedade que vão muito além da própria localidade em que o grupo constrói sua prática. Exemplos em <https://catracalivre.com.br/samba-em-rede/pagode-da-27-comemora-14-anos-de-resistencia-cultural-no-grajau/> ;
https://www.youtube.com/watch?v=OYWmSc6_mSk e
<https://www.youtube.com/watch?v=fWlPw4f3kzY>

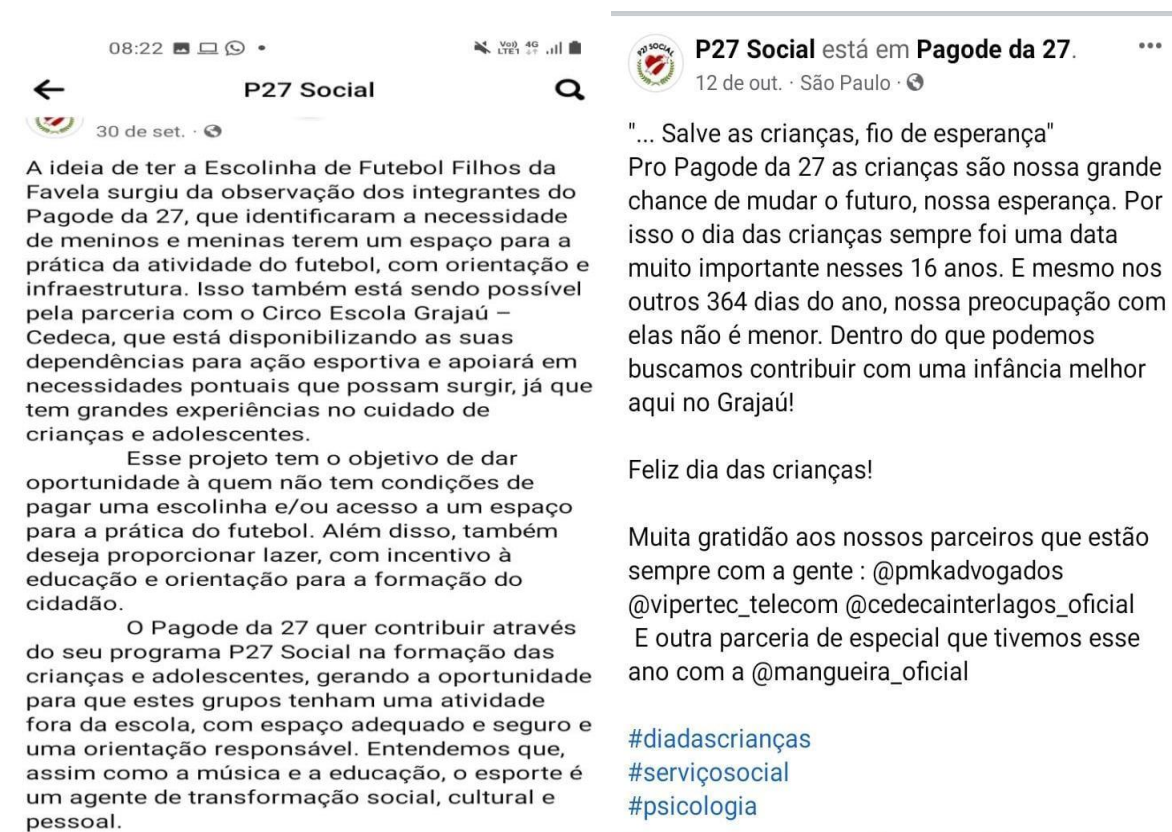
PROCESSOS FORMATIVOS: SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA CONTRA A SUJEIÇÃO CRIMINAL

A politicidade da estética e da entrada na disputa simbólica apresentada na seção 3.2. ajuda na compreensão da importância da fala e do se colocar perante ao mundo comum social, portanto “externamente” com igualdade. Uma outra faceta disso está na própria construção “interna” que a atuação do Pagode da 27 formula. A irradiação da estética e das outras atuações do coletivo permite até aos próprios sujeitos da comunidade de samba do Pagode da 27 a reconsideração de suas possibilidades e potências, formulando expectativas coletivas novas de transformação de si e da realidade ao seu redor. Também é Rancière (1996) quem ajuda na compreensão da política presente nesse processo, ao conceituar a ideia de “subjetivação política”. A subjetivação, para ele, seria diferente da subjetivação foucaultiana: enquanto este pensa na subjetivação formulada pela estrutura, aquele discute o processo de subjetivação como partindo da ação e dos próprios sujeitos políticos: subjetividade construída pela “política”, não pela “polícia”.

Se com o ativismo do Pagode da 27 os próprios sujeitos resgatam a igualdade fundante e passam a se colocar como partes do todo, como produtores do dissenso, nesse processo eles estão também direcionando a forma como se constituem e como e se enxergam. Embora não seja diretamente vinculado à teoria rancieriana, o entendimento, aqui, é de um Pagode da 27 político por atuar na formação das subjetividades. Isso se dá de duas formas: a primeira na própria constituição dos atores membros do coletivo, amantes do samba que, no processo, constroem a subjetivação política e passam a se entender como partes do comum, passando a atuar dentro e fora da quebrada. A segunda forma é nos projetos de formação voltados a jovens, cujos objetivos, como me contaram os meus interlocutores, eram formar uma nova possibilidade, dar aos jovens o olhar sobre si mesmo como alguém que pode e deve participar e tem direito de sonhar e atuar em busca da transformação que desejam.

Um último objeto empírico para exemplificar o argumento é a escolinha de futebol - com o mesmo nome da música: “Filhos de favela” - que o Pagode da 27 começou a organizar esse ano. Em parceria com o CEDECA do Grajaú - o que abre margem para outras reflexões, que não cabem aqui, acerca da relação do Pagode da 27 com instituições apoiadoras - a proposta é projetar um espaço de fornecimento de

estrutura e oportunidades para a prática do esporte naquela localidade. Evidentemente, a ideia vai muito além de um simples espaço para ensinar futebol. Há um atravessamento, intrínseco ao projeto, de ideias relacionadas a “formar cidadãos”, transformando a localidade, o horizonte das crianças e dos jovens de lá e a própria constituição, enquanto pessoas, dessas crianças e jovens.



Retirado da página do “P27 social”, em postagens feitas, respectivamente, no dia 30 de setembro e 12 de outubro de 2021. <https://www.facebook.com/P27social> - último acesso em 23 de novembro de 2021.

Como a escrita na postagem da esquerda - sobre a escolinha - evidencia, há uma preocupação do Pagode da 27 com os horizontes e a formação das crianças e jovens de sua região. Uma formação de “fora” para “dentro”, mas que objetiva fornecer subsídios para que as próprias crianças passem a atuar, no momento e no futuro, como “agentes de transformação social”. Outro exemplo é uma biblioteca comunitária feita e cuidada pelo grupo. Além de produzir um espaço e uma estrutura diferente na localidade, trazendo melhorias materiais para o território periférico em que estão inseridos, o grupo também contribuiu com a formação dos sujeitos que ali se desenvolvem. Para finalizar, a postagem da direita, feita no dia das crianças - data sempre valorizada e comemorada pelo grupo - corrobora bastante o argumento aqui

colocado. Ilustra novamente a ideia discutida a partir da escolinha de futebol: a forte preocupação com as crianças do local e com a formação a que estão submetidas.

CONCLUSÃO

Embora sejam três flancos complexos e com necessidade de profundo desenvolvimento, me parece ter sido possível demonstrar, com as análises, a contribuição da disciplina de Sociologia Política para pensar e refletir acerca da “busca pela política” que um movimento cultural periférico oferece. A escolha aqui foi, no lugar de aprofundar um tema visto na disciplina, sistematizar as considerações feitas cotidianamente durante o período das aulas, observando, a cada tema e leitura, as possibilidades de discussão e apoio que a teoria sociológica e filosófica poderia fornecer enquanto arma para debater da minha própria pesquisa. Evidentemente, aqui consta ainda um esboço, algo embrionário. Entretanto, apesar da complexidade, a apreensão desses breves apontamentos parece caminhar, a partir da reflexão sobre o objeto empírico, para uma possível amarração: a dupla atuação externa-interna que uma prática cultural em comunidade, como a do Pagode da 27, possui. Há, aqui, diferentes formas de produzir transformação e de criar novas possibilidades. Em suma, de fazer política.

Embora seja uma divisão feita para a compreensão apenas, visto que fazem parte de um mesmo processo, a apreensão da atuação externa e interna deste movimento cultural é importante para percebermos os significados da atuação política dos movimentos culturais. Retomando Thompson, cabe dizer que o coletivo está imerso em um campo de forças, definido por um dos meus interlocutores como uma corda bamba. A atuação deles, além de passar por um tensionamento entre os próprios membros e seus interesses individuais, também equilibra diferentes mediações e diversos outros conflitos cotidianos. O PCC, a Polícia Militar, as ONG's, o Estado, a Igreja Evangélica, os vizinhos bolsonaristas, são alguns exemplos. Há, também, a própria demanda interna da quebrada por algumas facetas da gestão, de avanço dentro da atual organização sistêmica de corpos e da dominação - em contraposição às possibilidades políticas. Com isso, ressalto que pensar a política na periferia de São Paulo hoje é considerar a experiência real. Vemos a concretização de transformações e melhorias desejadas, a criação de outras possibilidades e a

assunção de processos imaginativos antes inesperados, impossibilitados e achatados pela emergência.

REFERÊNCIAS

ADERALDO, Guillermo. **Reinventando a cidade: uma etnografia das lutas simbólicas entre coletivos culturais vídeo-ativistas nas “periferias” de São Paulo**. São Paulo: Annablume/Fapesp. 2017

ADERALDO, Guillermo. Linguagem audiovisual e insurgências populares: reconstituindo uma experiência associativa entre jovens vídeo-ativistas nas “periferias” paulistanas. In. **Iluminuras**, Porto Alegre, v.18, n.44, 2017b.

ALMEIDA, Renato S. “Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 56, p. 151-172, jun. 2013.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo, Boitempo, 2014.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo: São Paulo, Cia. das Letras, 2011.

BENJAMIN, W. Teses sobre o conceito de história. In. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CALDEIRA, T. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34 e Edusp, 2000.

CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Velhas histórias, memórias futuras**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2011.

D’ANDREA, Tiarajú. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política nas periferias de São Paulo**. Tese (doutorado) em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 2013.

D’ANDREA, Tiarajú. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. In. **Novos estudos**. CEBRAP. São Paulo, v.39, n.11, jan-abr, (19-36), 2020.

DURHAM, E. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FELTRAN, G. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, 2012.

FELTRAN, G. Choque de ordens: drogas, dinheiro e regimes normativos em São Paulo. **BIS. Boletim Do Instituto De Saúde**, 18(1), 25-40. 2017.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011

KOWARICK, L. **Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MACHADO DA SILVA, L. **SOCIABILIDADE VIOLENTA**: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MACHADO DA SILVA. Violência urbana, segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH - UFBA** (impresso), v. 23, p. 283-300, 2010.

MACHADO DA SILVA, L. Meio século de Sociologia das Classes Populares Urbanas. In. MACHADO DA SILVA, L.A. **Fazendo a cidade**: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro, Lumen Juris Editora, 2006.

MISSE, M. **Crime, sujeito e sujeição criminal**: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, 79, 15–38, 2010.

MISSE, M. GRILLO, C.; NERI, N. Letalidade policial e indiferença legal: A apuração judiciária dos ‘autos de resistência’ no Rio de Janeiro (2001-2011). **Dilemas- Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Edição especial n.1, 2015.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **Literatura marginal: os escritores da periferia entram em cena**. Dissertação (Mestrado) em Antropologia. São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **É Tudo Nosso! Produção Cultural na Periferia Paulistana**. Tese (Doutorado) em Antropologia. São Paulo: FFLCH/USP, 2011.

OLIVEIRA, F. "Política na era da Indeterminação" in: Oliveira, F e Rizek, C. S. **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

PAOLI, M. C. “O Mundo do Indistinto” in: Oliveira, F e Rizek, C. S. **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, J. **A partilha do Sensível**: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo; Editora 34, 2005.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TELLES, V. **Pobreza e cidadania**: dilema do Brasil contemporâneo. Cadernos CRH, n.19, 1993.

THOMPSON, E.P. "La sociedad inglesa del siglo XVIII: Lucha de clase sin clases?" In: **Tradición, revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VIANNA, A; FARIAS, J. **A guerra das mães**: dor e política em situações de violência institucional. Cadernos Pagu, n.37, 2011.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza, São Paulo, Brasiliense, 1985.

“RESPEITA A POLÍCIA”: A VIOLÊNCIA POLICIAL COMO UMA MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO BRASIL

**"RESPECT THE POLICE": POLICE VIOLENCE AS A MANIFESTATION OF
VIOLENCE AGAINST WOMEN IN BRAZIL**

**"RESPETA A LA POLICÍA": LA VIOLENCIA POLICIAL COMO MANIFESTACIÓN
DE LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES EN BRASIL**

Daiane Carvalho⁵⁹

Resumo

Esta pesquisa objetiva compreender como a violência policial atinge as mulheres no Brasil. Para isto, parte da indagação de quais são as formas da violência praticadas por agentes do Estado contra as vítimas. A motivação para tal, corrobora com o exercício de ampliar o debate da violência de gênero, evidenciando os atos de violência estatal perpetrados por policiais e justificados pelo Estado. A insuficiência de estatísticas oficiais, levaram a análise de notícias e, assim, a mídia surge como ponto de partida, ou melhor, como uma modalidade de coleta de informações de expressões de violências pouco investigadas e visibilizadas em pesquisas ou relatórios. A partir da seleção de uma amostra de notícias o estudo observa que as mulheres estão expostas a violências cotidianas praticadas por agentes da segurança pública. As manifestações violentas ocorrem, predominantemente, em via pública são físicas e verbais sendo as últimas, explicitamente, carregadas de uma gramática sexista, racista e transfóbica. Dos 22 casos analisados, 8 notícias não expressam de nenhuma forma a identidade racial da vítima, o que compõe 36,4% da amostra. Das matérias que possibilitaram a apreensão dessa categoria de análise, em 11 delas as vítimas eram negras (50%) e em 3 as vítimas eram brancas (13,6%). Em maioria, os casos ocorreram em bairros periféricos das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Em relação a violência letal, 83% das vítimas da letalidade policial eram mulheres negras. Observamos a relevância dos marcadores de raça e território para a compreensão do fenômeno da violência policial contra mulheres, uma vez que ele atinge desproporcionalmente corpos negros em territórios racializados. Percebemos que no caso das violências policiais contra as mulheres entra em cena um novo dispositivo que são os vídeos. As imagens aparecem como principal instrumento de denúncia de

⁵⁹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduanda em Direito na Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), e-mail: daianedascarvalho@gmail.com.

uma manifestação invisibilizada da violência estatal no Brasil, capazes inclusive de contrariar as versões da polícia.

Palavras-chaves: Violência; Gênero; Mulheres; Polícia; Estado.

Abstract

This research aims to understand how police violence affects women in Brazil. For this, it starts from the question of what are the forms of violence practiced by State agents against victims. The motivation for this corroborates the exercise of broadening the debate on gender violence, highlighting the acts of state violence perpetrated by police officers and justified by the State. The insufficiency of official statistics led to the analysis of news and, thus, the media emerges as a starting point, or rather, as a modality of collecting information on expressions of violence that are little investigated and made visible in research or reports. From the selection of a sample of news, the study observes that women are exposed to daily violence practiced by public security agents. Violent demonstrations predominantly occur on public roads, they are physical and verbal, the latter being explicitly loaded with a sexist, racist and transphobic grammar. Of the 22 cases analyzed, 8 news items do not express the victim's racial identity in any way, which makes up 36.4% of the sample. Of the articles that allowed the apprehension of this category of analysis, in 11 of them the victims were black (50%) and in 3 the victims were white (13.6%). Most cases occurred in peripheral neighborhoods of the cities of Rio de Janeiro and São Paulo. Regarding lethal violence, 83% of victims of police lethality were black women. We observed the relevance of race and territory markers for understanding the phenomenon of police violence against women, since it disproportionately affects black bodies in racialized territories. We realize that in the case of police violence against women, a new device comes into play, which are videos. The images appear as the main instrument for denouncing an invisible manifestation of state violence in Brazil, even capable of contradicting the versions of the police.

Keywords: Violence; Gender; Women; Police; State.

Resumen

Esta investigación pretende comprender cómo afecta la violencia policial a las mujeres en Brasil. Para ello, empieza preguntándose cuáles son las formas de violencia perpetradas por los agentes del Estado contra las víctimas. La motivación para ello, corrobora con el ejercicio de ampliar el debate sobre la violencia de género, poniendo de relieve los actos de violencia de estado perpetrados por agentes de policía y justificados por el estado. La insuficiencia de estadísticas oficiales llevó al análisis de noticias y, así, los medios de comunicación surgen como punto de partida, o mejor, como forma de recoger información de expresiones de violencia poco investigadas y visibilizadas en investigaciones o informes. A partir de la selección de una muestra de noticias, el estudio observa que las mujeres están expuestas a la violencia cotidiana practicada por los agentes de seguridad pública. Las manifestaciones violentas se producen, predominantemente, de forma pública, física y verbal, siendo estas últimas, explícitamente cargadas de una gramática sexista, racista y transfóbica. De los 22 casos analizados, 8 noticias no expresan en modo alguno la identidad racial de la víctima, lo que supone el 36,4% de la muestra. De los artículos que permitieron aprehender esta categoría de análisis, en 11 de ellos las víctimas eran negras (50%) y en 3 las víctimas eran blancas (13,6%). La mayoría de los casos se produjeron en

barrios periféricos de las ciudades de Río de Janeiro y São Paulo. En relación con la violencia letal, el 83% de las víctimas de la letalidad policial fueron mujeres negras. Observamos la relevancia de los marcadores de raza y territorio para comprender el fenómeno de la violencia policial contra las mujeres, ya que afecta desproporcionadamente a los cuerpos negros en territorios racializados. Observamos que en el caso de la violencia policial contra las mujeres entra en juego un nuevo dispositivo: los vídeos. Las imágenes aparecen como el principal instrumento de denuncia de una manifestación invisible de la violencia estatal en Brasil, capaz incluso de contradecir las versiones de la policía.

Palabras Clave: Violencia; Género; Mujeres; Policía; Estado.

Você está aqui para proteger, não para espancar uma mulher."

O agente, então, responde: "Se comporte como mulher."

Folha de S. Paulo, 2021.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema as formas de violência praticadas por policiais contra mulheres, noticiadas pela mídia brasileira entre os anos de 2015 e 2022. O foco da análise é o texto jornalístico e as informações que as notícias descrevem sobre casos em que corpos femininos foram expostos a violência perpetrada por agentes da segurança pública no Brasil.

A motivação para a realização do estudo surgiu de questionamentos a respeito de movimentos que pareciam levar a uma singularidade da violência de gênero e de esgotamentos da compreensão da multiplicidade da mesma, seja pelos perpetradores, seja pelas circunstâncias dos acontecimentos. Assim, a análise das formas da violência policial contra as mulheres na sociedade brasileira procura entender a via pública, o Estado, os agentes da segurança pública e nesse caso, as instituições policiais, como circunstâncias de uma manifestação da violência de gênero que ultrapassa o ambiente doméstico e as relações intrafamiliares.

Salientamos que a escolha por expressões de busca formadas pela palavra *mulher* ocorreu por dois motivos metodológicos: a) as principais leis contra essa violência no Brasil carregam, formalmente, a palavra *mulher*; b) pelo motivo anterior, apreendemos que tal palavra repercute nas representações sociais e midiáticas. Entretanto, esta pesquisa considera a extrema importância da categoria gênero no debate sobre violência no Brasil sabendo que a mesma representa a luta histórica dos movimentos feministas, do feminismo negro e do transfeminismo no combate a

universalização da categoria *mulher*. É essencial expor que este estudo ao referir-se a *mulher* compreende as múltiplas identidades e especificidades que esta categoria abarca. Dessarte, neste trabalho, falar em *mulheres* não reduz o olhar a mulheres cis, brancas e heterossexuais, pelo contrário, compreende as diversas dimensões do **ser mulher** na América Latina (GONZALEZ, 1988).

A respeito da ótica dos trabalhos da segurança pública no Brasil, a abordagem da questão da violência policial discorre sobre o uso da força aplicada pelo Estado e a questão do descontrole da violência em países fundamentados em princípios democráticos (NETO, 1999; LOCHE, 2010). No Brasil, por exemplo, a proporção em crescimento do uso excessivo da força policial não foi ignorada pelos movimentos sociais e por organizações de Direitos Humanos as quais, simultaneamente com a redemocratização, exigiram a garantia dos direitos fundamentais da população como o direito à vida e ao devido processo legal. Todavia, a seletividade da violência estatal e seu atrelamento histórico ao racismo expõe um contexto em que abordar violência da polícia no Brasil, exige entender as particularidades do fenômeno em território nacional.

Conforme o levantamento exclusivo feito pelo G1 dentro do Monitor da Violência em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Núcleo de Estudos da Violência da USP, em 2020 o número de óbitos pela polícia foi de 3.596 pessoas, sendo 2.815 delas negras (78%) (SILVA et al., 2021). A partir do cenário exposto e da consciência de que o Estado por meio de seus mecanismos de dominação (LOCHE, 2010) - sendo a polícia um deles - perdura em conduzir violências contra a população negra de forma deliberada, é prudente indagar como o marcador gênero se expressa nesse contexto. O Anuário de Segurança Pública (2021) também evidenciou que as principais vítimas da letalidade policial continuam sendo os homens, no entanto, o percentual de mulheres entre as vítimas dobrou nos últimos anos, passando de 0,8% em 2019 para 1,6% em 2020. Sobre o fato, em 2017, a Agência Patrícia Galvão divulgou que, considerada somente a letalidade oficial do Estado contra mulheres em ações policiais, de 2005 a 2015 foram computadas 75 mortes por “intervenções legais ou operações de guerra”. Destas, 39 vítimas eram pretas ou pardas (52%) (ARAÚJO, 2017). Esse levantamento expõe que as mulheres são atingidas pela ação violenta da polícia e que existe a presença do fator racial nessas manifestações.

Apesar da existência do fenômeno, não temos estatísticas e relatórios que auxiliem no entendimento de como a violência policial atinge as mulheres, e é nesse hiato, do vazio de estudos e dados, que esta pesquisa encontra sua justificativa. O vácuo na literatura que este trabalho se posiciona incita a procura por mecanismos que possam, além de informar a existência desses casos, proporcionar a análise de suas circunstâncias. E para tal exercício, admitimos a análise midiática como “ponto de partida” (PORTO, 2015, p. 33).

A mídia surge como uma “modalidade de coleta de informações” de expressões de violências pouco investigadas (PORTO, 2015, p. 24). Logo, este trabalho optou por ler as notícias de duas formas: a) como fonte de dados para compor o banco de análise; b) como forma de representação do fenômeno da violência. Esta abordagem parte da concepção de Porto (2009) a qual afirma que para o “fazer sociológico” quando “se trata da segurança pública”, “o mais sensato, talvez, seja dizer que interessaria tanto o fato, o acontecimento, como suas representações, que são igualmente parte de sua definição” (PORTO, 2009, p. 219). Ainda, a autora afirma que “entender por que a mídia produz certas representações sobre violência ou segurança pública pode revelar-se mais pertinente do que se preocupar apenas em desmentir tal e qual representação” (PORTO, 2009, p. 219). Por corroborar com sua teoria e considerar a relevância de apreender a violência através do que é dito sobre ela, assumimos os objetivos de analisar o fenômeno da violência e como a reportagem foi produzida.

DA PESQUISA EMPÍRICA AOS ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa procedeu com a busca das reportagens através da ferramenta *Google News* entre 20/01/2022 a 12/03/2022 a partir de quatorze expressões chaves⁶⁰ previamente selecionadas. O total do *corpus* foi de 250 notícias, as quais foram compiladas de acordo com o título, em que eram mantidas aquelas que compreendiam os seguintes critérios: a) critérios de inclusão, notícias que relatam violências perpetradas por policiais, em atividade, contra mulheres, e casos em que a

⁶⁰ Policial agride mulher; policial espanca mulher; policial mata mulher; mulher morta por policial; mulher vítima de bala perdida; mulher morta em ação policial; mulher agredida em ação policial; mãe perde o filho por violência policial; mulher negra espancada por policiais; mulher negra morta por policial; mulher negra vítima de bala perdida pela polícia; mulher negra agredida em ação policial; mulher torturada por policiais; polícia tortura mulher.

violência contra as mulheres decorreu da ação policial, mesmo sem a confirmação de que a bala da lesão e/ou fatalidade foi perpetuada pela polícia, porém com a certeza de que a troca de tiros envolveu a intervenção da polícia; b) critério de exclusão, notícias de violência perpetradas por agentes policiais que assassinaram e/ou agrediram mulheres fora da atividade policial. Cada expressão chave revelou um número de notícias encontradas. Devido ao elevado número de reportagens (250), para viabilizar a pesquisa, foi necessário selecionar uma amostra de 10% do total. As 25 notícias foram selecionadas de maneira aleatória e agrupadas de acordo com a afinidade do tipo de violência registrado na expressão chave: (1) agressão, (2) espancamento, (3) tortura, (4) violência letal, (5) mãe perde o filho por violência policial. Em um segundo momento, as reportagens selecionadas foram compiladas e organizadas em uma planilha na ferramenta *Excel* composta por categorias⁶¹ para posterior análise quantitativa e qualitativa dos dados. As 25 reportagens selecionadas correspondem a 25 casos, ou seja, 25 vítimas. Salientamos que dentro desses 25, 3 correspondem aos casos de mães que perderam seus filhos. Estes casos foram analisados separadamente das demais notícias em decorrência das particularidades dessa forma de violência policial contra mulheres.

DOS RESULTADOS

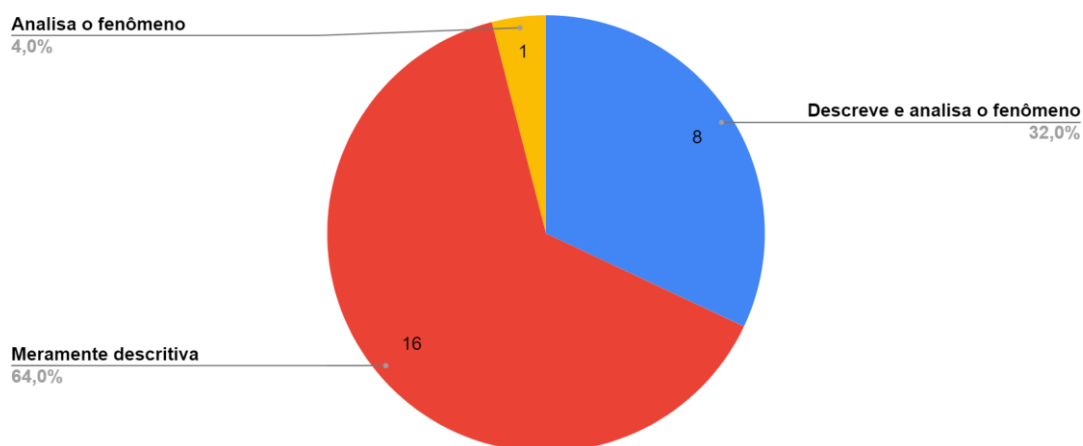
INFORMAÇÕES SOBRE A NOTÍCIA

Com as informações sobre a notícia é possível categorizar as reportagens em três tipos principais: a) *meramente descritiva*; b) *analisa o fenômeno*; c) *descreve a analisa o fenômeno*. Com essa categorização apreendemos que as notícias são apresentadas aos leitores e leitoras perante três formatos e que, cada forma orienta um determinado tipo de notícia com conteúdos específicos. O maior número de reportagens foram as do tipo *meramente descritivas* as quais tendem apenas descrever o fato, contendo informações sobre o crime, local do ocorrido, data,

⁶¹ Portal da notícia; Data publicação; Título da notícia; Registro por vídeo; Tipo de notícia; Nome da vítima; Idade da vítima; Cor/raça vítima; Identificação Cor/raça; Profissão vítima; Data do ocorrido; Cidade onde fato ocorreu; Estado onde fato ocorreu; Local onde ocorreu o fato; Bairro onde fato ocorreu; Perpetradores/as da violência; Tipo de violência praticada pelo agente do Estado contra a vítima; Descrição da violência.

perpetrador/a, vítima e o tipo de violência. Como indica a figura abaixo, a maioria das reportagens encontradas são do tipo *meramente descritivas*.

Figura 1 - Percentual do tipo de notícia segundo a amostra dos casos de violência policial contra mulheres no Brasil, 2015-2022.⁶²



Fonte: Elaborado pela autora, conforme notícias coletadas na plataforma *Google News* (2022).

Possibilitando informações em torno do acontecido, as notícias *meramente descritivas*, compõem 64% do *corpus* das 25 notícias e casos, e correspondem àquelas em que o fenômeno da violência policial contra mulheres não foi analisado por nenhuma fonte, nem mesmo pelo texto jornalístico, porém, o caso é descrito, muitas vezes, em detalhes em que o auxílio de fotos e vídeos compõem a linguagem da reportagem. Algo que corresponde com o que Porto (2015) argumenta sobre o anseio da mídia, ao tratar da violência, trazer cada vez mais detalhes sobre o acontecido.

Nesse exercício, abre-se espaço para representações sociais desenvolvidas pela mídia fundamentadas não apenas pelo conteúdo textual, mas também pelo auxílio das imagens. Estas possibilitam maiores detalhes de uma manifestação da violência que encontra na mídia seu principal instrumento de visibilidade. Assim, o registro de imagens foi importante para apreender a relevância dos vídeos nas notícias e seu papel na representação da violência. O vídeo compôs a fonte em 56% das 25 notícias e casos analisados, variando entre filmagens realizadas pela vítima,

⁶²A figura corresponde ao total de 25 notícias e casos.

testemunhas/moradores próximos ao local do fato, pela imprensa, por reportagens de TV, pela instituição policial, ou por fontes não registradas no corpo da reportagem.

Destacamos que em alguns casos a vítima sofreu a violência dos policiais por estar gravando um vídeo pelo celular, seja da violência sofrida por ela, seja por iniciar a gravação de uma violência sofrida por terceiros e no decorrer da filmagem sofrer uma forma de agressão. O último caso pode ser observado no trecho abaixo:

Uma mulher afirma ter sido agredida com chutes e socos por policiais militares, na tarde da última terça-feira (16), em Monte Alegre de Minas. Segundo Luciana Ramalho, a agressão ocorreu porque ela filmou a ação dos policiais durante a prisão do cunhado dela.” (CHAGAS; BORGES, 2021).

O vídeo, então, demonstra sua função como mecanismo de denúncia das violências praticadas por agentes da segurança pública. Em alguns casos o vídeo é a única fonte das notícias o que reflete a sua essencialidade para a mídia. Além disso, outra observação é a presença ativa dos moradores da comunidade na gravação das imagens e, até mesmo, no questionamento das ações da polícia.

Esse contexto assume a existência de uma outra via de denúncia e registro além dos oficiais. Na maior parte das notícias sobre violências e crimes, a fonte principal para a matéria é a própria polícia (RAMOS E PAIVA, 2007): no caso das violências policiais contra as mulheres entra em cena esse novo dispositivo que são os vídeos, capazes inclusive de contrariar as versões da polícia. O vídeo acaba sendo uma forma viável de expor essa manifestação de violência contra mulheres, já que, os veículos governamentais demonstram ser insuficientes.

INFORMAÇÕES SOBRE A VÍTIMA DA VIOLÊNCIA

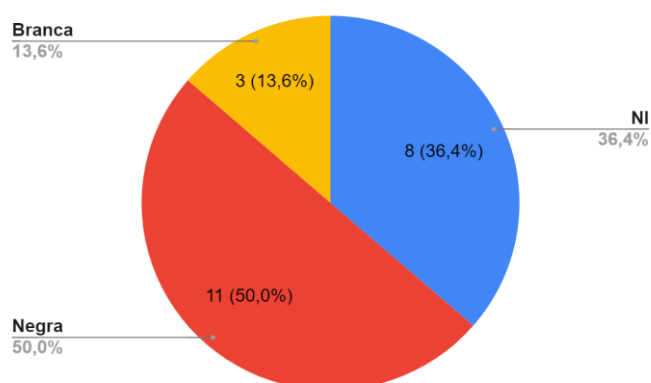
Os percursos desta pesquisa possibilitaram a conclusão de que nos casos analisados ⁶³, metade das vítimas da violência policial foram mulheres negras moradoras dos estados de Rio de Janeiro (31,8%%) e São Paulo (27,3%).

Através dos dados sobre os espaços em que as formas de violência ocorreram, observamos que existe uma concentração das mortes em bairros periféricos. De 22 casos analisados, 6 (27,3%) relatam casos de violência fatal de policiais contra

⁶³ Nos referimos a 22 casos, descritos em 22 notícias compiladas. Assim, 7 casos ocorreram em estados diferentes (1 no Maranhão, 1 no Amapá, 1 no Paraná, 1 na Bahia, 1 em Goiás, 1 no Espírito Santo, e 1 no Pará), 2 ocorreram em Minas Gerais (9,1%), 6 em São Paulo (27,3%) e 7 no Rio de Janeiro (31,8%). Os casos sobre mães que perderam seus filhos (3), não foram incorporados a essa categoria.

mulheres, destes casos, 66, 7% das vítimas da violência letal foram baleadas durante alguma operação da polícia militar na periferia. Estes casos ocorreram nas vias públicas dos bairros Catumbi (RJ), Complexo do Lins (RJ), Vigário Geral (RJ) e Santa Luzia (RJ). Do total de 22 notícias, 8 não expressam de nenhuma forma a identidade racial da vítima, o que compõe 36,4% da amostra. Das matérias que possibilitaram a apreensão dessa categoria de análise, em 11 delas as vítimas eram negras (50%) e em 3 as vítimas eram brancas (13,6%). Em relação a violência letal, 83% das vítimas da letalidade policial eram mulheres negras. A partir das notícias foi possível concluir que, entre os casos que ocorreram entre os anos de 2015 e 2022, metade das vítimas são negras. Como revela os dados abaixo:

Figura 2 - Percentual da cor/raça das mulheres vítimas de violência policial no Brasil segundo a amostra, 2015-2022⁶⁴



Fonte: Elaborado pela autora, conforme notícias coletadas na plataforma *Google News* (2022).

Apesar deste trabalho não ter como objetivo principal abordar marcadores como raça, classe e território, é crucial compreender como os mesmos surgem e estão presentes na forma de violência aqui estudada. Isso pois, o perfil das vítimas quer da violência de gênero quer da violência policial carregam tais marcadores. Fato que, mediante a presente análise, também se estende a violência policial contra mulheres.

A herança da desumanização de pessoas negras no Brasil oriunda da construção de imaginários sociais estigmatizantes, da coisificação e caracterização do corpo negro como mera mercadoria, persiste datando posturas racistas tanto do

⁶⁴ A figura corresponde ao total de 22 notícias e casos.

Estado quanto das instituições que o representam. Perante as contribuições de Sinhoretto e Moraes (2018), podemos adentrar na concepção de que existe uma seletividade racial na violência policial, processo que orienta a compreensão da instituição policial como reprodutora do racismo que estrutura a sociedade brasileira. De acordo com Silvio Almeida (2018), o racismo institucional é uma reprodução de uma ordem social racista. Nessa lógica, o racismo institucional informa que “o racismo transcende o âmbito da ação individual” ao expor “a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, mas não somente o poder do indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional” (ALMEIDA, 2018, p. 36). Além disso, Almeida compreende que as instituições estabelecem e mantêm uma ordem social já estabelecida, algo que evoca o entendimento de que o racismo institucional apenas constitui sua forma perante a existência e predominância de um racismo estrutural já bem edificado, ou seja, “as instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA, 2018, p. 36).

Em relação à idade, observamos uma média de 29 anos. Sobre a profissão das vítimas, elas variam entre comerciante, profissional de saúde, cabeleireira, designer de interior, modelo, autônoma, vereadora e estudante. Destacamos que o caso que relata a vítima vereadora, é sobre o assassinato de Marielle Franco, intelectual e militante dos Direitos Humanos. De acordo com a reportagem, policiais e milicianos são suspeitos de cometer o crime.

INFORMAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA

Os casos encontrados⁶⁵ ocorreram principalmente entre os anos de 2020 e 2021 o que coincide com o período da pandemia do COVID-19. Em relação às formas de violências foi possível concluir que as mulheres são vítimas de abordagens agressivas, interrogatórios praticados mediante tortura, espancamentos graves e além disso, estão expostas a letalidade policial em decorrência de bala perdida

⁶⁵ É preciso enfatizar que as categorias de análise (Nome da vítima; Idade da vítima; Cor/raça vítima; Identificação Cor/raça; Profissão vítima; Data do ocorrido; Cidade onde fato ocorreu; Estado onde fato ocorreu; local onde ocorreu o fato; Bairro onde fato ocorreu; perpetradores/as da violência; Tipo de violência praticada pelo agente do Estado contra a vítima; Descrição da violência) utilizadas na obtenção de determinados dados, subsidiaram a análise de 22 casos, ou seja, de 22 vítimas. Assim, estas categorias de análise não foram utilizadas para o estudo dos casos (3) que correspondem a circunstâncias em que mães perderam seus filhos para a violência policial. Estes 3 casos encontrados foram analisados qualitativamente no capítulo 4.5 deste trabalho.

provenientes de ação da polícia em determinadas comunidades. Em 22 casos, a maioria dessas manifestações ocorre em via pública (72,2%) e são perpetradas por policiais militares (77, 3%). Tal dado informa que a violência contra mulheres também ocorre nas ruas e que a polícia persiste em utilizar o ambiente público como território de controle a partir do patrulhamento ostensivo. As violências em espaço público decorrem, em sua maioria, por meio da abordagem policial em que ora os agentes passavam pela região, ora eram acionados por meio de denúncias.

Ainda, os dados coletados da amostra do presente trabalho revelam que na via pública as mulheres também estão expostas à letalidade. O tipo violência letal corresponde a 27,3% dos casos, ou seja, 6 das 22 vítimas foram mortas em decorrência da ação policial. Como o caso da morte de Luana Barbosa, mulher negra, periférica e lésbica que levava o filho para aula.

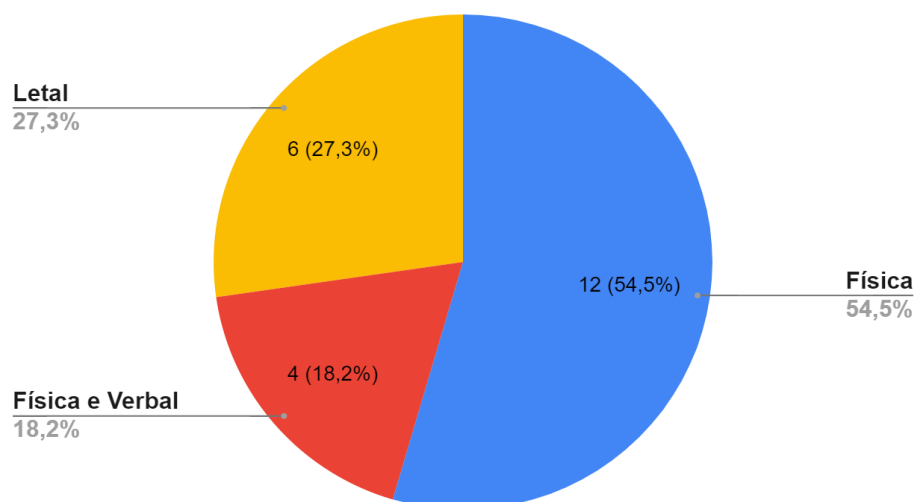
Segundo relatos da família, Luana foi abordada pelos policiais militares quando levava o filho a um curso [...] os dois estavam em uma moto e foram parados na rua da casa dela, no Jardim Paiva. Luana não teria permitido ser revistada, exigindo a presença de uma policial, e acabou sendo agredida. Em um vídeo gravado logo após a abordagem, Luana disse que foi ameaçada de morte pelos PMs. As imagens a mostram sentada na calçada da Central de Polícia Judiciária (CPJ), visivelmente atordoada, com ferimentos no rosto, hematomas nos olhos e nas pernas. Aos 34 anos, ela morreu cinco dias depois, em 13 de abril, em decorrência de isquemia cerebral e traumatismo cranioencefálico, ambos causados por espancamento. [...] O filho de Luana, então com 16 anos, declarou que a mãe foi espancada, inclusive quando já havia sido algemada pelos pés e pelas mãos, e colocada no guarda presos da viatura. (ONU..., 2021).

Ressaltamos a reflexão sobre a via pública também ser o local em que ocorre a maioria dos crimes contra mulheres transsexuais e travestis (JESUS, 2014.). Fator relevante uma vez que uma das notícias relata a agressão de policiais contra uma mulher trans e negra. A abordagem ocorreu na rua e foi carregada de atitudes transfóbicas. De acordo com Jesus (2014), existe no Brasil uma violência estrutural contra a população transgênero que não deve ser ignorada.

Sobre as formas de violências, elas variam entre violências físicas e verbais, em que as primeiras ocorrem em maior constância, como pode ser observado na imagem:

Figura 3 - Percentual dos tipos de violências praticadas por policiais contra mulheres no Brasil segundo a amostra, 2015-2022⁶⁶

⁶⁶ A figura corresponde ao total de 22 notícias e casos.



Fonte: Elaborado pela autora, conforme notícias coletadas na plataforma *Google News* (2022).

As agressões são compostas por tapas no rosto, socos e chutes em diferentes partes do corpo, puxão de cabelo e mata-leão. As vítimas também são arrastadas, sufocadas com o pé, agredidas quando imobilizadas ou com filho/a no colo, agredidas por filmarem e agredidas por interferirem na abordagem policial realizada em terceiros. Entre outras formas de agressão, espancamento e tortura praticadas com instrumentos policiais - boina, cassetete, etc. - ou com outros materiais, como saco de lixo.

Em situações de violências verbais ou as mulheres são submetidas a xingamentos e humilhações ou ameaças, as quais em alguns casos se estendem a seus filhos/as e familiares, além de injúrias racistas, sexistas, transfóbicas e lesbofóbicas. Nesses casos é possível observar que a violência, seja física ou verbal, repercute no cotidiano das vítimas após o acontecido. Ademais, verificamos a relação dos xingamentos machistas contra as mulheres em situações em que o policial exigia respeito e submissão da vítima a sua autoridade. Apesar de serem agentes da segurança pública, os policiais, nesses casos, utilizam o uso da força para legitimar um poder não apenas como policial, mas também como homem em uma dinâmica de dominação de gênero. Tal constatação pode ser observada na reportagem que orientou o título deste estudo:

Neste momento o militar caminha em direção à mulher de blusa preta, lhe dá o tapa no rosto e diz: “Tem que respeitar a polícia. Respeita a polícia”. A

mulher volta a encarar os militares e recebe um jato de spray de pimenta nos olhos. (VÍDEO..., 2021).

E em demais notícias compiladas:

“Não ri da minha cara não, se coloca no teu lugar”, a mulher fala para o policial. “Você está aqui para proteger, não para espancar uma mulher.” O agente, então, responde: “Se comporte como mulher”. (POLICIAL..., 2021).

Destacamos que em um dos casos a vítima realizou uma denúncia de violência doméstica contra seu irmão e, ao ser atendida pela PM, é agredida pelos últimos ao pedir que deixem de espancar seu irmão já que não haveria necessidade para tal. Os policiais se irritam e agridem a mulher:

Irritado, um dos policiais começa a brigar com a mulher e a chama de “cachorra”. É possível ouvir no vídeo o agente dizendo “Meta a mão mesmo. Bata nessa cachorra. Essa cachorra merece apanhar mesmo”. Quando a mulher retruca, ele passa a agredi-la com tapas na cara, na frente de várias testemunhas, e chega a derrubá-la no chão. Outro policial pegou a criança no colo e entregou a outra pessoa, enquanto o colega continuava as agressões. (POLICIAL..., 2021).

Para mais, observamos situações em que as mulheres foram agredidas após serem algemadas, e em situações de vulnerabilidade como em período de gestação.

Ainda, as notícias sobre mães que perderam seus filhos para a letalidade policial, possibilitaram a conclusão de que a violência que essas mulheres sentem transcendem dimensões temporais, pois o trauma e o adoecimento ocasionados pela dor são categorizados como permanentes.

Os resultados dialogam com as afirmações de Magalhães (2020) o qual argumenta que as práticas contra as mulheres pela polícia são “práticas rotineiras de desfazimento da vida social local”, variando entre “abordagens truculentas” até “ataques de natureza moral, como xingamentos, desqualificações e ofensas” (MAGALHÃES, 2020, p.13). São como práticas diárias de ferimento a dignidade da pessoa humana. Aliás, além das condutas lesbofóbicas e transfóbicas, os agentes acionam palavras carregadas de insultos como “puta”, “cachorra” e “vagabunda”. Nisso, o policial ao praticar a ação violenta utiliza desses tipos de xingamentos para exigir que a vítima o respeite, utilizando literalmente frases como “respeita a polícia” atrelada a agressão física. Em alguns casos, tais denominações parecem ter o intuito de inferiorizar as mulheres no momento das abordagens agressivas.

CONCLUSÃO

A violência policial atinge as mulheres brasileiras ao interferir nos seus cotidianos. O Estado-força e suas estratégias de controle estruturam uma polícia agressiva e condiciona as ações violentas, estas quando direcionadas às mulheres podem estar carregadas de agressões verbais explicitamente machistas, racistas e transfóbicas. Neste caso, percebemos a existência de um fenômeno invisibilizado na sociedade brasileira sendo pouco abordado em pesquisas dentro da academia. A existente precarização da atenção a essa temática instaura um ambiente em que as vítimas não vislumbram um local seguro para realizar denúncias quando sofrem violências perpetradas por policiais, e isso é visto por ora serem encaminhadas às Delegacias da Mulher, ora a Corregedorias de polícias. O que revela o despreparo e a falta de amparo às vítimas.

Podemos observar particularidades do fenômeno da violência policial contra mulheres no Brasil. Isso ocorre perante a constatação dos vídeos como principal fonte das notícias, situação que expõe serem as imagens obtidas, seja pela vítima, seja por testemunhas/moradores próximos ao fato, um dos únicos mecanismos de denúncia. Assim, o vídeo passa a ser um novo dispositivo capaz de estruturar provas contra violências constantemente silenciadas. Esse dispositivo instaura uma particularidade da midiática da violência policial contra mulheres, pois, na maior parte das notícias sobre violências e crimes, a fonte principal para a matéria é a própria polícia (RAMOS E PAIVA, 2007). Lógica que não ocorre nos casos analisados neste trabalho. Tanto as vítimas quanto as pessoas que estão ao seu redor depositam nos vídeos a esperança de que outros e outras vejam as imagens de casos facilmente ignorados pelo sistema de justiça.

As notícias sobre violência apontam para o que Porto (2015) já chamava a atenção: para o clamor, pela súplica ao revelar acontecimentos violentos. Normalmente, essa situação ocasiona respostas punitivistas e direcionadas a elaboração de leis mais rígidas pela parte dos líderes políticos. Essa reflexão corrobora com as notícias estudadas neste trabalho, pois, ao limitar as estratégias de combate ao sistema legislativo e judiciário, as respostas da violência policial elaborada pelos líderes políticos chamados para falar se distanciam da responsabilização do Estado e da própria instituição da polícia militar. As violências são categorizadas como casos isolados “por não representarem a honrosa instituição militar”. Essas constantes manifestações expõem que o tema da violência policial é desviado e pouco encarado

como um problema social o qual demanda ações educativas em adição a políticas eficazes para a prevenção e reparação.

Por fim, este trabalho demonstra como a força do Estado é naturalizada em determinados territórios e que, além de produzir o genocídio da população negra, se materializa como uma manifestação da violência contra mulheres no Brasil. As notícias expõem violências físicas e verbais e aquelas que se estendem ao adoecimento de mulheres que perderam seus filhos pela violência policial. E, apesar de silenciado, os fatos encontrados revelam e chamam a atenção para uma problemática necessária para a discussão da violência de gênero no país. Pois, tanto a ação violenta da polícia, quanto o desamparo e abandono do Estado em relação a essas mulheres, como já descreve Achille Mbembe (2018), revelam um constante deixar morrer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2021. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, Ano 15, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em 01 mai. 2022.

ARAÚJO, Luciana. Maioria das vítimas de feminicídio, negras foram também 52% das mulheres mortas pelas polícias entre 2005 e 2015. **Agência Patrícia Galvão**, 3 de jul. de 2017. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/maioria-das-vitimas-de-feminicidio-negras-foram-tambem-52-das-mulheres-mortas-pelas-policias-entre-2005-e-2015/?utm_term=Maioria+das+vitimas+de+feminicidio%2C+negras+foram+tambem+52+das+mulheres+mortas+pelas+policias+entre+2005+e+2015&utm_campaign=Contatos+Geral&utm_source=e-goi&utm_medium=email>. Acesso em 01 mai. 2022.

CHAGAS; Isabela; BORGES, Luís Felipe. Mulher afirma ter sido agredida por policiais após filmar abordagem em Monte Alegre de Minas; PM diz que foi desacatada e agredida. **G1 Notícias**, Monte Alegre de Minas, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/11/19/mulher-afirma-ter-sido-agredida-por-policiais-apos-filmar-abordagem-em-monte-alegre-de-minas-pm-diz-que-foi-desacatada-e-agredida.ghtml>>. Acesso em 22 de jun. de 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**, 1988.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio**. História Agora, São Paulo, v. 16, p. 101-123, 2014.

JESUS, Maria Gorete Marques de. **“O que está no mundo não está nos autos”**: a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOCHE, Adriana. **A letalidade da ação policial**: parâmetros para análise. Revista Tomo, n. 17, p. 39-56, 2010.

MAGALHÃES, Alexandre. **A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 36, p. 1-20, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NETO, Paulo Mesquita. **Violência policial no Brasil**: abordagens teóricas e práticas de controle. Cidadania, justiça e violência, p. 130-148, 1999.

ONU pede informações ao Brasil sobre caso Luana; PMs são réus pelo assassinato em Ribeirão Preto, SP. **G1 Notícias**, Ribeirão Preto, 19 de mai. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2021/05/19/onu-pede-informacoes-ao-brasil-sobre-caso-luana-pms-sao-reus-pelo-assassinato-em-ribeirao-preto-sp.ghtml>>. Acesso em: 09 mar. de 2022.

POLICIAL agride mulher e a chama de 'cachorra' ao atender ocorrência de violência doméstica no RN; VÍDEO. **G1 Notícias**, Rio Grande do Norte, 16 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/07/16/com-crianca-no-colo-mulher-e-chamada-de-cachorra-e-agredida-por-pm-no-rn-video.ghtml>>

POLICIAL Militar agride mulher em Curitiba durante abordagem; veja vídeo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 de out. de 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/policial-militar-agride-mulher-em-curitiba-durante-abordagem-veja-video.shtml>>. Acesso em: 09 mar. de 2022.

PORTO, Maria Stela Grossi. A violência, entre práticas e representações sociais: uma trajetória de pesquisa. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 19-37, 2015.

PORTO, Maria Stela Grossi. Brasília, uma cidade como as outras? **Sociedade e Estado**, v. 24, n.3, p. 797- 826, Set./Dez. 2009.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo social**, v. 21, n. 2, p. 211-233, 2009.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias**, Ano 4, n. 8, p. 152-171, Jul./Dez. 2002.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência. tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SILVA, Camila Rodrigues da et al. Estados não sabem raça de mais de 1/3 dos mortos pela polícia em 2020; dados disponíveis mostram que 78% das vítimas são negras. **G1 Notícias**, 22 de abr. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/04/22/estados-nao-sabem-raca-de-mais-de-13-dos-mortos-pela-policia-em-2020-dados-disponiveis-mostram-que-78percent-das-vitimas-sao-negras.ghtml>>. Acesso em 03 de mar. de 2022.

SINHORETTO, Jacqueline et al. **Policiamento e relações raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime**. Universidade Federal de São Carlos Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos, 2020.

SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo De Souza. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista de Estudios Sociales**, n. 64, p. 15-26, 2018.

SINHORETTO, Jacqueline. Violência, controle do crime e racismo no Brasil contemporâneo. **Novos Olhares Sociais**, v. 1, n. 2, p. 4-20, 2018.

VÍDEO mostra PM dando tapa no rosto de mulher durante abordagem: 'Respeita a polícia'. **G1 Notícias**, Tocantins, 02 de nov. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/11/02/video-mostra-pm-dando-tapa-no-rostode-mulher-durante-abordagem-respeita-a-policia.ghtml>>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

VÍDEO: mulher é agredida e leva 'mata-leão' de PM após briga na Bahia; imagens também mostram que ela é arrastada pelo chão. **G1 Notícias**, 08 de fev. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/02/08/mulher-e-agredida-e-leva-mata-leao-de-pm-na-bahia-apos-briga-video-tambem-mostra-que-ela-arrastada-pelo-chao.ghtml>>. Acesso em: 09 mar. de 2022.